

COLEÇÃO EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A Iniciativa EPDS (Educação, Pobreza e Desigualdade Social) foi uma ação do Ministério da Educação (MEC) com o ousado propósito de realizar um pacote de curso de especialização a distância e uma pesquisa científica agregada. A Iniciativa permitiu discutir a ausência da temática pobreza nos estudos da educação no Brasil, e refletir sobre a desigualdade social e o modo como os currículos escolares são elaborados e executados na Educação Básica, além de analisarmos o contexto em que estão inseridos, particularmente, quanto às políticas de distribuição de renda – principalmente o Programa Bolsa Família – e o cumprimento (ou não) das condicionalidades, bem como os impactos disso nas famílias, nas comunidades e nos jovens beneficiados. A *Coleção Educação, Pobreza e Desigualdade Social* da UFC traz 4 Volumes que sintetizam a produção da Iniciativa realizada por professores, tutores, pesquisadores e cursistas, abordando Memoriais dos cursistas, projetos de intervenção, discussões sobre EaD, currículo e pesquisas no campo da educação, das políticas públicas e da pobreza.



O primeiro volume da Coleção Educação, Pobreza e Desigualdade Social traz a compilação de 18 Memoriais dos discentes do curso de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EDPS), ofertado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), que põem sob a ótica dos cursistas o contexto educacional brasileiro das últimas décadas. Por meio de seus relatos biográficos e as conexões que estabeleceram ao que estudaram no EPDS, percebemos como as políticas educacionais e sociais impactam os sujeitos e solicitam estratégias para que as adversidades sejam superadas.

Irapuan Peixoto Lima Filho
Genílria de Almeida Rios
(Orgs.)

Histórias de Pobreza e Educação: Memoriais

Pontes

Histórias de Pobreza e Educação: Memoriais



COLEÇÃO EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

Irapuan Peixoto Lima Filho
Genílria de Almeida Rios
(Orgs.)

Volume 1

Pontes

Irapuan Peixoto Lima Filho

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (2002), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2004) e Doutor pela Universidade Federal do Ceará (2010). É professor adjunto da Universidade Federal do Ceará, atuando no Departamento de Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, sendo coordenador do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional/PROFSOCIO. É pesquisador do Laboratório de Estudos em Política, Educação e Cidades (LEPEC/UFC), onde coordena pesquisas nas áreas de educação, juventude, cultura, cidades e mobilidade urbana.

Genílria Rios

Bacharel (2003) e Licenciada (2013) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2014). Tem experiência com educação à distância, tutoria (graduação e pós-graduação) e treinamento em plataformas virtuais de aprendizado e de agências de fomento. É pesquisadora do Laboratório de Estudos em Política, Educação e Cidades (LEPEC) da UFC desde 2001. Foi supervisora Administrativo-Financeira da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS-UFC) e orientadora de Trabalhos de Conclusão do curso de especialização.

Histórias de Pobreza
e Educação:
Memoriais

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Filho, Irapuan Peixoto Lima. / Rios, Genilria de Almeida. (Orgs.)

Histórias de Pobreza e Educação: Memoriais
Irapuan Peixoto Lima Filho / Genilria de Almeida Rios (Orgs.)
Campinas, SP : Pontes Editores, 2019

Coleção: Educação, pobreza e desigualdade social - volume 1

Bibliografia.
ISBN - 978-85-2170-0093-7

1. Educação - pobreza 2. Processos sociais - desigualdades I. Título
II. Coleção

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação - pobreza - 370
2. Processos sociais - desigualdades - 303

Histórias de Pobreza e Educação: Memoriais



COLEÇÃO EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

Irapuan Peixoto Lima Filho
Genilria de Almeida Rios
(Orgs.)

Volume 1

Pontes

Copyright © 2019 - dos organizadores representantes dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração e capa: Eckel Wayne
Revisão: Cibele Ferreira

Coleção Educação, pobreza e desigualdade social
Coordenação: Irapuan Peixoto Lima Filho e Genílria de Almeida Rios

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro
(Université de Genève - Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho
(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez
(UNB – Brasília)

Rogério Tilio
(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva
(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Francisco Otaviano, 789 - Jd. Chapadão

Campinas - SP - 13070-056

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	7
APRESENTAÇÃO DO VOLUME 1	13
EDUCAÇÃO E POBREZA: DESAFIOS, MUDANÇAS E PERSPECTIVAS ..	17
Márcia Vanessa Félix de Andrade	
Alexsandra Maria Vieira Muniz	
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL.....	31
Ingrid Caroline Rodrigues de Sousa	
Genilria de Almeida Rios	
EM BUSCA DA MUDANÇA: SAINDO DO SENSO COMUM	47
Paulo Luiz dos Santos Júnior	
Maria Elisete Mota de Oliveira	
MEMORIAL: RESGATANDO AS VIVÊNCIAS DE POBREZA	67
Maria Mônica Ramos de Melo	
Raquel Guimarães Mesquita	
DESAFIADA PELA EDUCAÇÃO	81
Luzia Maria Soares Santiago Cavalcante	
Reginaldo Nascimento da Silva	
MEMORIAL: UMA ESCRITA DE SI	95
Antônia Selmária de Sousa Silva	
João Miguel Diógenes e Araújo Lima	
A LONGA ESTRADA DA VIDA EM BUSCA DE CONHECIMENTO....	117
Francisco Eduardo da Silva	
Luiza Eridan Elmiro Martins de Sousa	
EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE:A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO VIVER.....	129
Ednardo Cosme da Silva	
Maria Lourdes dos Santos	

A EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA VIDAS	149
Jessica Crisóstomo de Moraes	
Débora Marques da Silva	
UMA MULHER NEGRA, DUAS FORMAÇÕES E UMA ESPECIALIZAÇÃO	163
Michelle Cristyanne da Silva Lima	
Raquel Guimarães Mesquita	
UMA EDUCADORA NA ASSISTÊNCIA	181
Maria Rosimar Mesquita Sousa	
Antônio Cristian Saraiva Paiva	
GEOGRAFIA, ARTE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL VIA EDUCAÇÃO.....	199
Ricardo Alves Da Silva	
José Anchieta de Souza Filho	
O AGENTE DA MUDANÇA.....	215
Joaquim Eduardo Bezerra Barbosa	
Lilianne Moreira Dantas	
VINTE ANOS DE EDUCAÇÃO.....	235
Antônio Marcelo das Neves Bezerra	
Antônia Silva	
APRENDENDO E ENSINANDO: UMA VIDA DE LUTAS MARCADA PELA DIGNIDADE	245
Francisca Maraline da Silva Rocha	
Maria Lourdes dos Santos	
EDUCAÇÃO, POBREZA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO AMBIENTE ESCOLAR	265
Alyne Lucas de Oliveira	
Antônia Ieda de Souza Prado	
O OLHAR DA GESTÃO	277
Marisa Muxió dos Santos	
Alexsandra Maria Vieira Muniz	
MEMORIAL: UM CAPÍTULO DE MINHA HISTÓRIA	285
Rubens George Alvino de Souza	
Lorena Maria Fidélis Ferreira	

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

A Iniciativa EPDS (Educação, Pobreza e Desigualdade Social) foi uma ação do Ministério da Educação (MEC) por meio da Coordenação-Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar, parte da diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI); com o ousado propósito de realizar um pacote de curso de especialização a distância e uma pesquisa científica agregada que reuniu 15 universidades federais. Dentre elas, a Universidade Federal do Ceará (UFC) teve o prazer e satisfação de aderir ao projeto em 2015, produzindo um árduo trabalho aos quais alguns dos frutos serão apresentados nesta coleção.

A UFC ofereceu o curso de especialização com 450 vagas, distribuídas em 17 turmas em 9 polos, com um alcance total de 116 municípios do Ceará, um estado que possui 184 cidades, e transcorreu entre maio de 2016 (quando da Aula Inaugural) até dezembro de 2017 (últimas defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso). O aspecto inovador da dinâmica da Iniciativa trouxe, além da valiosa formação de profissionais que atuavam no campo social e educacional, a possibilidade de estabelecer uma reflexão e uma pesquisa sobre temáticas transversais, o que preenche uma lacuna interessante do campo educacional.

Uma discussão que permeou o trabalho, e foi constatado não somente pela equipe do Ceará, mas dos outros estados também, trata-se da ausência da temática pobreza sobre as análises da educação no

Brasil. A ideia de pensar o encontro da desigualdade social com o modo como os currículos são elaborados e executados na Educação Básica serviu como um dos achados da ação, que impactou não apenas os professores envolvidos, mas sobremaneira, os cursistas.

Dessa forma, temos o encadeamento de uma discussão que passa pela pobreza e desigualdade; pela execução de políticas de distribuição de renda (em particular do Programa Bolsa Família); e chega à análise de como os currículos escolares tratam tal conteúdo, de modo que o desfavorecimento econômico possa ser visto e refletido não somente pelos profissionais da educação (ou do campo social em geral), mas também pelos próprios jovens educandos.

A *Coleção Educação, Pobreza e Desigualdade Social* da UFC vem somar a outras propostas similares já realizadas por outras universidades parceiras da Iniciativa, trazendo 4 Volumes que sintetizam as discussões em torno de pobreza e educação realizadas por professores, tutores, pesquisadores e cursistas.

Assim, o Volume 1, intitulado *Histórias de Pobreza e Educação: Memoriais*, organizado por Irapuan Peixoto Lima Filho e Genilria de Almeida Rios, traz como o nome indica, uma seleção dos *Memorais* produzidos como parte do Trabalho de Conclusão de Curso defendido pelos cursistas.

Foram selecionados 18 textos, assinados pelos cursistas e por seus orientadores, que tiveram como objetivo a reflexão por parte do estudante de ser capaz de relacionar sua experiência pessoal com as políticas públicas de seu tempo, em particular, no campo educacional e social, o que permitia aos agora especialistas associar com mais clareza a conexão entre os conceitos estudados e a vida cotidiana, eliminando o pretense grau de abstração que o estudo da sociedade pode trazer.

O que torna esse volume ainda mais interessante é que muitos desses autores experimentaram, eles próprios, a condição de pobreza

na infância, o que torna a discussão sobre educação e pobreza viva em seu discurso. Não se trata de um “ouvir falar” ou do manejo de uma ideia ou conceito, mas de algo que foi vivenciado na pele e sobre a qual se tem propriedade para narrar. Ainda mais quando o discurso dos autores enaltece o papel transformador do processo educativo e como este é uma passagem objetiva para a melhoria de vida e o crescimento pessoal.

O Volume 2 é *Pobreza e Direitos Humanos na Escola: Projetos de Intervenção*, organizado por Irapuan Peixoto Lima Filho e Maria Lourdes dos Santos, trazendo 15 textos que também são extraídos dos TCCs dos cursistas, nas quais os autores elaboram, a partir do que foi discutido e estudado ao longo do curso de especialização, uma ação objetiva na escola visando desenvolver uma das temáticas associadas.

São textos de grande valor prático, que apontam temas a serem discutidos, estratégias a serem manejadas e soluções a serem implementadas; mais uma vez, construído em grande parte por profissionais que têm vivências reais na escola ou no campo social. O volume se constitui, dessa forma, como de grande valor prático: algo que pode ser posto em vigor pelo leitor em sua própria realidade.

Esperamos com isso contribuir para que ações afirmativas sejam realizadas em escolas públicas ou Organizações Não-Governamentais e associações diversas, o que irá ajudar a capilarizar o conteúdo tão exaustivamente discutido no curso de especialização.

O Volume 3 se chama *Pobreza e Educação: experiências do curso de especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, organizado por Irapuan Peixoto Lima Filho e Rafaela Silveira Aguiar, trazendo a contribuição dos profissionais que estiveram envolvidos com a Iniciativa EPDS na UFC.

São 6 textos que reúnem professores, tutores, supervisores e orientadores que ajudaram na execução do curso e puderam con-

tribuir com suas experiências docentes e acadêmicas à formação dos cursistas, ao mesmo tempo em que, também foram impactados pela “resposta” que os estudantes lhes deram em meio aos trabalhos acadêmicos próprios da especialização. Dessa forma, seus capítulos articulam a relação ensino-aprendizagem com o aprofundamento acadêmico de temáticas como o Programa Bolsa Família, os direitos humanos, a formação continuada e o ensino a distância.

O Volume 4 se intitula *O Bolsa Família e a Educação: pesquisas no âmbito da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, organizado por Irapuan Peixoto Lima Filho, Domingos Abreu e Valmir Lopes Silva, trazendo 8 textos construídos a partir de experiências de pesquisa da Iniciativa EPDS.

Por isso, traz tanto alguns frutos da investigação realizada pelos pesquisadores da UFC quanto de outras universidades, reforçando o diálogo das experiências e permitindo ao leitor comparar alguns dos resultados e perceber fenômenos de âmbito local e outros mais generalizantes.

Esses estudos, como se percebe, não se resumem ao aspecto educacional no qual os jovens estão inseridos, mas vão além e permitem analisar as conexões que essas realidades têm com as políticas públicas na área social, em particular caso, com o Programa Bolsa Família, que apareceu desde o material pedagógico da especialização como um pano de fundo essencial para as discussões sobre pobreza e desigualdade das famílias brasileiras e, mais ainda, dos estudantes das escolas públicas.

Os textos do volume trazem grandes contribuições ao campo acadêmico e, mais do que encerrar discussões, apontam caminhos investigativos e novos olhares para se pensar a dinâmica entre pobreza, distribuição de renda e educação Brasil à fora.

Com os 4 volumes da *Coleção Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, esperamos reforçar o campo acadêmico nas temáticas

correlatas e ao mesmo tempo trazer experiências práticas que podem inspirar ações ou mesmo serem replicadas para melhorar os processos educativos na educação pública e na eficiência de políticas sociais.

Gostaríamos, por fim, de agradecer ao Governo Federal, em particular ao MEC, ao Ministério do Planejamento, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e, claro, à equipe da SECADI, que permitiram esta experiência tão frutífera que foi a Iniciativa EPDS; e esperamos com esta coleção entregar uma resposta – longe de ser única – mas que colete informações, reflexões e análises interessantes a todos os interessados no campo temático, às políticas públicas, ao meio acadêmico-universitário e à população em geral.

Irapuan Peixoto Lima Filho
Organizador da Coleção
Fortaleza, dezembro de 2018.



APRESENTAÇÃO DO VOLUME 1

O primeiro volume da *Coleção Educação, Pobreza e Desigualdade Social* traz a compilação de 18 *Memoriais* dos cursistas do curso de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EDPS), ofertado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) entre maio de 2016 e dezembro de 2017.

Os *Memoriais* eram parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que foi dividido em três partes, com aquela sendo a primeira e as demais, uma discussão teórico-conceitual sobre os temas abordados no curso e um projeto de intervenção construído a partir da combinação dessas temáticas e da experiência dos estudantes.

O EPDS-UFC iniciou com 450 matriculados e foi um dos maiores cursos dentre os 15 ofertados por universidades federais na Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social da SECADI/ MEC em todo o Brasil; e conseguimos a aprovação de 62,8%, o que resultou em 283 TCCs defendidos. Entre estes, a equipe da coordenação acadêmica selecionou os textos aqui presentes, como representativos do que melhor foi produzido no âmbito desse trabalho.

Segundo diretrizes nacionais e a partir de experiências prévias da Iniciativa, na UFC, o TCC foi dividido em três partes: *Memorial*, *Discussão Conceitual* e *Projeto de Intervenção*. Enquanto o *Memorial* fazia os cursistas se posicionarem dentro da contextualização brasileira das últimas técnicas; a *Discussão*

Conceitual levava à articulação de tais temas de acordo com o que fora desenvolvido no conteúdo do curso de especialização; e por fim, o *Projeto de Intervenção* ajuda a ultrapassar a fronteira entre teoria e prática, por meio da objetivação das discussões em ações que pudessem ser implantadas na escola, na comunidade, em organizações não-governamentais ou em outras políticas públicas.

Os *Memoriais* foram particularmente ricos porque puderam por sob a ótica dos cursistas o contexto educacional brasileiro das últimas décadas. Por meio de seus relatos biográficos e as conexões que estabeleceram ao que estudaram no EPDS, percebemos como as políticas educacionais e sociais impactam os sujeitos e solicitam estratégias para que as adversidades sejam superadas.

Ter cursado o EPDS auxiliou bastante a muitos cursistas reconhecerem a própria situação de pobreza que vivenciaram em sua infância e a conseguirem analisar como a educação foi o elemento-chave de transformação em suas vidas. Ainda que, compreensivelmente, os sujeitos deem destaque à cadeia de escolhas e suportes em suas vidas pessoais, é impossível não perceber o modo como algumas políticas cumprem um papel diferencial para permitir que, mesmo sob muitas adversidades, seja possível transformar vidas. Dentre essas políticas, a oferta de educação pública, mesmo em regiões longínquas ou de difícil acesso é um elemento essencial no combate à desigualdade social.

Esperamos que a leitura desses *Memoriais* traga ao leitor muitas reflexões sobre os temas destacados na coleção – acesso à educação pública, pobreza disseminada e naturalizada, desigualdades sociais etc. – e, com isso, possamos contribuir para o aprofundamento da discussão entre vida social e políticas educacionais no campo acadêmico brasileiro.

Por fim, uma nota técnica: os textos ganham dois autores, no qual o primeiro é o cursista que narra sua trajetória e o segundo é o professor orientador que o ajudou na escrita, deu diretrizes e corrigiu o texto em sua formatação inicial.

Irapuan Peixoto Lima Filho
Genilria de Almeida Rios
Fortaleza, dezembro de 2018.



EDUCAÇÃO E POBREZA: DESAFIOS, MUDANÇAS E PERSPECTIVAS

Márcia Vanessa Félix de Andrade¹
Alexsandra Maria Vieira Muniz²

MEMORIAL

1.1 Minha trajetória profissional e visão inicial do curso

Sou formada em Química, com licenciatura, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com mestrado em Ciências Marinhas Tropicais, também pela UFC. Atualmente, sou professora de Química no ensino básico do Estado do Ceará. Venho de uma família pobre, mas que sempre priorizou os estudos. Tínhamos o básico, nunca passamos fome. Toda a minha trajetória escolar foi feita em escolas particulares, em alguns anos, através de bolsas de estudo. O primeiro contato com uma instituição pública foi na graduação e depois na escola pública, já como professora, quando passei no concurso do Estado, em 2010. Logo no início, pensei em desistir por não ter noção da realidade na escola pública, fui lecionar em uma escola na periferia de Fortaleza, em um dos bairros mais violentos e pobres, chamado Bom Jardim. Realidade que me constrangia todos os dias, pois boa parte dos discentes ia para a escola apenas para ter uma alimentação diária, ou para não perder o benefício do “Programa Bolsa Família (PBF)”. Sofri muito para me adaptar, mas não desisti.

¹ Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

² Orientador do EPDS-UFC, Doutora em Geografia (UFC) e Professora adjunto da UFC.

Há um ano, consegui remoção para outra escola mais próxima de minha casa, na qual percebi que o(a)s aluno(a)s possuem condições de vida melhores em relação aos da outra escola e poucos recebem PBF, porém, muitos ainda fazem suas primeiras refeições na escola, por não terem em casa.

Resolvi me inscrever para o processo seletivo da especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social simplesmente por conter, no título, o nome “Educação”, por ser uma área de estudo que me interessa bastante. Porém, não me atentei para o restante do nome “Pobreza e desigualdade social”. Fui selecionada e no primeiro dia de aula, na aula inaugural, já me veio a primeira surpresa, o que mais se falou foi em “pobreza” e “Bolsa Família”. Fiquei pensando no que eu estava fazendo ali, ocupando meu final de semana para escutar dados e informações sobre a pobreza. Como não gosto de desistir de nada que me proponho a fazer, resolvi tentar absorver o melhor que podia. Ao final da aula, no retorno para a minha residência, refleti sobre alguns dados expostos, dentre os quais o valor de R\$ 77,00 por pessoa, como sendo o referencial para alguém na linha de pobreza extrema, e se caso uma pessoa ganhasse um pouco acima de R\$ 154,00 já não se enquadraria em tal estatística e não “necessitaria” mais da ajuda do PBF. Outro ponto que me deixou pensativa, foi um gráfico sobre a diminuição da pobreza com a implantação do Programa Bolsa Família. Pois, até antes dessa aula, nunca tinha parado pra pensar sobre esses dados e, sendo bem sincera, tinha muito preconceito sobre o assunto. Um dos motivos é quando abordamos um aluno que não gosta de estudar, não presta atenção às aulas, não faz as tarefas e que, muitas vezes, fica dormindo em sala. Ao ser indagado, diz estar ali unicamente pela presença, para a sua mãe não perder o PBF. Então, o intuito é apenas o de ir à escola, não importando o que esteja fazendo em sala, sem o menor interesse pelos estudos efetivamente. Situação que nos deixa com uma sensação de desvalorização em nosso trabalho.

Análises da minha trajetória no curso, a cada módulo

Fundamentos de pobreza, desigualdades e educação

Somente comecei a compreender o curso e relacioná-lo ao meu papel social e profissional, de uma maneira ainda discreta e desconfiada, ao iniciar a leitura desse módulo. Veio, então, a importância do reconhecimento da existência e persistência da pobreza e a visão moralista, a qual vincula a pobreza à questão moral, de valores, atitudes e hábitos e que rotula que o “pobre é pobre por ser preguiçoso” (ARROYO, 2015^a, p.18). Foi aí que me dei conta que essa visão moralista estava arraigada à escola de forma cultural e pedagógica, nas práticas docentes, no comportamento discente e, a pior delas, dentro de mim. Além de uma visão fatalista, de saber da existência dos pobres e se conformar, aceitando a situação como fato, como se não houvesse responsabilidade minha em modificá-la. Fiz uma retrospectiva da minha formação acadêmica, mas não encontrei, em nenhum momento, lembrança alguma desse assunto, nem mesmo ligado às minhas disciplinas didáticas obrigatórias do curso de licenciatura. Inclusive, estava na sala dos professores da escola em que trabalho e um colega, professor de Filosofia, observando que eu estava estudando e perguntou qual especialização eu estava cursando, ao responder, escutei a inusitada frase: “Pra que estudar pobreza, pra ficar mais pobre?”. Então, entendi que estas visões estão totalmente inseridas em nossa sociedade, que pouco se tem feito para desmistificá-las e combatê-las. Com a leitura da aula, comecei a assimilar que devemos contribuir para uma visão crítica e transformadora do mundo e entender a importância da inserção da pobreza nos currículos de todos os níveis escolares, para que haja o seu reconhecimento e conseqüentemente o seu combate, pois os currículos utilizados focam apenas nos assuntos de conhecimentos específicos de cada matéria, tendo como objetivo principal fazer os alunos passarem no vestibular ou no ENEM.

Nesse momento, me senti mais confusa e impotente, por não poder fazer muita coisa para mudar a situação.

Um tópico que eu já conhecia e tive a oportunidade de aprofundar relaciona “Pobreza e Política”. Nele, é enfatizado o estudo dos processos históricos de transformação dos sujeitos “diferentes”, demonstrando que a pobreza produz “os outros”, “os diversos”, “os desiguais” (ARROYO, 2015a, p.18). Ao refletir esse conceito, historicamente, vemos consequências sofridas pelos índios na colonização e pela mulher no mercado de trabalho atual. Na minha profissão, percebi claramente esse acontecimento, pois os semelhantes se agregam formando grupos e esses são tratados diferentemente pela maioria, sem ter o respeito à igualdade de direitos e à sua dignidade. Muitos ainda confundem diversidade (diferença de cor, raça, comportamento) com desigualdade (ser melhor do que o outro, ou ter mais direitos do que o outro). Eu mesma passei a enxergar esses alunos por outro ângulo, a ter mais paciência com as diferenças de cada um, respeitando o tempo e suas particularidades. Havia uma turma de primeiro ano que eu não suportava, pois eram agitados, gostavam de cantar, usar o celular na hora da aula, conversavam muito. Já entrava nessa sala de mau humor e batendo de frente com eles, chegando a ser até um pouco ríspida. Depois de ser sensibilizada pelos estudos, resolvi procurar entender o motivo das diferenças e passei a conversar mais, a tirar um momento de descontração para depois iniciar a aula. Com isso, consegui ganhar a turma, eles passaram a gostar da minha aula e eu não mais sofri por passar a interagir com eles.

Introdução à pobreza e cidadania

Nesse módulo, que tinha como foco a distribuição de acesso à riqueza, é demonstrado que, de modo geral, os pobres não são ouvidos e muito menos respeitados, são apenas “assistidos” e nunca considerados sujeitos possuidores de vontade própria (REGO; PINZANI, 2015, p.13). Nesse momento, refleti levando em consi-

deração o ambiente em que trabalho, e não foi difícil detectar que, na escola, tratamos os alunos apenas como “assistidos”, não damos espaço para sabermos suas vontades, suas vivências. Por exemplo, muitas vezes a merenda era mingau de milho, sendo que a maioria dos alunos não gostava desse tipo de alimento e não merendava. Se a merenda não era agradável a eles, seria importante servir algo saudável e que fosse do agrado de todos. Até o momento que houve uma intervenção dos próprios professores, a merenda foi substituída, passando a respeitar a vontade da maioria. O currículo não respeita o aluno como ser pensante, apenas como um receptor de conhecimento. Inclusive, nas minhas aulas, não levava em consideração as vontades e diferenças dos discentes, depois dessa aula passei a me esforçar em escutar mais e a entender as particularidades, inclusive no aprendizado de cada um.

Achei interessante um estudo, citado por Wilkinson e Pickett (2010, p.115), mostrado na aula “Desigualdade, Educação e Cidadania”, que estabelece uma relação entre o ambiente em que as crianças vivem e sua atividade neurológica, concluindo que liberamos dopamina quando estamos felizes, sendo estimulados em um ambiente agradável, que ajuda na memória e na resolução de problemas, e que liberamos serotonina e adrenalina, melhorando o ânimo e tendo ótimo desempenho, respectivamente. Há, também, a liberação do cortisol quando nos sentimos desamparados e estressados, inibindo nossa capacidade de pensar e influenciando na memória. Para um maior impacto da minha parte, o estudo mostrou um quadro que retrata duas realidades, na primeira, um menino estudando em um ambiente organizado e em paz, na outra, uma menina estudando na cozinha de sua casa, local desarmonioso e inadequado. Evidenciando que nem sempre uma pessoa não estuda porque não quer, pois podem existir muitos fatores envolvidos. Senti-me muito sensibilizada nessa aula, por saber que vários dos meus alunos possuem problemas familiares que os atrapalham, me senti também angustiada por não depender

de mim a resolução desses problemas. Nesse momento, fiz, também, uma comparação entre alguns alunos que conheço a realidade com a rotina do meu filho, que tem a mesma idade deles, e realmente é muito injusto se cobrar o mesmo resultando com realidades totalmente diferentes. Uma desigualdade de direitos e igualdade de deveres. Quanto mais entendia a importância dos programas sociais na diminuição da pobreza e desigualdade social, mais surgia uma necessidade da minha parte em discutir esse assunto na escola, já que em nenhum momento esta temática é discutida e reconhecida. Cheguei a conversar com alguns alunos dos terceiros anos, articulando a pobreza e a desigualdade social influenciando nos estudos e na vida profissional deles, porém, de maneira sucinta, pois são apenas duas aulas por semana e a estrutura curricular é bem extensa e, infelizmente, no sistema atual, fazer isso é perder tempo. Já que, para eles conseguirem entrar em uma universidade e ter uma profissão, precisam estudar os conteúdos selecionados. O lado humano é esquecido, tornando difícil essa articulação. Vivemos um modelo educacional focado em ensinar para uma profissão e não para formar cidadãos produzindo autonomia. Essa mudança precisa acontecer em todas as escalas da educação, pois não tenho como preparar meus alunos para a vida, desenvolvendo a criticidade e autonomia, se somente são cobrados conteúdos puros e aprofundados.

Em uma de minhas conversas sobre desigualdade social e os programas sociais, estava em uma sala de segundo ano do Ensino Médio, com alunos na faixa etária de 16 a 17 anos, fazendo uma discussão, quando fui surpreendida por dois alunos que eram contra o PBF e as cotas. Começou um intenso debate, eles expondo argumentos contra e o restante da sala argumentando a favor. A aula terminou e eles não chegaram a um consenso. Fiquei observando e tentando entender o que os levava a ser contra algo que os beneficiaria e, depois de toda a discussão, cheguei à conclusão de que eles não se enxergavam como pobres, logo não precisavam de programas

sociais. Depois dessa aula, fiquei curiosa para saber como viviam esses alunos. Descobri que um deles era tão pobre que vivia de um projeto social de música, no qual envolvia toda a família e que ele, por tocar vários instrumentos musicais, tinha uma bolsa prometida para estudar música nos Estados Unidos, ou seja, estava recebendo ajuda no cotidiano e nos estudos e mesmo assim era contra os projetos sociais. Tudo isso me fez ver a importância de se articular assuntos que desenvolvem a criticidade e autonomia de argumentação e dar o reconhecimento da existência e persistência da pobreza.

Pobreza, direitos humanos, justiça e educação

Essa disciplina me tocou ao lembrar que a escola deve ser um espaço no qual os sujeitos envolvidos devam usufruir de maneira igual e integral no processo educativo, que a escola é um local onde os indivíduos devem adquirir consciência de si como sujeitos de direitos e que possam tê-los assegurados (MENDONÇA, 2015, p.8). É inevitável traçar um paralelo com a escola em que trabalho e tristemente verifico que ela nada tem feito para cumprir o seu papel em relação aos direitos humanos. Na verdade, existem muitos projetos que nunca saíram do papel, em efetiva execução são raros, e nenhum tem o papel de conscientizá-los dos seus direitos. Alguns professores é que, por conta própria, falam sobre o assunto e os incentivam a lutar pela garantia dos direitos no processo educativo. Fiz uma autoanálise para ver o meu papel como autora desse processo e verifiquei que não estava fazendo nada para contribuir com a construção de um processo educacional igualitário, democrático e consciente, principalmente no que se refere aos discentes. Resolvi me aproximar mais deles, nos intervalos e antes de começar as aulas, ficar conversando com eles, debatendo sobre diversos assuntos e essa experiência tem sido bem proveitosa, os próprios alunos me procuram para conversarmos assuntos específicos trazidos por eles. Muitas vezes utilizando, também, as redes sociais. Lembro que uma

aluna me marcou em um texto que falava da necessidade das cotas por conta das diferentes condições, escrevendo que era exatamente o que conversávamos em nosso último encontro, esse foi outro debate utilizando as redes sociais e envolvendo uma quantidade maior de pessoas. Estou sempre os incentivando na luta por seus direitos, seja por uma merenda boa, por uma sala confortável, uma aula de campo, uma aula no laboratório, ou um bom acolhimento por todos que fazem parte da escola. Buscando sempre a superação da pobreza e uma sociedade igualitária, justa e fraterna.

Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza

Nessa aula, tive uma surpresa com a afirmação “[...] a escola pública, que deve ser igual para todos, acaba por reproduzir e reforçar as desigualdades econômicas, sociais e políticas presentes em nossa sociedade [...]” (LEITE, 2015, p.16). No primeiro momento, não concordei, mas continuei lendo e fui entendendo que isso acontecia por levar em consideração, em seu processo educacional, a cultura da maioria e dos grupos dominantes, sem levar em consideração as experiências ao longo da vida de cada sujeito, com conteúdos organizados de forma compartimentada. Essa condição fica distante da realidade dos discentes, acarretando evasão, reprovação e a exclusão escolar daqueles que não se reconhecem parte deste processo, sendo a escola responsável por reproduzir as desigualdades presentes na sociedade. Fiquei pensando no que eu, como professora, poderia fazer para mudar isso. Continuei com a leitura e entendi que precisamos dar centralidade aos sujeitos, o que vai além de desenvolver a criticidade e autonomia, requer uma reorganização de tempos, espaços e agrupamentos, transformando a vida da escola como espaço cultural. Nesse momento, fiquei angustiada em perceber o quanto o nosso sistema educacional está ultrapassado. Mudaram-se os tempos e os sujeitos, porém, o sistema permanece o mesmo, com os mesmos conteúdos e formas. Acredito que isso seja a resposta de tanto desinteresse por

parte dos discentes, a sensação em sala de aula é de que ninguém tem interesse em ouvir o que você quer falar. Os alunos torcem e comemoram para que os professores faltem, para que não tenham aula. Muitos se mostram desestimulados para os estudos. Por outro lado, vejo que os próprios alunos estão enraizados no tradicional e atual processo educacional, pois quando tentamos fazer uma aula diferenciada eles não aceitam, muitos não querem participar e ainda acham que o professor está enrolando a aula. Lembro que um professor de história selecionou alguns filmes para que os alunos debatessem o conteúdo, com direito à pipoca e refrigerantes. No entanto, essas aulas não tiveram boa aceitação e os alunos foram reclamar na coordenação deste professor, por acharem que ele não estava dando aula, apenas passando filmes, pois aula boa para eles era a que o professor escrevia e eles copiavam, ou a que o professor falasse e eles apenas o escutassem. Na tentativa de mudança, passei seminários com temas do cotidiano deles, porém, poucos quiseram participar e alguns só leram algo que tinham anotado, sem nem saber o que estavam lendo realmente. Fiquei decepcionada e angustiada por não saber o que fazer e nem como fazer. Tenho a consciência de que precisamos mudar, mas também sei que será um processo árduo e lento, pois existe rejeição por parte de todos os que fazem parte da escola.

Fundamentos da pobreza e currículo: uma complexa articulação

Foi o momento em que mais fiquei entusiasmada, pois, diante de todo o processo de leitura dos módulos, consegui enxergar as falhas do sistema educacional e acredito que a mudança deve começar nos currículos, tanto do Ensino Básico, como nos de formação dos profissionais da educação. Por experiência própria, sofro muito por ver a extensão da estrutura curricular e em observar que é formada apenas por conteúdo e que não consigo ensinar metade do que deveria em um ano letivo. Ao mesmo tempo, sei que existe uma forte

rejeição em uma mudança curricular, pois o processo educacional tradicional está arraigado na maioria dos que fazem parte desse processo. Esse módulo traz algumas reflexões importantes “Como incorporar a pobreza no currículo?” e “Mas será que esses coletivos de docentes–educadores (as) que recebem esses milhões de educandos pobres estão se perguntando como incorporar o currículo à pobreza?” (ARROYO, 2015b, p.3). À primeira indagação, tenho que admitir que nesse momento me senti perdida e não consegui responder. Em minha opinião, modificar o currículo é muito complexo e incorporar a pobreza ao currículo é mais ainda, pois vivemos em um sistema em que nem se reconhece a sua existência e visões moralistas e fatalistas são norteadoras do processo educacional. Ainda fiz uma reflexão mais profunda baseada na minha experiência em escola, fazer a mudança curricular é um processo complicado, mas conseguir a efetiva aplicação dessas mudanças considero mais difícil ainda. Vários projetos que poderiam ser eficientes e gerar bons resultados na escola muitas vezes não funcionam por má vontade por parte dos docentes e dos discentes. Diante disso, o passo primordial é retirar essa visão moralizante, fatalista e hegemônica que está vinculada ao nosso sistema educacional, mas como alcançar esse objetivo? Mais uma vez, fiquei sem saber a resposta.

Ao continuar a leitura do módulo, aparece uma visão chamada desenvolvimentista, que leva à escola uma promessa de progresso por meio de seu processo e como tarefa principal de formar profissionais para o mercado de trabalho. Visão essa até então desconhecida por mim, mas, ao entendê-la, pude constatar que faz parte do sistema educacional vigente e lógico também em mim, pois passei a vida toda ouvindo minha mãe repetir que, se eu não estudasse, não seria ninguém na vida. E venho passando essa ideia para os meus alunos desde que comecei a lecionar. Com o avanço na leitura consegui entender que a escolarização nem sempre é um caminho garantido de saída da pobreza e da diminuição da desigualdade de renda. Existem

outros fatores citados por Perlman (2010, p.15) que influenciam, como o preconceito social, que assola os moradores das favelas, os associando à criminalidade e à estrutura econômica, que continua reservando-lhes empregos precários ou o próprio desemprego. Logo, apesar da educação ter um papel importante nesse processo, não é de sua responsabilidade exclusiva, pois vários fatores socioeconômicos influenciarão.

A visão desenvolvimentista nos faz relacionar a situação de pobreza a não apropriação de saberes científicos, que se acredita ser o caminho para o progresso. E esse sentimento está vinculado tanto por parte dos docentes como dos discentes, logo existe a necessidade da desmistificação dessa relação para que possamos encarar a realidade, reconhecer a existência da pobreza e das desigualdades sociais, para que possamos avançar em estudos de mudança no currículo com a inserção do estudo da pobreza, da valorização do lado humano, do reconhecimento da cultura dos sujeitos, do desenvolvimento da criticidade e da autonomia, em uma busca de ruptura da pobreza e das desigualdades sociais.

Reflexão geral de mudança

Fazendo uma reflexão da minha participação nesse curso de especialização acerca da Educação, Pobreza e Desigualdade Social, no início me senti um pouco perdida e deslocada, porém, no decorrer do seu processo, consegui entender o meu papel. Tive dificuldades por ser uma área diferente da que estudo normalmente e ser um assunto, de certo modo, novo para mim, no entanto, considero a minha participação proveitosa e gratificante pela obtenção de novos conhecimentos e aprofundamento de outros já conhecidos e pela transformação na minha vida, pois sou uma pessoa diferente da que começou o curso. Posso afirmar que houve evolução pessoal e profissional. Passei a ter mais paciência e a escutar mais meus alunos, valorizando suas vivências, eles até perguntam o que houve comigo

que estou mais legal, mais amável. Modifiquei minha prática em sala de aula, tentando desenvolver a criticidade e a autonomia deles, com pouco êxito, mas continuarei persistindo para quebrar essa barreira da educação tradicional. Entendi e me reconheci parte importante desse processo de mudança de articulação do currículo e da pobreza com o intuito de combatê-la, buscando sempre dialogar sobre o assunto, tanto com docentes como com os discentes, e percebo uma melhor aceitação por parte destes. Sei que sozinha não mudarei tudo, mas o pouco que consigo já me deixa feliz por saber que estou fazendo algo para melhorar a situação em que nos encontramos. Tenho a esperança de uma mudança curricular de forma geral, que envolva todo o sistema educacional, do básico ao superior, para que tenhamos efetivas alterações e evolução do sistema. Sinto-me muito feliz e realizada em ter participado desse curso, em ter sofrido a transformação, me tornando uma pessoa melhor, porém, ainda me sinto angustiada por não conseguir grandes avanços no sistema educação, e, particularmente na escola em que trabalho.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Módulo Introdutório: Pobreza, Desigualdades e Educação. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2015a, p.18. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 22 de julho de 2017.
- _____. Módulo IV: Pobreza e Currículo: uma complexa articulação. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2015b, p.3. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.
- LEITE. Lúcia Helena Alvarez. Módulo III: Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2015, p.16. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

- MENDONÇA, Erasto Fortes. Módulo II: Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2015, p.8. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 28 de julho de 2017.
- PERLMAN, Janice. *Favela: four decades of living on the edge in Rio de Janeiro*. Nova York: Oxford University Press, 2010, p.15.
- REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. Módulo I: *Pobreza e Cidadania*. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015, p.13. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. *The spirit level: why equality is better for everyone*. London (UK): Penguin, 2010, p.115.



MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL

Ingrid Caroline Rodrigues de Sousa¹
Genílria de Almeida Rios²

VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL

Desde a minha infância, decidi o que seria quando crescesse. Pensava em uma área em que pudesse ter contato com as pessoas e ajudá-las. Primeiramente, pensei em ser médica, mas não podia ver sangue, então mudei de ideia. Sempre tive a influência da minha mãe para ser professora, pois é sua profissão. No entanto, não queria seguir essa carreira inicialmente. O tempo passou, eu fui crescendo e, no Ensino Médio, quando eu tinha 17 anos, escolhi a Psicologia. Por razões financeiras, não consegui fazer esse curso, então me escrevi no vestibular para Letras Português na Universidade Estadual do Ceará (UECE/ FECLESC). De início, não era a área que eu desejava, mas passei em segundo lugar e resolvi cursar. Com o tempo, aprendi a gostar, fui me interessando cada dia mais; para ampliar meus conhecimentos, comecei também a fazer o curso de Espanhol na mesma instituição. Este foi um período de muito aprendizado e muitas experiências boas.

Quando estava na metade do curso de Espanhol, já com meus 20 anos, comecei a lecionar. Foi um pouco difícil no início, pois

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

2 Orientadora do EPDS-UFC e Mestre em Sociologia (UFC).

não estava me adaptando com o sistema escolar, não sabia como lidar com os alunos. Precisei de um tempo para aprender e para me adaptar àquele universo que era novo para mim. Lecionar não é uma tarefa fácil, requer muito tempo, dedicação, e compreensão. Sempre gostei de Espanhol, isso me ajudou a aprender e gostar de lecionar. Embora não seja a profissão com a qual me identifique, orgulho-me de ser professora.

Concluí minha graduação com 21 anos e o curso de espanhol no tempo correto, mas, antes de concluir o curso e a faculdade, comecei a lecionar Espanhol na mesma escola onde eu fui estudante do Ensino Médio, na Escola de Ensino Médio Coronel Virgílio Távora, no “Colégio Estadual” como é chamado. Foi uma sensação indescritível, pois nunca imaginei que iria terminar o meu Ensino Médio e virar professora e muito menos que ensinaria naquela escola. Foi muito difícil no começo para mim porque, apesar de gostar de ensinar Espanhol e ver que eu podia ser capaz de ensinar em um colégio tão grande como o Virgílio Távora, na faculdade só se estudava a teoria, a parte bonita de transformar o mundo através da educação, novas metodologias, aulas que chamem a atenção dos alunos, entre outras teorias.

Ressalto que eu não havia passado por nenhum estágio em sala de aula e me deparei com a dura realidade de ensinar turmas da noite, de lecionar para os alunos do Ensino Médio 1º, 2º, 3º Anos, que não sabiam ler direito, tinham dificuldade de aprendizagem, pois estavam havia muito tempo tentando terminar o curso.

Meu primeiro desafio era como ensinar uma língua estrangeira para aqueles alunos em uma carga horária tão reduzida. Lembro como se fosse hoje a vergonha que passei no primeiro dia em que entrei na sala da turma do 3º Ano. De início, todos me confundiram com uma aluna, pois sempre fui baixa demais. Ao olhar para a última fila de cadeiras da sala, avistei um colega que tinha estudado comigo, que

me fez a seguinte pergunta: “Olá Ingrid, tudo bem? Está fazendo o que por aqui?”. Envergonhada respondi que estava ali para ensinar, seria a nova professora de Espanhol. Sem acreditar ele me deu os parabéns, e eu continuei a aula.

A minha primeira decepção em relação ao papel da educação e do professor já foi na primeira experiência em sala de aula. O sistema escolar trata o aluno como um número, e ainda hoje é assim. Por haver uma média, uma nota mínima a ser atingida para passar, a maioria dos alunos só se esforça até atingir esse número, como se isso fosse o mais importante, esquecendo muitas vezes de buscar conhecimento, pois a nota mínima para aprovação não reflete tudo que poderia ter sido aprendido. Muitas vezes os conhecimentos são perdidos por conta dessa cultura que já está embutida na cabeça dos alunos: “Eu não vou estudar não, só preciso de um 6.0 mesmo para passar”...

Apreendi muito nesses quatro anos como professora, sempre buscando melhorar minhas metodologias, fazendo cursos, dedicando-me a tornar minhas aulas melhores para que meus alunos pudessem aprender. Dessa forma, aprendi a gostar do que faço e a ver como posso transformar a vida das pessoas. Trabalho com alunos do Ensino Médio, mas já lecionei para os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Pude sentir a diferença em trabalhar com esses dois públicos. Os alunos de Ensino Médio regular demonstram um desinteresse maior em relação aos estudos, enquanto os da EJA demonstram um maior empenho em concluir logo seus estudos. Muitos se arrependem em não ter terminado o Ensino Médio no tempo regular e agora precisam urgente de seus certificados.

Todas as escolas em que trabalhei eram instituições públicas. Nestas era possível ver a carência dos alunos de afeto, de atenção, de condições materiais, alunos necessitados que, muitas vezes, passam fome e esperam a chegada à escola para se alimentar. Estes alunos

precisam de uma atenção especial, pois muitos ficam até rebeldes por conta dos vários problemas que afetam seus comportamentos.

Nesses poucos anos, aprendi a ter um olhar mais sensível a todas essas situações que encontramos na escola. Este ano mais ainda, pois sou diretora de turma e acompanho cada aluno individualmente. O projeto Diretor de Turma é muito importante para promover um melhor desenvolvimento do aluno na escola. Nesse acompanhamento, o docente deve conhecer a história de cada aluno para apoiá-lo e orientá-lo nas atividades escolares e na resolução de conflitos. Esse trabalho está me transformando em uma profissional melhor e, conseqüentemente, em uma pessoa melhor. Hoje sinto que amadureci e estou feliz por estar trabalhando na Educação e fazendo a diferença na vida de muitas pessoas.

Sobre o curso de Psicologia que citei no início desse texto, ainda pretendo fazê-lo, mas primeiro pretendo passar em um concurso e me tornar professora efetiva, para depois realizar esse sonho. Penso que a Psicologia me ajudará mais ainda na minha caminhada como professora e, quem sabe, depois seguir carreira como psicóloga. Pretendo continuar estudando e estar sempre ampliando meus conhecimentos.

Estudei em escola pública durante nove anos de minha vida e concluí meus estudos nela, mas também estudei em escola particular, apenas dois anos quando tinha 11 anos que foram no Fundamental I, vivi as duas realidades de ensino. Estudava em escola pública e fui transferida para a escola particular porque sofria *bullying* por ser menor e mais magra do que a maioria dos alunos. Em um episódio dentro da escola pública na hora do intervalo, sofri agressões físicas de uma menina bem maior que eu. Conte para minha mãe, que foi à escola reclamar com a diretora, falou com a aluna e me tirou da escola, que era no bairro onde eu morava. Fui estudar numa escola particular no centro da cidade de Quixadá. Daí em diante, como o

estudo na escola particular é bem mais eficiente em comparação com o público, estudava muito e fui me destacando, ganhei medalhas por ter as melhores notas da sala. Dois anos depois, voltei para a escola pública.

O Ensino Fundamental II e o Médio foram inteiramente em escolas públicas. Continuei com o gosto pelos meus estudos, sempre aplicada e sempre tirando notas altas. No Ensino Médio uma pessoa que me inspirou e me inspira muito até hoje é o professor e escritor Jards Nobre. Suas aulas eram instigantes, e eu achava interessante a maneira como ele transformava as aulas “chatas” de português em aulas muito mais atraentes. Ele sempre me influenciou a ser uma aluna melhor. Um dos seus diferenciais era o hábito de presentear os alunos de nossa turma com livros, dicionários, coisas que nos fizessem estudar mais. Voltei ao meu antigo colégio anos depois como professora e antigo meu mestre agora era também meu colega de trabalho. Jards Nobre sempre foi e será uma grande inspiração, como pessoa e como profissional.

Trajetória acadêmica no curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social

Fiquei sabendo do curso EPDS (Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social) através de um primo que sempre me incentivou e incentiva a estudar. De início, pensei em não fazer até porque era um tema que nunca tinha sido estudado por mim na minha formação acadêmica, fiquei pensativa, mas resolvi fazer, pois se tratava de questões educacionais envolvendo a pobreza e as desigualdades sociais, temas bastante importantes a serem estudados.

No início do curso, estava muito ansiosa por saber o conteúdo das disciplinas que iríamos estudar, quais seriam os desafios que estavam por vir em relação a essa temática da pobreza atrelada à educação, já que são questões bastante importantes nos dias atuais, principalmente por estarem próximas da atuação do professor nas

escolas públicas. O momento determinante para continuar no curso foi a aula inaugural. Nesse primeiro contato com professores e pesquisadores da especialização, que apresentavam resultados de pesquisas realizadas nas escolas públicas do país, eu comecei a compreender o que realmente é a pobreza e suas múltiplas faces, como e quanto à pobreza e às desigualdades sociais podem afetar a vida de um ser humano, nas questões sociais e também educacionais. Assim comecei a adentrar nesse assunto que até então era desconhecido para mim.

Na primeira disciplina *Fundamentos de Pobreza, Desigualdade e Educação*, começamos a refletir sobre a pobreza. Foi por meio das leituras e participação nos fóruns de debate que meu senso crítico começou a despertar e perceber que a pobreza nos cerca, só é necessário “abrir os olhos” para enxergá-la. Antes de ter contato com esse curso, sentia a pobreza como algo que estava distante de mim e, as discussões me fizeram perceber que ela nos cerca, está dentro das escolas, nos noticiários, no nosso bairro, etc. A leitura dos textos me fez compreender a relação entre pobreza e educação, como as vivências da pobreza estão presentes nas nossas salas de aula e como, muitas vezes, não percebemos ou não estamos preparados para lidar com essa situação, que se torna mais um obstáculo a ser superado pela educação, já que são milhões de alunos pobres que recebemos em nossas escolas públicas.

Mesmo sendo de origem humilde, às vezes parava para refletir sobre essa questão da pobreza no Brasil e no mundo, principalmente na África, e não conseguia entender e apenas me revoltava com a situação, pois como não havia estudado o tema mais profundamente, sentia-me incapaz de ajudar, já que, como sabemos a pobreza é fruto de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, não é uma mera consequência de quem se esforça mais ou menos como querem fazer acreditar.

A partir dos ensinamentos de Arroyo (2015), comecei a perceber como vemos a pobreza por uma visão moralista. Dessa forma, os pobres são percebidos como carentes e inferiores em capacidade de atenção, esforço, aprendizagem e valores e, dessa forma, acabam sendo responsabilizados por sua própria condição. É possível perceber como é insensível essa visão, pois não se levam em conta os efeitos da pobreza material e a falta de garantia das necessidades básicas da vida dos seres humanos.

Ao longo da primeira disciplina do curso, fui compreendendo como as visões fatalistas e reducionistas ainda estão muito presentes em nosso país, como está arraigada na cultura pedagógica essa visão moralizante, onde vemos que a tarefa da escola é de moralizar os jovens que estão lá, dessa forma o nosso currículo escolar não prioriza o seu direito ao conhecimento, mas sua moralização e preparação mínima para o mercado de trabalho.

Os estudantes são treinados como “robôs” decorando os conteúdos em vez de aprendê-los, pois basta tirar a média. Assim vemos na escola alunos que não são críticos, que não entendem sua própria situação de pobreza porque não foram incentivados a compreendê-la. Os livros didáticos estudados por esses alunos retratam um aspecto da pobreza que é a material. Esse tema não é estudado e explicado a fundo, dessa maneira acabando por prejudicar os próprios alunos.

Arroyo (2015) afirma que o primeiro passo para que a cultura escolar possa mudar é reconhecer que a pobreza existe e conhecer suas causas e consequências. Em seguida, buscar formas de introduzir discussões sobre este tema tão importante na sala de aula, dessa maneira mudaremos essa realidade.

Essa foi uma das disciplinas que eu mais gostei de estudar durante o curso, pois foi por meio das discussões propiciadas por ela aprendi que devemos descartar essas visões fatalistas e reducionistas,

que são insensíveis e nos levam a ignorar os efeitos desumanos da vida. Dessa forma, vemos situações e problemas em nossa profissão no cotidiano e deixamos de lado, pois é como se estivessem sem solução. Distanciando de visões deste tipo, vemos a possibilidade de mudança de perspectiva e compreensão das causas das desigualdades sociais e da pobreza extrema, que se refletirá na luta por uma educação melhor, uma sociedade melhor e mais justa.

A segunda disciplina *Introdução à Pobreza e Cidadania* nos fez refletir sobre uma realidade que afeta a vida de milhares de brasileiros. A pobreza extrema que marca a vida das pessoas e não somente do ponto de vista material, mas também sua interioridade, sua visão de si mesmo. Dessa forma, percebemos como a pobreza influencia diretamente na educação, já que muitas crianças deixam os bancos escolares muito cedo porque são obrigadas a trabalhar e ajudar no sustento de suas famílias. A partir do momento que isso acontece, começa todo um processo cíclico de exclusão político-social, dessa forma gerações de famílias pobres passam a viver à margem da sociedade. Vemos assim como a pobreza é complexa e multifacetada, diferente do que muitas pessoas pensam.

A disciplina relaciona também a pobreza à cidadania, que muitas vezes não sabemos o que significa na realidade e confundimos com os direitos humanos.

Cidadania pode ser definida como respeito à ordem jurídico-política de um determinado Estado Nacional e não se associa a valores tidos como universais, ou seja, a cidadania pode ser diferenciada de acordo com o país e suas leis.

No Brasil a Constituição e as leis infraconstitucionais é que decidem quem são os cidadãos e quais direitos e deveres estão relacionados à cidadania. Sobre esse tema, Maria Victória Benevides (2015), explica as diferenças entre cidadania e direitos humanos:

Cidadania e direitos da cidadania dizem respeito a uma determinada ordem jurídico-política de um país, de um Estado, no qual uma Constituição define e garante que é cidadão, que direitos e deveres ela terá em formação de uma série de variáveis tais como idade, o estado civil, a condição de sanidade física e mental, o fato de estar ou não em dívida com a justiça penal e etc. Os direitos do cidadão e a própria ideia de cidadania não são universais no sentido de que eles estão fixos a uma específica e determinada ordem jurídico-política. Daí, identificamos cidadãos brasileiros, cidadão norte-americanos e cidadãos argentinos, e sabemos que variam os direitos e deveres dos cidadãos de um país para outro. (BENEVIDES, 2012, p. 4)

Fazendo uma relação entre cidadania e pobreza, percebe-se que muitas pessoas pobres têm os seus direitos de cidadãos violados, pois a pobreza em si já é uma violação aos direitos humanos, uma afronta ao direito dos indivíduos de ter um meio econômico para subsistência. Dessa forma, os pobres têm sua cidadania negada, pois existe a ausência de acesso aos bens necessários para que se tenha uma vida digna.

Na terceira disciplina *Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação*, as relações em educação e direitos humanos são demonstradas. A educação é vista como um dos princípios basilares dos Direitos Humanos. Quando se fala sobre esse assunto, tem-se de observar a educação como um direito humano. A escola deve ser um espaço do qual os sujeitos possam usufruir igual e integralmente.

No espaço escolar e no convívio com os alunos, pode-se observar que muitos são os problemas relacionados aos Direitos Humanos, tais como violência escolar contra professores e alunos, cultura do desrespeito, má estrutura física do estabelecimento escolar, desvalorização dos profissionais da educação, falta de profissionais

habilitados etc. Nesse sentido, além de introduzir temas caros à educação como as causas e consequências da pobreza, é necessário ainda incentivar uma cultura de paz nas escolas para que os direitos de todos sejam respeitados.

Atentei para a importância de se discutirem essas questões quando passei por uma situação de agressão de uma aluna em uma aula de Redação na sala do 3º Ano do Ensino Médio na escola em que hoje trabalho, E.E. M. Cônego Luís Braga Rocha. A aluna em questão alegou que não gostava da metodologia da minha aula, pois eu não utilizo muito o quadro branco. A estudante questionou o nível da aula e minha capacidade para ministrá-la. Solicitei que se retirasse da sala. Antes de se retirar, a aluna empurrou com os pés uma cadeira em mim. Fui rápida e consegui me livrar. Então a levei para que as coordenadoras e o diretor da escola, que é padre, falassem com ela. Resolvemos o problema após algumas reuniões com o conselho escolar, a direção da escola, a mãe da aluna, o conselho de classe e todos os alunos da sala de aula. Conseguimos através de conversas sanar o problema. Sua mãe e ela me pediram desculpas e hoje a aluna conversa normalmente comigo, chegando até a me pedir algumas dicas de redação depois da aula.

Ao analisar o histórico da aluna, é possível perceber que é uma pessoa de origem humilde, que tem vários problemas de saúde e mora no interior distante do centro urbano, mudou muito de escola por conta da doença que a impossibilita de viajar para assistir às aulas, e por isso quase desistiu dos estudos.

Avaliando essa situação vivenciada por mim e tantas outras presenciadas no interior da escola, percebo a importância de conhecer e saber das vivências e experiências dos alunos de introduzirmos o tema pobreza no currículo escolar, pois foi a partir desses estudos e dessa especialização que me tornei uma pessoa com um olhar mais sensível para os problemas tão críticos de meus alunos. Assim, ve-

mos também como é relevante termos uma educação em Direitos Humanos de modo a propiciar no processo educativo, experiências em que seja possível vivenciar os direitos humanos e o respeito incondicional à dignidade humana e às suas diversidades. Dessa forma, construiremos uma sociedade fraterna, onde as diferenças sejam respeitadas e oferecidas a todos.

Na quarta disciplina, *Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistência da Pobreza*, nós aprendemos a interrogar o modelo único de escola. Este modelo e sua naturalização têm sido constantemente questionados pelos movimentos sociais. Percebemos, a partir das leituras, que muitas escolas no Brasil se posicionam na luta contra as desigualdades sociais, instituindo espaços e práticas culturais emancipatórias para os educandos. Apesar disso, sabemos que ainda existem muitos desafios enfrentados pela educação indígena, quilombola e do Movimento dos Sem Terra (MST).

No material didático da disciplina, foi possível assistir a vídeos muito interessantes sobre as formas da escola de discutir os problemas ligados ao currículo que se tem e aquele que se deveria ter. Num entrevista de Ciço homem simples que trabalha na roça a Brandão (1984), sua fala repleta de emoção nos instiga a refletir sobre o papel da escola para as camadas populares.

Porque eu vou dizer uma coisa para o senhor: para quem é como esse povo da roça o estudo da escola é de pouca valia, porque o estudo é pouco e não serve pra fazer da gente um melhor. Serve só pra gente seguir sendo como era, com um pouquinho de leitura. ([CIÇO] *apud* BRANDÃO, 1984, p.7)

O entrevistado nos ensina aqui uma importante lição, que é ensinar esses milhões de alunos pobres que chegam às nossas escolas pensando nas suas realidades, suas vivências, pois como Ciço explicou, os ensinamentos do currículo formal muitas vezes

não acrescentam nada na vida dos pobres por estar longe de suas realidades, educando apenas para ler e escrever.

A educação vai além da escola, ela é mais ampla e abrangente, acontece no trabalho, na família, numa roda de amigos etc. Em sua fala, Ciço faz a distinção entre educação e escolarização, quando diz que nesse saber esparramado, o ensinado no sertão existe um processo educativo que pode não ser estudado, mas que tem uma aprendizagem. Sabe-se que, na educação formal, pensando pelas instâncias superiores do Ministério da Educação (MEC), para a maioria é uma escolarização limitada que privilegia um único saber, o formal, que não dá espaço à inclusão de outros saberes nos processos educativos. Dessa forma, Ciço tece uma crítica sobre esse modelo de cultura escolar.

Em outro momento da disciplina, na discussão sobre infâncias e juventudes, percebeu-se a importância das vivências, aprendizados e experiências desses milhares de jovens que podem ser incorporados ao currículo escolar. O documentário Bilú e João (2005) mostra a realidade de dois adolescentes que saíam nas ruas para vender reciclados e viviam diversas situações. O vídeo expõe os diferentes saberes que esses adolescentes apesar de faltarem à escola para trabalhar vendendo reciclados, aprendem na rua, além de várias outras questões como o trabalho infantil, a exploração deles por serem crianças e não saberem negociar e a frustração provocada pela situação de pobreza e trabalho braçal, já que, mesmo se esforçando, no final do dia não poderão comer a tão sonhada batata frita que tanto desejavam.

O vídeo-documentário nos leva a refletir como tantas crianças e jovens têm que trabalhar e estudar deixando a escola de lado. Muitas vezes, na escola, deparamo-nos com crianças parecidas com Bilu e João e nós, professores, temos que estar preparados para receber e entender a realidade dos alunos, pois suas experiências e vivências fora dos muros da escola influenciam muito em seu comportamento.

São muitos os obstáculos que eles enfrentam para estudar, mas só alguns conseguem transpor essas barreiras. Dessa forma, trazer de outros universos estas vivências e práticas dos alunos para escola é uma forma de aproximá-los e mantê-los nela.

Um dos programas de transferência de renda que mais contribuiu no processo de manter crianças e adolescentes na escola foi o Programa Bolsa Família (PBF), pois tem obtido efeitos positivos na escolarização e na qualidade dos estudos desses jovens. Um destes efeitos foi a maior permanência das crianças na escola, pois, antes desse programa, muitos jovens e adolescentes abandonavam a escola e a partir do programa, essa situação diminuiu consideravelmente. O programa atua nas famílias para minimizar as necessidades materiais imediatas, fazendo a transferência de renda dependendo das características de cada família. Mais que isso, o PBF atua no entendimento da pobreza não apenas no acesso à renda, mas pensando também no acesso à saúde, à educação e à assistência social de melhor qualidade para as pessoas que recebem esse benefício.

Ainda nesta disciplina, realizou-se um trabalho de reflexão que nos permitiu fazer uma entrevista com duas famílias que recebem o benefício Bolsa família. A primeira família seria uma cujo filho estava frequentando a escola, e a segunda família seria a de um aluno em descumprimento de condicionalidade da educação. Não foi uma tarefa muito fácil, pois algumas famílias se recusavam a fazer a entrevista com medo de o governo cortar o benefício, mesmo explicando que se tratava de uma pesquisa para a faculdade. Foi muito rica essa experiência, pois se pôde ver como nossos alunos vivem e se relacionam com suas famílias.

No meu ponto de vista, esse foi um trabalho muito enriquecedor, pois foi possível analisar de perto a realidade de alguns alunos que passam pelas escolas, conhecer onde eles moram, as condições em que estudam e ter esse contato com os familiares. Depois dessa ex-

periência, passamos a entender o porquê de alguns comportamentos dos alunos. Percebemos o quanto as condições de vida destes afetam o nosso trabalho na escola.

Ficamos um pouco distantes desse mundo. Ver essa realidade de perto nos faz refletir e mudar nossas práticas, para melhor adequá-las à realidade desses jovens, bem como traz novas metodologias para o currículo escolar que também priorizem suas experiências de vida, adequando assim os conteúdos do livro didático a suas vivências. Foi um trabalho que levou tempo, esforço e que valeu muito a pena, por todos os aprendizados que ele nos deixou.

O segundo trabalho de reflexão tinha por objetivo conhecer a realidade de uma escola pública, conhecer seus espaços, entrevistar alunos e os coordenadores, refletir e colocar em prática algumas ações que vimos em teorias estudadas. A ação que fizemos também foi muito importante e, desta vez, foi realizado em grupo. Escolhemos uma escola para fazer uma análise do espaço, realizar entrevistas com alunos, coordenadores e professores. Os dados coletados e situações observadas levantaram várias reflexões para depois escrevermos um relatório. Escolhemos juntamente com o grupo uma escola em que já trabalhávamos, pois julgamos que ficaria mais fácil de fazer esse trabalho.

A escola em que foi feita a pesquisa foi o colégio E. E. M. Coronel Virgílio Távora que está situada no centro de Quixadá, conta com 1.049 alunos distribuídos nos turnos manhã, tarde e noite. Sua equipe é composta por três coordenares pedagógicos e um corpo docente de 20 professores, dentre eles temporários e efetivos. Dentre os pontos positivos e negativos, percebemos que, em muitos espaços da escola, há imagens de santos fazendo referência à religião católica. Embora o estado seja laico, assim como as repartições públicas devem se mostrar, os membros do corpo docente da escola têm preferência a pela religião católica e expressa isso através das

imagens, que podem provocar desconforto em outras pessoas que seguem outras religiões.

A parte mais interessante do trabalho foi quando entrevistamos uma aluna, em cujo depoimento falou que, na sua sala, ela e seus colegas sabiam respeitar as diferenças, mas que não concordavam muito uns com os outros quando o assunto era religião. Não concordavam com as opiniões de um colega de sala que seguia a religião Mórmon. Aqui percebemos o quanto existe intolerância religiosa. Foi um trabalho muito rico, no qual também apresentamos uma proposta para melhorar alguns espaços da escola e algumas sugestões de algumas aulas diferentes. Os ambientes da escola são muito amplos, mas alguns poderiam ser utilizados de uma forma melhor.

Ao longo do curso, tivemos várias atividades dessa natureza, além dos fóruns para debatermos os assuntos. Destaquei esses dois momentos por achar que esses foram os mais relevantes para o aprendizado do docente, pois trouxeram reflexão e mudança de ideias e atitudes em relação à pobreza e à escola.

A última disciplina, *Fundamentos de Pobreza e Currículo*, contribuiu de maneira muito positiva para a prática escolar, por estar mais próxima ao trabalho na escola. Aqui foram feitas várias reflexões sobre currículo e suas práticas. A primeira discussão levantada foi articular currículo e pobreza e, assim, tratar nos currículos das vivências e sofrimentos acometidos pela pobreza e processos históricos de exclusão social. Esta não é uma tarefa fácil. Talvez por isso a pobreza e suas vivências tenham estado ausentes nos currículos.

O primeiro caminho tomado para articular pobreza e currículo começa por identificar experiências e práticas que acontecem na escola e de que forma as vivências e as histórias da pobreza podem ser aproveitadas. A ideia foi procurar compreender o currículo na prática, tratando esses assuntos nos temas de estudos e no material didático.

Deve-se primeiramente abandonar esse pensamento da atualidade, de que os currículos são sínteses, pois acabam por excluir vários conhecimentos, ou não os tratam com a devida atenção. Logo, os currículos tendem a ignorar a pobreza, ao desconsiderar os pobres como objeto de conhecimento e de preocupação. Por isso os currículos necessitam de constantes revisões, para abarcar todas as multiplicidades de vivências. Dessa forma, para articular currículo e pobreza, as diversas instituições superiores deveriam mobilizar recursos de várias áreas do conhecimento para se incorporar no currículo para mobilizar uma reflexão no material didático, colocando a discussão de como devemos atualizar e aprofundar a temática da pobreza no currículo. Dessa forma, aproximar currículo, conhecimento e pobreza exigirá a superação dessas visões negativas sobre a pobreza, que têm relegado aos pobres seus direitos como cidadãos. Isso leva a escola a alargar suas formas de trabalhar os conhecimentos.

O curso foi uma experiência muito rica, pois foi possível aprender e aprofundar conhecimentos sobre esse assunto tão importante que é a pobreza. Aprendi muito com todas as leituras, as atividades, os debates com os colegas, as palestras que tivemos. Tudo isso contribuiu muito nesse processo de aprendizagem. Após o curso, saio com o olhar mais crítico em relação à pobreza, escola, currículo, os coletivos empobrecidos, e sempre tentando mudar e melhorar minha prática para fazer valer todo esse conhecimento que adquiri até aqui. Pretendo utilizar sempre esses conhecimentos no meu dia a dia e no meu trabalho.

EM BUSCA DA MUDANÇA: SAINDO DO SENSO COMUM

Paulo Luiz dos Santos Júnior¹
Maria Elisete Mota de Oliveira²

A proposta deste memorial me fez lembrar algumas das minhas suposições em relação à existência das desigualdades sociais. Além disso, ajudou-me a entender o contexto social da pobreza, de modo que passei a perceber o mundo na perspectiva macro e microsso- cial de forma mais abrangente. Desse modo, abordarei as minhas experiências ao longo do curso e como as mesmas me causaram a necessidade de mudar o meu olhar sobre a sociedade.

No início, tive dificuldades em romper com alguns discursos do senso comum, como a ideia de achar que os benefícios do governo condicionam os beneficiários ao comodismo. Também enxergava a pobreza pela lente fatalista e moralista, condenando o pobre ao seu comodismo ou falta de interesse pela educação.

Hoje, entendo que discursos “deterministas” (BUENO; CRE- MA; ESTACHESKI; NETO, 2017, p. 31) como esses tão combatidos por Paulo Freire (1996) e outros pensadores são apenas apêndices sociais que o *status quo* dissemina na cultura com a finalidade de nos fazer inverter a lógica da nossa participação na sociedade, tornando o pobre um mero coadjuvante nesse processo, “impossibilitando-nos

1 Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

2 Orientadora do EPDS-UFC e Doutora em Ciências da Educação (UNIVERSIDAD INTERA- MERICANA).

de tornarmo-nos sujeitos do processo de transformação pessoal e social” (MINASI, 2011, p. 118).

Através do curso de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, oferecido pela Universidade Federal do Ceará, pude adquirir novos conhecimentos, não só conceitual, mas, sobretudo empírico, que puderam contribuir de alguma forma para uma transformação no mundo, especialmente, nas comunidades com as quais trabalho.

Acredito estar no caminho certo, mesmo sabendo que esse anseio de usar meus conhecimentos como uma tentativa de mudar a situação de pobreza de alguns possa ser minado ou bombardeado pelo sistema que oprime os menos favorecidos. Assim, como Paulo Freire (2001 *apud* GADOTI, 2000, p. 23) assertivamente discursa em sua pedagogia, “mudar é difícil, mas é possível”. Desse modo, apesar das minhas limitações, tentarei dissertar sobre os meus pensamentos e conhecimentos adquiridos no curso com a finalidade de despertar naqueles que deste trabalho fizerem uso a mesma vontade que tenho, de ser mais um transformador da realidade social de pobreza e desigualdade que nos cerca.

O DESAFIO DA MUDANÇA

São muitos os desafios enfrentados quando alguém se propõe a mudar algo na vida e contribuir com alguma transformação no mundo, sejam de cunho social, político, econômico ou científico, por exemplo. Ao longo da nossa existência, mudamos coisas triviais como nosso jeito de vestir, o lugar onde moramos, as amizades, nossos gostos por comida, nosso credo ou nossas ideologias.

Quando nos aventuramos a viver num mundo capitalista pós-moderno, passamos a agir em função das próprias preferências, das necessidades e de lutar pela própria sobrevivência. Esse instinto de sobrevivência nos torna, até certo ponto, individualistas e selvagens.

Este mundo da modernidade nos condicionou a quase não perceber os descasos sociais e, quando nos deparamos com as injustiças, julgamos como consequência do acaso. Posto isto, vejo que tudo que estudei ao longo do curso contribuiu ainda mais para aguçar a minha percepção sobre a realidade do caos social nas comunidades em que trabalho.

Essa situação nos leva a querer institucionalizar a solução dos problemas eximindo-nos de qualquer responsabilidade sobre o outro ou sobre os fatos. Na verdade, o mundo inteiro tem suas injustiças e incoerências, e não posso assistir imparcial esperando que alguém faça algo. Culpamos as ditaduras, a História, o Estado, o sistema, a religião, a política, mas aprendi que a responsabilidade é minha e de cada um individualmente. Ao olhar para os desafios da sobrevivência em uma sociedade pós-moderna, logo percebo a necessidade de lutar pelos meus ideais. Portanto, há a importância de estudar, trabalhar e me capacitar para me tornar um cidadão bem-sucedido no mercado e na sociedade.

Essa pressão pessoal e o ritmo de vida frenético nos torna cada vez mais cegos e inertes perante as disparidades sociais que nos cercam, mas precisamos entender que cada um de nós precisa internalizar um senso de responsabilidade sobre as mudanças e intervenções necessárias para o bem-estar comum, não apenas de si mesmo. Essa realidade, que nos é imposta, causa em nós a necessidade de mudarmos a nossa forma de pensar o mundo, as coisas, as pessoas e a nós mesmos. Se decidirmos pensar em mudar o mundo ou a história, essa mudança precisa partir de nós mesmos, nas mínimas coisas, na nossa relação com o outro, principalmente com aquele menos favorecido educacional e socialmente.

Minha trajetória educacional

Realizei meus estudos em escolas públicas, não tive a oportunidade de estudar em escolas particulares, minha primeira escola foi

a Padre Antônio Vieira, em Fortaleza, no bairro Vila Pery; depois estudei no Colégio Ginásio Nordeste situado na Parangaba e concluí o ensino médio no Colégio Municipal Filgueiras Lima, onde fui campeão intermunicipal de handebol.

Naquela época, tive que abandonar os estudos, pois precisei trabalhar. Fiquei sete anos longe da escola. Retornei aos bancos escolares para fazer um cursinho pré-vestibular e, após três anos, fui aprovado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará que cursei por longos 11 anos que foram divididos com o trabalho e a família. Não aproveitei o curso como deveria, pois, uma série de dificuldades atravessou minha vida naquele período, como a obrigatoriedade do trabalho. Entretanto, considero-me vitorioso, por ter cursado em uma universidade pública, mesmo diante de tantas adversidades.

Abordei em meu trabalho de conclusão do curso de graduação³ sobre a relação da educação e o desenvolvimento socioeconômico, tomando como referencial o Programa Bolsa Família. A pesquisa foi realizada na Parnaíba, município do Piauí, onde tive a oportunidade de entrar em contato com a realidade do sertão piauiense. Lá, encontrei um contexto social repleto de miséria, escassez e forte dependência das famílias do referido programa social.

Na graduação aprendi vários conceitos e como as desigualdades econômicas surgem a partir de modelos, teorias e movimentos históricos. Então, realizar o Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social surgiu como uma oportunidade de enxergar essas temáticas a partir da ótica sociológica.

No curso, descobri uma nova perspectiva sobre o que significa “ser pobre” e como esta situação de pobreza é resultado da intencionalidade de um sistema social incoerente e injusto que caduca em não reconhecer que tanto a pobreza quanto a desigualdade existem e que

³ SANTOS JÚNIOR, Paulo Luiz dos. *A Educação Como Fator de Desenvolvimento Econômico: Um Estudo de Caso do Município de Caxingó, Piauí*. 2014.

são problemas latentes e agudos que devem e podem ser observados e dirimidos por políticas públicas inclusivas que visam diminuir ou até impedir por completo o avanço desses problemas conforme estudos publicados por Maria Ozanira da Silva e Silva (2010) sobre as políticas públicas de combate à pobreza e a desigualdade no Brasil.

Apreendi também que é necessário manter um novo olhar para a Educação, para a Pedagogia e para a escola a partir da necessidade de uma nova proposta do currículo, como Miguel Arroyo (2007, p. 6) bem nos alerta, a fim de serem ressignificados com o propósito de contemplarem as questões relativas à pobreza. Assim, é possível que a educação, através de um currículo que promova uma criticidade e que aborde assuntos relevantes como a pobreza, diversidade, minorias e cidadania, por exemplo, se transforme em um instrumento promotor da emancipação do pobre em relação à sua condição de pobreza.

MINHA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Meu primeiro emprego foi como atendente de lanchonete em um terminal rodoviário. Essa oportunidade me permitiu a sobrevivência. Um ano após, comecei a trabalhar em outra empresa e desempenhar funções comerciais e administrativas e lá trabalhei por 15 anos. Durante essa trajetória, trabalhei como auxiliar administrativo, promotor de vendas, vendedor, representante comercial e posteriormente me tornei empresário. Hoje trabalho como gestor em uma instituição religiosa na cidade de Fortaleza como apoiador das iniciativas sociais. Essa função me levou a entrar em contato com algumas realidades de pobreza, pois a IBC – Igreja Batista Central de Fortaleza — está inserida em uma das comunidades mais pobres e perigosas desta capital e voltada para o amparo da mesma, a comunidade Santa Fé.

Na verdade, eu não enxergava a economia como um contribuinte direto ou imediato para a função que eu exerceria neste novo emprego por se tratar de uma instituição religiosa, ou seja, sem nenhum

cunho comercial, mas o curso de especialização me trouxe uma nova perspectiva, ou seja, possibilitou a utilização dos conhecimentos adquiridos no curso como um instrumento de amparo à comunidade pobre de Santa Fé. Com isso, comecei a apoiar as iniciativas sociais da IBC para a melhoria de vida dessa comunidade. As ideias sugeridas pelo curso EPDS despertaram minha vontade de desenvolver projetos sociais, com a finalidade de promoção do bem-estar social.

O DESAFIO DESTE CURSO

As dificuldades em cursar esta especialização trouxeram um desafio ainda maior: trabalhar em prol do outro, em favor daqueles que são constantemente oprimidos e excluídos de condições de vida dignas.

À medida que os conteúdos e as atividades iam sendo realizadas percebia que os conceitos e as reflexões eram absorvidos e poderiam ser utilizados na realidade na qual eu trabalhava. Pensei em desenvolver estratégias e projetos de transformação dos espaços precários e inclusão social dos “coletivos empobrecidos” (SACRISTÁN, 2013, p. 111) da comunidade Santa Fé.

Durante os estudos, foi possível conhecer a teoria e também a prática da realidade daqueles que sobrevivem em uma situação de miséria, fome e, paradoxalmente, das políticas assistenciais do Estado, que são importantes, mas nem sempre suficientes para aliviar o sofrimento daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social. No início, tive que me reacostumar ao modelo de ensino a distância. Mesmo tendo cursado seis semestres de Licenciatura em História, em outra faculdade, pelo mesmo sistema, estava desacostumado com a vida de estudo disciplinar.

Por vezes, pensei em desistir, mas pensava na motivação maior, que me levava a transpor os limites do cansaço físico e psicológico. Além das limitações advindas do cansaço, precisava dedicar aten-

ção ao trabalho e à família. Hoje, percebo que foi a melhor escolha, pois acredito que a valorização dos laços familiares é uma grande aliada do sucesso profissional e acadêmico. Dessa forma, as árduas noites de estudo valeram a pena, pois o desejo pelo conhecimento aumentava à medida que me aprofundava nas discussões dos fóruns e no conteúdo das aulas.

PERCEPÇÃO SOBRE O CURSO EPDS

A proposta e assertividade do EPDS, o empenho de todos aqueles que conceberam e coordenaram o trabalho, bem como a atuação dos professores e tutores, o conteúdo disponibilizado, a plataforma Solar, a interface do site, a profundidade do conteúdo, a didática, a metodologia e a ousadia da temática foram muito louváveis, e facilitaram o meu processo de assimilação do conteúdo. Despertou em mim o interesse em seguir a carreira acadêmica, objetivando formar mais educadores e transformadores sociais.

O SUCESSO DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

As atividades de reflexão-ação propostas foram interessantes e me fizeram sair da zona de conforto da teoria, que é importante, mas, se utilizada separadamente, traz uma visão, até certo ponto, superficial. Proporcionaram o contato com pessoas de diversas realidades e levaram-me a dedicar um pouco do tempo para escutar suas histórias de sofrimento, pela situação de pobreza em que viviam, mesmo que fosse para a finalidade da pesquisa.

A experiência que tive durante a realização de entrevistas com algumas famílias da comunidade pobre do Ancuri sobre a influência do Programa Bolsa Família (PBF) na educação mostrou que eu tinha uma concepção errônea e preconceituosa sobre o assunto. Além disso, o meu pensamento do senso comum reforçava o discurso de que o

benefício do governo condiciona ou estimula as famílias pobres ao comodismo. Na verdade, o pobre é um cidadão, e por assim ser, deve estar amparado por todos os direitos constitucionais e universais, como por exemplo, o direito à vida.

Desse modo, se o Estado é o gerenciador da aplicação e validação desses direitos, é de sua responsabilidade e obrigatoriedade promover a dignidade humana através do acesso à saúde, à educação, à alimentação, ao emprego e à renda. Para tanto, o Programa Bolsa Família se apresenta como um dos instrumentos garantidores dos direitos do cidadão citados na Constituição Federal, 2004, Art.3º.

O termo “cidadão” me levou a uma internalização mais aprofundada do conceito de cidadania, ou seja, que esta não está limitada apenas ao exercício dos deveres e direitos civis e políticos, mas reside também na emancipação social, política e autonomia moral do indivíduo para sua projeção social e política, conforme explica Walquíria Leão Rego (2008, p. 154), “[...] o princípio fundamental da vivência de direitos assenta-se na conquista progressiva, por parte dos sujeitos, de autonomia política e moral, com destaque para sua capacitação em projetar politicamente seu destino social”.

Nesse sentido, o Bolsa Família é uma garantia constitucional com a finalidade da redistribuição de renda como mecanismo de minimizar as assimetrias sociais e inclusão de cada cidadão pobre em condições menos degradantes como a pobreza extrema (Lei 10.836, 2004, Art 2º). Essas reflexões me fizeram pensar a realidade da comunidade Santa Fé. No cenário das ruas esquecidas da comunidade em questão, o encontro de crianças descalças e desnudas pelas ruas, o esgoto correndo a céu aberto, as ruas sem pavimentação e o tamanho limitado das habitações levaram-me a tentar entender um pouco da dor que a pobreza traz sobre esses corpos e coletivos empobrecidos da periferia e perceber a ausência das garantias constitucionais do direito à dignidade e à cidadania (CF, 1988, Art 1º).

DESCOBERTAS VALIOSAS DAS PESQUISAS

Durante a pesquisa na comunidade Santa Fé, percebi que não há espaços públicos de lazer e que existe apenas uma escola municipal para suprir a demanda de alunos. É possível fazer uma relação do abandono ou violação da cidadania com a quantidade massiva de famílias catadoras de materiais recicláveis nessa localidade.

Analisando todos os fatores supracitados, percebo que os mesmos influenciam na qualidade da educação das crianças e adolescentes dessa comunidade. Uma escola pública que não é atrativa ou inclusiva torna-se mais um fator, em meio a tantos outros, a influenciar as crianças e adolescentes a cederem às pressões de uma vida de carência material que induz ao trabalho infantil e demais riscos da ociosidade.

Essa realidade me causou espanto e uma empatia diante da carência material. Assim, meu olhar sobre a escola é diferente da que eu tinha antes de iniciar essa jornada de leitura e aprofundamento nos materiais do curso. O material didático, as mídias, as entrevistas e discussões possibilitaram a reflexão da realidade social e ampliaram a minha visão sobre o aspecto da pobreza, da educação e das assimetrias sociais das comunidades que nos circunvizinham.

Sobre a educação, foi percebido que é factível a extrema desigualdade quando se trata de inclusão social e nível educacional. Dessa forma, é extremamente urgente e necessário um olhar sobre a escola e seu entorno, pois ambos se completam e se entrelaçam, uma vez que o aluno leva para a escola suas vivências, e da escola para a rua, os seus desafios.

Aprendi que, tanto as práticas pedagógicas quanto os currículos educacionais, são aplicados de forma limitada e superficial, sem uma sólida formação teórica e crítica (ARROYO, 2003, p. 33). Entendi que esse tipo de escolarização é voltado apenas para a formação e

manutenção da mão de obra tecnicista de base e não para um aprimoramento profissional competitivo.

Nesse contexto, também aprendi que não se deve pensar a escola apenas sobre o aspecto do desenvolvimento técnico e teórico, mas também sob a perspectiva do aluno, de suas vivências e expertises e, como aprendido no curso, de suas *capabilidades*⁴ (SEN *apud* KUKLYS, 2005, p. 5) que é a junção das capacidades e habilidades do indivíduo que influenciam a forma de como ele age e interage com o meio.

Um aspecto importante que deve ser evidenciado, ou ainda, enfatizado, para efeitos de entendimento das razões que geram ou mantém os coletivos empobrecidos na situação de pobreza, pobreza extrema ou miséria, é que se faz necessário um novo olhar sobre a pedagogia atual, para que esta seja aplicada sob nova mentalidade, a saber, que o “ser pobre” não é uma vontade, mas uma condição historicamente dominante e da qual não consegue sair por ausências de certos valores, cognitivos, culturais, políticos, pedagógicos, entre outros, conforme Miguel Arroyo (2007, p. 17) tem abordado em seus discursos.

Isso traz à tona a responsabilidade, tanto do Estado quanto da sociedade em geral, de evitar conceituações reducionistas e estigmatizantes sobre o pobre, criar oportunidades e condições para libertá-lo da situação de pobreza e não simplesmente tentar moralizá-lo como se a reação de mudança dependesse exclusivamente dele. Para isso, acredito fortemente que a forma de ensinar, a estrutura, a dinâmica escolar e, principalmente o currículo, precisam ser repensados, refletidos à luz da necessidade de inclusão desses coletivos desiguais, pauperizados e esquecidos em patamares de vida mais dignos (BEAUCHAMP; NASCIMENTO; PAGEL, 2007, p. 17).

4 Capabilidades. Teoria de Amartya Sen e Marta Nussbaum sobre o conjunto de condições que possibilitam a escolha e o exercício de um certo funcionamento, que são atividades ou estado de coisas que podem ser considerados valiosos por um indivíduo.

RECAPITULANDO OS PONTOS MARCANTES

No primeiro módulo do curso, a disciplina trata dos fundamentos de assuntos como pobreza, desigualdade e educação. Todos os tópicos foram importantes, mas este contribuiu para o meu novo olhar sobre os conceitos de “ser pobre” e do “outro”, ou seja, o reconhecimento da existência da pobreza e das desigualdades trouxe reflexões valiosas sobre o meu papel como cidadão, assim como propõem enormes desafios, tanto para a Pedagogia atual quanto para os educadores e gestores públicos.

Vale salientar que a abordagem subsidiada pela visão moralizante, reducionista e fatalista tão propriamente traduzida nas palavras de Miguel Arroyo (Entrevista – pauta de aula) e Paulo Freire (1996) nos leva a patamares de reflexões elevadíssimas sobre os modelos educacionais, reflexões e “indagações” profundas sobre a práxis em torno do currículo e “posturas críticas” intervencionistas urgentes nas práticas pedagógicas (ARROYO, 2007, p. 17).

No segundo módulo, os estudos sobre Direitos Humanos e sua relação com a escola foi importante para visualização e compreensão da violação dos direitos de crianças e adolescentes. Como atividade de campo, foi proposta uma análise do currículo escolar com a finalidade de saber como e se este currículo garante todos os direitos do aluno.

A pesquisa sobre a escola pública da comunidade Santa Fé constatou a violação desses direitos, pois o ensino das práticas esportivas foi suprimido do currículo escolar, além disso, a quadra esportiva há mais de dois anos estava desativada, impossibilitando a prática do lazer no espaço escolar e o *playground* era insuficiente para a quantidade de alunos e faltavam reparos. Outro aspecto que denota essa violação está relacionado ao entorno da escola, pois

não se encontraram áreas de lazer, nem espaços iluminados durante a noite. Isso possibilita a proliferação de vandalismo, deixando as crianças e adolescentes vulneráveis a vários riscos sociais como o tráfico, por exemplo.

Este perfil mostra o descaso e o abandono das massas empobrecidas das periferias da cidade. Cotidianamente, realizo atividades educacionais com o público infantil e vejo como é importante o espaço adequado, lúdico, seguro e divertido para as crianças. Minha experiência de trabalho mostra como os interesses políticos das elites dominantes atuam de forma autoritária suprimindo e violando os direitos humanos.

Todos os assuntos foram muito elucidativos, mas os que mais me interessou foram as vivências da pobreza e os currículos. Os projetos sociais assistidos pela Fundação Batista Central despertaram o imenso interesse em dar visibilidade a este tipo de trabalho. Um dos motivos é que o currículo, aplicado no contraturno escolar, não se assemelha aos modelos convencionais de ensino, mas desenvolvem práticas pedagógicas relevantes e desprendidas de qualquer interesse político, econômico ou comercial tendo como objetivo a inclusão social.

Chamou minha atenção a relação aluno-professor existente nas práticas pedagógicas das atividades do projeto Kerigma Social, um dos projetos sociais da Fundação Batista Central, pois se percebe a perspectiva da inclusão e socialização dos alunos como um contraponto com a visão fatalista e reducionista que o modelo educacional tradicional pressupõe e aplica no sistema de ensino público convencional.

Por último, as vivências dos alunos compartilhadas no âmbito dos relacionamentos do grupo denotaram que um trabalho educacional, cujas práticas pedagógicas seguem padrões diferenciados, pode se apresentar como um instrumento muito eficaz para minimizar o

impacto da pobreza sobre esse contingente pobre uma vez que está fundamentado numa relação de confiança, credibilidade e afetividade entre o aluno e o professor dentro dos padrões éticos que valoriza mais a história de vida do aluno do que o cumprimento de um protocolo curricular ou plano de aula para dar satisfação aos gestores da educação. Noutras palavras Paulo Freire destaca:

É preciso, por outro lado, reinsistir em que não se pense que a prática educativa vivida com afetividade e alegria, prescindida da formação científica séria e da clareza política dos educadores ou educadoras. A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, da permanência do hoje. É exatamente esta permanência do hoje neoliberal que a ideologia contida no discurso da “morte da História” propõe. Permanência do hoje a que o futuro desproblematizado se reduz. Daí o caráter desesperançoso, fatalista, antiutópico de uma tal ideologia em que se forja uma educação friamente tecnicista e se requer um educador exímio na tarefa de acomodação ao munido e não na de sua transformação. Um educador com muito pouco de formador, com muito mais de treinador, de transferidor de saberes, de exercitador de destrezas. (FREIRE, 1996, p. 53)

Portanto, a articulação de um modelo de currículo que favorece ou estimula o aproveitamento dessas vivências de cada aluno como um degrau para o desenvolvimento ou potencialização de suas expertises ou a ressignificação da sua história de sofrimento deve ser valorizado e posto em prática conscientemente (SOTELO, 2012, p. 2). Essa proposta me faz acreditar ainda mais que o currículo tem uma participação significativa no processo de recuperação da dignidade e da autoestima do aluno. O educador, por sua vez, tem a responsabilidade de olhar para o currículo e as vivências do aluno

não como um fim, mas como um meio para se conseguir a diminuição das disparidades sociais de um determinado coletivo pobre, privado de atenção e oportunidades (SOTELO, 2012, p. 6).

Uma experiência que também contribuiu de maneira significativa durante o curso foi uma pesquisa sobre o espaço escolar e sua relação com o território. Assim, junto com colegas, fiz uma incursão à Escola Municipal José Bonifácio de Sousa, situada no Município de Fortaleza, em 2016. Realizamos entrevistas e inferências sobre a relação da escola e seu entorno.

A pesquisa mostrou o quanto precisamos repensar o modelo de escola atual e como a escola deve apresentar um espaço de aprendizado baseado, não apenas nas teorias pedagógicas convencionais, mas nas expressões artísticas, culturais e científicas que brotam da comunidade circunvizinha, ou seja, segundo Jurez Dayrell (1996), a escola deve ser um espaço sociocultural. Assim, a escola precisa oferecer uma infraestrutura que favoreça o despertar dessas expressões bem como se apresente como uma ponte entre o aluno e os diferentes saberes peculiares às suas vivências e habilidades.

A participação da família na vida do aluno também pode dinamizar o aprendizado do aluno. Boa parte dos pais não comparece às reuniões de pais e mestres da escola, fato constatado nas entrevistas realizadas durante a pesquisa. As razões são várias, normalmente, em virtude de emprego ou trabalhos domésticos. Muitos deles têm a dificuldade participar da rotina da escola, ora por não valorizar, ora por não dispensar tempo para isso, e/ou não conseguir encaixar em sua rotina essa responsabilidade. Assim sendo, há um distanciamento entre a escola e sua comunidade em sua integralidade e isso pode se tornar um fator limitador de um maior aproveitamento ou apropriação da dinâmica escolar por parte do aluno.

CONSIDERAÇÕES

Diante do contexto estudado e pesquisado, posso considerar que é possível um modelo de ensino que consiga articular os valores humanos, currículos eficazes, participação familiar e, ainda assim, promover uma transformação social na vida do aluno, ao ponto de elevar, não simplesmente e *a priori*, as condições econômicas, mas a capacidade de enxergar como um ser pobre é ciente de sua condição? Será que estes alunos encontram no modelo de educação atual, uma oportunidade para sair de sua situação de pobreza ou encontram resistência para se descobrirem como cidadãos, dotados de capacidades e experiências próprias?

Em suma, a pobreza e as desigualdades no Brasil se perpetuam como um câncer social que ecoa pelos séculos, como um jugo sobre os coletivos pobres para a manutenção do *status quo* das elites dominantes que utilizam políticas assistencialistas como uma das suas estratégias para perpetuação no poder. Destaco o papel da escola como a fomentadora e propulsora das iniciativas de transformação social, a partir do contexto de comunidade local. É na escola onde se pode iniciar o rompimento com as ideologias dominantes que subjagam os pobres à pobreza, à situação de desigualdades, pois é nela que se encontra o ambiente fértil para se questionar a ordem vigente e as relações de poder.

Para isso, é necessário estreitar a relação aluno-professor dentro de um escopo relacional, de confiabilidade, de amor e afetividade que pode estimular o interesse do aluno por vários conhecimentos (BUENO; PACÍFICO; AMARAL, 2014, p. 108), aprimorar os resultados do ensino aprendizagem dentro e fora da sala de aula e despertá-lo para vários questionamentos sobre o seu papel na sociedade e na comunidade onde vive. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire diz que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”

(FREIRE, 1981, p. 79). Aqui, reside uma justificativa plausível, de que a qualidade e eficácia da relação aluno-professor têm um peso fundamental no processo de transformação do contexto do aluno em sua relação com seu contexto.

Acredito que a educação em seu sentido amplo, é o viés por onde as principais transformações sociais podem se iniciar e que tanto o aluno como o professor são agentes dessas transformações, principalmente quando há um comprometimento consciente do educador em ajudar o aluno em sua leitura de mundo como Paulo Freire (1985 *apud* REZENDE, 2007, 8 p) tão eficazmente nos ensina em sua Pedagogia da Autonomia. Cabe aqui um lembrete sobre a importância de se diferenciar escolarização de educação tão bem explanada por Mário Sérgio Cortella em sua entrevista ao Estadão em maio de 2014. O que entendi é que a primeira segue um padrão mais técnico desempenhado pela escola e é apenas parte da segunda, que segue características bem particulares, e é de responsabilidade prioritariamente da família.

Dessa forma, percebo o meu papel como cidadão, gestor ou educador como dinamizador dos processos de transformação das condições de vida dos “corpos precarizados” (MOLL, 2012, p. 41) das comunidades pobres e libertação dos coletivos pobres da sua situação de pobreza ou miséria. Para tanto, acredito que a melhor interpretação e valorização da relação aluno-professor é a qualidade da escola em sua integralidade e a transformação dos currículos, que podem e devem ser os instrumentos para que a educação se torne o canal por onde o aluno possa esboçar sua jornada de superação e libertação de sua realidade de pobreza, uma “[...] educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação” (FREIRE, 1967, p. 36).

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzáles; BEAUCHAMP, Jeanete; MOREIRA, Antônio Flávio; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do; PAGEL, Sandra Denise. *Indagações sobre currículo: educandos e educadores, seus direitos e o currículo*. Brasília: MEC, 2007. 17. p. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf> >. Acesso em: 2 de agosto de 2017.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. *Da escola carente à escola possível*. 6. Ed. São Paulo: Loyola, 2003. 33. p. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?id=9B5oin1jw8YC&prints_ec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false >. Acesso em: 19 de julho de 2017.
- BRASIL. Constituição Federal: Decreto-lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, cria o programa Bolsa-Família e dá outras providências. *Casa Civil*, Brasília, 9 de janeiro de 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm >. Acesso em: 12 de julho de 2017.
- _____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: Art 1º; Art 2º; Parágrafo 3º do artigo 5º*. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 19 de julho de 2017.
- _____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: Art 3º*. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 19 de julho de 2017.
- BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José Maria. *Um pé de história: estudos sobre aprendizagem histórica*. Rio de Janeiro: Ed. Laphis, 2017. 31. p. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=YEqjDgAAQBAJ&pg=PA31.htm> >. Acesso em: 11 de outubro de 2017.
- BUENO, José Lucas Pedreira; PACÍFICO, Juracy Machado; AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. *Qualidade na educação e práticas pedagógicas: realidade e desafios*. 1. Ed. Florianópolis: Pandion, 2014. 108. p. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=Gzl mC QAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=Qualidade+na+educa%C3%A7%C3%A3o+e+pr%C3%A1ticas+pedag%C3%B3gicas+realidade+e+desafios> > Acesso em: 27 de julho de 2017.
- CORTELLA, Mário Sérgio. *CATVE.COM*. Cascavel: 13 mai.2014. Disponível em: < <https://catve.com/noticia/6/84429/programa-epc-recebe-o-filosofoMario-sergio-cortella> >. Acesso em: 21 ago. 2018.
- DAYREL, Juarez T. *A escola como um espaço sociocultural*. Artigo. [s.l]. Disponível em: < <https://ensinosociologia.milharal.org/files/2010/09/>

- Dayrell-1996-Escola-esp%C3%A7o-sociocultural.pdf > Acesso em: 4 de setembro de 2017.
- FREIRE, Paulo In: GADOTI, Moacyr. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis, 2000. 5. Ed. p. 23. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=KbkKPywW3YC4C&printsec=frontcover&dq=pedagogia+da+terra&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi1nPrpsaPWAhW4Q6AEIjAA#v=onepage&q=Pedagogia%20da%20terra&f=false> > Acesso em: 13 de setembro de 2017.
- _____. *Pedagogia da Autonomia*. 25 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996. 11, 39 e 53. p.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981. 79. p.
- _____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. 36. p.
- _____. In: REZENDE, Lucinea Aparecida. *Leitura e visão de mundo: peças de um quebra-cabeça*. Londrina: Eduel, 2007. 8. p. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=lf5U PPONaIsC&pg=PA8&dq=#v=Onepage&q&f=false> >. Acesso em: 14 de setembro de 2017.
- KUKLYS, Wiebke. *Amartya Sen's Capability Approach: Theoretical insights and empirical applications*. Berlin: Springer, 2005. 5. p. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?id=Ad9qQhSRed4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false > Acesso em: 27 de julho de 2017.
- MINASI, Luís Fernando; MOURA, Danieli Veleda; DAMO, Andreisa; CRUZ, Gauterio Ricardo. *Leituras de Paulo Freire: Leitura de mundo, leitura das palavras*. 1. Ed. Rio Grande: [s.n] 2011. 118. p. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=inZIBQAQBAJ&pg=PA118&lpg=PA118> >. Acesso em: 26 de julho de 2017.
- MOLL, Jaqueline. *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012. 41. p. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?id=jbveqoAK1EgC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false >. Acesso em: 27 de julho de 2017.
- REGO, Walquíria Leão. *Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao bolsa família*. São Paulo: Lua Nova, 2008. 154. p. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n73/n73a07.pdf> > Acesso em: 13 de setembro de 2017.
- SACRISTÁN, José Gimeno. *Saberes e incertezas sobre o currículo*. São Paulo: Penso, 2013. 111 e 120 p. Disponível em: < <https://books>.

- google.com.br/books?id=V4MFBAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&CAD=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 27 de julho de 2017.
- SANTOS JÚNIOR, Paulo Luiz do. *A Educação como fator de desenvolvimento econômico: um estudo de caso do município de Caxingó, Piauí*. 2014. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) □ FEAACS □ Faculdade de Economia, Administração, Atuárias, Contabilidade e Secretariado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: < <https://pergamum.ufc.br/pergamum/Biblioteca/index.php> >. Acesso em: 25 de setembro de 2017.
- SILVA, Maria Ozanira Silva e. *Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira*. 2010. 9 f. Ensaio – Universidade Federal do Maranhão, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf> >. Acesso em: 26 de julho de 2017.
- SOTELO, Denise de Melo. Vivências e historicidades: tecendo o currículo na educação de jovens e adultos. *Revista Thema*, Charqueadas, v. 9, 2 e 6. p. 2012. Disponível em: < http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/search/search?simpleQuery=historicidades&historicidade_s&searchField=query >. Acesso em: 11 de setembro de 2017.



MEMORIAL: RESGATANDO AS VIVÊNCIAS DE POBREZA

Maria Mônica Ramos de Melo¹
Raquel Guimarães Mesquita²

Eu, Maria Mônica Ramos de Melo, nasci no município de Quixadá-CE, cidade conhecida como terra dos monólitos pelo fato de possuir muitas formações rochosas, cidade que aprendi a apreciar desde pequena por suas belezas naturais. Passei minha infância e a adolescência na Fazenda São Manoel, localidade conhecida como Cedro. Meus pais são agricultores e não tiveram a oportunidade de estudar. Meu pai cursou a antiga segunda série e minha mãe estudou até a quarta série do ensino fundamental.

Minha mãe sabe ler e escrever. Seus conhecimentos correspondem ao nível de escolaridade que cursou. O meu pai lê com muita dificuldade e não escreve quase nada, além do nome. No entanto, percebe-se a inteligência dele. Em seus relatos, diz que não teve a chance de estudar, pois naquele tempo não existia escola na região. Por isso, o pouco que sabe foi ensinado por uma tia, a qual é muito grato.

O que meus pais vivenciaram retrata claramente a falta de políticas públicas que ofereçam uma educação de qualidade na zona rural. Os sujeitos sociais desse espaço se tornaram invisíveis por

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC) e licenciatura em Letras (UECE).

2 Orientadora do EPDS-UFC e Mestre em Sociologia (UFC).

muito tempo e ainda hoje continuam às margens da sociedade sem a garantia de direitos essenciais. Vimos no primeiro módulo deste Curso de Especialização - Fundamentos de Pobreza, Desigualdades e Educação - que o primeiro passo para romper com a pobreza é reconhecer que ela existe. Mas não basta apenas sabermos de sua existência, é necessário darmos centralidade a esse tema, pondo em discussão esses sujeitos, seus corpos, seus modos de viver e pensar.

Iniciei meus estudos em uma escola situada em uma localidade denominada Várzea Redonda, vizinha a que eu residia. Estudei lá desde a alfabetização até a segunda série (hoje correspondente ao 3º ano). Após esse período, continuei na única escola que tinha na comunidade. Estudei lá somente até concluir a 4ª série (atual 5º ano). Quando estava frequentando tais escolas não havia transporte escolar, motivo pelo qual eu e meus irmãos, nos deslocávamos a pé.

Posteriormente, fui estudar mais distante ainda da minha residência, no distrito de São João dos Queiroz, aproximadamente 6 km de onde eu morava. Nesta escola, fiz da 5ª série (atualmente 6º ano) até a 8ª série (hoje 9º ano). Nesse período, já utilizávamos transporte escolar, embora esse veículo fosse precário, sendo alternado entre pau-de-arara e ônibus. No período chuvoso, o transporte mais viável era o pau-de-arara, pois as estradas carroçáveis não permitiam a passagem de ônibus.

Ao estudar o módulo Introdução à Pobreza e Cidadania, notamos que para os sertanejos, a cidadania não existe. É apenas uma abstração, pois ser cidadão não condiz com a realidade vivenciada diariamente. Os habitantes da zona rural são fortes, lutadores, mas as condições que lhes são propiciadas fazem com que essas pessoas não tenham o direito de exercer a sua cidadania, pois a pobreza está presente tanto da forma material, como na sua interioridade, o que acaba por afetar a autonomia e a visão de si mesmo. Além disso, outro fato que agrava a situação do sujeito pobre, diz respeito à

resistência do sistema educacional brasileiro em dialogar com esse tema. Percebemos isso quando a docência inferioriza, segrega e não dá centralidade a esse sujeito, não refletindo sobre suas vivências enquanto sujeitos pobres.

Nas três escolas em que estudei durante o ensino fundamental, notei a precariedade da estrutura física e da ausência de materiais de qualidade para o uso em sala de aula. Aqui relembro o texto estudado neste curso, que nos questionava o tipo de educação que recebemos, pois na maioria das vezes a escola só repassa os conhecimentos que são de interesse do Estado, esquecendo-se de seu público-alvo: alunos pobres e filhos de famílias que vivem em situação de pobreza.

Acredito que as escolas que temos hoje, em geral, não contemplam o seu público, ao passo que culpabilizam o sujeito pobre por sua condição. As construções discursivas, sociais e históricas sobre a pobreza ainda são reproduzidas nas instituições escolares, na mídia e em toda a sociedade. É necessário que tenhamos a consciência de que essas ideias tidas como naturais precisam ser desnaturalizadas para que novas concepções sejam construídas sobre a pobreza.

Sabemos que somente a instituição escolar não dará conta de romper com a pobreza, mas acreditamos que por ser uma instituição que tem o objetivo de educar pessoas, a escola deve ressignificar suas vivências a partir do tipo de público que a frequenta. O aluno precisa ver sentido naquilo que faz, pois muitos deles acabam por desistir de frequentar as aulas, já que as informações que são repassadas não têm nenhum elo com suas vivências. Penso que a escola necessita rever as suas práticas educadoras e não trazer para si a responsabilidade de ser a única instituição que irá salvar o mundo e as pessoas. Sabemos a necessidade das políticas educacionais dialogarem com as demais (de alimentação, moradia, transporte).

Continuando minha trajetória, ao ingressar no ensino médio, as mesmas dificuldades surgiram novamente. Não havia mais o

transporte escolar, por isso meu pai precisou comprar uma bicicleta para mim e meu irmão, ressaltando que ele já havia comprado duas bicicletas no ano anterior para as minhas irmãs mais velhas, pois a escola ficava distante de nossa residência. Foram três anos difíceis, mas conseguimos concluir o ensino médio. Apesar da distância, gostei de estudar na instituição. Fiz alguns amigos e amigas, dentre estas, uma em especial, a qual mantenho contato até hoje.

Quando cursava o ensino médio descobri, através do professor da disciplina de Física, que existia um campus da Universidade Estadual do Ceará em Quixadá, fato que me instigou a pensar em cursar licenciatura em Física, porém, fiquei com receio de não passar no vestibular e não garantir minha vaga na universidade. Então, como sempre gostei de ler, optei por Língua Portuguesa. Mas isso não foi de imediato, depois que concluí o ensino médio fiquei estudando sozinha em casa por um período de aproximadamente dois anos. Só depois fui tentar o vestibular e passei para o curso de Letras.

O curso de Letras, por sua vez, não foi uma escolha autônoma. Na verdade, não havia tantas opções, pois na época que fiz o vestibular, a cidade de Quixadá contava com duas universidades: a Faculdade Católica de Quixadá (instituição privada) e um campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE). No entanto, devido minhas condições financeiras, optei por fazer uma graduação em uma universidade pública. Para mim, entrar na universidade sempre foi um sonho. Portanto, não importava que curso eu fosse optar, o mais importante era garantir minha vaga em uma universidade pública.

Durante a graduação em Letras fui me apaixonando pelo curso, principalmente quando obtive uma bolsa de iniciação científica e pude descobrir novas experiências para além do ensino como, por exemplo, a pesquisa acadêmica. A linguística me despertou o gosto pela pesquisa, sobretudo depois da bolsa de iniciação científica, bem como devido à monitoria da disciplina de Teorias Linguísticas.

Este foi um período marcante em minha vida acadêmica e de muito aprendizado, pois apresentei diversos trabalhos em seminários, simpósios e congressos. Os trabalhos apresentados eram frutos de um projeto desenvolvido pela professora Claudiana Nogueira Alencar, a qual era minha orientadora e coordenou um projeto sobre as práticas culturais do forró, repente e cordel.

Fui designada para pesquisar sobre a prática cultural do forró pé de serra. Na ocasião, entrevistei cantores, radialistas e alunos para observar a opinião deles sobre as letras de músicas, se estas retratavam ou não o machismo e, embora alguns dos entrevistados não tenham percebido o machismo presente nas letras, outros perceberam que há sim sentidos naturalizados presentes em tais canções.

O objetivo do referido projeto de pesquisa era investigar os estereótipos construídos nas práticas culturais a partir das letras de forró pé de serra. Discursos estes que acabam construindo identidades negativas para as mulheres, o que pode ocasionar violência (lembrando que não existe a violência, mas vários tipos de violência). Gostei muito da experiência e por isso senti também a necessidade de entender como são construídas as identidades dos sujeitos pobres (considerando sua diversidade) e como lidamos com a situação de pobreza.

Após concluir a graduação em Letras no ano de 2011, me interessei em cursar uma pós-graduação, mas o tempo foi passando e no ano seguinte tive que mudar de cidade, pois fui convocada para assumir o concurso de secretária escolar no Município de Horizonte. No início não foi fácil deixar minha terra natal e meus familiares para morar em um município mais distante. Além disso, ao assumir este cargo, o tempo foi ficando cada vez mais restrito, principalmente porque fui lotada na zona rural do município.

Em 2016, surgiu a oportunidade de cursar a Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Ao ler o edital, fiquei bas-

tante interessada e logo busquei mais informações sobre o processo seletivo. Sempre gostei de expandir meus conhecimentos e o público que atendo diariamente são pessoas pobres, por isso, instigava-me entender como a escola lida com o alunado e familiares que vivem à margem da sociedade.

Além disso, eu também sou oriunda de família pobre, embora nunca tenha passado fome, vivenciei a falta de políticas públicas para a pobreza. Para conseguir entrar na universidade e terminar o curso de Letras tive que deixar a casa de meus pais e ir morar na sede de Quixadá.

Minha mãe foi beneficiária do Programa Bolsa Família, o qual era destinado às despesas do cotidiano. Como na minha história de vida sempre consegui estudar superando todas as adversidades, vi nesta Especialização a realização de mais uma conquista. Além de estudar e compreender todo o processo de pobreza que vivi, este curso pode me auxiliar no meu trabalho e na busca por novas perspectivas para as famílias pobres. Entender o sujeito pobre a partir de sua realidade vivenciada é o caminho para buscar novas práticas humanas que entendam o ser humano a partir de sua humanidade.

No curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, vimos que a população da zona rural sofre mais com o descaso e a omissão por parte de nossos representantes políticos do que a população urbana. Assim como meus pais, milhares de pessoas que moram no campo não têm acesso aos direitos mais básicos como a educação, a saúde e a moradia. Por esse motivo, ocorre o processo de migração.

No livro de Graciliano Ramos, *Vidas Secas*, citado durante este curso, temos um exemplo deste processo. A família saiu de sua terra por conta da seca, o que demonstra que não existia nenhuma política voltada para os camponeses e que aquela família estava sem a mínima condição de permanecer lá, pois a seca atingia a região e

consequentemente não existiam alimentos e água para a subsistência. A obra citada acima nos traz uma reflexão crítica sobre as condições de vida na zona rural, nos mostra que os sertanejos convivem com diversos problemas, dentre eles, a falta de alimentos, de água, de transporte público e de saúde.

Em dois períodos da minha vida tive que migrar. No primeiro, saí de minha localidade para morar na sede de Quixadá, na época que entrei na universidade. Depois, migrei para Horizonte-CE em busca de condições melhores de trabalho. Tudo isso é um reflexo da negação dos direitos dos pobres e camponeses, assim como na obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos. Na vida real sempre existiram casos de migração em busca de melhores condições de vida.

O campo é inferiorizado e as pessoas que vivem lá não têm direitos básicos assegurados. Geralmente, as escolas estão situadas distantes das residências dessas pessoas, sendo que os postos de saúde situam-se em localidades distantes, além de não haver abastecimento de água. Isso tudo acontece porque não são pensadas e implementadas políticas públicas que tenham como centralidade as especificidades desses sujeitos.

Estudar sobre a pobreza me instigou o senso crítico, pois vi neste curso a chance de entender porque existe tanta desigualdade social e econômica em nosso país e que isso decorre de uma visão moralizante sobre *o ser pobre*. A pobreza sofre não apenas com a falta de bens materiais, mas também na formação da sua personalidade. Em diversos momentos, me questioneei: seria possível mudar essa triste realidade? Ou não? Será que um dia os sujeitos pobres deixarão de ser pobres? Até que ponto a escola pode e deve contribuir para tornar a sociedade mais justa e igualitária?

Durante a Especialização, percebi que vivemos em uma sociedade onde os pobres, os mais vulneráveis, não têm o direito de fazer escolhas sobre o que desejam de suas vidas. A eles não são dadas as

possibilidades de se autonomizar, não têm liberdade para realizar ou decidir coisas simples de seu cotidiano. Os pobres são pessoas sem voz, sua condição de miséria afeta sua subjetividade e os torna facilmente alvo da exploração capitalista, alimentando assim o ciclo de reprodução de pobreza. Aqui trago um exemplo disso:

Aí Fabiano baixou a pancada e amunhecou. Bem, bem. Não era preciso barulho não. Se havia dito palavra à toa, pedia desculpa. Era bruto, não fora ensinado. Atrevimento não tinha, conhecia o seu lugar. Um cabra. Ia lá puxar questão com gente rica? Bruto, sim senhor, mas sabia respeitar os homens. Devia ser ignorância da mulher, provavelmente devia ser ignorância da mulher. Até estranhara as contas dela. Enfim, como não sabia ler (um bruto, sim senhor), acreditara na sua velha. Mas pedia desculpa e jurava não cair noutra. O amo abrandou, e Fabiano saiu de costas, o chapéu varrendo o tijolo. Na porta, virando-se, enganchou as rosetas das esporas, afastou-se tropeçando, os sapatões de couro cru batendo no chão como cascos. (RAMOS, 2008, p. 93-94)

Neste trecho, percebe-se claramente o quão submisso era Fabiano. Ele não sabia ler nem escrever. Portanto, não tinha argumentos. Desse modo, não podia discordar da opinião do patrão, era uma presa fácil. O jeito era aceitar a exploração. Adquirir independência econômica significa também autonomia. Com uma renda fixa e digna, se tem a possibilidade de vivenciar a cidadania aliada à vida econômica nesta sociedade tão desigual, onde os próprios agentes públicos que têm obrigação de atender com respeito e humanidade a pobreza, discriminam e humilham o povo.

A cidadania só se constrói quando temos nossos direitos garantidos e cumprimos os nossos deveres. Sabemos que os pobres estão longe de alcançar a garantia de seus direitos, pois há uma minoria que é beneficiada em detrimento da miséria de milhões de pessoas.

Ao longo deste curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, tivemos a oportunidade de adquirir novas concepções sobre a questão da pobreza e da desigualdade social.

Na disciplina Fundamentos de Pobreza, Desigualdades e Educação, reconhecemos que a pobreza e as desigualdades existem e vimos que é preciso observar em nossas práticas quais necessidades essas vivências da pobreza nos trazem. Observei, a partir desta disciplina, que inicialmente temos que reconhecer que a pobreza existe e que ela está presente em nosso meio social, dentro das escolas, ruas, enfim, nos diversos locais. A partir dessa percepção que adquiri, passei a olhar para os pobres de acordo com a realidade vivenciada por eles e percebi que falta a implementação de políticas públicas que os possibilite sair da situação de pobreza e lhes garanta os seus direitos básicos.

Estudamos também sobre a visão moralizante da pobreza e sua produção histórica, visão esta que coloca no pobre a culpa por sua condição, o discrimina e constrói estereótipos que negativam os sujeitos pobres. Não se coloca na centralidade da discussão as carências materiais desta situação, sendo esta reduzida a uma questão moral, a falta de valores e desta forma entende que a vítima é a responsável por sua situação. Antes de fazer este Curso de Especialização, eu tinha uma visão moralizante sobre a pobreza. Agora entendo que este pensamento é equivocado, pois não retrata a realidade sobre esse fenômeno.

Diante desta concepção da pobreza, nota-se que se faz necessário refletir e repensar os currículos de formação inicial e continuada, pois do mesmo modo que não estudei a pobreza durante a minha vida escolar, os alunos também não estudam o assunto, isso porque o currículo não contempla a temática no ensino fundamental.

Na disciplina Introdução à Pobreza e Cidadania, estudamos o conceito de pobreza compreendendo-o como complexo e multi-

facetado. Além disso, relacionamos os conceitos de desigualdade, educação e cidadania, entendendo que o conceito de cidadania está intimamente ligado ao de democracia, pois para garantir a cidadania é fundamental que tenhamos a garantia de nossos direitos, os quais só teremos se nossa sociedade for democrática.

Infelizmente, estamos longe de garantir direitos iguais a todos, pois a população pobre não tem sequer o direito ao respeito. Outro ponto que achei interessante foi o estudo sobre o processo de autonomização das pessoas. Constatamos também no documentário Severinas que algumas pessoas das gerações mais jovens não aceitam mais viver como viveram as gerações anteriores, na miséria e enfrentando muita dificuldade e veem na educação o principal meio de sair deste círculo vicioso. Observei também nas escolas, quando indagamos a alguns alunos sobre qual profissão querem seguir, alguns afirmam que desejam ser médicos, advogados, profissões que demonstram que eles não desejam permanecer no círculo da pobreza.

Já na disciplina Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação, aprendemos sobre o processo histórico dos direitos humanos, sua natureza e características dos mesmos. Vimos também as três gerações dos direitos humanos, onde discutimos a educação em direitos humanos e observamos que se não temos direito a uma vida digna, não podemos falar em outros direitos, pois o direito a uma vida digna não pode ser apenas para parte da população. Pelo contrário, a garantia desse direito deve ser para todos os seres humanos, e este ainda não abrange a maioria das pessoas, sobretudo, os pobres.

Temos uma luta de valores a travar, desconstruir estereótipos e buscar construir uma cultura que trate todos com igualdade. Esta disciplina me fez refletir sobre a negação dos direitos, pois vivencio isso constantemente nas escolas com alunos que passam fome, não têm direito à moradia, à saúde, ao lazer, chegando ao ponto em que nem as vestimentas os pais podem comprar para seus filhos. Isso

tudo é um retrato da realidade que milhões de crianças vivenciam diariamente.

A disciplina Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza, por sua vez, nos trouxe a reflexão sobre as crianças e jovens que vivem na pobreza. Debates também sobre a questão das desigualdades, da cultura escolar, e dos movimentos sociais. Observamos que a escola pode ser um espaço de novas práticas sociais que estabeleça relações concretas de vivências entre povo e território. Com este módulo, percebi que a cultura escolar precisa ser modificada, pois infelizmente a discriminação está presente também no interior das escolas.

Na oportunidade, percebemos que educação é um conceito amplo. Essa concepção não foi nova para mim, pois sempre compreendi a educação além dos muros da escola. Observo que algumas pessoas compartilham da mesma ideia, outras, por sua vez, discordam, pois acham que o conhecimento que é válido para a vida dos alunos é somente o adquirido na escola. Isso me incomoda porque no mundo globalizado que vivemos é impossível os educandos adquirirem conhecimentos apenas por meio da escola. Além disso, sabemos que o conhecimento é construído no cotidiano, nas diversas vivências, sejam elas nas ruas, igrejas, praças e escolas, todos esses saberes das experiências devem ser levados em conta na construção de um processo educativo.

E por último, tivemos a disciplina de Fundamentos de Pobreza e Currículo: Uma Complexa Articulação, na qual tivemos a oportunidade de discutir sobre as vivências de pobreza e currículo, ocasião em que relacionamos estes conceitos, estabelecemos conexões, aprofundamos sobre o direito de saber-se pobre e, constatamos que novas práticas educativas precisam ser construídas, pois em geral os pobres são excluídos até no processo educativo que a maioria das escolas adere.

Por fim, percebemos que o currículo é um instrumento formativo essencial, pois tanto estabelece conexão com a cultura interna, quanto com a externa à escola. Nesta disciplina e pela vivência diária, percebi que os currículos precisam ser reformulados, pois eles não objetivam a formação de um sujeito crítico e autônomo, quando falamos em pobreza.

De acordo com o estudo dos módulos e com a vivência em escolas, percebi todo esse conjunto de elementos que perpetuam o ciclo de pobreza. É preciso buscar uma educação transformadora que instigue os alunos ao pensamento crítico, à pesquisa social, através do conhecimento de novas ideias, que busquem entender os fatos como eles são e não como estão sendo disseminados.

Enfim, com este Curso de Especialização, constatei que devemos mudar as nossas práticas educadoras, repensar diversos conceitos, dentre eles o da pobreza, na busca de uma sociedade mais justa e cidadã.

É preciso ter um novo olhar educativo e cultural, entender que cada criança é diferente e que cada uma tem a sua cultura, seus valores, resumindo, as suas vivências. Entretanto, toda a sua formação acadêmica depende destes fatores sociais, políticos e culturais. Logo, os educadores precisam conhecer a realidade na qual os seus alunos estão inseridos e a escola precisa dialogar com a comunidade, com o bairro. Afinal, ela está inserida em um meio social. A escola, enquanto instituição educadora, não pode continuar a ignorar o seu público e perpetuar conhecimentos que não condiz com as vivências dos educandos.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. *Módulo Introdutório: Pobreza, Desigualdades e Educação*. IN: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- _____. *Módulo IV: Pobreza e Currículo: uma complexa articulação*. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LEITE, Lúcia Helena Alvarez. *Módulo III: Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza*. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- LEÃO REGO, Walquíria; PINZANI, Alessandro. *Módulo I: Pobreza e Cidadania*. IN: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. *Módulo II: Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação*. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. São Paulo: Record, 1985. 15p



DESAFIADA PELA EDUCAÇÃO

Luzia Maria Soares Santiago Cavalcante¹
Reginaldo Nascimento da Silva²

Como professora da educação básica, não imaginava que seria tão difícil produzir um memorial. A princípio achei que poderia ser fácil delinear minha trajetória, pois escrever as experiências de vida, dar sentido à sua história tanto no campo pessoal como profissional não parecia ser uma tarefa complicada diante de tantas participações nos fóruns e nos portfólios produzidos ao longo do curso. Foi o que pensei. Falar de minha história de vida me exige traçar uma trajetória em que os acontecimentos façam sentido e apresentem uma sequência de fatos que sejam fundamentais para este relato de vida. Através do texto devo refletir sobre os fatos de minha vida que me possibilitaram reconhecer e ter um maior entendimento sobre a constituição de minha identidade, agora como especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

BREVE HISTÓRICO FAMILIAR, ACADÊMICO E PROFISSIONAL

Nasci na cidade de Ipu, terra de Iracema a índia dos contos de José de Alencar. Uma cidade pequena e acolhedora pelas belas e majestosas montanhas que parecem abraçar aquele povo tão hospitaleiro. Eu sou a quarta filha de uma família de cinco irmãos. Fiquei

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

2 Orientador do EPDS-UFC e Mestre em Ciências Sociais (UFRN)

órfã de pai aos sete anos de idade, e tenho poucas lembranças da minha infância.

Estudei no Patronato Sousa Carvalho, colégio administrado por irmãs de caridade, era um dos melhores colégios particulares da região, até o quinto ano e logo depois fui para uma escola pública.

A mudança foi boa, consegui me adaptar com rapidez, tirava sempre boas notas e assim era promovida de ano com mérito. Pude vivenciar duas realidades: a da escola privada e da pública e percebi que há diferença entre ambas, na estrutura física, nos espaços, nos valores, na disciplina e, principalmente, no ensino. Após concluir a 8ª série, casei aos 17 anos de idade, coisa muito comum para a época, e fui morar em Sobral. Cursei o 2º grau na escola estadual Dom José Tupinambá da Frota. Tive 2 filhos nascidos em Sobral e prestei o vestibular em 1981. Fui aprovada e iniciei o curso de Ciências Contábeis pela Universidade Vale do Acaraú, em Sobral. Em 1982, mudamos para Fortaleza quando fui aceita na Universidade Federal do Ceará por força de lei que garantia essa matrícula e, finalmente, em 1988 concluía o curso superior, diga-se de passagem, com bastante atraso na conclusão dos estudos. Nesse período, já me encontrava com quatro filhos.

Em 1993, o município de Maracanaú abriu concurso público para selecionar professores a serem lotados nas escolas da rede municipal, tendo em vista a municipalização do ensino público. Desde então faço parte do quadro de professores da educação básica de Maracanaú. Em 1995, desfazia o matrimônio. No ano de 1998 participei da seleção de professores da rede estadual, fui aprovada e assumi duas turmas de 5ª série, ensino ministrado pelo sistema de TV.

O Sistema de TV surgiu como suporte para atender a democratização das escolas e como ferramenta para a implantação da Educação a distância. A princípio esta modalidade de ensino foi adotada para atender a carência de professores, pois o quadro de

docentes não era suficientes para suprir as carências nas escolas. As teleaulas aconteciam observando um calendário semanal e os alunos recebiam material didático para acompanhar as aulas. Conforme a quantidade de turmas as mesmas eram organizadas de forma que os professores orientadores de aprendizagem ficassem com duas ou quatro disciplinas, algumas sem serem de sua área de formação.

Com a implementação da Lei n. 9394/96, os profissionais da educação deveriam atender aos fundamentos nela estabelecidos através do Artigo 61, Título IV que apresenta:

Parágrafo Único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I. A presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II. A associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III. O aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades (Incluídos pela Lei 12014, de 2009).

Assim, fiz o curso de Formação de Professores especializados para as Disciplinas de 2º grau, atualmente Ensino Médio, ofertado pela Universidade Estadual do Ceará sob o nome de Esquema I, para os professores formados em Bacharelado ou curso de graduação curta. Em 2000, fiz Psicopedagogia e declaro que a caminhada na construção de uma qualificação para o trabalho dava-se início.

De 2000 a 2005, fui diretora da escola municipal Instituto São José e lembro desse fato como uma experiência muito positiva, apesar de ter que administrar alguns conflitos no desempenho da função assumidas no período. À época, a escola ofertava o Ensino Fundamental e Ensino Médio, mas devido à reforma na educação pela publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1996 (Art.10º, inciso VI), o ensino médio passaria a ser ofertado, com prioridade, pelas escolas estaduais e assim as turmas de ensino médio foram gradativamente sendo extintas da rede municipal.

Como diretora pude sentir que compete-nos administrar e compreender a força de cada um e perceber os impactos que o processo educacional pode provocar na vida das pessoas. Nesse período participei de um curso Gestão Escolar, a nível de extensão, ofertado pela Universidade Estadual do Ceará o qual me possibilitou conhecimentos para trabalhar uma gestão democrática.

Por questões políticas voltei para a sala de aula em abril de 2005. Foi um ano bastante difícil, tive que me desdobrar em três escolas diferentes e em bairros distantes um do outro. Pela manhã trabalhava com duas turmas de 5º ano, a tarde assumi duas turmas de 7º ano com as disciplinas de matemática, ciências, história e religião num formato de organização de ensino dois, ou seja, duas turmas dois professores se revezam com as disciplinas das turmas conforme a formação acadêmica de cada um, formato parecido com o sistema de TV, nesse modelo existia a preocupação de lotar o docente pela área de formação, diferentemente do sistema de telensino. No turno noturno ministrava a disciplina de português em turmas de 8º e 9º ano.

O retorno à sala de aula, e tendo que enfrentar três realidades distintas, foi o suficiente para me sentir desafiada, com dúvidas, com medo de enfrentar as diversas pressões e tendo que encontrar meios para conseguir fazer o trabalho que desejava e precisava realizar, mesmo depois de alguns anos fora de sala de aula.

No turno da manhã eu me dirigia à escola Jari EMEIEF, atualmente José Assis de Oliveira EMEIEF, que fica localizada no bairro Parque Jari, em Maracanaú. Escola grande com aproximadamente 900 alunos matriculados e dois anexos que faziam parte da escola, considerada nível IV. A escola oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. O bairro Parque Jari fica localizado entre a periferia de Maracanaú e os limites de Fortaleza e por estar nessa localização absorve os riscos da capital, apresentando alto índice de violência, pobreza e falta de emprego formal, apesar de estar a poucos quilômetros do Centro de Abastecimento - CEASA.

A escola que eu ministrava aula à tarde fica no bairro Jereissati I e leva o nome de Carlos Jereissati Senador EMEIEF por ter sido construída num terreno doado pela família Jereissati, apresenta mais de 600 alunos matriculados, considerada escola de nível III, oferta a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Por estar localizada mais próxima do centro comercial do município os índices de violências não são relevantes, a clientela que frequenta a escola apresenta um padrão econômico de classe média baixa, se assim podemos classificar.

A escola que trabalhava no turno noturno, Albaniza Rocha Sarasate EEM, é da rede estadual e fica localizada no bairro Alto da Mangueira, considerado um bairro violento e onde se concentra uma comunidade chamada Vida Nova, e a maioria dos moradores do local são catadores de lixo, portanto uma comunidade pobre.

De abril de 2005 a janeiro de 2006 permaneci fazendo esse percurso, ou seja, parecia mais com a via sacra. Foi então que um amigo me encontrou e fez a pergunta se eu queria ir trabalhar na CREDE, não pensei duas vezes, aceitei o convite e fiquei lá até junho de 2007. A princípio fui lotada para supervisionar o pessoal de serviços gerais, rota de motoristas, entrega de materiais e visitas as escolas que pertenciam a Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação CREDE1 de Maracanaú. Fiquei pouco tempo e

fui convidada a ser assessora da diretoria de ensino. A experiência aconteceu num menor espaço de tempo, pois em julho de 2007 retornaria para a Secretaria Municipal de Educação, para coordenar o Censo Escolar e o Programa Bolsa Família na Educação.

O retorno para a Secretaria de Educação do Município de Maracanaú significou novas expectativas para a minha vida pessoal e profissional. A experiência com o trabalho de acompanhamento da frequência escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família nas escolas do município me permitiu defender e compreender o programa como uma possibilidade de inclusão para as famílias pobres e a recuperação da dignidade daqueles que se encontram à margem da sociedade.

Motivada pela nova fase e pelo trabalho de coordenadora do Programa Bolsa Família na Educação voltei aos estudos em 2009 na perspectiva de adquirir novos conhecimentos. Dessa forma, entrei no curso de pós-graduação em docência do Ensino Superior ofertado pela Faculdade Kurios em Maranguape e logo em seguida entrei num Mestrado em Ciências da Educação no Paraguai, cujo diploma estou tentando revalidar até hoje. Mas eu não desisto fácil.

A participação em um novo curso de pós-graduação não serviu para minha ascensão funcional, mas serviu de alavanca para o enriquecimento de meu currículo, e acima de tudo representou, uma ampliação de conhecimentos na minha visão profissional, tendo em vista o trabalho que desenvolvo junto às escolas. Ao final deste curso, apresentei uma dissertação cujo objetivo era apresentar o Programa Bolsa Família como uma política pública que visa à inclusão das famílias carentes ao acesso à Educação, Saúde e Assistência Social através das condicionalidades. A escolha do tema se deu pela experiência profissional como Operadora Master do Projeto Presença na Secretaria de Educação desde 2007 até os dias atuais. Através de estudos e capacitações foi possível apresentar um trabalho relatando

os efeitos e o que realmente mudou na vida das famílias beneficiárias através do Programa Bolsa Família.

Em 2013, concorri a uma vaga no Curso de Pós-Graduação em Gestão pública ofertado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, em Redenção-Ceará. Foi um período de muitas aprendizagens. Foi a minha primeira experiência em Educação a Distância, agora como aluna. A princípio senti dificuldade em entender a dinâmica do curso, mas depois passei a compreender o processo que estimula o cursista a conhecer o uso das tecnologias e a ser protagonista de seus próprios conhecimentos.

Neste mesmo ano, passei por uma terceira cirurgia, o me fez achar que não ia dá para seguir em frente. Entretanto, tudo terminou bem, e em 2014 apresentei a dissertação, cujo título coloca o Programa Bolsa Família uma política de inclusão que aliado a educação, mostrou-se uma ação do governo capaz de ampliar e provocar melhorias nas condições de vida das famílias beneficiárias pelos repasses de recursos financeiros.

Com essa mesma metodologia de EaD, participei de um curso de Educação Alimentar e Nutricional no Programa Bolsa Família com o objetivo de reconhecer as culturas locais e as ações públicas desenvolvidas pela Educação, Saúde e Assistência Social no fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional e construção do Direito Humano à alimentação adequada das famílias beneficiárias.

Reflexão geral: antes e depois do curso

Atualmente, participo do Curso Educação, Pobreza e Desigualdade Social ofertado pelo governo federal através da Universidade Federal do Ceará para as pessoas, consideradas público-alvo, que trabalham diretamente ou indiretamente com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Após um processo de seleção entre vários candidatos, estou eu aqui a produzir o memorial como requisito para o primeiro capítulo do TCC. Antes de iniciar os estudos para mais uma formação continuada, acreditava que seria fácil encarar outras etapas de pesquisas, produções textuais e avaliações. Tinha esse entendimento porque faço o acompanhamento da frequência escolar das crianças e adolescentes que participam de programas de transferência de renda e que estão estudando nas escolas de Maracanaú, e também já conhecia a dinâmica de curso na modalidade à distância como professora e também como aluna, e pelo título do curso era bastante claro, íamos estudar sobre educação e pobreza. Temas conhecidos por mim.

No dia da aula inaugural foi feita uma apresentação do curso, objetivos, metodologias, ementas e que além de atender a demanda da formação continuada de profissionais, também pretende

[...] desenvolver habilidades na apropriação de conhecimentos científicos e no apoio à pesquisa acadêmica em educação, pobreza e desigualdades sociais em suas relações com questões étnicas, raciais, de gênero e de espaço e no estímulo à difusão do conhecimento. (Apresentação do Curso, p..3 EPDS 2016)

Estivemos reunidos nos dias 13 e 14 de maio no Campus do Pici, e na oportunidade assistimos às seguintes palestras: Acesso e Evasão Escolar dos jovens de baixa renda: onde atuar; Políticas Públicas e Participação Social e Educação e concretização dos direitos humanos, perspectivas.

Na primeira palestra, o tema foi interessante porque pude perceber com mais clareza que a evasão escolar é consequência de vários fatores relacionados à família, à escola, à comunidade e, principalmente, relacionado ao próprio aluno que, por questões diversas, como o desempenho acadêmico, várias repetências, envolvimento

com drogas, necessidade de trabalhar mesmo antes de terminar os estudos, gravidez e casamento na adolescência, tudo isso é motivo para abandonarem a escola. Por isso, temos tantas crianças e adolescentes fora da escola e em situação de vulnerabilidade social.

Segundo a professora Elza Braga, responsável pela segunda palestra, *as políticas públicas são orientadas para gerar processos emancipatórios*³ (Informação verbal, 2016). Processos esses que devem tornam os seres humanos dignos de direitos, capazes de agirem, de terem autonomia e serem felizes. Mas tudo isso parece utopia. Como os jovens tem assegurado o direito ao acesso e á permanência na escola se as políticas públicas não garantem uma educação de qualidade, nem a plena realização, a liberdade e não asseguram a inserção dos jovens no mercado de trabalho e renda? Como podemos ser livres numa sociedade tão desigual?

Para responder esses questionamentos ou provocar outros, a terceira palestra trouxe o tema: Educação e concretização dos direitos humanos, perspectivas. O curso começava a mostrar a outra face da pobreza, um lado que envolvia relações com questões raciais, de gênero, étnicas, de renda e violação de direitos, antes não associado por mim.

Ao trazer o tema direitos humanos para ser apresentado aos cursistas, foi-nos dada a ideia de que somos iguais perante a lei, pois os direitos humanos não se limitam apenas em uma região específica ou a uma geração de indivíduos. Entretanto, vemos muitos seres humanos pobres ou em situação de extrema pobreza. Foi dessa forma que pude entender o ponto central do curso que é termos consciência e compreendermos o sistema social em que vivemos, e reconhecermos o que é realmente a pobreza e atuar contra a violação dos direitos do ser humano.

3 Segundo a professora Elza no dia do encontro presencial do curso EPDS disse: esses processos emancipatórios envolvem um conjunto de ações, utopias, lutas, sonhos, projetos humanos, ações do homem para buscar sua felicidade, ações educativas onde o ser humano possa ter o direito de ser, expressar seus potenciais, capacidades e diferenças.

A temática Educação, Pobreza e Desigualdade Social se constitui num instrumento que requer de nós uma ação transformadora para o enfrentamento da pobreza, para romper com práticas educativas que reforçam a reprodução das desigualdades sociais no contexto escolar.

Para tanto, a organização curricular apresentou cinco disciplinas ao longo do curso, onde pudemos aprender e compreender os referenciais teóricos a partir do material didático e da produção dos portfólios. O diálogo através dos fóruns com cursista e tutores, a elaboração de atividades ação reflexão, individualmente ou em grupo, foram significantes para a apropriação de conhecimentos acerca da pobreza.

Refletindo sobre a minha participação no curso EPDS, percebo que houve significativos avanços na concepção de pobreza e posso dizer que as disciplinas apresentadas ao longo do curso suscitaram em mim uma crença de que todo sujeito tem a oportunidade de se (re)construir.

Devo dizer que o encontro presencial foi muito bom para a apropriação de conteúdos relacionados à pobreza, mas o empoderamento desse conhecimento se deu a partir dos fóruns. Participar de um curso onde se vai estudar sobre pobreza parece uma coisa estranha aos ouvidos de algumas pessoas, e foi assim que comecei a minha participação no primeiro fórum. Um cursista comentou, como alguém pode estudar pobreza? O Fórum se referia à importância do reconhecimento da pobreza e das desigualdades sociais para uma mudança no processo educativo e se na nossa formação profissional já havíamos sido contemplada com a temática?

O estranhamento à temática parece fazer parte de uma pobreza “política” ou “cultural”, questão essa que afeta muitas pessoas. Por esse motivo, uma mudança de atitude pode tocar essas pessoas a fim de que elas compreendam, e não se conformem diante da pobreza, tendo em vista que só teremos os direitos garantidos

se formos à luta. Se estudamos a pobreza é para que através dos conhecimentos adquiridos possamos mudar a forma de ver o mundo. E eu começava a perceber que podia mudar o caminho para a conquista da autonomia, da liberdade é o da educação. É preciso saber reconhecer que existem vários tipos de pobreza e que devem ser combatidas com o conhecimento, e não reproduzi-las, como acontece nas escolas.

A questão da pobreza é histórica no Brasil. O que podemos perceber sobre os fundamentos históricos, sociais e políticos da visão moralista sobre a pobreza no país é que desde muito tempo tentam fazer da Educação a “tábua de salvação”. Dessa forma, querem ocultar que os problemas socioeconômicos, da má distribuição de renda, do desemprego, da moradia, da alimentação e etc. não são questões sociais.

Assim é fácil reconhecer a visão corretiva e moralista imputada a educação, quando a esta atribuem a competência e a responsabilidade dos projetos socioeducativos e das políticas educacionais. Projetos para retirar os vulneráveis das ruas e colocá-los mais tempo dentro das escolas, salvando os sujeitos das drogas, da violência, e até das carências de valores.

Entretanto, vemos que tais políticas e projetos não são soluções para reduzir as desigualdades de condições de viver daqueles que se encontram nas escolas. É preciso entender que a função social tem sofrido alterações diante do peso da carência material em que vivem os educandos. Os programas e projetos socioeducativos perdem sua eficácia frente a profundidade das questões das desigualdades sociais.

Portanto, a partir dos fóruns foi possível o reconhecimento da relação pobreza e educação, não para ver a educação como salvadora da pobreza, mas percebendo-a como ponte para a superação do analfabetismo, do aumento da escolaridade e da possibilidade de inclusão, do acesso e permanência na escola, da inserção no mer-

cado de trabalho, do respeito às diferenças de raça, de gênero, de aprendizagens e como ferramenta para a construção da cidadania.

Vimos nas disciplinas ao longo do curso que a pobreza tem forte relação com a questão política, social e econômica. A história nos mostra uma desigualdade crescente própria do desenvolvimento globalizado que é regido por uma relação de poder. Esta realidade faz parte do nosso dia a dia, há o enriquecimento de poucos às custas da privação de muitos: privação de renda, de acesso aos serviços básicos de saúde, de educação, de segurança alimentar, de água encanada, de moradia e etc.

No curso podemos perceber as várias faces da miséria e mesmo reconhecendo que trata-se de um fenômeno complexo, os governos ainda, não foram capazes de formular e de executar políticas públicas para distribuir a riqueza do país de forma igualitária. Cabe-nos através deste curso, como educadores, reconhecermos que a pobreza é uma questão moral e acima de tudo política, darmos a conhecer as políticas de enfrentamento às questões sociais e de direitos iguais para todos.

Hoje posso ver que a autonomia também tem a ver com processos de transformação das individualidades. Nassbaum, citada no módulo Pobreza e Cidadania *ressalta que em uma sociedade decente os seus indivíduos devem ter um conjunto de capacidades⁴ e possuir as bases sociais do respeito de si mesmo a ponto de ser tratado como um ser digno, cujo valor é igual aos outros* (NASSBAUM, 2004, apud PINZANI & Rego, P.38).

É bem verdade que a sociedade, inclusive eu, vê a pobreza como a privação de recursos materiais, mas não é basicamente essa carência de recursos, pois como salienta NASSBAUM “[...] uma pessoa em mau estado, por falta de nutrição ou de assistência médica, não pode

4 A autora ao pensar na teoria das Capacidades entendia que medidas como a concessão de ajudas econômicas, renda básica ou a implementação de programas de transferências de recursos o indivíduo poderia se desenvolver autonomamente.

participar, politicamente, como igual. É pouco provável que uma pessoa analfabeta recorra à polícia ou aos tribunais para reclamar outros direitos políticos ou civis” (NASSBAUM, 2004, p285, *apud* PINZANI & REGO). Complementando, é pouco provável que essas pessoas consigam se autonomizar, sozinhas. É preciso dá condições, seja por uma renda básica, para proporcionar o desenvolvimento das “capabilidades humanas” ou pela geração de emprego.

Após assistir ao vídeo “Um Salto para o Futuro”⁵, discutimos entre os cursistas e o tutor que as práticas de negação e/ou violação dos direitos humanos praticadas na sociedade brasileira ocorre pela falta da justiça, da falta de cumprimento das leis, da arbitrariedade do poder. Dessa forma, se faz necessário que a escola e a comunidade estejam juntas para discutir e avançar em temas considerados complexos, desconstruir preconceitos e formar os jovens como sujeitos de direitos.

Ao estudar a evolução histórica dos direitos humanos pude ver que a implementação das Constituições existentes no país resultou de movimentos sociais e lutas contra a arbitrariedade do poder mantidas ao longo da história. Práticas como a escravidão, diferenciação pela cor e sexo, classe social eram situações comuns de desrespeito. Uma das maiores violações aos direitos humanos foi praticada pela família real quando escravizaram os negros, privando-os do direito de liberdade. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, foram séculos e séculos aprisionando os negros, vendidos como mercadorias/coisas, esquecendo que eram seres humanos. E atualmente vemos a guerra que tira o direito à paz e a vida.

Muito se tem avançado. Vemos um cuidado maior com a primeira infância, a criação de programas educacionais, formação de gestores e a educação não é só privilégio de ricos. Hoje na escola,

5 O vídeo Um Salto para o Futuro nos convida a refletir como a desigualdade é reproduzida a partir da escola. O desafio é propor estratégias que assegurem o direito de acesso universal à educação.

ricos e pobres tem oportunidades de aprendizados. Entretanto, vemos que os pobres dificilmente chegam ao final ou a uma universidade. Geralmente no percurso da escola, desistem por diferentes questões: não conseguem aprender, são reprovados ou deixam de frequentar a escola para trabalhar.

Vemos uma grande distância entre a realidade e o que se sonha da escola. Espera-se que uma escola qualifique seus alunos, por isso entendemos ser importante compreendermos a dinâmica do sistema de ensino e a educação dada nas escolas. Dessa forma, pensar o papel da escola, nos dias atuais, nos leva a discutir questões relevantes sobre o cenário mundial e as transformações ocorridas no campo da economia, política e a da tecnologia.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição Federal do Brasil*. 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. *Lei Diretrizes e Bases da Educação Básica*. 1996. Brasília: Senado Federal, 1996.
- _____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacional*. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção e defesa dos Direitos Humanos, 2013.
- UFC VIRTUAL. *Curso de Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. Introdução a Pobreza e Cidadania. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-1index.html>>. Acesso em: 26/06/17.
- _____. *Curso de Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. Disponível em <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-2index.html>>. Acesso em: 30/06/17.
- _____. *Curso de Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. Escola: Espaço e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-3index.html>>. Acesso em: 08/07/17.
- _____. *Curso de Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. Fundamentos de Pobreza e Currículo Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-4index.html>>. Acesso em: 20/07/17.
- Video: Salto para o futuro disponível em: <http://www.youtube.com/watch?ysr96epJViw> Vídeo: Severina disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=_rn7GF-1tw

MEMORIAL: UMA ESCRITA DE SI

Antônia Selmária de Sousa Silva¹
João Miguel Diógenes e Araújo Lima²

Neste capítulo, intitulado como memorial, abordo minhas percepções e experiências em relação à pobreza e educação, e antecedentes ao Curso de Especialização EPDS (Educação Pobreza e Desigualdade Social). Assim, aponto algumas das minhas vivências familiar e pessoal, confrontando-as com os temas estudados e, em seguida, as concepções que desenvolvi após finalizar o curso.

RELATO SOBRE A MINHA HISTÓRIA DE VIDA PESSOAL, PROFISSIONAL E ACADÊMICA

Infância

Sou Antônia Selmária, pedagoga pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com graduação concluída em 2014. Desde 2017.2, sou ingressa no curso de licenciatura em Letras no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará. Atualmente, moro em Crateús e tenho como família nessa cidade meu esposo, que é engenheiro agrônomo e também estudante de Engenharia Civil na UFC Campus Crateús e funcionário público da Secretaria de Meio Ambiente. Antes, morávamos em Fortaleza (CE) e nos mudamos a trabalho para esta cidade.

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC)
2 Orientador do EPDS-UFC e Mestre em Sociologia (UFC).

Nasci e cresci em Apuiarés (CE), pequena cidade de aproximadamente treze mil habitantes (IBGE, 2010). Juntamente com meus dois irmãos, fomos criados pela minha avó materna, Júlia, pois ficamos órfãos de mãe ainda crianças e não fomos reconhecidos pelos nossos pais. Nossa avó, que já era viúva e com muitos problemas de saúde, nos criou mesmo com restrição financeira, pois sua única renda era a aposentadoria. Por um curto período, fomos beneficiados com os programas sociais Bolsa Escola e Vale Gás, que logo foram cancelados, não por ficarmos ricos, mas porque minha avó era aposentada. Todos nós estudamos em escola pública e éramos muito cobrados para nos comportar bem, aprender a ler e tirar boas notas. Embora nossa avó não soubesse ler fluentemente, sempre folheava nossos cadernos para verificar se estávamos caprichando na letra e aproveitando bem as folhas. Caso contrário, era um longo sermão e acabava dizendo: “A única herança que posso deixar pra vocês é o estudo”.

Na época, eu não entendia muito bem o que ela queria dizer com isso. Hoje, após dois anos de sua partida eterna, entendo perfeitamente suas palavras, pois não ficaram heranças financeiras, nem bens materiais. O bem mais valioso foram os princípios ensinados por ela e, no meu caso, também o apoio para conseguir me graduar. Infelizmente, meus irmãos ainda não são graduados, mas sabem que é possível.

A saga da escola à universidade

Embora a herança que minha avó me deixou tenha sido os estudos, para ela, concluirmos o ensino médio era o máximo que poderia nos dar, como também já seria um suficiente grau de instrução, se comparado com o que ela e seus filhos tiveram. Mas o que eu faria após terminar o ensino médio em uma pequena cidade? Trabalharia como doméstica? Quanto eu ganharia como salário? Seria o suficiente para me manter ao longo da vida? Cuidaria de crianças? Afinal, isso

eu sabia fazer muito bem, pois, como minha mãe morreu de parto, deixando minha irmã recém-nascida, eu, mesmo criança, aprendi a cuidar de um bebê. Então, cheguei à conclusão que não encontraria nada que pudesse me contemplar ali, afinal já tinha muitos exemplos na minha família de pessoas desempregadas que passavam por situações difíceis e quase sem possibilidade de mudanças.

Logo, conheci um projeto no qual as pessoas estudavam em grupo fora do momento escolar e, através de uma corrente de cooperação, realizavam o antigo vestibular em Fortaleza (CE). Na minha cidade, nos anos 2000, já era possível ver frutos desse projeto. Eu tinha amigos e vizinhos que estavam fazendo graduação e voltavam aos finais de semana para visitar os pais. Isso para mim era o máximo! Eu ficava me imaginando com aquela mesma rotina, passando a semana em Fortaleza, estudando em faculdade, e aos finais de semana em casa. Além disso, seria fascinante viver outra realidade, conhecer outras pessoas e estar na capital.

Minha avó, vendo meu desejo e experiente com o nosso modo de vida, dizia: “Eu não posso pagar uma *faculindade*” (sic). Era assim que ela expressava a palavra faculdade. “*Faculindade* (sic) é coisa de gente rica”. Eu também achava que era só para quem tinha dinheiro, mas as pessoas da minha cidade que já estavam lá não eram tão ricas assim. Reconheço que as primeiras que passaram eram as que tinham famílias mais estruturadas e condições financeiras um pouco melhores. Mas, todas elas estavam recebendo assistência estudantil pela própria Universidade Federal como, por exemplo, residência universitária, alimentação, e algumas até tinham uma bolsa em valor financeiro.

Sendo assim, passei a sonhar, imaginar e desejar fortemente aquilo para mim. Eu pensava: *se eles podem, eu também posso!* Entrei no grupo de estudos em 2007 ao mesmo tempo em que cursava o terceiro e último ano do ensino médio. Precisava de R\$

20,00 (vinte reais) por mês para despesas com *xerox* dos livros, e uma amiga minha que já estava na faculdade pagava esse valor para mim. Nesse primeiro ano, prestei vestibular para Pedagogia, mas não passei. No ano seguinte, minha avó já conseguia pagar para eu continuar no grupo de estudos, e eu teoricamente estava com mais tempo para me dedicar, pois havia concluído o ensino médio. Mas, por outro lado, tinha as dificuldades familiares. Outra neta da minha avó passou a morar conosco; ela era criancinha e necessitava de muitos cuidados. A minha casa se resumia a três cômodos, todo mundo vivia no mesmo aperto, e eu não tinha um local sem barulho e iluminado para estudo. A saga para estudar, ajudar minha avó idosa e cuidar da meninada era grande, difícil e muito cansativa. Às vezes, desistir de tudo era o mais fácil, porém não era a melhor escolha. E, se eu passasse no vestibular, a dura rotina ficaria apenas para minha avó. Foi uma escolha dolorosa, por vezes angustiante, já que eu não sabia por quanto tempo ela ainda viveria.

No entanto, eu consegui! E, quando consegui, senti uma nova porta no mundo se abrindo para mim. No início, tive mesmo que contar com o sacrifício e a ajuda financeira da minha avó, mas logo consegui assistência também pela UFC, e foi assim que consegui me graduar em Pedagogia, conhecer um pouco do mundo e entender as diferentes trajetórias que todos fazem em prol de um objetivo comum.

Quando olho meu passado, vejo quantas Selmárias eu poderia ter sido por conta da pobreza e do contexto familiar, as dificuldades que tive para chegar até aqui. Mas, escolhi prosseguir em busca das oportunidades que não estavam ofertadas para mim.

Minha avó, que dizia que faculdade era coisa de gente rica, conheceu outra realidade através do que eu falava e vivia e passou a desejar que meus irmãos também usufríssem desse direito que era nosso e não sabíamos. Quando alguém da nossa pequena cidade perguntava por mim, minha avó respondia: “Ela tá na cidade, fazen-

do *faculindade* (sic). Não tá como rica, mas tá como pobre”, uma expressão que tanto me emociona. E foi somente no dia da minha colação de grau que minha avó, tia, irmã, prima colocaram os pés em um ambiente universitário, a reitoria da UFC. E também foi a primeira vez, somente aos 74 anos de idade, que minha avó entrou em um restaurante para comemorarmos essa parte da nossa história.

A Faculdade

Quando finalmente consegui ser estudante da UFC, tinha na época dezessete anos de idade; era muito jovem e mal sabia qual seria o destino final e aonde chegaria ao ter escolhido aquela porta. Era como Alice no País das Maravilhas: tudo aquilo era novo, diferente, despertava curiosidade, e às vezes não sabia para onde seguir. Nova moradia, movimentação da cidade, aulas e pessoas diferentes das que eu conhecia em um colégio público do interior.

Na universidade, era eu cuidando e decidindo tudo por mim mesma, delimitando alguns aspectos da minha vida que antes eu não tinha. Eu era livre para decidir que horas iria acordar, se iria ou não para aula. Era um tipo de liberdade que eu nunca tinha experimentado antes, mas que vinha acompanhada de consequências. Optei por fazer de tudo um pouco, tudo dentro de meus princípios, sem extremos ou consequências graves.

Em relação à profissão, eu nem sabia direito o que traria a pedagogia. Escolhi por intermédio de uma amiga que disse que parecia comigo. Na época, as informações não eram tão acessíveis como hoje, que podemos obter em qualquer lugar e a qualquer momento. Estudar filosofia de forma mais aprofundada, sociologia, psicologia da educação, realizar pesquisas, apresentar seminários, produzir *slides*, digitar trabalhos acadêmicos sem saber ao menos manusear um computador – foi o preço que paguei por ter desejado ir além do que eu tinha antes. A dificuldade permaneceu porque não fui preparada para estar ali, nem vivi experiências parecidas. Tudo era novo e di-

ferente, um grande desafio. Às vezes, me sentia impotente quando não compreendia as leituras dos textos, ou por não saber produzir *slides*, digitalizar trabalhos ou mesmo salvar um arquivo no *pendrive*.

Ao longo do curso, fui entendendo que ao final teria uma formação para atuar como profissional da educação. Seria responsável pela construção do conhecimento de muitas crianças e, quem sabe, também responsável por algum trauma escolar caso agisse de forma errada. Sempre tinha algum professor que relatava ter visto atitudes erradas de outros professores em sala de aula e que aquilo poderia traumatizar as crianças. Não era correto gritar, punir, nem forçar o aluno a realizar as tarefas, ou evitar que fossem ao banheiro o tomar água. Caso houvesse algum problema com o aluno, deveria investigar e conversar com os pais, tudo à base de carinho e do diálogo.

Uma das minhas professoras de psicologia levou a turma de pedagogia para conhecer o trabalho do pedagogo em um dos maiores hospitais de Fortaleza, o SARAH³. A estrutura do hospital e seus trabalhos excelentes são realmente encantadores. Também tivemos uma experiência bastante parecida em outro hospital, na disciplina de pedagogia hospitalar. Porém, a maior parte da grade curricular é totalmente voltada para a licenciatura e, quase no final do curso, tive os estágios em educação infantil e ensino fundamental. Os primeiros dias eram apenas de observações, e logo desenvolvíamos algumas atividades para ter maior contato com a turma.

O nosso papel como estagiários era discutir com a turma e o professor o que tínhamos percebido em sala de aula. Infelizmente, fazíamos muitas críticas a algumas atitudes vistas em sala de aula. Eu particularmente achava infeliz quando ouvia de algum professor de escola a sinceridade e o desabafo ao dizerem: “Se eu voltasse no tempo, não seria mais professora”. Ou então quando me indagavam:

3 SARAH é uma rede de hospitais de reabilitação neurológica e ortopédica, composta por nove unidades situadas em várias capitais brasileiras. Os centros da rede SARAH são compostos por equipes multidisciplinares; dentre esses profissionais, tem-se o pedagogo.

“Você tem certeza que quer mesmo ser professora?”. Isso me deixava sem palavras.

No segundo momento do estágio, entrávamos em cena e realizávamos atividades e aulas diferenciadas. Claro que podíamos fazer tudo diferente, pensar em jogos, atividades lúdicas, tínhamos tempo para nos dedicar aquilo. Na execução, dava para envolver e acompanhar todos os alunos, afinal eram duas estagiárias em sala de aula. Tudo era uma oposição à realidade que teríamos depois.

Percepções e ideias que eu tinha antes do curso EPDS sobre pobreza e educação

Experiências profissionais e percepções sobre pobreza e educação

Nos estágios, quando me deparava com alunos sem saber ler, rotina, aulas paradas, alunos rebeldes, eu achava que rapidamente poderia ser tudo diferente através de planejamento e execução de boas aulas, pois quebrar a forma tradicional de ministrar aula era um bom começo para mudanças, os alunos se interessariam mais. Aprendi isso no curso de Pedagogia.

Então, ainda na faculdade, tive minha primeira experiência profissional no projeto Mais Educação em uma escola de Fortaleza, no bairro Bonsucesso. Eu era monitora de letramento. Tinha a função de dar aulas de reforço para uma turma de alunos de séries diferentes. Não era uma turma grande, mas foi suficiente para perceber o que talvez encontraria pela frente como professora. Eu tinha um aluno filho de usuária de drogas, outros alunos descuidados, sendo perceptível no comportamento deles a carência de afeto; uns viam no lanche o momento mais prazeroso da escola, e todos eles tinham interesses diferentes em sala de aula. Alguns até se interessavam pelas atividades, outros não. Um deles às vezes ia sujo, com roupas que não eram tão adequadas para seu tamanho, e vivia agarrado a mim: queria ser abraçado, percebido. Nunca me esqueci dele, o

Carlinhos. A coordenadora sempre falava que a situação de vida daquelas crianças era bem precária; eram pobres e muitos tinham famílias desestruturadas.

Ouvir que um dos motivos de eles serem daquele jeito era por serem pobres e com famílias desestruturadas me deixava em crise, pois como eu poderia acreditar que famílias desestruturadas os levariam a ser assim? Minha família era como a deles, perante o modelo que a sociedade define como exemplo de família de sucesso. Então, o que eu fazia naquela cidade? Na universidade? Por que estava sendo professora?

Hoje, percebo que tinha uma visão errônea sobre pobreza. Através das abordagens estudadas no curso Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS), pude então perceber os diferentes níveis e manifestações da pobreza e a importância do reconhecer-se pobre. No entanto, anterior a isso, a minha ingênua percepção de pobreza era limitada a achar que se caracterizava por situações piores que iam além da que eu vivenciava em casa, pois minha avó sempre dizia que não éramos pobres, pois tínhamos casa e comida. Além disso, sempre batiam em nossa porta pessoas em situações piores; minha avó se sensibilizava e as ajudava com o pouco que tínhamos.

A postura mais comum é ver a pobreza como carência e, conseqüentemente, os pobres como carentes. Porém, de que forma esse desprovimento é, muitas vezes, entendido? Percebemos que, na pedagogia, frequentemente ele tem sido compreendido como escassez de espírito, de valores e, inclusive, incapacidade para o estudo e a aprendizagem. Contudo, sabemos que, ao invés disso, deve se atentar para as privações materiais que impossibilitam uma vida digna e justa a esses sujeitos. (ARROYO, 2015, p.8)

Ao perceber a pobreza apenas como carência, a segunda ideia sobre ela era achar que a inversão dessa condição poderia ser feita através do trabalho da escola. O estudo e a educação eram a fórmula mágica de transformar, pois eu acreditava na educação moralizante. Como cita Arroyo (2015, p. 10):

[...] Nesse contexto, a tarefa da escola diante de milhões de crianças e adolescentes na extrema pobreza seria de moralizá-los(as) nesses valores, que eles(as) supostamente não recebem das famílias e dos coletivos empobrecidos. A escolarização, então, seria somente um antídoto contra a pobreza ao moralizar as infâncias e adolescências pobres.

Após a experiência no projeto Mais Educação, tive várias vivências com outros estudantes. Fui bolsista e estagiária de um programa de aprendizagem cooperativa, ministrando oficinas de caráter instrucional para estudantes do ensino médio, com o objetivo de incentivá-los a estudar em grupo usando a aprendizagem cooperativa como metodologia, para ingressar em uma universidade pública, como eu e outras dezenas de jovens fizemos. Algumas vezes, juntamente com uma equipe, viajamos para o interior do Ceará: Canindé, Aiuaba, Baturité. Nosso público eram alunos de escolas públicas, muitos deles e também os professores receberam essa formação.

Nessa experiência, eu ficava encantada com os alunos. Nas oficinas, havia estudantes representando várias escolas, mas os representantes geralmente eram os melhores alunos. Eles eram atenciosos, envolvidos com as atividades, participativos e ficavam muito interessados na ideia de ingressar na universidade, intensificando os estudos. Era um ótimo trabalho, e os jovens, excelentes.

Após concluir a graduação, trabalhei como professora em uma escola particular no bairro Benfica, Fortaleza (CE). Foi a segunda vez que trabalhei diretamente em sala de aula, mas não foi como a

primeira experiência. Mudei de adolescente para educação infantil. Nessa escola, as crianças não eram apenas crianças as quais eu ajudava na construção do conhecimento. Eu conhecia seus pais, sabia que profissões tinham alguns; os pequenos relatavam o que tinham feito aos finais de semana, suas viagens, ida ao cinema, parque, etc. O nível de dificuldade no trabalho era pouquíssimo, e eu estava distante da realidade das escolas públicas, num contexto em que a pobreza não interferia na educação.

No entanto, em 2015, meu esposo e eu nos mudamos para Crateús (CE), cidade bem distante da capital, que faz limite com o Estado do Piauí. Estando na cidade e com formação para atuar como professora, tive a oportunidade de trabalhar em uma escola pública localizada na zona rural. Inicialmente, foi um choque de realidade e uma aprendizagem riquíssima. Ter vivido em uma cidade como Fortaleza me fez esquecer um pouco do que se passa nesse mundo afora, nas cidades pequenas e zonas rurais.

Conheci alguns pais de alunos. Quase todos viviam da agricultura e do recurso financeiro do Programa Bolsa Família (PBF). Todos os estudantes eram de famílias simples, que conhecem muito pouco do mundo e são felizes. Também tive alunos que trabalhavam no campo, caçavam animais para o consumo e falavam das suas aventuras capturando pássaros. Alguns comentários me deixavam amargurada, como: “Matei umas rolinhas bem novinha” (sic). Na minha concepção, aquilo estava errado, porque estariam acabando com nossa fauna, mas a caça faz parte da vivência e da alimentação de muitos.

Minha turma era o 5º ano, a menor da escola, porém a mais conhecida como difícil, pois tinha três alunos que iam somente para marcar presença. Não faziam nada além de atrapalhar e causar desordem na sala. Não tinha pai, professor, diretor ou coordenador que desse jeito. Claro, também tinha aqueles estudantes que se interessavam em aprender, se esforçavam, e dava um orgulho imenso por

vê-los com aquele desejo. Eu também tinha pena deles, por serem atrapalhados pelos que não queriam estar lá. Essa situação me fez desacreditar muito no poder do professor em sala de aula. Na faculdade, aprendi que gritar com os alunos era uma atitude desprezível, mas, infelizmente, muitas vezes era forçada a fazer isso se quisesse quinze minutos de ordem.

Na faculdade, também aprendi que alguns alunos não se envolvem nas atividades porque não acham interessantes e não faz sentido para eles. No entanto, eu pensava que podia elaborar atividades legais, diferentes, e teria o envolvimento e a aprendizagem de todos. Infelizmente, eu estava enganada; sempre me esforçava bastante, pesquisava e levava atividades diferenciadas, com pinturas, recortes, caça-palavras, quebra-cabeça de textos, colagens. Imprimia atividades em casa, tudo em prol de quebrar um pouco a rotina do “copiar e responder”. Um dia, eu estava bem chateada com o andamento da aula e resolvi ter uma conversa mais séria com a turma sobre futuro. “O que eles pretendem fazer?”. Uns não sabiam responder. Meninos me responderam: “Arrumar uma mulher, casar e trabalhar.” Indaguei: “Você pretende trabalhar onde e com o quê?” Responderam-me: “Na roça, de vaqueiro, ou em supermercado na cidade.” De forma sutil e sem menosprezar as profissões que falaram, tentei dizer que poderiam ter algo melhor, mas soava como um discurso em grego. Eles pareciam estar convencidos de que queriam aquilo mesmo, sem achar nada ruim. A consequência foi que nem consegui terminar com meu discurso, travei e dei continuidade às atividades. Após um tempo, essa rotina com alunos difíceis me gerou uma desmotivação, misturada com frustração e decepção.

Muitas vezes, não me sentia satisfeita com o andamento do meu trabalho em sala. Onde eu estava errando? O que estava acontecendo com essa geração de crianças e jovens? Eu não sabia! Muito da sociedade mudou e isso influencia no modo de ser das pessoas, e talvez a escola não esteja sabendo como lidar com isso.

Ainda em Crateús, tive também a experiência de trabalhar durante um ano em uma escola pública, só que localizada na periferia da cidade. O público era totalmente diferente dos alunos da zona rural. As salas de aula são como livros de biografias, com muitas histórias impactantes e comoventes. E foi justamente nessa experiência que pude perceber como a pobreza se manifesta dentro das escolas e/ou muitas vezes passa despercebida.

A pobreza e suas manifestações

No currículo escolar, não há espaço para discutir histórias de vida. E falar sobre vidas, histórias e família às vezes é algo que deixa os estudantes desconfortáveis, inseguros e envergonhados. No entanto, entendo esse sentimento. Quando era criança, eu nem sabia o que dizer quando perguntavam sobre meu pai. Na escola, em meio à convivência em sala de aula, conversas com profissionais que moram na comunidade e, às vezes, de forma disfarçada, podemos captar algumas informações sobre a vida pessoal dos alunos e características de sua família. Alguns chegam até a soltar algum fato que ocorreu em sua casa, como: “O pai brigou com minha mãe”, “meu irmão usa droga”, “meu irmão foi preso”, etc.

E foi assim, através de conversas, ouvindo um pouco os alunos e presenciando a situação precária em que alguns iam para a escola, que pude pensar e refletir sobre as diferentes manifestações e situações de pobreza. A gente sabe que houve uma redução da pobreza no Brasil, que houve mudanças e muitas famílias vivem melhor. A tecnologia avançou bastante e muitas pessoas, independentemente de classe, já possuem aparelho telefônico e até acesso à internet. Mas, às vezes, eu esquecia que essas mudanças não trouxeram melhoria para todo mundo, e fiquei impactada quando me deparei com situações delicadas de alguns de meus alunos. De modo geral, todos eram humildes, porém alguns ainda possuíam muitas restrições.

Um dos casos que me deixou impactada foi o de uma senhora

que cuida de sua neta e ia deixá-la na escola todos os dias. Ela sempre me dizia para ser bem rígida com a menina, pois ela dava muito trabalho e eu estava ali como “mãe”, afinal ela estava sob minha responsabilidade. Eu não gostava dessa visão materna sobre mim, mas não discutia. Realmente, a garota dava muito trabalho. Na quarta série do ensino fundamental, não sabia as letras do alfabeto, nem falar e escrever seu nome completo; às vezes, retirava algumas coisas do quadro e, quando se cansava, ficava arranjando intriga na sala. Não adiantava o falso espírito de inclusão, ela não acompanhava os outros. A melhor forma de mantê-la metade da aula concentrada era com atividades diferenciadas e pinturas. Além dela, outra menina estava na mesma situação. Eu dava aula normal aos demais e me desdobrava para ajudá-las nas tarefas e mantê-las sem causar insultos aos demais. Eu merecia ganhar pelo trabalho de professora, auxiliar de sala e pacificadora de conflitos. Uma missão difícil, daquelas que, quando a aula acaba, você não tem mais energia para nada.

Em um sábado, ao chegar em casa, a senhora com sua neta estava passando na minha rua. Logo, me fizeram uma visita. A avó da menina me relatou um pouco sobre a vida que leva: tinha a responsabilidade de cuidar da criança, pois a mãe não a quis porque ela é negra, o pai trabalha de bicos e consome álcool com bastante frequência. A avó, todos os dias, sai de casa em busca de arranjar algo para o almoço, pois não é aposentada e recebe menos de duzentos reais do PBF. Outra senhora sempre guarda sobras de comida para ela, mas nem sempre tem. A criança veste e calça o que as pessoas doam. Remédio, quando precisa, compra fiado na farmácia. Essa situação de vida miserável que levam se acusa em seus corpos magros e fragilizados, mas no fundo existe um contentamento ou um falso bem-estar. De certa forma, a vida que essa criança leva reflete em sala de aula. E o fato de a avó não saber ler tem relação com o atraso escolar, como também não receber sua aposentadoria, pois não sabe como proceder para o pedido do benefício.

Outro caso que sensibilizava bastante todos os profissionais da escola era o de um casal de crianças cujo pai se enforcou em casa por ter sido traído pela esposa. As crianças presenciaram a cena. A mãe é muito conhecida pelas pessoas da comunidade por ser alcoólatra e se prostituir, deixando muitas vezes todos os filhos sozinhos em casa, sem comida – entre eles, uma criança de mais ou menos dois anos. O menino, em sala, era muito rebelde, não tinha material escolar e nem usava farda. A menina, que fazia a quarta série, também bastante rebelde, tinha os livros e cadernos muito sujos, não usava farda da escola, mas às vezes era vaidosa, usava batom e cabelos presos. Ainda assim, era perceptível a falta de higiene nos cabelos muitas vezes embaraçados. Certa vez, sem constrangê-la, de forma disfarçada perguntei se ela possuía xampu. Envergonhada, disse que não. Depois, a presenteei com um pequeno kit. Alguns dias depois, estava com uma infecção na boca, devido à falta de higiene, pois também não tinha escova e creme dental. A diretora da escola, que conhece a situação, mais uma vez deu um kit de higiene bucal. O irmão, vendo aquilo, fez cobrança à diretora, também queria possuir aqueles utensílios básicos, tão simples e que, porém, não eram comuns na vida deles.

O que fazer em casos como esse? Como exigir da mãe cuidados e educação dos filhos se nem mesmo ela possui “lucidez” para cuidar de si? Apela-se para a “pedagogia do carinho”, para que as crianças sejam mais tranquilas em sala, porém nem sempre com resultados. Quanto à mãe, que ajuda poderia ter para desempenhar seu papel de mãe e educadora de valores? Não consigo ver nenhuma solução palpável, mas também não a julgo por sua miserável condição.

Outra situação que me comoveu foi a de um aluno que tem muitos irmãos. Por falta de condições, usava um desses caderninhos pequenos para fazer as tarefas. Certa vez, disse que tinha vontade de ter um caderno grande, de capa dura. Uma professora da escola realizou esse desejo. Após uns dias, ele estava dividindo o mesmo

caderno com o irmão, um usava pela manhã, o outro à tarde. O mesmo fazia com um par de chinelos.

E, assim, no dia a dia escolar, convive-se com as várias manifestações da pobreza e das histórias de vida dos sujeitos e suas famílias.

Para compreender esses sujeitos, é necessário dar maior centralidade às condições sociais e materiais de suas vivências e sobrevivências como seres humanos. Os percursos escolares trazem as marcas das trajetórias de vida, das condições sociais que lhes são dadas para produzir suas existências. (ARROYO, 2015, p. 15)

No entanto, suas condições sociais não causam apenas restrição no vestuário, na alimentação e material escolar, mas também na inserção social: a liberdade de circular na cidade e por ambientes livres de olhares e exclusão, a falta de recursos para frequentar locais comuns, como eventos culturais da cidade, lanchonetes, lojas, supermercados, e até mesmo a incapacidade de realizar o pedido de um direito, como o exemplo citado acima da aposentadoria. Às vezes, me parece que há uma linha fisicamente invisível, mas que todos entendem o que significa: de um lado, a periferia e do outro, o bairro comercial e os bairros nobres da cidade.

A pobreza, apesar de aparecer em vários segmentos da sociedade (igrejas, escolas, universidades), não sensibiliza a todos, e mesmo os que convivem com ela “envergonham-se” em reconhecer sua condição. Diante de todas essas experiências, percebo que a pobreza, presente em diferentes contextos, na zona rural, nas cidades, na capital, destaca-se com maiores impactos e problemáticas dentro dos espaços escolares. Primeiro por ser um ambiente diverso economicamente, constituído por crianças e jovens em condições econômicas que vão desde a extrema pobreza a situações medianas. Segundo, por ser um espaço que submete todos os sujeitos à realização de atividades

que exigem condições (físicas, psicológicas, alimentares) mínimas para sua realização. Como concentrar-se nas tarefas quando se está com fome ou cansado pela distância percorrida até a escola? Essas e outras são situações habituais nos espaços escolares, o que prejudica a educação, pois ao mesmo tempo em que as instituições de ensino tentam tratar todos de forma igual, acabam se esquecendo de aplicar a igualdade com atenção às diferenças.

Dessa forma, ser pobre nos ambientes escolares é ser lembrado pelas suas condições restritivas, como falta de concentração e dificuldades, mas isso é naturalizado e “serve apenas” para classificá-los por serem pobres. No entanto, mesmo com essas situações agravantes que dificultam a aprendizagem, ainda é necessário que surjam medidas eficientes e que prezem primeiro pelas mínimas condições, a fim de que esses sujeitos estejam na escola, para posteriormente se pensar na escolarização. Como exemplo, temos o Programa Bolsa Família, que favorece melhores condições para centenas de crianças estudarem. No entanto, é imprescindível pensar constantemente em estratégias de aperfeiçoamento a fim de ampliar melhores resultados.

Essas e outras são situações habituais nos espaços escolares e que prejudicam a educação, pois ao mesmo tempo em que as instituições de ensino tentam tratar todos de forma igualitária, acabam se esquecendo de aplicar a igualdade com atenção às diferenças.

Em situação oposta, a ausência da pobreza também muda o ambiente, pois as problemáticas apresentadas são outras, como é o caso dos espaços educacionais particulares. Uma série de condições costuma isolar e prevenir automaticamente que a pobreza penetre nesses espaços, pois existe um perfil mínimo desejado para ocupá-los e o critério mais relevante é o dinheiro, antônimo da pobreza. Ou então, para a concessão de bolsas para alunos hipossuficientes, exige-se certo nível de conhecimento e capacidade de progredir nesse ambiente escolar privado, sob o argumento da meritocracia.

Visão e conhecimentos adquiridos ao longo do curso EPDS: um olhar sobre as políticas públicas como efetivação dos direitos humanos

Quando tento lembrar quais eram minhas percepções sobre pobreza antes e durante a graduação, chego à conclusão de que eu parecia não refletir tanto sobre isso. Talvez eu nunca tenha investido tempo para estudar e pensar sobre o assunto, mas eu sabia das diferenças que existiam entre riqueza e pobreza. A vida se encarregou de me mostrar isso. Pelo que posso lembrar, achava que pobreza era apenas consequência da falta de oportunidades, da restrição ao estudo, como ocorreu na minha família, em que minha mãe, tias e tios não puderam estudar, pois minha avó não podia mantê-los com cadernos, lápis, e ficar sem ajuda no trabalho e em casa. Além disso, morava na zona rural, onde não tinha escola e todos apenas se alfabetizaram. Ou então, eu pensava que a pobreza era consequência de escolhas malfeitas, como por exemplo, jovens que abandonavam a escola, casavam sem pensar na renda financeira e tinham muitos filhos.

Em suma, sustentava uma visão moralista de que a escola teria o poder de mudar a trajetória econômica das pessoas. Porém, após iniciar os estudos propostos pelo curso EPDS, entendi que a pobreza é uma questão política histórica do nosso país, que vem sendo reproduzida há décadas, tendo se originado desde a ocupação das terras e a dominação dos povos indígenas no Brasil.

A escola por si só não funciona como uma cartola mágica, onde se colocam pessoas pobres com fome, desafortunadas, com vários problemas familiares e essas saem de lá com uma nova trajetória. As pessoas precisam pelo menos de boas condições físicas, psicológicas e necessidades fisiológicas saciadas, para conseguir dedicar-se à escolarização.

No entanto, a escola pode auxiliar no processo de entendimento de como funcionam a sociedade e a negação dos direitos humanos

básicos, mas essas questões não são trabalhadas em sala de aula e são desconhecidas pelos alunos, por seus pais e até mesmo por alguns educadores; assim como eu, que também não possuía esses conhecimentos. Desse modo, as políticas vigentes acabam muitas vezes sendo vistas como uma “boa ação” aos mais carecidos, justamente por não serem esclarecidas e discutidas. E ao invés dessa classe cobrar e exigir outras medidas de melhoria, seja na educação, saúde, etc., acaba ficando grata com o pouco que recebe.

Por outro lado, as políticas públicas que deveriam funcionar de forma mais efetiva, proporcionando o que propõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e os direitos sociais consistentes no artigo 6º da Constituição Federal, se omitem em funcionar de forma efetiva e com melhores resultados, como o exemplo do PBF. Tenho uma visão crítica a respeito da frequência escolar como condição de permanência no Programa. Como o próprio nome diz, se a mísera bolsa é destinada à família, por que somente a criança tem obrigação de ir à escola? Por que pais e mães não são estimulados a obter capital cultural, seja dentro da escola, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou em outros espaços? Fazem parte do Programa muitos pais jovens e com grandes potenciais, mas que por algum motivo se encontram em situação dependente do Programa. Poderiam receber formações em diversas áreas, como culinária, artesanato, orientação para educação dos filhos, até mesmo conhecimento sobre políticas públicas, direitos humanos, etc.

Além disso, deveria existir uma cobrança na participação efetiva dos pais no acompanhamento escolar de seus filhos, ao invés destes serem obrigados a estar na escola tendo em vista apenas a permanência no programa, pois se sabe que muitas crianças não têm o mínimo de interesse nas aulas, mas vão somente para marcar presença e, às vezes, gerar problemas. Em nome de outros educadores, digo que o acompanhamento dos pais na educação escolar dos filhos é um fator essencial para uma educação de qualidade.

Sabe-se que, no passado, em decorrência da seca e da fome, muitas pessoas saqueavam os comércios e, além disso, as situações de fome obrigavam pais, mães e filhos a se colocar em situações de trabalho onde passavam de oito a dez horas prestando serviços pesados para fazendeiros, por valores irrisórios ou por troca de um pouco de alimento. Essa foi uma situação vivida por minha avó, que muito se emocionava ao falar sobre isso. Mas, atualmente, graças à implantação do PBF e outros, pouco existe essa situação análoga ao trabalho escravo, pois muitas famílias e crianças têm o mínimo – o que não significa, claro, que pobreza, fome e mão de obra barata tenham sido abolidas. De certa forma, implica numa representação do art. 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz: “Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”.

No entanto, há falácias que afirmam que o PBF é uma acomodação, que as pessoas não buscam trabalho. Já outros dizem que é uma forma de permitir uma visão diferente sobre a mão-de-obra, consentindo que muitas pessoas se ponham em condições de valorização própria e recusem a condição de trabalho humilhante.

Hoje, entendo que o PBF é uma pequena forma de o Estado supostamente garantir o direito mínimo de algumas condições básicas a inúmeras famílias, como, por exemplo, alimentação e educação, expressas no art.25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mas, por falta de melhor acompanhamento e indicadores de resultados mais abrangentes que envolvam outros aspectos, não apenas a presença escolar, isso dá margem para que algumas pessoas vejam essas políticas como compra de votos, ou como formação de indolentes. Infelizmente, existem pais e mães que não sabem a procedência do programa e acham mesmo que seu voto pode, sim, determinar a continuidade ou não do benefício.

Enfim, a meu ver, a boa educação, se aliada a políticas públicas eficazes, à efetivação dos direitos humanos e à cobrança de indicadores de resultados, seria um método capaz de trazer crescimento e melhoria para a sociedade de modo geral. Somente a distribuição de renda ou a educação básica, com as dificuldades existentes nas escolas, não trazem tantos resultados eficazes, e pode até gerar um ciclo vicioso ao invés de progressão. Vejo que é indispensável informar que estar no PBF é um direito, no entanto melhor seria não depender exclusivamente desse pequeno recurso. Acho que, às vezes, o benefício causa em alguns o desejo em ter aquele repasse financeiro garantido; digo isso baseado em um diálogo no qual uma aluna minha do 5º ano me perguntou se eu tenho filhos. Ao dizer que não, ela pronunciou: “Por que tia? Se eu fosse a tia eu tinha um *mininozim* pra colocar *no bolsa famia*. É muito é bom receber, a minha mãe recebe” (sic). Então, será que no caso dessa aluna ela tem o conhecimento de que o benefício é apenas uma pequena ajuda que a permite ter as mínimas condições para estar na escola, progredir e se libertar dessa condição dependente? Acredito que, para existir de fato uma melhoria, é necessário haver a identificação do problema, o auxílio necessário para os indivíduos se apoiarem, o incentivo, as oportunidades e a porta de saída. Além disso, é relevante o sujeito reconhecer-se pobre, pois isso incita o desejo de buscar melhorias para superar essa condição desconfortável.

Então, foi somente com esse olhar voltado para o passado e refletindo sobre as condições atuais, acerca das dificuldades e restrições vividas em um ambiente de “pobrezas”, que pude entender que o desconhecimento sobre o contexto socioeconômico no qual estava inserida me fazia ficar sempre estagnada naquele cenário. Mas, por outro lado, perceber-me como sujeito detentora de direitos, mesmo de forma inconsciente, me fez quebrar o paradigma de que a faculdade seria apenas para pessoas ricas, bem como me fez querer buscar amparo das políticas públicas educacionais de assistência estudantil.

Portanto, a partir de reflexões construídas com minhas experiências e o conteúdo do curso, este trabalho apresenta também um Projeto de Intervenção. Considerando que as ações governamentais sugerem a aplicabilidade da Educação em Direitos Humanos (EDH) nas escolas, proponho atividades direcionadas à introdução da EDH, com o intuito de que os estudantes tenham a oportunidade de conhecer sobre seus direitos e saber como a promoção desses pode influenciar na obtenção de melhorias de vida, como também emancipação.

REFERÊNCIAS

- APUIARÉS. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ce/apuiaries/panorama>. Acesso em: 21 de Jun. 2017
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Módulo Introdutório: Pobreza, Desigualdades e Educação. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 de Jul. 2017
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 16 Jun. 2017.
- Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação. Disponível em: <<http://www.sarah.br/>> Acesso em: 03 de Dez. 2017



A LONGA ESTRADA DA VIDA EM BUSCA DE CONHECIMENTO

Francisco Eduardo da Silva¹
Luiza Eridan Elmiro Martins de Sousa²

Para quem nasce em uma comunidade pobre no sertão do Ceará, o caminho em busca do conhecimento é uma jornada árdua a ser percorrida. Neste, é possível encontrar algumas dificuldades como: falta de escola na comunidade; ausência de transporte escolar; inexistência de energia elétrica, etc.

Diante desse contexto, em uma segunda-feira no calendário cristão, vim ao mundo. Em 07 de julho de 1975, em pleno governo de Ernesto Geisel (4º presidente no regime militar no Brasil). De acordo com o pensamento de Cunha (1901, p. 47) “o sertanejo é antes de tudo um forte” e é com essa reflexão que descrevo minha história de vida.

A HISTÓRIA DE MINHA INFÂNCIA E O CONTATO COM AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS ESCOLARES

Sou o primogênito em uma família de seis filhos, nascido na localidade de Escondido, distrito de Porfírio Sampaio, no município de Pentecoste-CE. Na época, uma localidade muito carente dos serviços públicos (carência que ainda persiste nos dias atuais, embora tenha havido alguma melhora).

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).
2 Orientadora do EPDS-UFC e Mestre em Psicologia (UFC)

Durante a minha infância, não tinha acesso a alguns serviços básicos, tais como: energia elétrica (conquista realizada em 1999 com o programa “Luz no Campo”),³ escolas, posto de saúde, saneamento e água tratada, etc. Meu pai, Luiz (*in memoriam*), e minha mãe, Maria, eram agricultores. Eram alfabetizados, porém, não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola para aprofundar seus conhecimentos.

No dia a dia, ajudava meus pais na lida de casa, trabalhando na lavoura, buscando água, cuidando dos animais e outros afazeres. Quando a noite chegava, sempre visitávamos minha avó Josefa (*in memoriam*), que morava próximo e ficávamos a escutar suas histórias.

Nossa casa era de alvenaria (tijolo), uma das melhores da comunidade e, para a nossa realidade, muito confortável. Nossa principal fonte de informação era um rádio a pilha por meio do qual ouvíamos as notícias das cidades vizinhas e de Fortaleza, a capital do estado.

Eu visitava a sede do município de Pentecoste somente quando minha mãe precisava resolver alguma coisa na cidade e, depois de muita negociação, tinha a oportunidade de acompanhá-la quando meu pai permitia, pois ele precisava da minha ajuda nas tarefas de casa.

Este, um homem muito dedicado à família, nunca nos deixou passar por necessidades de alimentação, sempre procurando garantir nossa sobrevivência e, às vezes, contava com a ajuda de outros parentes de condições financeiras melhores. Neste contexto, entre o trabalho no sertão e as poucas brincadeiras de criança, foi despertando em mim o interesse pelo estudo, entendendo que a educação era uma maneira de transformar a minha realidade.

Na localidade de Escondido não havia escola, era uma comunidade discreta com cerca de sessenta habitantes que se dividiam em pequenas propriedades rurais. No início, em minha alfabetização,

3 O Programa Luz no Campo foi um programa desenvolvido inicialmente pela Secretária da Infraestrutura (Seinfra) do Estado do Ceará e posteriormente adotado pelo Governo Federal com o objetivo de universalização do atendimento de energia elétrica na zona rural.

minha mãe pagava uma vizinha para ensinar as primeiras letras em casa e, aos poucos, fui alfabetizado. Posteriormente, continuei estudando em um grupo escolar que ficava distante de minha residência, em torno de três a quatro quilômetros e, durante o ano letivo, acompanhado de outras crianças da comunidade, fazíamos o percurso a pé. Ali cursei até a 4ª série do Ensino Fundamental.

Corria o ano de 1986 e, não tendo como prosseguir com os estudos na minha comunidade, fui morar com meus avós maternos no distrito de Croatá, em São Gonçalo do Amarante-CE, permanecendo ali até a conclusão da 7ª série do Ensino Fundamental II, por meio do sistema de telensino e com a ajuda de alguns professores/orientadores.

Em 1990, o distrito de Croatá não ofertava a 8ª série, então, retornei à comunidade de Escondido, indo estudar na localidade de Casa de Pedra, em Pentecoste-CE. Neste ano contava com a companhia do meu primo Francisco, com quem percorria de bicicleta um percurso de oito quilômetros da minha residência até a escola durante todo o ano letivo.

Mais uma vez contava com o sistema de telensino e com a ajuda do professor Cosme Brasileiro (*in memoriam*). Concluí o Ensino Fundamental II em uma sala de quatorze alunos e nos tornamos a primeira turma a concluir o antigo primeiro grau na Escola José Gomes da Silva, na localidade de Casa de Pedra, pertencente ao Distrito de Porfírio Sampaio em Pentecoste/CE.

Estava feliz por terminar uma etapa na minha trajetória de estudante, porém, os sonhos permaneceram, e havia um problema: como continuar estudando? Foi então que minha tia, Telvira, me convidou para ir morar com ela na capital, Fortaleza, e continuar os estudos para posteriormente conseguir um trabalho.

No entanto, meu pai ficou indeciso e não queria me deixar ir, pois quem iria ajudá-lo nas tarefas do dia a dia no sertão? Minha

mãe o convenceu, e lá fui eu rumo a capital no ano de 1991, com 15 anos, tímido, cheio de sonhos e com a coragem de todo sertanejo para enfrentar a cidade grande, sentindo-me o personagem “Caboclo Sonhador” da música de Flávio José⁴:

Sou um caboclo sonhador
Meu senhor, viu?
Não queira mudar meu verso [...]

Coração tão sertanejo
Vejam como anda plangente o meu olhar
Mergulhados nos becos do meu passado
Perdido na imensidão desse lugar...

Começava assim a minha jornada no Ensino Médio, no Colégio Municipal Filgueiras Lima, no bairro Jardim América. Nesta época, residia no bairro Planalto Itapery. Estava matriculado no turno da manhã e era tudo muito diferente do que eu já havia vivido em estudos. Havia disciplinas que não conhecia e para cada uma, um professor distinto. Lembro-me das disciplinas de: Química, Literatura, Física e Biologia, nas quais enfrentava maior dificuldade, pois os conteúdos eram novidades para mim naquele momento.

Lembro-me bem do professor Sérgio, disciplina de Química, que me incentivava e dizia sempre assim: “Não se preocupa, baixinho, você vai longe!”. Apesar das mudanças e do período de adaptação, acabei por ser o único, em uma turma de trinta e cinco alunos, a conseguir aprovação por média, sendo este o resultado e reconhecimento do meu esforço durante o ano letivo.

Em 1992, fui morar no bairro Boa Vista, pois minha tia precisou mudar de residência. Neste mesmo ano fui matriculado na Escola

4 Flávio José - Música: Caboclo Sonhador. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/flavio-jose/67894/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

Professora Maria Gonçalves, localizada no referido bairro, estudando no turno da noite, permanecendo até o fim do Ensino Médio, em 1994.

Mais uma vitória, sem nunca ter sido reprovado em nenhuma série, consegui concluir o Ensino Médio (antigo segundo grau). Uma pausa nos estudos, pois agora preciso trabalhar: já tenho dezoito anos. E os estudos? Desisto? Não! Vou além, afinal, sou “Caboclo sonhador”, e pretendo chegar à universidade!

Relatos de minha vida profissional e o ingresso no ensino superior

Em dezembro de 1994, começo a trabalhar em uma lavanderia, ganhando um salário mínimo e levando minha marmita para almoçar, permanecendo até 1995, quando consigo um novo emprego em outra empresa, com uma remuneração melhor e tendo direito à alimentação e plano de saúde. No entanto, o trabalho era noturno e não me dava condições de continuar os estudos, pois durante o dia precisava dormir e às dez da noite iniciava minha jornada de serviço.

Em junho de 1996, ingresso em um novo emprego no qual passei treze anos da minha vida profissional, trabalhando no horário comercial. No ano seguinte retomo os estudos, e passo a frequentar um curso preparatório para o vestibular no turno da noite e nos finais de semanas.

Tentei algumas vezes o vestibular para a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e para a Universidade Federal do Ceará (UFC) e, no ano de 1999, obtive êxito, sendo aprovado no curso de licenciatura em História da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Neste novo espaço, a universidade, uma nova realidade se delineava, novas amizades, momentos de aprendizagens e trocas de experiências, um novo mundo para um “rapaz latino-americano, sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e vindo do interior”⁵ como cantava Belchior. No decorrer de toda a graduação trabalhava

5 Belchior - Música: *Apenas um rapaz latino americano*. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/belchior/apenas-um-rapaz-latino-americano.html>>. Acesso em: 28.jul. 2017.

durante o dia e estudava à noite. Foi nesta dinâmica também vivida por muitas pessoas que não podem abrir mão do labor para se dedicarem exclusivamente aos estudos, que fui vencendo os obstáculos e concluindo as disciplinas a cada semestre.

Tudo transcorria dentro do percurso programado e, chegado o momento da monografia, resolvi pesquisar sobre a construção do açude Pereira de Miranda, localizado na minha cidade natal, Pentecoste. Assim, em 2004, concluídas as disciplinas necessárias para a prática da pesquisa histórica, teve início a minha saga para concluir o curso. Entre as dificuldades, uma das maiores era conciliar trabalho e pesquisa, bem como a falta de informações sobre o tema e alguns assuntos pessoais.

No ano de 2008, casei-me. O tempo foi passando e, em 2009, a vida me prega uma triste peça: a perda abrupta do meu irmão caçula em consequência de um acidente vascular cerebral (AVC). No ano seguinte nasceu minha filha, Maria Rita. Na mesma época em que eu vinha passando por problemas de saúde e preocupado com o meu pai, que desde o ano de 2007, fazia hemodiálise três vezes por semana, deslocando-se da comunidade de Escondido, em Pentecoste, até a cidade de Caucaia/CE.

Dentro desse contexto, no ano de 2011, resolvi deixar o trabalho em Fortaleza e retornar para a cidade de Pentecoste com minha esposa e filha para dar atenção ao meu pai, já que o único filho que morava com ele havia falecido. Mais uma vez fui surpreendido e, em setembro do mesmo ano, veio seu falecimento.

Recuperado parcialmente das intempéries da vida e depois do trancamento da disciplina *Prática da pesquisa histórica* por vários semestres, reuni forças e voltei à luta para concluir o curso. Finalmente, em agosto de 2014, consegui defender minha monografia e colar grau. Mais um filho de pobres que conquista o nível superior, mais um descendente de agricultor que consegue se formar e mais um sonho pessoal realizado.

No ano de 2012, fui aprovado em uma seleção para professor temporário da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC). Foi então que comecei a lecionar para alunos do Ensino Médio na Escola Tabelião José Ribeiro Guimarães, na cidade de Pentecoste-CE, permanecendo ali até 2014.

Neste mesmo ano, obtive aprovação no concurso público para o cargo de professor efetivo da Prefeitura Municipal de Reriutaba-Ce, iniciando em 2015 os trabalhos na referida cidade, lecionando as disciplinas de História e Ensino Religioso para os alunos do Ensino Fundamental II.

No ano de 2016, comecei a lecionar em uma escola particular na mesma cidade as disciplinas de História e Geografia e, em 2017, começo a trabalhar no Ensino Médio em um estabelecimento estadual também em Reriutaba, permanecendo em ambas até o momento.

O curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social

Tendo a minha história de vida e de estudante ligada à escola pública e atualmente lecionando na rede pública municipal e estadual, deparo-me, no cotidiano da sala de aula, com situações pertinentes ao tema deste curso de especialização.

Percebo muitos jovens dominados por uma visão fatalista da vida, sem questionar o mundo que os rodeia, vivendo à margem da sociedade, e, diante da falta de perspectivas e oportunidades, conformados com a realidade em que se encontram, sem disposição de enfrentar os desafios para mudá-la.

Encontro, na maioria das vezes, seres passivos e com poucas perspectivas de um futuro melhor. Pessoas que não têm uma estrutura familiar para lhes dar apoio e, às vezes, que tem a mãe como única ou principal responsável pelo acompanhamento da vida escolar.

Durante a realização da primeira fase do EPDS, estando eu em uma sala de 7º ano, percebi os educandos desmotivados e desinteressados. Sentindo-me incomodado e envolvido com os textos e temas trabalhados durante a especialização, perguntei a eles: Vocês sabem o que é desigualdade social? Quem pode mudar a realidade do nosso cotidiano?

Alguns ficaram calados e outros disseram não saber a resposta. Essa é a realidade do nosso cotidiano, em que os principais atingidos pela pobreza e pela desigualdade desconhecem o meio em que estão inseridos e nem se interessam em buscar as possíveis razões para o que vivenciam.

Sem dúvida, os problemas sociais caminham ao lado da educação e, muitas vezes, não são questionados. Como afirma o professor Arroyo (2016): “Os currículos não são iguais para todos! [...] O currículo das escolas dos pobres é muito fraco em conteúdos e conhecimento [...] O que se oferece hoje aos setores populares? Aprender a ler, a escrever e a contar. Ponto final. [...] ou seja, uma educação do mínimo”.⁶

O professor em sala de aula depara-se com uma sociedade e uma mídia que reforçam a visão moralista de que os pobres não lutam para obter melhores condições de vida, por isso têm a condição que “merecem”, pois são preguiçosos e desvalidos de valores.

Tal conceito vai se arraigando, penetrando nas mentes e na cultura, de forma que acaba sendo aceito como uma verdade e, às vezes, reproduzido pelos próprios educadores, pois muitos chegam a dizer: “não deveria existir Bolsa Família”, e “se não existisse esse programa, tudo seria diferente, na medida em que só frequentaria a escola quem realmente gostasse de estudar”. Fica a reflexão: Será que esses educandos estão na escola apenas para garantir o Bolsa Família? A culpa é de quem?

⁶ Vídeo - Repensar Currículos (NL). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lt5z8ZHhtWo>>. Acesso em: 30. Mai. 2016.

Talvez dos currículos de licenciatura que, na sua grande maioria, não inserem em suas grades debates sobre a pobreza, ou, até mesmo, da realidade vivida pelos docentes, que não têm a oportunidade de estudar e se aprofundar sobre as questões ligadas às desigualdades sociais.

Existe a necessidade da oferta de formações relacionadas ao tema para os educadores aprofundarem suas reflexões sobre o padrão de desenvolvimento concentrador de renda. Uma vez que se espera das escolas e de seus profissionais uma postura crítica perante essa relação entre a escolarização dos pobres e uma melhora na perspectiva de vida das pessoas, cabe aos docentes contribuir para uma sociedade mais justa e menos desigual, e não simplesmente cooperar para a manutenção de um sistema cada vez mais excludente.

Torna-se necessária uma revisão do currículo de educadores e educandos levando em consideração a questão social, porque a educação, sozinha, jamais vai promover a inclusão e a mobilidade social dos nossos educandos.

Diante deste contexto, o que devemos fazer? Ficar parados, vendo o tempo passar e entrar no jogo do “faz de conta”? Ou tomar iniciativa, colocando em prática o nosso poder de mudar vidas e realidades por meio do desenvolvimento do conhecimento crítico?

No cotidiano da sala de aula o que vemos, na maioria das vezes, são pessoas vítimas do sistema, com seus direitos e sua cidadania comprometida. Temos um público com suas perspectivas de uma vida digna violadas. São crianças, adolescentes e jovens que não têm uma condição social, econômica e familiar que lhes permitam refletir e debater sobre realidade que os cerca, cujos pais não tiveram acesso ao conhecimento e, em muitos casos, não sabem sequer assinar o nome.

Em algumas situações, há alunos que não conseguem fazer as três refeições do dia e vão para a escola com fome, na expectativa

de que chegue a hora da merenda para aliviá-la, comprometendo os estudos. Como canta Flávio José: “Boi com sede bebe lama, barriga seca não dá sono”.⁷ Se barriga seca não dá sono, será que vai dar vontade de estudar? Ou refletir sobre o que é ser cidadão? Sobre o que é uma sociedade justa e democrática?

No cotidiano escolar observo que muitos alunos, assim como eu tive que fazer, trabalham e estudam, seja na feira da cidade ou prestando algum serviço no comércio local, na agricultura, etc. A prioridade em sobreviver força muitos dos educandos a não se preocuparem em debater sobre os seus direitos. “Convém pontuar que a pobreza leva à falta de instrução” (PINZANI, 2013, p. 7).

Quando se observam os processos sociais e políticos de produção da pobreza, reflete-se sobre: que coletivos são submetidos a ela? Quem são os pobres? O que significa, para a educação, educar pobres? O que representa trabalhar com pobres, negros, crianças, mulheres, homossexuais e as minorias populacionais que são excluídas por meio das constantes desigualdades sofridas? Deste modo, observa-se a necessidade de que as iniciativas de distribuição de renda sejam acompanhadas de políticas eficientes no combate às desigualdades e de reconhecimento positivo das diversidades.

Dentre as iniciativas está a de que escola seja vista como lugar de construção de algo comum, que acolhe as diferenças, respeitando-as no cotidiano. Todavia, o que deveria ser o objetivo de toda instituição escolar, infelizmente, muitas das vezes, não é. As pessoas são marginalizadas, enfrentando os mais variados preconceitos dentro da comunidade escolar e, por desconhecerem seus direitos, inclusive os previstos constitucionalmente, acabam aceitando a realidade que lhes é imposta sem nem ao menos questioná-la.

Em se compreendendo a escola como *locus* de construção de algo comum, ela deveria considerar em suas práticas a realidade da

⁷ Flávio José - Música: *Filho do dono*. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/flavio-jose/306921/>. Acesso em: 28.jul. 2017.

comunidade onde está inserida, bem como de cada educando e dos professores, pois o não acolhimento das diferenças acontece pela falta de conhecimento destas realidades e que levam ao desinteresse, desmotivação, indisciplina, mau desempenho e às dificuldades de aprendizagem dos educandos.

Hoje, percebe-se que a educação está perdendo o sentido de formar pessoas que exerçam a sua cidadania e centrando seus currículos na busca do sucesso material, como exposto no vídeo-documentário *Escolarizando o mundo — o último fardo do homem branco*: “as pessoas vão à escola para que possam ganhar muito dinheiro, ter uma grande casa, dirigir um bom carro”,⁸ fomentando uma concepção individualista e materialista que, às vezes, os próprios professores acabam por reproduzir em seus discursos para incentivar os educandos.

Assim, a escola que deveria ser um espaço de acolhimento de todos e das diferenças, passa a reproduzir, através de diferentes mecanismos, as desigualdades presentes na sociedade. Neste sentido, a escola precisa rever seus conceitos e se questionar: Qual a sociedade que se quer formar para o futuro?

No entanto, em algumas situações, os próprios educadores não estão preparados para estes questionamentos e, devido a isto, acabam contribuindo para que o acolhimento das diferenças enfrente resistências.

Uma escola que se pretenda democrática precisa entender a diversidade, transformando-a em vantagem pedagógica, buscando compreender as diferenças de culturas, de gênero, de sexualidade, de geração, de crença, fazendo uso destes conhecimentos para diminuir o preconceito, as desigualdades sociais e econômicas.

8 Vídeo - Trecho do documentário *Escolarizando o mundo*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M7s3OVIseRA>>. Acesso em: 11. Jun. 2016.

Enfim, deve se tornar uma escola que se comprometa com a transformação social e que se posicione diante das desigualdades, lutando para combatê-las, deixando de ser apenas reprodutora de conhecimentos elaborados, construindo o conhecimento a partir da realidade do educando, das diferenças, da realidade local e, assim, poder começar a transformar as adjacências.

No entanto, surge a pergunta mais difícil: Como fazer isso, na prática? Como agir para tal fim se estamos ligados a um sistema dominado pelas elites e que tem como um dos objetivos a reprodução das desigualdades, em que as próprias vítimas do processo ajudam na sua reprodução, não compreendendo que são sujeitos da história e que a transformação da realidade está nas mãos de toda essa minoria social que, muitas das vezes, compõe a maioria da sociedade?

Estes e outros questionamentos são objetos de reflexão deste trabalho, pois, como educador, continuo acreditando que é papel fundamental da educação contribuir para uma efetivação da dignidade dos alunos, cabendo aos docentes a missão de refletir criticamente sobre estas questões junto com a comunidade escolar, tornando-a capaz de entender que os sujeitos são os autores de suas histórias e o futuro da sociedade depende de suas ações no presente.

REFERÊNCIAS

- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Volume I: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. Ministério da Cultura. São Paulo, 1901. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.
- PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. Módulo I: Pobreza e Cidadania. In: BRASIL. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão* – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: http://www.solar.virtual.ufc.br/lessons?bread=menu_lessoncontexts=2. Acesso em: 23 jun. 2016.

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO VIVER

Ednardo Cosme da Silva¹
Maria Lourdes dos Santos²

MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS DE POBREZA E EDUCAÇÃO

Nossas raízes nos influenciam e, na medida em que vamos adquirindo o conhecimento, percebemos como e o quanto isso acontece na nossa realidade. O Curso Educação Pobreza e Desigualdade Social iniciou e as leituras dos módulos foram me levando a perceber as temáticas, a conhecer os conceitos e a me reconhecer em algumas das histórias apresentadas. Compreender o porquê de algumas questões me incentivou a aprofundar as leituras, ao mesmo tempo em que fui identificando também algumas aproximações com minhas experiências. Foi quando entendi que estava aprendendo pelo vivido.

A vontade de saber: de mãe para filho

Ao relatar sobre minha vida e sua relação com as temáticas, sinto necessidade de demonstrar que essa relação foi iniciada antes de minha existência. Isso porque, para algumas famílias, a pobreza parece ser uma herança, pois os pais não podem oferecer aos seus filhos as condições necessárias que os levem a interromper seu ciclo, assim, permanecem pobres.

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

2 Orientador do EPDS-UFC e Doutora em Sociologia (UFC).

Meu pai é agricultor, aposentado desde 2014, filho e neto de fazendeiros donos de muita terra e gado, o que lhes dava grande prestígio social na época, embora tivessem escolaridade ínfima. Esse *status* de prestígio da família devia-se apenas às posses, pois tinham pouca escolaridade e todos os seus conhecimentos eram ligados ao trabalho e a vida no campo, conhecimentos não valorizados formalmente.

Meus avós paternos tiveram duas dezenas de filhos, dos quais dezesseis “vingaram”³. Todos criados a partir do trabalho na terra e estudavam em casa, pois não havia escolas na região, levando o meu avô a contratar uma professora para ensinar seus filhos a ler e escrever em sua própria residência. A educação da época era escassa, não permitia avançar no sentido do desenvolvimento das habilidades individuais amplas e diversificadas. Por esse motivo, como meu avô tinha posses, enviou quatro filhos e três filhas para continuar os estudos na capital do Estado, permitindo aos mesmos que concluíssem o ensino fundamental. Quanto aos que permaneceram na zona rural, os estudos não ultrapassaram as séries iniciais. Assim, nenhum dos filhos cursou o ensino superior.

Minha mãe é aposentada como professora de educação básica desde 2013, filha de agricultor e negra, ambos analfabetos e neta de agricultores também analfabetos. Meus avós maternos não possuíam terras. Eles moravam com os filhos nos locais onde trabalhavam, geralmente fazendas, em pequenas casas de taipa⁴. Tiveram dezesseis filhos, sendo minha mãe a primogênita dos treze que se criaram.

3 Eu ouvia essa expressão quando criança para designar aqueles que tinham sobrevivido, pois a taxa de mortalidade infantil da década de 1980, no Ceará, era muito alta, chegando a 82,3% (IBGE, 2010). O termo era igualmente atribuído ao cultivo de grãos, para se referir ao que resultaria em perda do plantio.

4 Casa de taipa, parede de construções rústicas, feita de barro (a que se misturam às vezes areia e cal) comprimido numa estrutura entretecida de varas ou taquaras; pau-a-pique: casa de taipa. DICIONÁRIO ON LINE DE PORTUGUES. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/taipa/>>. Acesso em: 24. set. 2017.

Sua infância foi de muitas dificuldades e luta, trabalhando na roça para ajudar o pai a sustentar a família, preparando o terreno, plantando e colhendo junto com ele em terras arrendadas⁵. Nessas condições e sem existir escolas públicas na região, meu avô não tinha como contratar professoras para ensinar os filhos, ou seja, seus filhos estavam condenados ao analfabetismo.

Aos 12 anos, minha mãe sonhava em aprender a ler e escrever. Foi quando, diante da vontade de alfabetizá-la, meu avô pagou alguns meses de aula com uma professora conhecida da família para as duas filhas mais velhas. Essas aulas as levaram a aprender a ler e a escrever algumas palavras. O que, para ele, já representava uma vitória, pois suas filhas já possuíam conhecimento escolar além do que lhe foi possível. Apesar da vontade de que elas aprendessem o que ele não pôde, meu avô foi vencido pela dificuldade e não teve mais como pagar essas aulas.

Nesse mesmo período, meu avô paterno, que morava em localidade vizinha, conseguiu uma professora do município de Aracoíaba⁶, contratada pela prefeitura para dar aulas em sua casa para as crianças da região. Foi quando minha mãe também teve acesso e aprendeu a ler e escrever pequenos textos. Mas, o serviço durou apenas dezoito meses, pois a professora foi morar na capital. Alimentando-se do sonho já iniciado, para ajudar seus pais quanto ao sustento familiar, mas principalmente para ter novas oportunidades de estudar, ela foi trabalhar em casa de família, morando com sua madrinha para ter acesso às aulas dadas pela filha dela. Mas, sua madrinha também foi embora para Fortaleza e meu avô não permitiu que a levasse.

5 O arrendamento rural é uma espécie de contrato agrário típico, ou seja, é regido por leis agrárias, nominado pelo Estatuto da Terra, e obedece todas as formalidades dos contratos em geral, embora sofra algumas imposições legais, como ocorre com as cláusulas obrigatórias dos contratos agrários, Art.12, Decreto nº. 59.566/66. (SENN; CENEDESE, 2012). Em verdade, tratava-se de empréstimo informal de terrenos para o plantio e divisão da colheita entre o agricultor e o dono da terra, ainda é comum no meio rural, onde a divisão pode representar 50% ou até 75% para o dono da terra.

6 Nessa época, a atual cidade de Ocara era distrito de Aracoíaba. Foi emancipada em 1989.

Na época, outra professora da localidade, nora de meu avô paterno, já ensinava em sua casa e a convida para morar e estudar com ela. Durante dois anos recebeu poucas aulas e muito serviço doméstico e na roça, colhendo feijão e algodão. Essa situação a levou a procurar outra ajuda.

Dessa vez, vai morar em Fortaleza com sua madrinha novamente. Lá, faz a 3ª e 4ª séries em 1978 e 1979. Mas, a sua condição de pobre a submete novamente à exploração doméstica ao ponto de sua madrinha não mais querer matriculá-la, para que apenas trabalhasse. Novamente, é preciso buscar outro auxílio.

Assim, em 1980, vai trabalhar na casa de outra família conhecida da região e que morava em Fortaleza. Tem sua matrícula na escola pública negada porque estava fora da faixa etária escolar, estava com 18 anos para estudar a 5ª série. Porém, como o sonho era grande e a perseverança ainda maior, aplicou o pouco ganho que conseguia com o seu trabalho, pagando os estudos no Colégio 15 de Novembro no Bairro Monte Castelo, onde cursou a 5ª série.

Em 1981 veio o casamento, primeira gravidez e a mudança para o estado de Rondônia, cidade de Vilhena, região Norte do Brasil. Essa decisão de ir morar tão longe era devido à demanda de trabalho que tinha naquela região para construção civil, que se tornava atrativa para meu pai diante das dificuldades no sertão do Nordeste.

Como é sabido, a seca é um fenômeno climático constate nessa região do país, sustentando problemas como a falta de água para atividades agrícolas e pecuaristas. Conforme Teixeira (2016), a baixa pluviosidade, o curto período chuvoso, grande insolação contribuem para a baixa fertilidade do solo, tornando essa região propícia à desertificação. Além disso, a falta de empregos se associa, sugerindo a migração como meio de contornar as dificuldades. Tais condições tornam as camadas pobres da população rural ainda mais vulneráveis.

Sem alternativas, meus pais permaneceram naquela região até metade do ano de 1984, quando meu irmão mais velho teve problemas respiratórios que se agravaram com o clima da região, os levando a retornarem para o Ceará, já esperando o terceiro filho.

A família se instala na cidade de Pacajus, onde nasci em dezembro daquele ano. Após seis meses do meu nascimento, meus pais vão morar em terras dos meus avós paternos na zona rural do município de Ocara, retornando as origens. Depois, vendem a propriedade de Pacajus e constroem a casa onde cresci, que está em posse da família na localidade de Oitenta.

Em 1985, meu avô paterno constrói uma pequena escola em frente à sua casa, tendo 3 salas de aula, 2 banheiros e 1 cantina. E como não havia professor, minha mãe, com a 5ª série, é convidada para fazer uma prova de seleção na sede do município de Aracoiaíba. O resultado lhe proporcionou um trabalho com carteira assinada.

Após emancipação do município de Ocara, em 1989, a primeira gestão municipal investiu em cursos de formação dos professores, pelas exigências da época para que os professores concluíssem o Ensino Fundamental, oportunidade que a levou a concluir a 8ª série com uma festa de formatura da turma, da qual me recordo de ter participado com meus três irmãos. Vem o primeiro concurso para professores do município e é aprovada.

Após esse mérito, minha irmã mais nova teve sérios problemas de saúde, passando por duas intervenções cirúrgicas. Depois minha mãe também passou pelo mesmo, três vezes. Mas, não desistiu de fazer o ensino médio, pois considerava a sua educação uma meta a ser cumprida, com objetivos de melhorar de vida e aprender mais para ensinar melhor, além de ser uma exigência para o trabalho.

Durante o período em que cursou o ensino médio, trabalhava durante o dia na escola rural e estudava a noite na sede do município de Ocara, distante quase 30 quilômetros. Ela e seus colegas professo-

res faziam o percurso em transporte pau de arara⁷, chegando em casa por volta da meia-noite. Em 1998, concluiu o ensino médio, levando eu e meus irmãos a participar de sua festa de formatura novamente, pois era um sonho também nosso. Meu pai nunca participou desses momentos nossos.

A faculdade foi possível por meio de um convênio do município com a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), por meio do programa de extensão, constituindo-se como uma das primeiras turmas de graduação do município. Formou-se em História no ano de 2007, pós-graduação em História e Geografia em 2010, encerrando a sua vida acadêmica. Ficamos orgulhosos. E eu procurei seguir seus passos, buscando no seu exemplo de perseverança a força para vencer.

Apesar das melhorias financeiras advindos de sua formação e remuneração (para quem não ganhava quase nada), permanecemos em condições de pobreza e contornando a negação de direitos básicos e as privações que a pouca renda da família impunha. Mas, ainda assim, víamos famílias que não tinham nada que equivalesse ao que a renda do trabalho dela nos propiciava.

Sempre ouvi e presenciei histórias de sacrifícios e dificuldades. Relatos e experiências que me ensinaram a valorizar a vida, mas que ainda causam indignação e revolta diante da negação de direitos civis essenciais, como acontecia de modo esdrúxulo décadas atrás. Como moradores do interior do estado, tivemos energia elétrica somente a partir de 1997 (eu já cursava a 7ª série) e água encanada em 2016. Longos anos.

7 Tipo de transporte improvisado para transportar passageiros, em uma estrada sem pavimentação (ALMEIDA, 2007, p. 363), sendo ainda utilizado no Nordeste brasileiro. Os mesmos são caminhões adaptados, nos quais são colocando assentos de madeiras na carroceria e coberturas de lona.

Brincando, aprendendo e vencendo barreiras

Minha relação com a educação começou antes de me matricular na escola. Quando tinha uns dois anos de idade, minha mãe, grávida do quarto filho, me levava para escola com ela e deixava os 2 filhos mais velho aos cuidados de terceiros. Ela lembra que nesse período eu queria participar de tudo o que seus alunos faziam.

Fui matriculado na pré-escola na escolinha da comunidade. Minha mãe foi minha primeira professora. Como já era adaptado à rotina escolar, não tive dificuldades. Estudei nessa escola até a 4ª série. Recordo que não havia transporte escolar e nem material didático adequado. No entanto, morava perto da escola, diferente da maioria, que caminhava quilômetros para chegar e voltar para casa. O que via ao final das aulas era diversos grupos de crianças e adolescentes caminhando na estrada poeirenta.

Nesse meu primeiro período de vida escolar, os poucos livros que chegavam à escola eram de contos de fadas. Como aprendi a ler já no segundo ano escolar, na turma denominada alfabetização, li todos eles várias vezes. Eram poucos, não havia biblioteca. A escola, sem muro, tinha um enorme pátio, onde todos se divertiam nos intervalos, principalmente brincando de pega-bandeira⁸, oportunidade de se relacionar com os colegas.

Estudei a 5ª e 6ª série em outra localidade, distante 10 km. Mas, a maioria desses colegas desistia na 4ª série, pois não havia sala ou turma para permanecer na mesma escola da minha localidade. Tínhamos transporte escolar, o pau-de-arara, que faltava bastante. Então, muitas vezes, fui de bicicleta junto com meus irmãos para essa escola,

8 Brincadeira infanto-juvenil, também chamada de pique bandeira, bandeira etc., muito popular nos anos de 1990. Consistia em formar dois times, marcar uma bandeira no campo adversário e tentar capturar essa bandeira sem ser pego. Caso fosse, devendo aguardar o toque de resgate de um parceiro para retornar a linha de partida (localizada na divisão dos dois campos). A vitória era do time que chegasse primeiro com a bandeira. (MASCHIO; RIBAS, 2009, p. 17-18). Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2846/Maschio_Vanderleia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20. ago. 2017

que tinha duas salas apenas, cantina e 2 banheiros, sem biblioteca, um anexo externo (casa de taipa) e a diretoria era na igreja. Estudávamos no sistema tele-ensino⁹ e o material escolar era composto por um manual e um caderno de exercícios bastante volumosos, que dificultavam as viagens de bicicleta. A 7^a e 8^a séries foram cursadas em outra localidade mais distante. O transporte escolar passou a ser ônibus, em condições precárias.

Assim como foi no tempo de meus pais, permanecia difícil estudar. Agora, me levo a questionar o que disse anteriormente ao relatar que a maioria dos alunos desistia na 4^a série, pois hoje considero que foram obrigados a desistir diante das dificuldades. Hoje, esses pais e mães de família lembram-se disso, mas se culpam, considerando que deviam ter seguido os estudos, sem ainda compreenderem que merecem ser isentados desse dolo.

Em 1999, passei a estudar no ensino médio, na sede do município, no período noturno da primeira escola estadual¹⁰, recém-inaugurada. Desse período, a biblioteca é uma boa lembrança, pois era ampla e havia muitos livros de literatura. No entanto, assim como para minha mãe, o trajeto era longo, por muito tempo sendo em pau-de-arara, voltando para casa meia-noite. Quando o veículo quebrava, o que quase sempre acontecia no retorno, todos completavam o percurso a pé. Durante o dia, eu ajudava meu pai e irmão nos trabalhos da roça, mas eu não queria viver dos sacrifícios da agricultura, não por demérito, mas por perceber o desamparo da classe. Daí, desde cedo, percebi que devia fazer o mesmo trajeto de minha mãe.

Logo, minha mãe é a pessoa mais expressiva e influente na minha escolha profissional e na minha visão da importância da educação, diante de sua trajetória de esforço e superação. Mas, também, percebia as impossibilidades que meu pai enfrentava diante de seu

9 Para maiores informações consultar o trabalho *Tele-ensino: avanço ou retrocesso?* (NASCIMENTO; FERREIRA, 1989).

10 Até então, o ensino médio funcionava nas escolas cedidas pelo município de Ocara.

pouco estudo, pois isso não lhe permitiu uma melhor condição para sobressair-se. Ela, tendo uma certa estabilidade garantida pelo trabalho formal, era quem sustentava a família. Aos poucos, ia comprando a mobília, vestimentas e calçados para os filhos, para si e para o marido, além da alimentação que não era suprida pelo trabalho do meu pai como agricultor.

Por isso, quando estava no final do ensino médio, minha mãe matriculou minha irmã mais velha e eu em cursos de informática, pois considerava um bom estudo para um futuro profissional. Ao concluir o curso, a mesma empresa em que estudei me convidou para fazer um estágio. Aceitei e fui trabalhar na sede de outros municípios (Ibaretama, Banabuiú, Pedra Branca e Independência). Era minha oportunidade de trabalhar, sair das tarefas da agricultura, quando cogitava poder fazer uma faculdade.

No entanto, durante cinco anos permaneci nesse trabalho e não consegui realizar o sonho do ensino superior. Apesar da cidade de Quixadá ficar próxima dessas cidades e ter vários cursos ofertados pela UECE, eu trabalhava nos três turnos e isso me impossibilitava de tentar ingressar em qualquer curso. Assim como aconteceu com minha mãe, me vi em uma situação de exploração e decidi tentar concursos.

Apesar disso, esse trabalho me permitiu o convívio com muitos jovens de áreas urbanas e rurais que pensavam como eu, vendo a informática como uma formação necessária para o mercado de trabalho e uma ferramenta que possibilitava a oportunidade de fuga/superação das dificuldades da agricultura. Nesse período, a informática e o manuseio de computadores eram oportunidades restritas. Então, aqueles jovens eram como eu, sonhando novas possibilidades para o futuro e incentivados por seus pais, que com sacrifício do trabalho na roça pagavam pelos estudos em que eu agora ensinava.

No ano de 2007, fiz o concurso realizado pelas prefeituras municipais de Ocara e de Pacajus para trabalhar com informática. Passei em ambos e escolhi Ocara. Voltei para a casa de minha mãe e abandonei o trabalho na empresa, pois além de querer tempo para estudar, não havia assinado minha carteira. Acabei processando-os por essa razão.

Hoje, moro em outra localidade do mesmo município¹¹. Sempre gostei da vida do campo, da tranquilidade que representava (me refiro ao passado, pois, isso também tem sido atrativo para assaltantes – já tendo sido vítima por duas vezes de 2014 a 2017). Segundo dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, as cidades do interior do Ceará apresentaram média mensal de 1044 casos de roubos às pessoas de janeiro a setembro de 2017, além de uma média mensal de 219 roubos à residência e veículos no mesmo período¹². Apesar disso, não tenho vontade de viver em grandes centros urbanos.

Dos quatro filhos que minha mãe teve, apenas dois foram além do ensino médio. Meu irmão mais velho e minha irmã mais nova são operários da empresa Vulcabrás, localizada no município de Horizonte. A mais velha das minhas irmãs é graduada em Pedagogia, pós-graduada em Alfabetização e Letramento e professora da rede particular no município de Horizonte. Ela deseja ser aprovada em concurso público para ter estabilidade profissional.

Ao longo desse período, meus pais se separaram. Ele mora na mesma região onde crescemos. Minha mãe mora com minhas irmãs em Horizonte, para onde meus irmãos migraram devido à falta de emprego, pois é o polo industrial mais próximo. Atualmente estão estabelecidos, constituíram família, mas, nenhum teria saído de seu

11 Localidade de Seis Carnaúbas, Distrito de Curupira. Região leste do município.

12 Os dados são formulados a partir dos Boletins de Ocorrência registrados. Nos dados apontados nesse trabalho consta apenas as cidades interioranas do Estado, não incluindo capital e região metropolitana. Fonte: Portal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Disponível em: <<http://www.sspds.ce.gov.br/>>. Acesso em: 06/10/2017.

lugar de origem se tivessem condições de nele permanecer. De igual modo ocorreu com meus pais décadas atrás.

Nesse ponto do trabalho, é possível me dar conta que, tanto comigo como com meus irmãos, a história mantém sua circularidade, ou seja, vivemos muito do que os nossos pais viveram. Como eles, assumimos a missão de que a vida deve ser menos dificultosa para os nossos filhos, possibilitando-os novas realidades. Porém, convictos de que eles devem saber da história de seus pais e de seus avós, pois as dificuldades nos fortaleceram.

Outra realidade é possível

Quando ingressei no funcionalismo público, também realizei o desejo de cursar uma faculdade ao iniciar o curso de Licenciatura em Português em 2009 pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) no município de Ocara, como minha mãe. Ao mesmo tempo, fazia um curso de Inglês do Núcleo de Línguas Estrangeiras da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em Horizonte. Em seguida, cursei Pedagogia, na cidade de Pacajus e especialização em Psicopedagogia também pela UVA, em Horizonte e curso de especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Inglesa na modalidade Educação à Distância. No momento, desejo, ao concluir essa especialização, cursar um mestrado em Educação ou Ciências Sociais.

O inglês, assim como a informática, sempre foi percebido por mim como meios de ampliar minhas possibilidades de trabalho e de expansão cultural. Esses estudos me possibilitaram o conhecimento de outras culturas e realidades por meio de muitas leituras, palestras e aulas com estrangeiros. No trabalho, foi importante para obter habilitação para o ensino dessa disciplina, passando a lecionar na rede estadual.

De 2013 a 2015, trabalhava na rede municipal durante o dia e a noite na rede estadual, lecionando Português, Inglês e Redação por contrato obtido em seleção pública. A carga horária excessiva era enfrentada para que pudesse construir minha casa, onde vivo com minha esposa. Apesar de gostar do trabalho, a rotina de três turnos afetou minha saúde e me fez desistir do trabalho noturno ao considerar risco de vida o deslocamento nesses horários.

No mesmo período, de 2014 a 2016, tive a oportunidade de trabalhar na Secretaria da Educação do Município como Coordenador Municipal do Programa Bolsa Família, dentre outras funções. Nesse cargo, fui responsável por acompanhar o cumprimento das condicionalidades ligadas à educação e desenvolver, junto com a equipe municipal do Programa Bolsa Família (PBF), ações de melhorias para o acompanhamento e ações para garantir o cumprimento das condicionalidades.

Nesse trabalho aprendi muito ao me permitir adentrar o universo de famílias em condições de pobreza e pobreza extrema. As condicionalidades referiam-se ao cumprimento de um percentual mínimo de frequência escolar, sendo de 85% para alunos até os 14 anos de idade e de 75% para alunos a partir dos 15 anos. Se não fosse cumprido esse percentual, a escola enviava, por meio de formulário do próprio sistema de acompanhamento, a justificativa da infrequência. Esses dados eram informados via internet no Sistema Presença do Ministério da Educação (MEC) e arquivados na Secretaria Municipal. Para as escolas informantes, serviam como base para análise da infrequência dos alunos, assim como o registro dos motivos, o que poderia permiti-lhes agir para redução dessas taxas.

Por muitas vezes, recebíamos visitas de mães, nunca de pais, preocupadas com a possibilidade de cancelamento do benefício, visto que haviam recebido algum tipo de notificação. Aqui, vale destacar o papel da mãe, que, quase sempre é quem busca, acompanha, participa,

procura informação, mostra-se preocupada com o comportamento e desenvolvimento de seus filhos. Ela é responsável pelo benefício. O procedimento citado tinha por finalidade verificar a veracidade da informação e tentávamos ajudar da melhor forma possível. No entanto, as ações mais diretas de cadastro, intervenções de casos graves eram tratadas pela equipe da Secretaria de Ação Social do município, que trabalhava em conjunto com o Conselho Tutelar e visitava as famílias em casos de intervenção direta.

Dessas famílias beneficiárias era possível perceber claramente que o PBF representava a única renda regular para garantir o suprimento da necessidade mais básica: a alimentação. Logo, a situação de pobreza vivenciada por elas era extrema, me levando a ter mais zelo pelo trabalho e cuidado com aquelas mães.

Em algumas ocasiões, me percebi mais generoso, pois a escuta qualificada, o acolhimento, a atenção reacendia naquelas mulheres a esperança de que o seu sustento e de sua família não seria afetado. Nessas ocasiões, as aconselhava no sentido de manter os filhos frequentes na escola, para garantir o benefício e do quanto era importante para eles aprenderem, além da necessidade delas estarem em constante diálogo com a escola. De igual modo, a escola era orientada a buscar justificativa, quantas vezes fossem necessárias, antes de enviar a infrequência dos alunos. Mas, também, me recinto do fato de ainda não ter a formação desse curso, pois teria tido uma atuação ainda mais considerável nesse curto período. Com a mudança do governo municipal, a equipe foi destituída e lotada em outras instâncias, realizando suas atividades em outros equipamentos.

Hoje, trabalho no Laboratório de Informática de uma escola rural como alfabetizador de crianças do 2º ao 3º ano. É gratificante perceber o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita e o quão elas se orgulham por isso. Vale destacar também que, embasado nesse curso, os compreendo diante das dificuldades ocasionadas por suas condições

de pobreza, que acabam refletindo no desenvolvimento delas. Assim, busco oferecer novos meios para que possam aprender. E, é nesse sentido que o laboratório de informática faz toda a diferença, por oferecer ferramentas que os instigam à curiosidade e à vontade de fazer. Logo, os resultados positivos ao desenvolvimento das habilidades necessárias nessa etapa de ensino acabam por aflorarem mais rapidamente.

Curso de Pós-graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social

Com esse curso, pela primeira vez tenho a oportunidade de estudar sobre a pobreza, apesar de esse ser o terceiro curso de pós-graduação. As temáticas dele vêm permitindo desconstruir e reconstruir conceitos referentes à pobreza, aos direitos, ao currículo escolar e à própria escola. Tudo isso de modo gradual, a partir das diferentes disciplinas e atividades propostas.

O primeiro módulo foi iniciado como um alerta direcionado a nós mesmos, enquanto educadores e sujeitos, pois fomentou um confronto entre o que construí como saber sobre a pobreza e desigualdades, além de promover uma constatação: a de que, apesar de estar rodeado de situações de pobreza, nunca havia recebido uma proposta de discussão abrangente sobre o assunto ou formação acadêmica que a contemplasse. Esse fato foi percebido igualmente por meus colegas de curso.

Tive a chance de desconstruir a visão moralista da pobreza, disseminada ao longo de minha vida e confirmar a ausência de culpa do pobre por sua própria condição, além de valorizar as diversidades, sem confundi-las com desigualdades. Esse módulo também se destacou pela discussão sobre o processo histórico de produção da pobreza e pela oportunidade de absolver, do mestre Paulo Freire (1996), a visão de que esse conhecimento exige práticas de intervenção para desmontar a passividade incentivada.

O módulo que discute a relação entre pobreza e cidadania marcou pela ação, pois me fez perceber e compreender a realidade de famílias em condições de extrema pobreza, beneficiárias do programa de transferência de renda Bolsa Família. E muito mais: tomar conhecimento da existência de programas similares em outros países, mesmo os denominados desenvolvidos.

Em seus conceitos, conheci algo novo: *capabilidades* (SEM; NUSSBAUM, 2008 *apud* PINZANI; REGO, 2014), percebendo que o caminho para a inserção social defendido por Freire (1996) depende de um conjunto de condições objetivas externas, intersubjetivas e subjetivas, das quais a última contempla as capacidades e habilidades adquiridas da sociedade. De certa forma, tais condições dependem de políticas públicas que favoreçam seu funcionamento, consolidando a visão de que essas políticas têm papel importante no combate às desigualdades. Logo, não é somente através da escola.

No módulo seguinte, a natureza histórica dos direitos humanos é explorada, destacando-os como resultados de lutas coletivas em ações práticas, apresentados nas três dimensões/gerações dos Direitos Humanos que são marcadas pelas lutas históricas. Nesse contexto, fui instigado a demonstrar como meus recentes conhecimentos seriam capazes de resultar em prática ao elaborar um plano de aula que contemplasse o tema.

O último módulo trouxe a relação entre a escola e a pobreza, mostrando, por um lado, o padrão institucional que reproduz a pobreza e, por outro, concepções e práticas educativas emancipadoras. O conteúdo me fez refletir sobre minha realidade, perceber o entorno da instituição e direcionar minha visão às práticas reprodutoras da pobreza nela executadas ao manter um ensino tradicional, basicamente teórico, sem qualquer menção voltada para as vivências dos alunos. Esse módulo também apresentava grupos sociais de combate

às desigualdades, afirmando o pensamento do módulo anterior: qualquer avanço é resultante de um esforço coletivo.

Então, compartilhei minha experiência, ao analisar com outros colegas do curso EPDS uma instituição escolar, atentando para as questões humanas, pedagógicas, físico-estruturais, coletivas, o entorno da comunidade, dificuldades, trabalhos, percebendo concepções dos sujeitos sobre a escola e sobre si próprios. Apesar de sermos quatro cursistas do mesmo município, tivemos dificuldades de nos encontrar pessoalmente devido aos trabalhos e distâncias. Após a visita na escola, quando fizemos entrevistas e observamos a instituição, elaboramos um relatório com as nossas observações. Na ocasião, contornamos as dificuldades citadas por meio do uso da tecnologia, ao produzirmos um trabalho *online*¹³, que foi editado, revisado e acompanhado por todos em tempo real, inclusive pela tutora.

Esse trabalho nos levou a perceber que a maior escola municipal de Ocara tinha problemas de integração da equipe gestora e professores, sinalizando conflitos de pensamento fortalecidos pelas políticas partidárias locais, colocando em xeque os ideais educativos necessários ao desenvolvimento social dos alunos. Detectamos problemas estruturais que impediam a liberdade e a boa estadia dos alunos no ambiente escolar, pois as áreas de acesso às salas eram altas e sem proteção, representando perigo, sobretudo para as crianças menores. Além disso, sem refeitório, quadra esportiva sem condições de uso, salas e biblioteca muito quentes, mesmo tendo ventiladores.

Analisando os dados, percebemos que 66% dos alunos eram beneficiários do PBF, incluindo alunos da área urbana, rural e de assentamentos rurais próximos da cidade. Esse percentual se traduziu em aceitabilidade, favorecendo a inexistência de preconceito ou atos discriminatórios quanto à condição desses, pois os sujeitos

13 Vi nessa atividade e na forma como contornamos essa dificuldade, resultados do período em que trabalhei com informática, possibilitado a partir do sacrifício da minha mãe em pagar aqueles cursos.

escolares demonstraram reconhecer a necessidade dessa política de distribuição de renda.

Assim como a aceitação aos alunos beneficiários, a escola e o município apresentaram um excelente programa de inclusão, contando com uma política de acompanhamento através do Atendimento Educacional Especializado (AEE), preservando o direito constitucional dos alunos com deficiências estarem em salas regulares, através do qual constatamos uma excelente política de respeito às diversidades.

No entanto, um aspecto mereceu destaque: a escola não se integrar de modo efetivo com o seu entorno, pois, não havia nenhum tipo de envolvimento com as questões sociais da cidade e do município. Isso foi verificado por meio da ausência de aulas de campo, fato relatado pelos docentes como um fator de impossibilidade de renovação das práxis pedagógicas e envolvimento dos alunos em questões sociais.

Essa visão de que o ambiente interno era suficiente para cumprir a tarefa educativa impedia a formação de sujeitos atuantes. Dessa forma, a instituição demonstrou desconsiderar as capacidades atitudinais dos discentes, suas bagagens culturais, na tentativa de mantê-los em moldes educativos predeterminados, distanciando-os de suas experiências vividas e realidades de pobreza. Não havia nenhuma relação quanto à introdução do tema pobreza como objeto de estudo.

Para Leite (2014), essa conduta da instituição separa os alunos de suas condições sociais, construindo um muro entre a escola e o seu entorno. De acordo com Santos (2005), citado por Leite (2014), isso representa a quebra do necessário sentimento de pertencimento e da identidade de cada aluno.

Totalmente imerso no ambiente educacional, esse módulo me fez pensar nas práticas curriculares da instituição escolar. Compreendi o saber-se pobre como direito dos sujeitos escolares e refleti sobre

a relação entre currículo e pobreza. Também me permitiu analisar o Projeto Político Pedagógico e o Plano Curricular da escola na qual trabalho atualmente, o que resultou na constatação de que, nenhum desses instrumentos contempla a pobreza como objeto de estudo, apresentando as mesmas impossibilidades da instituição descrita anteriormente. A análise culminou em uma proposta de inserção do tema no cotidiano dessa escola.

Por fim, o curso possibilitou me reconhecer como parte do universo abordado. Pois, a compreensão é o que favorece essa percepção. Além disso, percebi que o sistema educacional é incapaz de superar a pobreza, pois a concebe apenas no aspecto econômico. Apesar de ampliar as possibilidades nesse sentido, os esforços educativos dos considerados pobres são imensuráveis diante da naturalidade desfrutada pelos ricos. Para essa compreensão, os fóruns e portfólios foram importantes ao manterem o diálogo constante sobre os conteúdos, permitindo uma construção coletiva de conhecimentos e incentivando a ação reflexiva sobre o tema, da qual se destacou a entrevista com as famílias e a análise coletiva da escola.

Compreendo que a pobreza é fruto histórico, saldo de vários aspectos que envolvem questões sociais, políticas, econômicas, culturais, etc. A escola, enquanto formadora, deve rever suas práticas pedagógicas, contemplar a discussão e possibilitar minimizar as desigualdades produzidas pela pobreza. Nesse cenário, como professor sou consciente do meu papel, assim como da missão de outros professores, pois nos cabe reconhecer a realidade vivida pelos alunos e instigá-los a entendê-la. Portanto, é preciso que aprendamos a resistir e a enfrentar situações socialmente negadas, para delas retirar as lições necessárias às transformações que desejamos vivenciar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Resenha de Josué Pereira da Silva (Org.). Os filhos de Dona Silva. São Paulo, Anablume, 2005, 320 pp. In: *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2007, p. 362-365.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes Necessários à Prática Educativa. 25 ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Tábuas abreviadas por sexo e por idade*. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuas_abreviadas_mortalidade/2010/default.shtm>. Acesso em: 02.ago.2017
- LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Módulo III. *Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- MASCHIO, Vanderléia; RIBAS, João Francisco Magno. *O jogo enquanto conteúdo da Educação Física escolar na abordagem crítico-superadora*. 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2846/Maschio_Vanderleia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20. ago. 2017
- NASCIMENTO, Cícero Vieira do; FERREIRA, Helena Maria de Sousa. *Tele-ensino: avanço ou retrocesso?*. Disponível em: <http://www.propgpq.uece.br/semana_universitaria/anais/anais1999/SemanaIV/VIII_IC/humanas/4inihum161.htm>. Acesso em: 22.jun.2017.
- PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão; Módulo I. *Pobreza e cidadania*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- SENN, Adriana Vanderlei Pommer; CENEDESE, Diana Aparecida. *A remuneração e o pagamento no contrato de arrendamento de imóvel rural*. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=304d890049eff64e1>>. Acesso em: 22.jun 2017.
- TEIXEIRA, Mylene Nogueira. *O sertão semiárido*. Uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. Soc. estado., Brasília, v. 31, n. 3, p. 769-797, Dec. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000300769&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 out. 2017.



A EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA VIDAS

Jessica Crisóstomo de Moraes¹
Débora Marques da Silva²

ANTES DO CURSO

Relembrar as experiências vividas ao longo dessa minha caminhada é recordar, com muita gratidão, os acertos, as falhas e as aprendizagens que me ajudam diariamente a ser quem eu sou.

Nasci na cidade de São Luís do Curu, “interior” do estado do Ceará, na data mais festiva do Nordeste, dia de São João. Acredito que isso influenciou no meu jeito animado. Desde criança sempre me encantei com toda a alegria das cores, sabores, danças e brincadeiras presentes nas festas juninas, principalmente, as realizadas no interior. Já dancei quadrilha, assim como meus pais que sempre eram escolhidos para serem os noivos; também já sentei ao lado de uma fogueira e fiquei ouvindo histórias que os mais velhos costumavam contar sobre suas respectivas infâncias. São lembranças que guardo com muito amor e espero que essas manifestações culturais não se percam e sejam preservadas para que as futuras gerações possam desfrutar da felicidade de celebrar em comunidade momentos de união e confraternização.

Sempre morei na zona rural, em uma comunidade bem pequena, com poucas famílias, chamada Boa Vista, situada a 7km de distância

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

2 Orientadora do EPDS-UFC e Doutora em Educação Brasileira (UFC).

da cidade de São Luís do Curu. Um lugar tranquilo, onde podemos manter o contato com a natureza. Todos se conhecem e se respeitam e as pessoas apresentam um modo de vida ainda típico ao do homem do campo. Temos uma capelinha, uma antiga casa de farinha e uma escola, que atualmente está desativada. Semelhante a tantas outras áreas rurais, onde a maioria dos jovens está indo morar na capital em busca de um emprego para ajudar as suas famílias. Meus pais trabalham em uma fazenda. Minha mãe é empregada doméstica e meu pai gerencia um sítio. Eles concluíram o Ensino Médio já depois de casados, por intermédio do Telecurso. Tenho muito orgulho da cumplicidade que existe entre eles.

Sou filha única, e gosto muito disso, apesar das pessoas acreditarem que essa condição faz de mim um ser solitário. Comigo nunca foi assim, sempre tive muitos amigos e sou sociável. Além disso, viajar é uma das minhas paixões, seja ela no imaginário, por meio da leitura dos livros, ou nesse mundão afora. Contemplar as belezas naturais me energiza de tal forma que preciso constantemente conhecer um lugar novo. Trabalhar como voluntária em uma organização não governamental despertou em mim esse prazer de sempre buscar mais, de saber, de conhecer e de ajudar cada vez mais. Voltando à ideia de que “filho único é egoísta e só pensa em si” é um equívoco, pois sou generosa e solidária. Isso, com certeza, foi um dos motivos para a escolha da minha profissão, pois ser professora é querer transformar vidas.

Iniciei a vida escolar aos 4 aninhos e na minha comunidade havia uma escola que foi construída pelos próprios moradores. Na época, a instituição era chamada de grupo escolar Maria Matos Herculano, contudo, não oferecia estudo para as séries iniciais. Então, o meu pai todos os dias me levava de bicicleta a uma localidade vizinha chamada Fazenda Comunitária, que pertencia a uma instituição não governamental internacional, ChildFund Brasil, que até os dias atuais atende às famílias moradoras das áreas rurais por

meio da Associação Comunitária Cultural Educacional e Agrícola do Vale do Curu.

Minha primeira professora chamava-se Flaviane, carinhosamente chamada de Tia Flavinha, uma mulher baixinha, dedicada e paciente. Fiquei sob os seus cuidados entre os anos de 1996 e 1997. Quando ingressei na alfabetização, já na escolinha perto de minha casa, aprendi a ler e escrever sem dificuldade, porém, precisei ir a algumas consultas com a fonoaudióloga, pois eu costumava trocar o som de algumas letras. Por conseguinte, a maravilhosa professora Leila me ajudou bastante e logo consegui tratar esse probleminha. Além disso, ela marcou minha vida pelo seu jeitinho atencioso. Nós tínhamos uma relação muito próxima, ela sempre me visitava e tinha um carinho especial por mim. Assim como a professora Célia, uma profissional responsável e alegre. Recordo-me de suas aulas dinâmicas. Estudei quatro anos nessa escola, onde eu me sentia pertencente àquele universo. As salas decoradas com os nossos trabalhos, os funcionários eram como nossos parentes, que deveríamos confiar e respeitar. O carinho e amor que eram transmitidos pelas professoras fortalecia cada vez mais a admiração por elas e pela profissão tão nobre. São essas boas recordações que me fazem reconhecer que o início da minha identidade foi construído ali.

Nos anos finais do Ensino Fundamental II estudei em outras três escolas. Acredito ter sido esse período a fase de transição de criança para adolescente, na escola Assis Herculano, também na zona rural. As tias boazinhas deram espaço para os professores Luís Bruno e Luís Carlos. Sem muita afetividade, mas com muita responsabilidade, aprendi bastante. Estudei ainda no colégio Maria de Lourdes Braga e, em seguida, no Domingos Anselmo, esses já na cidade, sem nunca ter ficado em recuperação ou obter nota baixa, ou seja, sempre tive um excelente desempenho escolar.

Sonhava em estudar na escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva. No primeiro ano meu rendimento escolar caiu um pouco, pois as aulas para os alunos da zona rural eram no período noturno. Eu pegava o transporte escolar na minha comunidade às 17 horas e só retornava às 22 horas. Essa mudança de horário me prejudicou e só no terceiro ano consegui me matricular no período vespertino. Minha mãe me incentivava à leitura. Antes de eu começar a trabalhar e ganhar meu dinheiro, ela me dava livros. Dessa maneira, me ensinou a gostar de ler e de sonhar acordada. Ela costumava dizer que não tinha paciência para ler, mas sei que queria mesmo é que eu tivesse tudo aquilo que ela não pôde ter. Nessa época, lembro que ganhei o livro *O diário da Princesa*, presente da patroa dela. Antes gostava de ler apenas histórias em quadrinhos, que meus pais compravam quando iam a Fortaleza. Ler textos literários mais extensos ainda não era um hábito tão forte, mas depois da leitura do livro mencionado, não parei mais.

No ano de 2009 fiz o vestibular para licenciatura específica em português, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), motivada pelo desejo de despertar nas crianças e adolescentes a consciência de que é por meio da educação que conseguiremos transformar nossas vidas, sobretudo, a sociedade. Durante quatro anos de muito estudo, enfrentei algumas dificuldades: o curso era realizado na cidade de São Luís do Curu, aos sábados, entretanto, nos meses de janeiro e julho as aulas aconteciam todos os dias, manhã e tarde. Nesse período, eu ficava na casa de parentes. Logo no primeiro mês, após ingressar na faculdade, consegui um emprego em uma escolinha particular para dar aulas de reforço. Dessa forma, eu já conseguia pagar a minha graduação com o salário do meu trabalho. Fiquei um ano lecionando nessa escola, mas eu não me identificava com a instituição, com a proposta pedagógica, nem com o público-alvo. Até que no ano de 2010 surgiu uma grande oportunidade, na qual passei a lecionar no Programa Brasil Alfabetizado. Aprendi um pouco sobre

Andragogia, conheci a pedagogia de Paulo Freire e, então, minha paixão pela educação no campo surgiu.

Trabalhei três anos nesse programa e o curso era realizado na Fazenda Comunitária (mesmo local onde vivi no período da creche). Meus alunos eram todos agricultores, pais e mães de família, que traziam marcas da exclusão social, do preconceito e da discriminação por serem do campo. Todos com uma bagagem de experiência vasta e saberes populares riquíssimos, foi uma vivência muito significativa.

Nesse período, eu também desenvolvia trabalhos voluntários em uma organização não governamental chamada ChildFund Brasil, baseada no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, tratava-se de uma organização de desenvolvimento social voltada para a proteção de crianças em situação de exclusão, privação e vulnerabilidade social, que oferecia oportunidades para que elas desenvolvessem todo potencial. Engajei-me também em movimentos a favor da agricultura familiar. Particpei do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no qual tive a oportunidade de compreender como funcionava o Sistema Único da Assistência Social e contribuir nas ações sociais do município.

Concluída a faculdade, eu fui a primeira da família a ter uma formação acadêmica, motivo de muita felicidade. Em 2013, participei de um processo seletivo na secretaria de educação e fui aprovada, passei a lecionar língua portuguesa do 6º ao 9º ano (Ensino Fundamental II) na escola em que eu já havia frequentado, Assis Herculano. Ensinar crianças e adolescentes é diferente de ensinar adultos, embora o contexto social fosse bem semelhante aos dos meus alunos anteriores, pois eram alunos do campo, a didática que eu passaria a usar teria que ser outra. Fui para a sala de aula entusiasmada, cheia de expectativas e planos, porém, alguns deles foram fracassados. Isso não diminuiu o meu desejo de me empenhar cada vez mais e melhor. Sempre utilizei a contextualização dos conteúdos discutidos em sala

de aula, valorizando as experiências dos alunos, para que assim existisse uma maior significação humana e social desses ensinamentos.

Nos dois anos seguintes fui novamente aprovada e fiquei na mesma escola, isso foi extremamente importante porque pude dar continuidade ao meu trabalho. Na comunidade em que trabalhava, percebia que parte significativa dos direitos básicos era negada àquelas pessoas que viviam apenas da agricultura familiar e de benefícios sociais. Resultado da falta de informação e até mesmo da exclusão que essa população do campo normalmente sofre, perpetuando a desigualdade social e, conseqüentemente, a pobreza.

Iniciei um curso de pós-graduação em Gestão e Supervisão Escolar, pois sentia a necessidade de compreender como se dava a orientação, organização e articulação de uma instituição escolar integrada à comunidade. Ademais, preocupava-me com os alunos, pois queria que tivessem condições para avançar na aprendizagem de forma efetiva.

A educação do campo já fazia parte da minha história e ela ganhou mais força quando fui aprovada para ser educadora de Linguagens e Códigos no Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, que atende a jovens entre 18 e 29 anos, cuja finalidade é proporcionar a formação integral ao jovem do campo, fortalecendo e ampliando o acesso e a permanência dos agricultores familiares no sistema formal de ensino. A desigualdade está clara em relação aos níveis de escolaridade dos indivíduos que vivem no campo e dos que vivem na cidade, contudo, sinto-me realizada em participar dessa mobilização em prol da garantia dos direitos do povo do campo e de ajudar a construir uma nova dimensão de desenvolvimento na área rural.

Hoje concilio as aulas do ProJovem Campo, que já estão sendo concluídas, com a rotina de formadora de língua portuguesa pelo Programa Alfabetização na Idade Certa, MAIS PAIC. Recebi o

convite logo no início desse ano e está sendo algo desafiador, pois irei trabalhar com todos os professores de português do município, orientando as suas práticas pedagógicas e fomentando reflexões sobre a nossa educação. Sinto que por meio dessa oportunidade eu posso, mais uma vez, contribuir para a melhoria do ensino e aprendizagem, de uma forma mais ampla, que irá atender a um maior número de crianças e adolescentes, partindo do ponto fundamental, o professor.

Foram muitas as transformações que ocorreram na profissão de professor, observando desde o início da minha vida escolar. Um novo perfil foi traçado para esse profissional e hoje eu sei que a cada dia preciso estar atualizada e comprometida com a aprendizagem dos meus alunos. Embora ser educadora nos dias de hoje seja uma tarefa difícil, sinto-me bastante realizada e grata por tudo que já vivi até aqui.

DEPOIS DO CURSO

Em 2016 ingressei no curso de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Logo de início, reconhecer, ou melhor, tomar consciência de que a pobreza e as desigualdades sociais existem foi fundamental para a compreensão de que vivemos cercados por tais problemas sociais. Eu nunca havia atentado para o tamanho das suas problemáticas, apesar de conviver com esses problemas diariamente, muitas vezes, elas soavam como algo natural. Por exemplo, eu concebia que a pobreza rural era bastante diferente da urbana. Isso fazia com que o meu entendimento de pobreza fosse conceituado como uma questão cultural.

Aprendi nos primeiros módulos que a visão moralista da pobreza, que a reduz à falta de valores, difundiu-se na sociedade como algo natural, imposta para que se pudesse conviver de forma “aceitável” com os padrões estabelecidos pela sociedade. Assim, surgiram pre-

conceitos, discriminações e exclusões por parte daqueles que não compartilham do mesmo julgamento de valor, expressando ideias contrárias, confrontando explicitamente com as regras postas.

A busca pela ordem, pela passividade, disciplina e domesticação do homem fez com que cada vez mais essa visão moralista acerca do que é aceito ou não se tornasse fundamental para a ascensão na sociedade. Assim, os pobres seriam responsáveis por viverem em situações por vezes muito precárias. Tudo isso é uma manobra que tem o intuito de persuadir as pessoas para que se aceitem na condição de pobres e sintam-se culpadas por essa representação, para que assim elas não enfrentem e não sejam capazes de intervir e buscar a emancipação. Dizer que é pobre por desleixo, por indisciplina, preguiça, por não possuir valores, dedicação aos estudos e/ou trabalho são entendimentos completamente vazios, baseados no preconceito. Assim, os fatores que prejudicam a população pobre são ignorados.

Com esse conhecimento acerca da visão moralista, pude acrescentar nas minhas reflexões pedagógicas o entendimento de que o bom rendimento do meu aluno em sala de aula, ou mesmo fora dela, não se dá meramente pela vontade dele ou interesse em querer ou não fazer uma tarefa ou participar em uma aula, e sim por vários fatores implicados nesse processo. Por exemplo, quando em uma aula de literatura era solicitada uma pesquisa de um texto literário clássico, os alunos pobres não tinham condições para pesquisar em livros ou ter acesso à internet, não tinham disponibilidade de tempo, pois trabalhavam para ajudar no sustento da família, ou o conteúdo era bem distante de suas realidades. Isso não gerava significado social e não os incentivava para estudar tal assunto. Assim, julgava-se o aluno não ter capacidade de assimilar determinados assuntos, ser ignorante e preguiçoso.

É possível vislumbrar um quadro que indique o tamanho das desigualdades no país, números indicadores da pobreza, pessoas que lutam diariamente para sobreviver e, ainda assim, surgem os julgamentos de valores. Ascender socialmente ainda não é apenas uma questão de querer, pois a própria sociedade simplesmente bloqueia esta opção e julga, por motivos morais, que é culpa do pobre viver na situação de pobreza.

Dentro das escolas encontro um grande número de crianças e jovens que passam por situações de pobreza e desigualdade social. É comum me deparar com julgamentos de visão fatalista e determinista. Essa ideia forjada de que a maior desigualdade social, a pobreza, é definida por algo predeterminado, independente de ações e incompatível com o livre arbítrio, remete a exemplos de compreensões moralistas acerca do assunto vivenciado no cotidiano profissional. Dizer que alguém que vivencia a pobreza não pode sofrer uma emancipação, infelizmente, é algo comum de ser ouvido em ambientes educacionais. Olhar para os educandos pobres com o sentimento de inferioridade e de carência, permitindo que se sintam responsáveis por essa condição é um comportamento inaceitável àqueles que promovem uma educação libertadora.

Nas turmas em que lecionei, os alunos apresentavam grande dificuldade em aprendizagem, não apenas pelas condições socioeconômicas, mas também por condições biológicas, pois estão mais vulneráveis a doenças e, também, como mostram várias pesquisas no mundo inteiro, a pobreza atinge o desenvolvimento do cérebro, diminuindo assim a capacidade de aprendizagem. A criança na situação de pobre tem piores condições de saúde, má nutrição, o que reflete na aquisição de conhecimentos. É necessário refletir sobre o porquê das escolas não reconhecerem a existência dessa condição tão crítica que é a pobreza, problema que gera tantos transtornos na sociedade. Esse curso despertou em mim um olhar mais sensível a esses educandos.

Apesar de essa temática ser pouco, ou quase nada, discutida durante a minha formação acadêmica, penso que o curso me fez compreender que é necessário construir um currículo que garanta o direito dos alunos pobres a entenderem sua condição de pobreza. Para isso, os saberes e experiências sociais da pobreza que os alunos trazem individualmente devem ser incluídos nos currículos. Como diz Arroyo (2013), toda experiência social produz saberes. Essa foi a parte que eu mais gostei do curso, pois eu já tinha conhecimento sobre o assunto, já trabalhava em sala de aula essa questão de acolher e respeitar as vivências do aluno fora da escola, transformando essas experiências em algo educativo, cheio de aprendizagem.

Reconhecer-se pobre é encontrar no espaço escolar significados sociais, experiências humanas e indagações pertinentes às vivências dos educandos. Quanto ao interesse dos sujeitos pobres e da sociedade, sempre existiu uma cultura política e pedagógica de que os pobres são responsáveis por sua condição e esse assunto se torna até incômodo para as teorias pedagógicas. Sabemos que apenas políticas públicas e programas não são suficientes para combater a pobreza, e que os pobres não são beneficiários agradecidos por tais políticas (Bolsa Família, Minha Casa minha Vida, entre outros.), e sim sujeitos políticos e de política, que devem ir contra os determinantes da pobreza. O pobre deve entender que também é um sujeito de direitos.

A escolarização ainda é vista como um descondicionamento da pobreza, pois, para muitos, apenas com o progresso escolar o ciclo da pobreza se romperia. O aluno pobre que é visto como analfabeto, somente conseguiria superar sua situação de pobreza por intermédio da escola. Assim, dominar habilidades escolares não é suficiente para tirar alunos da linha de pobreza. É necessário abordar conhecimentos que permitam aos alunos entender as problemáticas e as razões de produção da pobreza e, que eles possam compreender a sua própria condição, rompendo com a concepção moralizante da pobreza. É preciso também que o papel social, político e econômico seja rea-

lizado por quem compete estas funções, para que não fique a cargo da escola também cumprir com mais essa tarefa. Assim, mudanças nas relações sociais se fazem cada vez mais necessárias para que, de fato, a pobreza possa ter um fim.

Refletir sobre esses questionamentos de escolarização e pobreza é muito relevante, pois sabemos que a educação possibilita assegurar o cumprimento de direitos básicos, como saúde, segurança, transporte e outros, pois com o conhecimento o indivíduo tem consciência que é um sujeito de direitos. Dessa forma, torna-se uma pessoa mais engajada socialmente e, na sociedade, a educação contribui intensa e profundamente na vida dos cidadãos, pois é ela que edifica as principais bases econômicas, sociais e políticas de uma nação. No entanto, precisa passar por reformas para que possa atender, de fato, toda a população de forma transformadora.

A educação não pode resolver problemas sociais sem que outros fatores socioeconômicos influenciem, pois ela faz parte dessa estrutura social. Ofertar uma educação de qualidade não é responsabilidade somente das políticas educacionais, é preciso ter condições para que as crianças e adolescentes tenham garantido o direito a uma educação de qualidade que possibilite a elas o acesso a outros direitos fundamentais como saúde, alimentação, trabalho, transporte, entre outros.

O acesso e a permanência de alunos provenientes da pobreza na escola geram muitas discussões, já que consideramos que a educação gera a própria reprodução das desigualdades sociais. Isso é observado quando ela mesma produz fatores de exclusão, como a repetência, oriunda de avaliações que não consideram a diversidade de realidade do sujeito e produzem um modelo homogêneo de instrumento avaliativo. O fracasso escolar também nasce dessa exclusão e desse modelo de racionalidade que solicita que sujeitos diferentes apresentem resultados iguais.

São depositadas muitas expectativas na educação, acreditando que ela seria a solução para as mazelas existentes na sociedade. No entanto, infelizmente ela pode ser mais uma reprodutora das desigualdades sociais e da pobreza. São notórios os avanços escolares. As médias de escolas do interior no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica são um exemplo disso, assim como o crescimento da proporção do investimento público voltado para a educação, porém, ainda precisa ser feito mais para garantir o rompimento com a reprodução da pobreza.

Além disso, foi interessante aprofundar meus conhecimentos sobre movimentos sociais que lutam pelos direitos de uma melhor educação para as crianças brasileiras. Eu já conhecia algumas das lutas sociais, principalmente aquelas voltadas à educação no campo, uma conquista dos habitantes das áreas rurais, na qual são respeitadas as suas especificidades como os aspectos culturais e as necessidades relacionadas à realidade do homem do campo. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST é um exemplo de luta pelo direito ao acesso à educação pública gratuita e de qualidade em todos os níveis para as crianças, jovens e adultos de comunidades rurais. Esse respeito à diversidade cultural permite que ele tenha acesso à educação popular rural, na qual sejam abordados trabalhos com o homem e não para o homem, formando um sujeito de direito e promovendo a democratização. Dessa maneira, o cidadão do campo, que ao longo da história foi excluído do processo educativo, agora poderá ter uma garantia ao acesso e permanência à educação de qualidade. Esses movimentos foram e são de grande importância para a construção de políticas públicas mais democráticas e também na busca de uma escola comprometida com a transformação social.

Vale ressaltar que as relações entre a luta contra a pobreza e o currículo escolar estão ausentes na educação básica e as indagações são inúmeras, pois, em minhas vivências educacionais, pouco ou quase nada foi discutido acerca dessa temática. Sempre lecionei em

comunidades muito pobres e nunca essa questão da pobreza recebeu o devido tratamento. Embora eu tivesse um pouco de conhecimento sobre as lutas de alguns movimentos sociais, nunca houve um direcionamento para que esses estudos fossem abordados em sala de aula, ou que eles tivessem alguma relação com a pobreza. Hoje, faço o seguinte questionamento: como os conhecimentos sobre a pobreza e a desigualdade social podem ser inclusos no currículo escolar? Já tomando como base, que é preciso romper com a concepção hegemônica do conhecimento.

Pensando nessas questões, eu me percebo como cidadã e educadora na dinâmica da mudança por uma educação que dê centralidade ao sujeito e que busque superar as desigualdades. Portanto, o estudo do capítulo teórico que abordará sobre a escola como espaço e tempo de reprodução e resistência da pobreza foi o motivo que me levou à elaboração do projeto de intervenção na realidade que desenvolverei ao término do curso. O objetivo principal deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é incluir no currículo escolar o estudo da pobreza por meio do estudo da identidade do educando que vive no campo, considerando seus aspectos culturais, sociais e econômicos. Para tanto, pretendo que o estudante da área rural se reconheça como pobre, um direito que deve ser garantido. Levando em consideração a minha experiência com a educação do campo, almejo discutir a variação da adequação entre os conhecimentos e os valores que os educandos trazem de suas vivências fora da escola com as apresentadas pelo educador.

Penso que os profissionais de educação devem transformar os espaços da escola em locais colaborativos, com uma gestão que envolva aspectos humanos, sociais e culturais. Não se muda um formato de educação rapidamente, no entanto, a implementação de uma escola de qualidade, justa, igualitária e acolhedora é possível. Essa proposta de mudança irá repercutir em toda a comunidade escolar, pois reconhecer os pobres como sujeitos de saberes e valorizar esses

saberes possibilitará uma nova relação entre currículo, conhecimento e pobreza. Essa dinâmica de ações refletirá diretamente nos elementos formadores de todos os sujeitos que poderão contribuir para que não haja mais reprodução de desigualdades.

Refletir sobre a escola como lugar de construção de algo em comum que acolhe os sujeitos, é acreditar que para muitas crianças, adolescentes e adultos, o ambiente escolar é o único acesso ao conhecimento que irá lhes proporcionar condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos com identidade social e cultural. Portanto, ter uma escola que prepare pessoas para viver de forma autônoma, emancipada, de maneira que venha a desconstruir as desigualdades e romper o ciclo de sua reprodução na escola e sociedade é cada vez mais necessária.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Módulo Introdutório: Pobreza, Desigualdades e Educação. In: BRASIL, Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão*. Brasília, DF: MEC/ SECADI, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 18 mai. 2016.
- INEP. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. *Censo Escolar da Educação Básica 2016*. Brasília, DF: INEP/ MEC, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2017

UMA MULHER NEGRA, DUAS FORMAÇÕES E UMA ESPECIALIZAÇÃO

Michelle Cristyanne da Silva Lima¹
Raquel Guimarães Mesquita²

O capítulo em tela nos permitiu descrever, de modo breve, nossa caminhada ao longo do curso de EPDS e realizar uma retrospectiva sobre nossas experiências, angústias e inquietações durante este processo. Traçamos uma linha do tempo da nossa história de vida, percorrendo desde a educação básica ao ensino superior até ingressar na especialização. Para nós, foi um momento significativo e que nos fez refletir sobre nosso desempenho dentro do curso. Foi possível, a partir disso, realizar uma análise sobre nossa postura profissional antes e após essa vivência acadêmica.

MINHAS ORIGENS

Minha história inicia-se na década de 1980, num hospital público de Fortaleza, quando uma mulher negra, jovem, pobre, moradora da periferia da cidade e sem nenhuma assistência da família deu à luz um bebê do sexo feminino, negra, pesando aproximadamente 3 kg e medindo 50 cm, porém toda a relação entre mãe biológica e filha ficou restrita apenas àquela sala de parto.

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).
2 Orientadora do EPDS-UFC e Mestre em Sociologia (UFC).

Do outro lado da sala estava o membro da família que iria me acolher, minha irmã Graça, na época com 17 anos. Ela me aguardava ansiosamente. Logo partimos para o interior do Ceará, rumo à cidade de Aracati, a 150 km da capital cearense, onde, no coração de uma senhora de 57 anos, eu nasci como sua filha.

Dona Maria, mais conhecida por dona Inês, era aposentada e trabalhou sua vida toda como operária em uma fábrica em Aracati. Era analfabeta. Devido ao fato de sua jornada de trabalho ter se iniciado aos 13 anos, nunca frequentou a escola. Era casada com o Sr. João, meu pai, na época com 59 anos, descendente de escravos e índios, que trabalhava com pesca e tecelagem. Meus pais já tinham cinco filhos quando da minha chegada, sendo eu a caçula da família.

Minha mãe vendia frutas, verduras e o conhecido mastruz com leite na calçada da nossa casa. Para complementar a renda familiar, meus irmãos deixaram cedo de frequentar a escola. Realizavam pequenos trabalhos como vendedores de pães pelas ruas da cidade e, posteriormente, também ingressaram na tecelagem.

Morávamos no centro da cidade, em uma casa que foi adquirida a baixo custo graças à ajuda de meus irmãos e da venda de alguns animais que minha mãe criava (porcos e ovelhas). O imóvel era de alvenaria, quase sem mobília, composto por 3 cômodos e um banheiro improvisado no quintal da casa, sem as adequadas instalações de água e encanação.

Aos 2 anos de idade, passei a não ser mais a única criança da casa, pois, após o divórcio do meu irmão que morava em Fortaleza com esposa e duas filhas, minha mãe adquiriu a tutela de suas duas netas, Rita, com 4 anos, e Alexandra, com 3 anos.

Formação educacional básica

Minha trajetória escolar iniciou-se em uma escola particular localizada no município de Aracati por meio de uma cota social a

qual possibilitava que crianças pertencentes a famílias com perfil de vulnerabilidade econômica tivessem acesso à educação apenas mediante o pagamento de uma taxa simbólica. Durante alguns anos, minha mãe, com muito sacrifício, conseguiu arcar com a mensalidade, mas meu pai enfrentava problemas com o álcool, e por isso deixava de contribuir com as despesas da casa. Mesmo com meus irmãos inseridos em trabalhos informais para complementar a renda da família, chegou o momento em que já não era possível arcar com as despesas do colégio.

Conhecendo a situação da família, passamos por uma seleção de bolsa integral que analisou a situação socioeconômica da família e o desempenho escolar do aluno. Desta forma, o diretor do colégio, concedeu bolsa integral a mim (e às minhas duas sobrinhas), a qual honrei até o último dia letivo do ensino médio.

Durante minha jornada escolar, percebi algumas diferenças em relação às minhas condições financeiras e as dos meus colegas. O colégio em questão, naquela época, era frequentado pelos filhos das famílias mais ricas de Aracati. Apesar das bolsas sociais, os alunos que ingressavam nessas cotas não somavam um número significativo dentro das salas de aula. A bolsa garantiu a matrícula e as mensalidades da escola, porém havia outros custos com os quais a família tinha que arcar. À época, minha irmã Graça decidiu investir na minha educação, e através do seu trabalho contribuiu comprando livros, fardamentos e materiais exigidos pela escola.

Lembro-me que tínhamos poucos colegas de sala que eram negros e, além disso, poucos com situação econômica similar à minha. Às vezes, incomodava-me o fato de não possuir condições para participar de todos os eventos da escola ou não poder comprar as coisas da moda que os outros colegas possuíam, mas esse sentimento passava todas as vezes que eu lembrava do esforço que minha mãe fazia para me manter ali.

Sempre fui uma criança recatada, que se comportava bem em sala de aula, preocupada em manter as notas exigidas para não correr o risco de reprovar (aluno bolsista reprovado perdia a bolsa). À medida que fui crescendo, meu cabelo crespo começou a incomodar, pois já sentia o preconceito das pessoas; os penteados infantis já não escondiam o cabelo diferente. Naquela época, o considerado “normal” era ter o cabelo liso, e não tínhamos alternativas para cabelo afro, a não serem os tradicionais alisamentos.

Recordando esse momento, chegam à mente de forma clara as lembranças de quando eu passava horas em frente ao espelho amarrando faixas em meu cabelo, fingindo que ele era longo e liso. Sofri preconceito por conta do meu cabelo tanto dentro da escola quanto fora dela, no meu dia a dia.

Por diversas vezes me senti diferente e feia. Nas aulas de história, cresci aprendendo que os negros eram escravizados e que a cor da sua pele determinava isso. Questionava-me se essa condição tinha atingido, de certa forma, a minha família, já que nossas condições eram totalmente diferentes das famílias dos outros colegas.

Além do ensino de qualidade, o colégio oferecia aos alunos serviços de arte e cultura, como aulas de dança, através das quais eu renasci, pois foi um espaço onde pude me encontrar. A arte me transformava; na sala de dança eu me sentia igual e meus sentimentos puderam transformar-se em dança, em arte. A dança, portanto, desenvolveu um papel fundamental em minha vida. Além de elevar a minha autoestima, contribuiu para a construção de um olhar mais crítico e político.

Formação acadêmica

A chegada ao ensino médio trazia expectativas, ansiedades e medos, pois era chegada a hora de escolher um novo caminho, uma profissão a seguir. Foi também o momento em que realizei trabalho como professora particular de matemática para ter algum dinheiro.

O amor à dança me fez pensar várias vezes em ser bailarina, porém a idade já não permitia, tendo em vista que, para iniciar a carreira de bailarina, é necessário ingressar nas aulas regulares de balé ainda na infância. Ademais, além do fato de que estudar balé sempre custou caro, em Aracati essa modalidade não era ofertada nas escolas. A partir de então, iniciou-se um grande processo em busca da vocação; era dessa forma que os professores falavam para nossa turma de ensino médio. Tivemos até um momento com um psicólogo, quando realizamos os tradicionais testes vocacionais.

Em Aracati na época não era ofertado o ensino superior e aqueles que pretendessem cursá-lo geralmente mudavam-se para Fortaleza ou submetiam-se ao traslado para Mossoró, no Rio Grande do Norte, a fim de estudar no *campus* da Universidade Estadual, localizado a uma hora e vinte minutos do nosso município.

Eu tinha planos de prestar o vestibular para psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC) e pensava em pedir que uma das irmãs da minha mãe me acolhesse em sua residência, inicialmente. Então, quando o referido colégio se disponibilizou a auxiliar nas inscrições do vestibular de Fortaleza, conversei com minha mãe sobre a possibilidade — para a minha família a taxa de inscrição, à época, era uma verdadeira fortuna.

Mesmo sabendo de nossas condições, minha mãe se propôs, de alguma forma, a conseguir o dinheiro da inscrição, porém minha irmã Graça interveio no meio da conversa e me questionou como seria minha estadia, como eu faria para me manter, e usou a frase que naquele momento marcou minha vida: “- Coloca teus pés no chão, nós somos pobres, não temos condições de te ajudar lá em Fortaleza, o que temos só dá pra gente sobreviver aqui”.

Apesar dos meus argumentos, minha irmã não conseguia ver além do pouco que tínhamos; não conseguia acreditar que um de nós pudesse cursar uma faculdade em Fortaleza. Com muita tristeza

desisti do vestibular na Universidade Federal do Ceará (UFC), e fiz minha inscrição na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) em Mossoró, para tentar uma vaga no curso de Ciências Sociais noturno, objetivando conciliar com um possível trabalho durante o dia. Não sei se por falta de conhecimentos ou se por conta da frustração causada pelo que ouvi da minha irmã, o fato é que não fui aprovada.

Passei o ano seguinte estudando. Dedicava pelo menos 5 horas por dia, durante seis dias por semana, às leituras dos livros de história, geografia e português, disciplinas específicas para os cursos de Humanas na UERN. Fui aprovada em 5º lugar no curso de Pedagogia noturno, no qual ingressei no segundo semestre de 2002, iniciando uma longa jornada para concluir essa graduação.

Nessa época, realizava trabalhos informais, aulas particulares, dentre outros. O município não arcava com as despesas do ônibus universitário; tínhamos uma associação de universitários que se reunia e cuidava dos interesses do grupo. Logo, era preciso que todos pagassem uma taxa mensal para manter o ônibus ou pagasse por dia de aula.

No início, passei por diversas dificuldades, chegando a reprovar uma disciplina por falta, haja vista que, devido às dificuldades financeiras, eu não conseguia frequentar as aulas todos os dias, tendo que selecionar quais iria assistir. Da mesma forma era em relação ao lanche na faculdade, quando eu tinha dinheiro, lanchava apenas quando estava no limite da fome, pois sabia que era difícil obter dinheiro para todos os gastos da faculdade.

No ano seguinte, em meados de março de 2003, fui admitida com contrato temporário por uma cooperativa que prestava serviços para a Prefeitura Municipal de Aracati como monitora de Dança no Programa Zumbi de Aprendizagens, ganhando um pouco menos que o salário mínimo da época. Entretanto, os salários eram pagos com

até 3 meses de atraso, o que significa dizer que a dificuldade para manter a faculdade continuava. Ainda no ano de 2003, participei de um concurso do carnaval da cidade e ganhei um prêmio em dinheiro. Naquele ano compramos a primeira geladeira que mamãe possuiu.

No início de 2007, fui admitida como professora de dança do colégio Marista de Aracati, e no final do mesmo ano conclui minha graduação em Pedagogia na UERN. Posteriormente, em 2011, ingressei no curso de Serviço Social da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ), o qual conclui no final de 2015. Ambas as graduações foram realizações de um sonho meu, de minha mãe e de minha família, afinal fui a primeira filha a ingressar e concluir um curso de nível superior.

Acesso à especialização

Através de uma amiga, nos últimos dias de inscrição, tive conhecimento da seleção para ingressar no curso de especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS). Desde então, foi uma grande correria para providenciar todos os documentos solicitados. De imediato, o curso me chamou atenção pela junção do debate sobre educação e pobreza em um único curso de forma tão densa.

Estavam ali, interligadas, as minhas duas formações: Pedagogia e Serviço Social. Sempre trabalhei em escolas municipais, e quando ingressei como professora de dança no colégio Marista de Aracati, o mesmo estava concluindo a transição de escola particular para escola filantrópica, passando a atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social do município.

As primeiras leituras do curso de especialização me trouxeram muitas indagações. Lembro que, durante o curso de Serviço Social, diariamente discutíamos sobre a questão social³ e suas

3 Questão social é um termo utilizado no Serviço Social e que, segundo Yamamoto (2011, p. 27), pode ser “apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

diversas expressões, tais como a pobreza, mas esse debate não era frequente nas escolas em que eu lecionei.

Assim, percebi o quanto é contraditório tal cenário, pois em escolas públicas, onde a maior parte do público é oriundo de famílias pobres, o diálogo sobre pobreza é reduzido ou não existe, além disso, não somos preparados, na graduação de Pedagogia, para entender a pobreza. Sabemos que muitas famílias presentes nas escolas municipais são beneficiárias do programa de transferência de renda Bolsa Família, mas, quase sempre, o nosso papel como professor limita-se à contagem de faltas dos alunos e ao repasse para um sistema que tem como principal foco contabilizar se as famílias manterão seu benefício ou se serão bloqueados.

Será que em algum momento pensamos em discutir com os alunos sobre a pobreza? Consideramos problematizar a temática de forma clara para que os educandos compreendam sua condição e os fatores que contribuíram e contribuem para o grande crescimento da desigualdade social?

A cada capítulo estudado na especialização, percebia a necessidade de levar essas discussões para a sala de aula. Considerando que durante toda a minha trajetória escolar não tive essa oportunidade, possivelmente tal discussão tivesse contribuído de forma significativa para a minha formação profissional e humanística.

No decorrer do curso, percebi o quanto a própria escola, conduzida por um sistema, contribui para que o aluno pobre não reflita e não inicie os debates sobre a pobreza, isto é, contemplava-se assuntos como a colonização do Brasil, as diversas guerras santas, mas sem fazer uma abordagem específica da pobreza.

Miguel Arroyo (2015) traz uma reflexão muito sólida ao enfatizar que, apesar de toda tecnologia e desenvolvimento da sociedade, o homem ainda não foi capaz de erradicar a pobreza, que ela é concreta e está presente em quase todos os lugares, inclusive dentro

dos espaços escolares, muitas vezes não de forma suave, mas significativa, chegando a comprometer a formação de um grande número de educandos. “É um dos fenômenos histórico-sociais mais brutais que até hoje, no século XXI, com todo progresso da humanidade continua nos persistindo e cutucando.” (ARROYO, 2015, p.).

Durante a aula do curso de Especialização Educação Pobreza e Desigualdade Social intitulada “A pobreza, uma questão moral?”, fui surpreendida ao enxergar algumas opiniões particulares que possuía e das quais hoje sinto vergonha. Possivelmente levada pelo senso comum e me permitindo ser conduzida por uma mídia alienadora, em alguns momentos eu reproduzi uma visão moralista em relação à pobreza, algumas vezes utilizando a minha história e a de alguns colegas que viveram em situação de pobreza e de extrema pobreza e que hoje mostram seus exemplos de superação.

Generalizando, afirmo que diversas vezes esqueci que cada ser humano traz consigo sua história e particularidades, pois somos ímpares e temos diferentes formas de reagir e passar por situações, ainda que as mesmas sejam similares. O curso contribuiu para que eu pudesse romper com a visão moralista de pobreza, e também para que pudesse auxiliar alguns colegas educadores, quando, na escola, em meio à cansativa rotina de trabalho, alguns acabam utilizando-se dessa visão para definir um educando ou sua família.

Recordo-me que na aula inaugural dialoguei com alguns colegas do curso. Estávamos todos eufóricos, entusiasmados e ansiosos para iniciar nossa jornada, e quando colocamos em pauta o Programa Bolsa Família, foi comum alguns expressarem que não percebiam o Bolsa Família de forma positiva. Alguns, inclusive, chegaram a mencionar que o Programa incentivava o pobre a ter filhos, pois quanto mais filhos, maior era o benefício.

Tais comentários me incomodavam e até questionei alguns, mencionando que, sem dúvida, o Bolsa Família seria bastante pau-

tado dentro dos nossos conteúdos e que com certeza mudaríamos a forma de ver o programa ao longo de nossa formação.

Dentro do Fórum Pobreza e Reprodução dos Diversos em Desiguais, tivemos acesso ao artigo “Diversidade - o elo das desigualdades”, de Lúcia Pinheiro (2008), através do qual fomos convidados a refletir sobre questões como o preconceito e a desigualdade de gênero e de etnia, enfatizando o difícil processo pelo qual as mulheres negras passam, especialmente no acesso ao mercado de trabalho.

O referido texto traz uma reflexão que destaca que, apesar dos 120 anos de abolição da escravatura, o preconceito encontra-se vivo no nosso dia a dia e, muitas vezes, apresenta-se de forma sutil e seletiva. Por exemplo, se observarmos as grandes lojas dos shoppings, nos depararemos com um padrão similar de aparência dos vendedores — cito especialmente as lojas de grandes marcas. Poucas vagas são preenchidas por negros. Vale salientar que o racismo está impregnado em nossa sociedade, na qual a cor da pele e a aparência, para algumas pessoas, podem significar o seu valor, pois há diversos casos de médicos, advogados, professores (negros) que relatam já ter sofrido alguma situação de preconceito.

Com a leitura do artigo citado e participando do fórum, recordei as diversas vezes que deixei de comprar em algumas lojas de Fortaleza, por sentir que sofri preconceito por ser negra. Inúmeras vezes fui confundida como funcionária de restaurantes mais luxuosos, talvez porque, para algumas pessoas, um negro só pode estar em um estabelecimento de luxo se for para servir, e não para usufruir do serviço como qualquer cliente.

Construindo e desconstruindo padrões

Dentro desses fóruns, que para mim foram um ponto forte do curso, exercitamos o respeito em relação à opinião dos nossos colegas, assim como construímos juntos novos conhecimentos. Ademais,

foram espaços que renderam grandes discussões. Posso arriscar e dizer até que senti um pouco de desconforto ao me deparar com algumas postagens de um colega, que ao final de uma postagem apontou que o feminismo seria tão prejudicial quanto o machismo. Ele indagou, ainda, sobre qual seria o papel da mulher para manter a excelência do seu desempenho como mãe e dona do lar e essa relação com o feminismo.

Inicialmente, destaquei a importância do colega em compreender o que é o feminismo e o que é machismo e como eles se diferenciam. Desta forma, expliquei que o feminismo não busca soberania, muito menos sobrepor o poder feminino em relação ao homem, mas busca a equidade de gêneros na sociedade.

Segundo Saffioti (1987, p. 8), é perceptível que mulheres e homens ocupam papéis diferenciados na sociedade, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. A autora afirma que o machismo traz uma perspectiva de dominação dos homens sobre as mulheres, anulando o conceito de igualdade de direitos em todos os setores da sociedade. Compreender a diferença entre os dois é fundamental para que possamos perceber seu impacto social.

Outro momento que me marcou bastante dentro do curso foi no fórum em que discutimos a diversidade de vivências de infâncias em condições de pobreza. Associar essa temática à Educação é pensar em vários espaços onde o processo de aprendizagem é possível, colocando a escola como um espaço fundamental na construção de saberes, mas lembrando que o sujeito em suas relações cotidianas é capaz de aprender e transmitir conhecimento, como nos remete o vídeo estudado nas aulas do curso de especialização, onde o personagem chamado Ciço (que traz questionamentos sobre o que é educação e sobre seus diferentes significados para as distintas classes sociais) retrata muito bem essa vivência. Até mesmo em uma conversa informal é possível aprender alguma coisa. O vídeo intitulado

Bilu e João, presente na unidade de estudo, nos traz a realidade de milhares crianças em todo o mundo, que acabam buscando nas ruas outras possibilidades para “driblar” a pobreza e, dia após dia, aprendem como sobreviver a esta dura situação. Crianças que são esquecidas pelo Estado e que não possuem seus direitos fundamentais garantidos permanecem sem acesso à educação, à saúde, à cultura — ou, mesmo com acesso, precisam conviver com a ineficácia dos programas sociais oferecidos por tais políticas públicas.

O conteúdo exposto nessa aula nos leva a repensar e a compreender que educação, para algumas camadas da sociedade, significa estudo, escola, mas para as classes menos favorecidas significa trabalho. Pudemos analisar as interfaces da pobreza sob o olhar de uma criança e de um adolescente e o quanto cada um contribuiu com o seu saber para gerar renda e contribuir com as despesas da família. A pobreza mostra-se de forma multifacetada; por meio das situações do cotidiano, Bilu e João iam construindo seus conhecimentos, e isso nos faz entender que cada ator social apresenta suas particularidades.

A educação vai além da escola, estando presente em todos os espaços: no trabalho, na família etc. Acreditar que a educação só acontece na escola é desvalorizar os conhecimentos adquiridos nas comunidades e nas práticas de movimentos sociais. Precisamos entender que pode haver pouca escolarização, mas muita educação. Esse momento do curso me fez lembrar que minha mãe sempre dizia que não possuía estudo, assim como a mãe dela, mas que “não fazia vergonha a ninguém”, e que apesar de não conhecer as letras, ela tinha os seus saberes. Ela sempre me falou que “os estudos eram a maior riqueza que ela podia me dar, que o saber dos livros ninguém jamais me tomaria”, e por diversas vezes mencionou que eu seria a “doutora” da família porque iria ter um diploma.

Brandão (1985, p. 7) afirma que nenhum homem escapa da educação. Segundo ele, em todos os espaços — igreja, ruas ou escola

— o ser humano vivencia um processo de aprendizagem, de ensinar e aprender; um processo de educação. Nesse processo estão inseridas todas as relações sociais do indivíduo, e estas podem gerar transformações sociais significativas. Estamos em constante aprendizado e auxiliando no processo de aprendizagem dos que nos rodeiam.

Definir infâncias e juventudes e como estas atravessam seus processos sociais é complexo, uma vez que tais conceitos adquirem significados particulares de acordo com seu contexto histórico e social. Existem as características biológicas comuns às fases cronológicas do ser humano, porém cada sociedade tem sua forma particular de responder a esses determinados momentos.

Historicamente, as crianças e os jovens em situação de pobreza enfrentam tanto o moralismo quanto o assistencialismo, pois por muito tempo as creches foram mantidas pela igreja ou por instituições de caridade, as quais buscavam dar educação às “pobres crianças” de famílias economicamente vulneráveis. Chegamos, assim, a um sistema punitivo definido pela sociedade e que tratava (e ainda trata) os jovens como seres humanos violentos e baderneiros, aplicando a estes as “devidas” punições. As expressões da questão social vivenciadas por esses jovens eram/são voltadas tratadas como uma questão policial.

A discussão da aula “Infâncias e Juventudes em Vivências de Pobreza” nos mostrou que a mudança na legislação não é capaz de alterar a realidade da infância brasileira. As políticas públicas precisam realmente abranger todas as diferentes demandas.

No que se refere ao serviço de acolhimento institucional para adolescentes que cometeram atos infracionais, faz-se necessário reestruturar esses espaços, como foi exemplificado em um relato escrito no ano de 1942, no qual um adolescente institucionalizado no Serviço ao Menor (SAM) — que funcionou entre 1940 e 1964 — denunciou os maus-tratos sofridos por todos os adolescentes

dentro da instituição. Também relatou as condições sub-humanas a que eram submetidas. Apesar do passar dos anos, a realidade da maioria dos acolhimentos continua semelhante a que foi exposta na década de 1940, com características de prisão e com um sistema apenas punitivo, e não restaurativo.

Ou seja, continuamos a ignorar as reais necessidades desses adolescentes. Poderíamos dizer que a própria Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) se confrontam com a realidade desses adolescentes, pois a legislação afirma que eles têm direitos, mas não os garante; não cumpre antes nem durante o acolhimento, tampouco quando esses jovens deixam essas instituições. Dessa forma, grande parte deles, ao voltar a conviver na sociedade, continua a cometer delitos.

Outro momento caloroso no curso foi durante o Fórum Gerações de Direitos Humanos, quando fomos convidados a analisar um documento identificando as diferentes gerações dos direitos humanos no mundo ou no Brasil, momento em que analisei um livreto que falava sobre a construção dos direitos humanos da população LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Mais uma vez aconteceu uma discussão com o mesmo colega de turma.

Lembro-me que meus olhos não conseguiam acreditar em tudo que eu lia, como, por exemplo, expressões do colega sugerindo que os movimentos sociais existiam para justificar “outras classes sexuais” e que ser gay dependia de sua “preferência sexual”, e fechou sua postagem afirmando que a cartilha informativa serviria para retirar dos pais, da “família tradicional”, os direitos de orientar seus filhos da forma correta sobre sua sexualidade. Esse educador sugeriu que a informação serviria para incentivar as crianças e os jovens a tornarem-se homossexuais, além de afirmar que manter a família tradicional intacta seria imprescindível para garantir a continuidade da raça humana.

Partindo das colocações do colega, explanei que o nosso sistema político não tenta “justificar outras classes sexuais”, como fora citado, e que as políticas públicas almejam dar visibilidade às pessoas que não por opção, mas por orientação sexual fogem aos padrões “tradicionais”. Não existe um discurso piegas. O que de fato existe são as estatísticas que nos mostram a violência sofrida pelo fato de ser LGBTTI, portanto é grande o preconceito social. Esta parcela da população não o vivencia apenas em forma de violência física, isto é, o preconceito social sofrido diariamente é notório até mesmo no mercado de trabalho.

É importante compreendermos que questão de gênero não é algo inventado por militantes que lutam em prol de causas, mas algo real. Felizmente, é falado, discutido, e dezenas de estudiosos desenvolvem suas pesquisas sobre o assunto. Para Saffioti (1987, p. 10), o ser humano, ao nascer, traz, biologicamente, fatores que irão determinar seu sexo definido por sua genitália. Contudo, a genitália não é um fator determinante à identidade de gênero ou à orientação sexual do homem. A orientação sexual diz respeito, por exemplo, tanto à atração sexual que o sujeito sente por outros indivíduos como também às questões sentimentais. Não se trata só de sexo; trata-se também de amor.

Gênero diz respeito também a como o sujeito se percebe no mundo, independentemente do sexo. Com base nisso, destaco a análise feita por Jaqueline Gomes Jesus (2012, p. 8):

O fato é que a grande diferença que percebemos entre homens e mulheres é construída socialmente, desde o nascimento, quando meninos e meninas são ensinados a agir de acordo como são identificadas, a ter um papel de gênero ‘adequado’. Como as influências sociais não são totalmente visíveis parece para nós que as diferenças entre homens e mulheres são ‘naturais’, totalmente biológicas, quando, na verdade, boa parte delas é influenciada pelo convívio.

Ressignificando saberes

Durante toda minha trajetória dentro do curso, fui convidada a mergulhar nos conteúdos dos módulos e a pensar e repensar a pobreza. Acredito que estas poucas laudas não são o suficiente para explanar todas as minhas inquietações, descobertas, construções e desconstruções sobre a temática. A cada unidade me surpreendia e me indagava sobre o motivo de já não ter me questionado, por exemplo, sobre a ausência da temática da pobreza nos currículos escolares.

A disciplina que hoje ministro em sala de aula no ensino fundamental I, “Estudando e Entendendo Aracati”, em seu Plano Anual de Curso, em nenhum momento contempla a pobreza. Aborda os patrimônios históricos do município, como as igrejas que foram construídas pelos negros, mas não discute qual o impacto social para o município, ontem e hoje, em relação aos negros.

A instituição de ensino em que trabalho passou por uma transição do privado para público, porém, em seu dia a dia, o diálogo sobre a pobreza com seus conteúdos programáticos de sala de aula ainda é fragilizado, acreditamos que essa temática possa ser mais potencializada. Antes desse curso eu não tinha me atentado para algo tão complexo e importante quanto essa discussão dentro do âmbito escolar.

Apesar de estarmos inseridos nas escolas públicas, onde grande parcela dos nossos alunos vive em situação de pobreza e extrema pobreza, essa problemática é pouco discutida. A educação se coloca como uma estratégia capaz de transformar vidas, capaz de contribuir para combater a pobreza, mas precisamos abrir espaços para que nossos alunos possam ter visibilidade, partindo dos conhecimentos que eles já trazem para a escola e incorporando tal discussão no currículo escolar.

A educação mostra-se como grande aliada para minimizar as mazelas sociais, mas mostra-se também seletiva, se observarmos os processos educacionais do nosso país. Se todos tivessem a oportunidade de acesso ao mesmo nível e qualidade de ensino, poderíamos ter um equilíbrio em relação às oportunidades, tendo em vista que a mesma qualidade de ensino oferecida a ricos e pobres.

Considero o curso de especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social um divisor de águas na minha vida pessoal e profissional. Inclusive já estou, mesmo que a passos lentos, buscando inserir a discussão sobre a pobreza dentro da minha realidade de sala de aula, até mesmo buscando colocar em prática o que sugeri após realizar a última atividade reflexão-ação, na qual analisei o livro que trabalho.

Percebo-me mais preparada para continuar minha jornada como educadora, pois a participação neste curso serviu para impulsionar e estimular o desejo de continuar estudando. Concluir esta etapa da minha vida será concretizar um sonho que me levará a buscar voos mais altos.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Módulo I- Introdutório: Pobreza, Desigualdades e Educação. In: BRASIL. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 16 maio 2017.
- BRANDÃO, C. Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.
- _____. Módulo IV: ESCOLA: ESPAÇOS E TEMPOS DE REPRODUÇÃO RESISTÊNCIAS DA POBREZA - In: BRASIL. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 11 ago. 2017.
- _____. Módulo V: Pobreza e Currículo: uma complexa articulação. In: BRASIL. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015b.

- Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- JESUS, Jaqueline Gomes. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012.
- LEÃO REGO, Walquiria; PINZANI. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.
- _____; _____. *Módulo I: Pobreza e Cidadania*. Ministério da Educação. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 14 jul. 2017.
- LEITE, Lúcia Helena Alvarez. *Módulo III: Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O Poder do Macho*. São Paulo: Editora Moderna. 1987.

UMA EDUCADORA NA ASSISTÊNCIA

Maria Rosimar Mesquita Sousa¹
Antônio Cristian Saraiva Paiva²

Este memorial tem a pretensão de relatar brevemente os principais momentos de minha vida pessoal, acadêmica e profissional desde minha infância até os dias atuais. Tem o intuito, também, de refletir sobre as temáticas mais relevantes e as contribuições que o curso de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) me proporcionou, assim como fazer possíveis conexões entre a minha vida pessoal e iluminar o exercício de reflexão e pesquisa, analisando os impactos que o curso EPDS me possibilitou.

Relato de experiência até a pesquisa

Eu, Maria Rosimar Mesquita Sousa, tenho 43 anos, sou filha de Francisco Fernandes de Mesquita (in memoriam) e Elisabete Pinto de Mesquita. Casada, tenho um casal de filhos e moro na cidade de Reriutaba, situada na região noroeste do estado do Ceará.

Venho de família muito humilde, de oito irmãos. Meu pai não era alfabetizado. Minha mãe tem o ensino fundamental incompleto, sabe escrever e ler com fluência. Com muita dificuldade, meus pais foram capazes de nos proporcionar um ambiente familiar saudável, organizado, marcado por afetividade e respeito. Meu pai, com uma visão além do seu tempo, não se resignou às impossibilidades que

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

2 Orientador do EPDS-UFC, Doutor em Sociologia (UFC) e Professor associado da UFC.

vida lhe impôs. Sem ter como prover a família, foi embora para o Rio de Janeiro em busca de trabalho e assim poder exercer a função social de pai e criar os filhos com dignidade.

Não tínhamos a presença física do nosso pai, mas nunca nos deixou faltar nada. Minha mãe ficou com a tarefa de cuidar, educar e fortalecer os vínculos biológicos e afetivos entre pai e filhos, mesmo distantes. Meus irmãos, à medida que atingiam a maioridade tomavam o mesmo destino, iam embora para o Rio de Janeiro em busca de oportunidades e melhores condições de vida. Nenhum deles teve a oportunidade de concluir o ensino básico.

Eu, a filha caçula, tive a missão de ficar perto da minha mãe. Fiquei por aqui mesmo e dediquei-me aos estudos, pois sempre gostei de estudar. Nos primeiros anos escolares encontrei alguns desafios, como ir a pé para a escola, atravessar rios. Morava na zona rural, e a escola mais próxima ficava a 5 km de distância, porém isso nunca me impediu de seguir em frente.

Iniciei meus estudos no Centro Educacional João José de Mesquita, no distrito de Amanaiara, o maior distrito do município, com aproximadamente quatro mil habitantes, onde permaneci até a conclusão da 5ª série (6º ano) do 1º Grau ensino fundamental. No ano seguinte, fui estudar na sede do município, no Colégio Particular Raimundo Mesquita, onde conclui o ensino médio e o 4º pedagógico.

Estudar para mim sempre foi muito importante, mas ainda imatura e sem pretensão alguma de trabalho, estudava apenas porque gostava. Mas as oportunidades foram surgindo à medida que eu me qualificava.

Minha vida profissional teve início em 1991, quando eu ainda fazia a 7ª série do ensino fundamental. Convidaram-me para ensinar na escola da localidade de Malhada dos Bois, próxima à minha casa. Era uma turma multisseriada, com aproximadamente 30 alunos, composta por estudantes da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries. Na

época, era chamada escola isolada, ali próximo só havia o alicerce de uma escola.

Era algo desafiador para mim, pois além de se tratar de uma sala multisseriada, eu não tinha experiência alguma. Funcionava na sala da casa da merendeira, sem nenhuma estrutura. Foi uma grande experiência, e daquele dia em diante nunca mais parei. Foi o início de uma vida de estudo e trabalho.

No ano seguinte, em 1992, a Escola Augustinho Cassimiro Lopes foi inaugurada e começou a funcionar. Assumi a direção e continuei como professora. Foi minha primeira experiência em gestão. Permaneci na escola até junho de 1993, quando meus pais decidiram morar na sede do município, tive que acompanhá-los.

Em Reriutaba, continuei na escola pública, trabalhei na Escola Estadual Francisca Castro de Mesquita como professora substituta. Tempos depois, vivi outros desafios quando recebi uma proposta para trabalhar na escola particular João Furtado Filho, onde permaneci por quatro anos. Trabalhar na escola particular foi muito relevante para minha vida profissional, talvez por se tratar de um público mais exigente e pelas constantes capacitações que tive a oportunidade de fazer. Na época, era a única escola particular do município, e o público, em sua grande maioria, vinha das famílias economicamente bem-sucedidas do município como também das cidades vizinhas.

Ao concluir o 4º pedagógico, fazer uma graduação era um sonho e uma necessidade, pois sentia que aprender não tem limites, e que sempre há lugar para novas descobertas e novos conhecimentos, algo que preservo até hoje. Fazer um curso superior era uma aspiração distante. A Universidade Vale do Acaraú (UVA), a mais próxima, localizada na cidade de Sobral, ficava aproximadamente a 90 km de distância. Ademais, as estradas carroçáveis e os transportes precários representavam um desafio enorme.

Foi nesta época que a UVA iniciou o processo de expansão do ensino superior nos municípios da região Noroeste do estado do Ceará. As atividades tiveram início com um cursinho preparatório para o vestibular. Em seguida, ofereceram o vestibular para o curso de Pedagogia. Era a primeira turma que iria se formar em ensino superior, sem precisar se deslocar até a sede da universidade, em Sobral. Era a realização de um sonho poder cursar o ensino superior.

No ano seguinte, o município abriu concurso público para professores, prestei o concurso e passei. Assumi 40h semanais como professora do ensino fundamental nas escolas municipais. Como servidora pública municipal concursada, eu tinha mais vantagens, diante disso, optei por abrir mão da escola particular.

Investir na qualificação era uma meta, vislumbrando outras oportunidades. Após concluir o curso de Pedagogia, logo em seguida fiz Especialização em Metodologia no Ensino Fundamental e Médio, oferecido pela UVA, o que iria abrir caminhos para trabalhar em uma escola estadual, o que já era uma de minhas pretensões.

A Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) promove, anualmente, uma seleção pública para contratação de professores por tempo determinado. Participei de uma dessas seleções, fui aprovada e fiquei aguardando no banco de vagas. Não demorou e fui trabalhar na Escola Estadual de Ensino Médio Coronel Alfredo Silvano como professora de matemática.

Foi outro desafio, pois eu não era formada na área específica, mas sempre tive afinidade com a disciplina de matemática. Não encontrei grandes dificuldades, pois eu já tinha experiência com as turmas do ensino fundamental nas escolas da rede municipal, o que me deu uma base teórica metodológica muito boa. Aceitei o desafio, estudava muito para fazer um bom trabalho e, à medida que o tempo passava, me apaixonava pela matemática cada vez mais. A partir daí, a SEDUC começou a exigir que os professores fossem

habilitados em uma área específica, portanto cursei habilitação em matemática e física na UVA, e posteriormente me especializei no ensino de matemática. Paralelo a isto, em 2005, surgiu a oportunidade para fazer parte da equipe da Secretaria de Educação do Município de Reriutaba.

Nos últimos anos da administração do prefeito Carlos Roberto Aguiar, mais precisamente em 2003 e 2004, o referido gestor causou um desmonte na gestão, provocando perseguições, congelamento e atrasos dos salários dos servidores públicos. Diante deste cenário, eu e alguns colegas, um grupo entre dez a quinze professores, nos articulamos e começamos a resistir às perseguições do prefeito e passamos a buscar nossos direitos. Tivemos o apoio do Poder Judiciário e do Ministério Público, conseguimos alguns resultados positivos, o que nos deu visibilidade dentro do município. Diante do cenário político, apoiamos maciçamente o candidato da oposição, o Senhor Osvaldo Honório Lemos Junior, que se elegeu e assumiu o governo municipal em 2005. Quando o prefeito assumiu, nos convidou para compor a equipe da Secretaria de Educação do Município de Reriutaba.

Na Secretaria de Educação de Reriutaba, desenvolvi várias atividades como Coordenadora de Programas e Projetos Federais, tais como: Mais Educação; Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa de Desenvolvimento Escolar (PDE); articuladora do Plano de Ações Articuladas (PAR), Coordenadora do Programa Bolsa Família (PBF) na educação e, finalmente, Formadora dos cursos de formação continuada para professores, como: Pró-Letramento, Programa Gestão da Aprendizagem Escolar-Gestar II e Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

O trabalho na Secretaria de Educação foi muito próspero. Fiz muitas capacitações, diversos cursos de formação como o Pró-Letramento, Gestar II, PNAIC, diversos cursos de formação continuada em Educação Especial e Educação Inclusiva, conselhos escolares,

PAR, PNLD, PDE, Mais Educação, entre outros. Foi um período extremamente enriquecedor tanto pessoal quanto profissionalmente.

Sempre participo de concursos e seleções públicas com o objetivo de autoavaliar-me. Participei da seleção para núcleo gestor das escolas públicas estaduais do Ceará. Aprovada, fui convidada para fazer parte do núcleo gestor da Escola Francisco Soares de Oliveira, no município de Pires Ferreira, onde fiquei durante um ano como coordenadora pedagógica. Nesse período, cursei Especialização em Gestão Escolar, oferecida pelo Estado do Ceará aos seus gestores, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Atuei na Secretaria de Educação de Reriutaba como coordenadora do PBF, responsável pelo acompanhamento da frequência escolar dos alunos de famílias beneficiárias do PBF. Lá, eu fazia um trabalho articulado em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Social de Reriutaba e fiz muitos contatos com assistentes sociais, psicólogos e beneficiários do PBF. Fui me interessando pela política da assistência, me envolvendo, me integrando, até ser indicada pela Secretária de Educação para compor o Conselho de Assistência Social (CMAS). Fiquei por dois mandatos consecutivos.

A partir do contato com a Secretaria de Assistência Social de Reriutaba, dos cursos de formação e capacitações do PBF, das conferências que participei, em consonância com o anseio de seguir outra profissão, vislumbrando outras oportunidades de trabalho, em 2010 decidi cursar Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) no Polo de Sobral, mas sem nenhuma noção do que se tratava o curso de serviço social. A concepção que eu tinha do trabalho do(a) assistente social era que o trabalho deste profissional é pautado na ajuda aos pobres e aos mais necessitados.

Este paradigma se desfez logo na primeira disciplina, e cada vez mais eu me identificava com os objetivos do curso. Era como se estivesse descobrindo minha verdadeira vocação, posto que a

profissão do assistente social é uma profissão interventiva, que tem como prerrogativa promover o acesso aos direitos humanos e sociais, o enfretamento das desigualdades sociais e de todas as formas de discriminação e preconceito. Então, com certeza, eu estava exatamente onde eu queria estar, para poder contribuir, de alguma forma, para a emancipação das pessoas menos favorecidas na construção de uma sociedade mais justa.

Os espaços socio-ocupacionais do assistente social são muito amplos, tais como: setores das políticas públicas, setor privado e terceiro setor. Atuar na política da educação como assistente social, em que tenho uma vivência, é uma meta, um projeto de vida, sobretudo a nível estadual ou federal, um sonho que até hoje ainda é muito distante, mas não impossível, e irei investir o que for necessário para realizá-lo.

Concluí o curso de serviço social no final de 2013, e logo a seguir surgiram vários concursos nos municípios vizinhos, todos nas adjacências de Reriutaba, Cariré, Varjota e Guaraciaba do Norte. Fiz todos, tive um excelente resultado, fui aprovada em todos. Atualmente, trabalho como assistente social no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) nos municípios vizinhos de Varjota e Guaraciaba do Norte. Sinto-me muito realizada, sobretudo em saber que meu trabalho poderá contribuir para melhorar a vida das pessoas.

Trabalhei dez anos como coordenadora do PBF na Secretaria de Educação de Reriutaba. Tinha um contato indireto com as famílias beneficiárias, basicamente na parte de orientação dos diretores, na operacionalização e na inserção da frequência no Sistema Presença. O trabalho no CRAS me coloca em contato direto com este mesmo público, é um pouco diferenciado, porque trabalho no acompanhamento às famílias que descumprem ou têm dificuldade de cumprir as condicionalidades.

Durante esse tempo, o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e com o apoio do Estado do Ceará e dos municípios, ofereceu muitas capacitações na parte operacional do sistema. Porém, o MEC e o MDS reconhecem a necessidade de especializar todos os profissionais envolvidos nas políticas sociais que estabelecem relação entre a educação de crianças, adolescentes e jovens que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Era uma aspiração, um curso de Especialização pela Universidade Federal do Ceará (UFC) com foco nas áreas da educação e do social. Até o curso começar, me dediquei aos concursos. Foi o período mais longo que fiquei sem estudar.

Simultaneamente, me aperfeiçoando, fazendo cursos de extensão, participando de conferências, seminários e palestras sempre com o objetivo de me apropriar das temáticas que envolvem as famílias com as quais trabalho.

O curso especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) era uma grande oportunidade para aprofundar meus conhecimentos em temas ligados diretamente tanto com o trabalho como coordenadora do Programa Bolsa Família na Educação quanto no meu trabalho como assistente social, uma vez que o tema pobreza e desigualdade social está intimamente ligado à área social.

O curso EPDS traz como intuito a formação continuada dos profissionais envolvidos com a educação básica e as políticas sociais, que estabelecem relações com a educação em contextos empobrecidos, com vista ao desenvolvimento de práticas que possibilitem a transformação das condições de pobreza e de extrema pobreza de crianças, adolescentes e jovens e, conseqüentemente, promovam condições objetivas que viabilizem um justo e digno viver definido socialmente.

Como eu já tinha uma longa vivência na educação e já havia iniciado como assistente social vi no curso uma grande oportunidade

de me apropriar parte teórica e tentar compreender muitas questões vivenciadas pelas famílias que acompanho, numa reflexão, partindo da questão de como a educação tem tratado as vivências de pobreza no ambiente escolar.

Aprendizagem no curso de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social

O CRAS é um Órgão Estatal, a porta de entrada da política de assistência social, esta que é uma política pública de garantia de direitos, não contributiva, isto é, sem contribuição prévia. Para ser assistido basta precisar dele, porém o maior público é composto por pessoas em situação de pobreza ou em extrema pobreza, em sua maioria famílias em descumprimento das condicionalidades do PBF. Essas pessoas estão mais vulneráveis e expostas a diversas formas de violação de seus direitos e sem nenhuma possibilidade de se autonomizar desde as escolhas mais simples da vida.

Em torno disso giram muitas expectativas. O curso EPDS traz a proposta de promover debates, reflexões e proposição de ações com base nos processos de educação, envolvendo as crianças e os jovens que vivenciam situação de pobreza ou extrema pobreza. É importante esclarecer que a pobreza com a qual nos deparamos cotidianamente não se resume exclusivamente a um conceito baseado na baixa renda ou na ausência dela, mas em algo muito mais amplo.

É evidente que a presença ou a ausência de renda é uma característica essencial para definir pobreza, contudo muitas outras características devem ser levadas em consideração. Pinzani e Rego (2013) asseveram que a pobreza é algo complexo e multifacetado.

Neste sentido, Silva (2014, p. 32) corrobora:

A pobreza é concebida para além da insuficiência de renda; é produto da exploração do trabalho; é desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; significa o

não acesso a serviços básicos, à informação, ao trabalho e à renda digna, é não participação social e política.

A pobreza se apresenta de forma multidimensional, não apenas econômica, mas moral, cultural, ética, identitária etc. A questão econômica é um aspecto a ser considerado em muitos casos, em outros é uma garantia de renda, mas não significa a garantia de uma vida autônoma e digna.

Algumas famílias que são acompanhadas vivenciam diversas vulnerabilidades, tais como carência de conhecimento, de hábitos morais, culturais e sociais e até mesmo a forma de se perceber no mundo. Essas problemáticas estão tão arraigadas no indivíduo que a garantia de uma renda fixa não seria capaz de solucionar seus problemas. Algo que também se observa é que algumas famílias não são capazes de usar o dinheiro do benefício para se emancipar, não conseguem sair da situação de dependência nem traçar um novo plano de vida.

Para muitos beneficiários, o PBF se restringe apenas a uma fonte imediata de renda, ou seja, os mesmos desconhecem um de seus objetivos principais, que é de gerar oportunidades, que visa contribuir com uma maior autonomia e um maior desenvolvimento socioeconômico das famílias beneficiárias.

Isso ficou muito claro na atividade de reflexão-ação do curso EPDS, quando houve a visita a duas famílias beneficiárias do PBF: uma que conseguiu se emancipar e outra que não foi capaz de sair da condição de miséria. O que chamou atenção, ainda neste trabalho, com relação a essas famílias, é que na segunda família a responsável familiar é funcionária pública e tem uma renda fixa. Porém, a família vivencia diversas vulnerabilidades, o que reforça a face multifacetada da pobreza que vai muito além do aspecto econômico.

A pobreza não é somente a privação de renda e de recursos materiais, mas privação das possibilidades para desenvolver as funções humanas mais importantes, aspecto que potencializa os efeitos lesantes da pobreza. A exemplo disso, podemos citar a falta de educação, que envolve orientações corretas sobre o funcionamento do próprio corpo, da vida sexual, da nutrição e da higiene pessoal que marcam profundamente a qualidade de vida das pessoas.

Para Rego e Pinzani (2013), uma vivência de carência impede, de fato, que os indivíduos ou coletivos empobrecidos desenvolvam suas funções humanas, tolhendo sua capacidade de viver de forma autônoma, de demandar e fluir direitos.

Convém esclarecer aqui que o PBF é um de programa de transferência de renda com condicionalidades, que assumiu a centralidade do Sistema de Proteção Social, com o objetivo de combater a fome, a pobreza e as desigualdades sociais, associado à garantia do acesso aos direitos básicos, isto é, saúde, educação, assistência social e segurança alimentar. A garantia de uma renda mínima passa a ser uma estratégia importante para combater a pobreza no país. É neste contexto que se insere o PBF, em articulação com outras políticas sociais e que tem como objetivo alcançar melhores resultados sobre a redução da pobreza e da desigualdade social.

As condicionalidades são compromissos que devem ser cumpridos pelas famílias, para que possam permanecer recebendo o benefício. Não tem o caráter punitivo, e sim promover o acesso aos direitos básicos. E quando são descumpridas, apontam situações de vulnerabilidade ou risco social.

O que chama muito atenção, de uma forma geral, é o pouco ou nulo conhecimento que os beneficiários têm sobre o programa, que as condicionalidades são a contrapartida das famílias. Desta forma, o PBF deixa de cumprir seus objetivos e se reduz única e exclusivamente à transferência de renda.

A assistência social faz o acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades. Algo amplamente divulgado e que se combate fortemente é a ideia preconceituosa de que quem é beneficiário do PBF é preguiçoso, não trabalha porque é indolente, visão estreita que só encontra morada no senso comum.

Das famílias que acompanho, nenhuma deixou de trabalhar para viver só do PBF. Ao contrário do que uma visão preconceituosa pode sugerir, a condição de pobreza é geralmente acompanhada por uma vida dura, de muito trabalho, muitas vezes insalubre, mal remunerada e não qualificada.

De acordo com Siqueira (2013), a pobreza assim é vista como opção, passa a ser concebida como algo mentalmente controlado e administrado por cada pessoa, em que as motivações, as escolhas e a competência do indivíduo podem mudar sua condição de pobre. Para Arroyo (2013), as formas de pensar a pobreza como questão moral não são apenas da sociedade, da mídia e dos programas socioeducativos, mas também das escolas e da cultura pedagógica.

Ainda para Arroyo (id, p.11),

Enquanto a pobreza for pensada como uma questão moral, os currículos para os (as) pobres continuarão sendo pensados para moralizá-los (as), não para garantir o direito deles (as) ao conhecimento, às ciências e às tecnologias. Serão currículos pobres de conhecimentos e repletos de bons conselhos morais de esforço, trabalho, dedicação e disciplina.

Arroyo (2013) ressalta ainda a importância de dar ênfase às condições sociais do viver e sobreviver dos alunos nos cursos de formação inicial e continuada.

Com um olhar pessoal, não se compreendia e nem se aceitava a forma que a escola tratava os alunos que apresentavam frequência

insatisfatória. Sempre orientava que a infrequência é sinal de alerta, vem exatamente de crianças e jovens que vivenciam algum tipo de vulnerabilidade social no seio familiar que precisa de uma atenção especial.

A visão do senso comum de alguns educadores é que numa sala de aula os alunos são tratados de forma homogênea, como se todos estivessem no mesmo pé de igualdade em todos os aspectos, desconhecendo o ritmo intelectual de cada, as vivências sociais na família e na comunidade. Algumas escolas não buscam saber o motivo da infrequência, outras apenas culpam os pais por negligência, porém sem nunca buscarem conhecer a realidade em que essas crianças estão inseridas. Elas já são estigmatizadas no ambiente escolar.

Nas reuniões que se realizavam para dar orientações sobre o acompanhamento escolar era muito comum ouvir educadores dizerem que algumas “crianças só frequentam a escola por causa do Bolsa Família”, que isso “poderia acabar”, ou ainda, que ao final do ano elas não tinham bom desempenho escolar, culpando, assim, as crianças por sua pobreza, reforçando a visão lógica individualista da escola: aqueles que se esforçarem terão êxito, e os preguiçosos estarão fadados ao fracasso.

Contudo, a permanência dessas crianças e desses jovens na escola é a condição necessária, mas não é suficiente para garantir bom êxito escolar. Para garantir uma boa educação, são necessários escola de qualidade, boas condições de estudo em casa e apoio dos pais e professores.

Nesta perspectiva, desconsideram totalmente os contextos de pobreza, suas histórias de vida, suas relações sociais, seus familiares e suas relações comunitárias, expostos a diversas vulnerabilidades e risco social em que essas crianças e jovens vivem, como também ao ambiente que a escola oferece.

Para romper com o ciclo da pobreza é necessário que se tenha um ensino de boa qualidade, escolas bem estruturadas, professores qualificados, condições familiares que favoreçam a aprendizagem e outras atenções que só serão alcançadas com a melhoria geral das condições de vida das famílias.

Ao longo da historicidade dos direitos humanos, tivemos avanços na ampliação e na defesa dos mesmos, por outro lado, ocorreram retrocessos no que diz respeito à efetivação desses direitos, embora expressos em diversos marcos legais. As leis e as convenções não oferecem garantias pelo simples fato de existir; se as não conhecem, não se tem a capacidade de reivindicar.

Cotidianamente, os pobres têm seus direitos fundamentais violados, até mesmo pelas instituições, a porta de entrada para a execução das políticas públicas. A efetivação desses direitos demanda uma educação voltada para a tolerância, livre de preconceito ou discriminação, de intolerância, de segregação implícita e explícita, com as quais nos defrontamos cotidianamente.

Outro conceito interessante é “reconhecer-se pobre”, compreender que ser pobre é fruto de diversas relações sociais, econômicas, políticas, culturais etc., e não uma fatalidade ou falta de sorte, e, sobretudo, que é um estado estático que não pode ser mudado.

A escola, a docência e os currículos têm a obrigação de garantir que os estudantes se reconheçam nestes padrões, que os condicionam como pobres através da articulação entre conhecimentos e as experiências sociais de pobreza, incorporando as vivências e as histórias de pobreza dos indivíduos e dos espaços coletivos onde os estudantes estão inseridos.

Trazer a diversidade das políticas públicas para o currículo é uma forma de compreender-se como sujeito de direitos capazes de reivindicar políticas de direito e reconhecimento e não ações assistencialistas. Estimular a criticidade e o protagonismo para que sejam

capazes de se articularem de forma coletiva pela materialização destes direitos deveria ser o papel principal da educação, para que assim possa contribuir para o enfraquecimento de padrões de privilégios que os condenam a uma vida miserável, além de pressionar órgãos nacionais e internacionais e o Estado por programas e políticas que enfraqueçam as estruturas produtoras da pobreza.

Então, os conceitos vistos no curso EPDS estão diretamente ligados ao trabalho diário com diversas vulnerabilidades, com as dificuldades que as famílias sentem em cumprir com as condicionalidades do PBF.

A formação permitiu ainda construir novos conceitos, reconstruir e desconstruir outros tantos, trazendo para o viés teórico questões que se vivenciam na prática contidamente, que me fazem ter um pensamento e outro olhar bem diferente de antes.

No momento, concluir este curso com êxito é o maior objetivo, porém outro alvo mais ousado para o futuro é o sonho de perseguir com muita determinação e fazer mestrado na área social, e espero que este curso possa ser uma porta de acesso para o tão almejado mestrado.

Pretendo também fazer um aprofundamento teórico e prático sobre a pobreza, conhecer melhor o modo de vida dos pobres a partir de suas vivências e escrever artigos para publicar, mas isso requer um pouco mais de conhecimento, estudo e calma, ter mais tranquilidade para poder produzir, para, assim, poder refletir sobre as questões sociais que envolvem a população mais vulnerável, fazendo uma análise da prática diária e também uma conexão com a teoria de estudiosos nesta área.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Módulo Introdutório: Pobreza, desigualdade e Educação. In: *Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015 a. Disponível em <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em 08 de agosto 2017.
- _____. Módulo IV: Pobreza e Currículo: Uma Complexa Articulação. In: *Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015b. Disponível em <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em 8/8/2017.
- _____. *Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família – volume I*. Brasília, DF, 2010 a.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Bolsa Família: cidadania e dignidade para milhões de brasileiros*. Brasília: MDS, 2010b.
- _____. *Benefícios do Programa Bolsa Família*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>> Acesso em: 18/8/2017.
- _____. *Condicionalidades do Programa Bolsa Família*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>> Acesso em: 18/8/2017.
- _____. *Programa Bolsa Família*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 17/8/2017.
- _____. *Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS*. Brasília, 2010.
- LEITE, L. H. A. Módulo III: Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza. In: *Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em 12/8/2017.
- MENDONÇA, E. F. Módulo II: Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. In: *Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em 10/8/2017.
- NASSIF, L. *Bolsa Família: cidadania e dignidade para milhões de brasileiros*. Brasília: MDS, 2010.
- REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Módulo I: Pobreza e cidadania. In: *Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em 10/8/2017.

- _____; _____. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. 1ª. ed. São Paulo: Unesp, 2013.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* 3ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/278399/mod_resource/content/1/3649_001.pdf > Acesso em: 12/8/2017.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- SIQUEIRA, Luana. *Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromisso político*. São Paulo: Cortez, 2013.
- SOARES, F. V. Para onde caminham os programas de transferência condicionadas? As experiências comparadas do Brasil, México, Chile e Uruguai. In: *Bolsa Família 2003 – 2010: avanços e desafios/org.:* Jorge Abrahão de Castro, Lúcia Modesto.. Brasília: IPEA, 2010. 2 v.
- _____, S; SÁTYRO, N. O Programa Bolsa Família: desenho institucional e possibilidades futuras. In: *Bolsa Família 2003 – 2010: avanços e desafios*. (Org): Jorge Abrahão de Castro, Lúcia Modesto. Brasília: IPEA, 2010. 1 v.
- SPOSATI, A. Bolsa Família: um programa com futuro (s). In: *Bolsa Família 2003 – 2010: avanços e desafios* (Org.). Jorge Abrahão de Castro, Lúcia Modesto. Brasília: IPEA, 2010. 2 v.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. *Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará*. Fortaleza, 2013.
- WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de Famílias no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em: < http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Bolsa_Familia.pdf >. Acesso em: 21/8/2017.
- YAZBEK, Maria Carmelita. *Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento*. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2012, n.110. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a05n110.pdf> > Acesso em: 15/8/2017.



GEOGRAFIA, ARTE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL VIA EDUCAÇÃO

Ricardo Alves Da Silva¹
José Anchieta de Souza Filho²

Sou Ricardo Alves da Silva natural de Campinas, São Paulo, filho de migrantes, minha mãe, de Nova Olinda - CE e meu Pai, do Crato - CE. Atualmente resido na cidade do Crato. Tenho três irmãos sendo duas mulheres e um homem: Sulany, Sandra e Cidnei. Sou o mais novo. Somos uma família harmoniosa.

Parte da minha infância foi vivida em Campinas onde convivi com os familiares por parte de meu pai. Minha alfabetização foi na escola E.M.E.I Palhacinho Dengoso na cidade de Sumaré em São Paulo e ensino fundamental I na escola E.E.P.G Professora Maria Rosa Carolino Santos. Vim morar no Ceará com 11 anos, continuei meus estudos do ensino fundamental II na Escola Francisco José de Brito e, logo após, fiz o ensino médio na Escola Polivalente Governador Aduino Bezerra, concluindo o ensino médio em 2005. Tive a oportunidade de, na infância e na adolescência, viver rodeado de brincadeiras populares como, pipa, peão, bolinha de gude, entre outras. Vivências que, creio eu, fortaleceram a minha construção enquanto pessoa. Ainda na adolescência iniciei a realização de trabalhos remunerados como cobrador de transporte alternativo e, posteriormente, em mercantil, no contra turno escolar.

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

2 Orientador do EPDS-UFC e Mestre em Ciências Sociais e Humanas (UERN)

Volto quatro anos depois ao Polivalente para fazer cursinho pré-vestibular, o que foi peça chave para amadurecer os conhecimentos relativos a ensino superior. Em 2010 fui aprovado em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA), a graduação foi iniciada cinco anos após o término do meu ensino médio, no ano de 2005.

Inicialmente prestei vestibular para matemática devido não saber de fato qual caminho pretendia seguir, nem para quê o meu conhecimento serviria, diante do pouco preparo para a submissão a um processo seletivo de vestibular. Não obtive resultado satisfatório ficando apenas nos classificáveis.

Por necessidade tive que optar por trabalhar e deixar de lado o sonho de ter uma formação de nível superior. Trabalhei fixo em um mercantil até o ano de 2008, ano em que deixei o trabalho para me dedicar aos estudos num cursinho pré-vestibular gratuito, com o intuito de conseguir uma vaga na universidade.

A partir daí, já mais focado, queria uma graduação que me possibilitasse compreender melhor o mundo, para assim, ter ferramentas teóricas e práticas para intervir na transformação social. Participei de duas seleções públicas para ingresso na universidade através do vestibular – uma para História e outra para Geografia. No ano de 2010 consegui ser aprovado para Geografia.

Minha graduação em Geografia foi concluída no ano 2014. Durante este período de formação trabalhei inicialmente como moto táxi para me manter por alguns meses, depois passei a trabalhar numa indústria de calçados - a Grendene. Depois de um ano trabalhando nessa indústria saí para ser bolsista do Programa Institucional de bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) de Geografia, mas a minha bolsa durou apenas 6 meses por conta da renovação do programa.

Em vista disso, voltei a ser moto táxi e por conta da militância nos movimentos socioculturais tive a oportunidade de trabalhar como orientador social no Centro de Referência de Assistência Social

(CRAS) pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) órgão e núcleo vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social (SMTDS). Após concluir a graduação tive a oportunidade de fazer um curso Técnico em Guia de Turismo Regional e Excursionista da América Latina pelo SENAC entre os anos 2015 e 2016, formação esta que vejo como um complemento à minha formação científica em Geografia.

Minhas experiências em sala de aula convencional escolar se deram através do programa “Mais Cultura nas Escolas” que consiste em uma iniciativa interministerial, firmada entre os Ministérios da Cultura (MinC) e da Educação (MEC), com a finalidade de fomentar ações que promovam o encontro entre os projetos pedagógicos das escolas públicas contempladas com os Programas “Mais Educação” e “Ensino Médio Inovador” e experiências culturais em curso nas comunidades locais e nos múltiplos territórios.

Através do projeto “Laboratório Arte e Geografia” - proposta na qual busquei por meio das artes, em especial as artes visuais, trabalhar conteúdos ligados a Geografia, possibilitando aos educandos o contato com algumas técnicas de artes, como o grafite em *stencil*, a fotografia, o fanzine, o vídeo, a dança ambiental, entre outros, cujo conteúdo materializado vinha do estudo da Geografia.

Criei a proposta a partir da vivência e contato com as técnicas nos movimentos socioculturais bem como com o contato de algumas disciplinas da minha graduação voltadas à docência. A proposta do projeto foi encaminhada aos Ministérios da Educação e Cultura pelo Núcleo Gestor da Escola Municipal 18 de Maio.

Outra experiência profissional que tive no campo educacional foi o de agente social no curso Juventude Empreendedora (JUVEMP), curso promovido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (STDS/CE) e, executado pelo Instituto do Desenvolvimento do Trabalho (IDT). O referido curso possui

uma didática diferenciada e vivencial, em que pude ter acesso a uma sala de aula com jovens, o que me possibilitou agregar experiência através de uma formação pautada no social.

Atualmente trabalho na Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social como Orientador Social. No início no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Hoje desenvolvo minhas atividades profissionais no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), com ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI). Este núcleo busca pensar formas de enfrentamento ao trabalho infantil por meio de cinco eixos de trabalho que são: 1. Informação e mobilização; 2. Identificação; 3. Proteção social; 4. Apoio e acompanhamento das ações de defesa e responsabilização e 5. Monitoramento.

Minha atual contratação é de nível médio como Orientador Social, no entanto, meu olhar e meu fazer não se desassocia do meu saber científico e prática pedagógica, uma vez que, o trabalho requer uma visão ampliada sobre a pobreza, sobre o trabalho infantil e os saberes adquiridos nas formações científicas, pois possuem uma preocupação com as causas citadas.

Desenvolvo desde setembro 2010 trabalhos voluntários em alguns coletivos de artes, iniciando no “Coletivo Camaradas” grupo que atua com as artes integradas e organização comunitária; depois participei da criação do “Coletivo Foto Crato” que atua com intervenções de ocupações fotográficas nos bairros da cidade; outro foi o “Coletivo Oficina Ensaio Aberto Break Dance” junto ao *Bboy* e militante da cultura *Hip Hop* João Paulo, na intenção de contribuir com uma cultura voltada para a juventude; por último, o Coletivo “O Crato tem Dança” que atua na perspectiva das redes que aglutinam grupos de danças das periferias para criação de eventos colaborativos.

Todos estes coletivos desenvolvem ações socioculturais em comunidades que apresentam vulnerabilidade social. Esses coletivos

promovem ações da cultura hip-hop, artes integradas, artes urbanas, dança, fotografia e articulação comunitária.

A partir do trabalho com os coletivos de grupos e ações estratégicas, surgiu o empoderamento para agir e a aprendizagem autodidata de algumas técnicas de artes urbanas como a do *stencil*, pôster lambe-lambe, *stickers* e fotografia. Isso possibilitou que eu ministrasse oficinas teóricas e práticas de artes urbanas de forma contextualizada. Além disso, também atuo como produtor cultural em alguns processos criativos que buscam levar e criar arte e cultura com e para o povo como é o caso da “Trocaria no Gesso”, ação do Coletivo Camaradas que visa a troca de livros, roupas, afetos e sorrisos; Mostra Nacional de Vídeos de Intervenções e Performances (Mostra IP) um processo colaborativo de incentivo ao registro e exibição de trabalhos de intervenções e performances, além do incentivo a formações em espaços periféricos destes dois segmentos das artes visuais.

O Festival Hip Hop é coisa séria que busca circular com ações de apresentação e formação dos elementos do hip hop (break, rap, grafite). O Festival Caldeirão das Danças leva para as praças da cidade apresentações de dança desde o balé à dança contemporânea, além de formações com o intuito de oportunizar o acesso às variadas formas artísticas. Essas são algumas das ações das quais participo na construção dos festivais enquanto processo criativo, educativo e que buscam para além da promoção cultural um processo de organização e formação coletiva das comunidades e/ou sociedade.

Após o término da graduação por não estar inserido diretamente no trabalho com a educação formal, vi que precisava dar continuidade à minha formação para possibilitar galgar espaço no mercado de trabalho na área do ensino.

Por não ter um mestrado nas universidades do Cariri em que eu pudesse dar continuidade à formação iniciada na graduação, acabei

por abraçar a primeira oportunidade de formação que apareceu - um curso técnico em Guia de Turismo - mesmo sabendo que este não estaria em consonância com a área para a qual fui graduado.

Considerando a baixa condição financeira para possibilitar o investimento em estudos, fiquei sabendo da existência de Cursos de Especializações gratuitas no formato EAD. Devido a isso, passei a pesquisar as Universidades que ofertavam.

Depois de muito tempo de pesquisa, eis que no ano de 2016 surgiu a oportunidade no curso EPDS, não perdi tempo, busquei logo me inscrever para tentar uma vaga, pois o curso ofertado tinha tudo a ver com a minha formação científica inicial (Geografia), além, é claro, de abordar questões que estavam interligadas ao campo social e profissional da minha atuação naquele momento.

O resultado da seleção foi exitoso, pois consegui a tão almejada vaga no Curso que contemplou mais de 400 estudantes do Estado do Ceará das mais variadas cidades, regiões e áreas do conhecimento interligadas à educação e às organizações e aos movimentos sociais.

Após o resultado da seleção, o próximo passo foi realizar a matrícula e me organizar para participar da aula inaugural no Campus do Pici da Universidade Federal do Ceará (UFC) em Fortaleza/CE, aula esta, que foi o ponta pé inicial para o cruzamento dos conhecimentos adquiridos sobre educação e sobre minha área de formação inicial (Geografia), em que a pobreza e a desigualdade social constituem temáticas abordadas durante todo o curso.

Além disso, essas temáticas encontram-se presentes nas atividades profissionais que desenvolvo nos trabalhos sócio-culturais na Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social do Crato Ceará, onde atuo no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), desenvolvendo Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI). A aula inaugural propiciou o contato e a sinalização desta interdisciplinari-

dade de saberes bem como o contato com o novo que é a educação à distância.

O fato de ser um curso à distância, que utiliza recursos tecnológicos não me causou estranheza e nem medo, pois devido aos custos altos de livro no Brasil, na modalidade Educação à Distância (EAD) é utilizado livros no formato digital. No entanto, para realizar o curso, tive que conhecer a Plataforma Solar de Ensino e, me adaptar a um ritmo de estudos diferente, sem a presença do educador de forma física. Mesmo o curso sendo a distância deu para perceber logo nos primeiros momentos de que seria uma formação bastante rigorosa, já que, se tratava de uma formação numa Universidade Federal.

Ao término da aula inaugural ficou explícito que um dos objetos de estudo em relação à pobreza e à desigualdade social seria o Programa Bolsa Família- PBF, assim como o foco da especialização é o de pensar possibilidades educativas que busquem empoderar³ a superação da situação de pobreza e eliminação das desigualdades sociais.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

O PBF contribuiu para retirar 32 milhões de brasileiros da extrema pobreza graças ao reforço na renda dos mais pobres, às oportunidades de inclusão produtiva por meio de cursos de qualificação profissional e ao apoio ao empreendedorismo, além das próprias condicionalidades do Programa, entre as quais a exigência de manter as crianças na escola, com vacinação em dia e acompanhamento médico regular. Podemos complementar que o Brasil comemora a queda da mortalidade, da desnutrição crônica e do déficit de peso

3 O ato de empoderar é considerado uma atitude social que consiste na conscientização dos variados grupos sociais, principalmente as minorias, sobre a importância do seu posicionamento e visibilidade como meio para lutar por seus direitos.

de suas crianças. Os estudantes agora passam mais tempo em sala de aula e melhoram o rendimento escolar.

ESTUDOS E REFLEXÕES RELATIVOS AO CURSO

A presente etapa nos chega como um momento de reflexão que nos oportuniza a experiência representativa de fazer um curso de Especialização pela Universidade Federal do Ceará, instituição esta de renome. O curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade social é desenvolvido através da modalidade EAD e com alunos de variadas áreas do conhecimento.

Buscaremos neste memorial, elencar como foi o processo de ensino aprendizagem adquiridos ao longo desta formação, bem como a contextualização dos saberes relacionado à Educação, Pobreza e Desigualdade Social com base nas experiências educativas e/ou sociais vivenciadas por nós, educandos, no decorrer da nossa história de vida acadêmica e social. Tentaremos descrever como o conteúdo programático do curso veio a contribuir com a nossa formação, fortalecendo conceitos e amadurecendo conhecimentos advindos do senso comum e das vivências para com a pobreza no que tange a nossa condição social e econômica de classe.

Iniciando nosso estudo já em casa utilizando a Plataforma Solar, podemos ter acesso a uma infinidade de material e um conteúdo programático bem didático, além do auxílio da tutora Gabriela Bezerra que nos deu total suporte acerca dos conhecimentos a serem aprendidos e produzidos. Ela também nos auxiliou na elaboração das atividades propostas no curso além de disponibilizar, em alguns momentos, materiais e referências extras.

Tivemos contato com novos pensadores ligados às questões educativas, sociológicas, filosóficas, humanas, como Arroyo (2015), Pinzani (2015), Rego (2015), Mendonça (2015) e Leite (2015), os quais desenvolvem reflexões que fundamentam as bases teóricas

deste curso. Os conteúdos do curso são referenciados pela linha de pensamento dos autores acima citados, tendo como ponto de partida a Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Neste sentido tivemos acesso às discussões que nos permitiram fundamentar da melhor forma nosso conhecimento acerca da temática.

Reencontramos durante as leituras de pensadores como o geógrafo Milton Santos (2006) e o educador Paulo Freire a possibilidade de amadurecimento e de produção de conhecimento, tendo em vista que esses foram autores preocupados com a transformação social dos educandos e de uma educação compromissada com as causas sociais.

Outro ganho significativo no aprendizado foi o acesso aos materiais audiovisuais disponíveis. Pude ter acesso a experiências como a da Escola da Ponte entre outras apresentadas. Também foi importante conhecer pensamentos e depoimentos de profissionais e autores engajados com a temática.

O autor que tivemos o primeiro contato em estudo foi o Sociólogo Miguel G. Arroyo. O referido autor desenvolve reflexões acerca da Pobreza, Desigualdades e Educação.

O pensamento de Arroyo (2015, p.06) nos coloca que “um curso de especialização cujo foco seja as relações entre a pobreza, as desigualdades sociais e a educação precisa se iniciar pelo reconhecimento da existência das duas primeiras”, pois como bem sabemos a pobreza e as desigualdades sociais parecem não ser reconhecidas como existente e presente na vida social. Neste sentido, compreender-me e reconhecer-me como pobre e pertencente a algumas minorias foi de fato algo fortalecido a partir dos estudos realizados nesta especialização.

Em seguida iniciamos os estudos no primeiro módulo específico que trouxe a temática Pobreza e Cidadania através dos autores Alessandro Pinzani (2015) e Walquíria Leão Rego (2015). Esses autores nos apontam que “a pobreza leva à falta de instrução” e que “a falta

de instrução perpetua a pobreza”, neste sentido nos remete à educação como um caminho para a cidadania e a transformação social.

Neste módulo analisamos as relações entre pobreza e cidadania. Além de aprofundar as visões em relação às imagens da pobreza, foram apresentadas algumas considerações teóricas sobre a relação entre dinheiro, processos de autonomia e de capacitação moral, bem como sobre as questões relativas às discussões sobre gênero. Ao longo do texto, as nossas reflexões poderão contribuir para o enfrentamento aos preconceitos entre as classes sociais historicamente constituídas.

Um dos conceitos importantes trabalhado foi o da teoria das capacidades elaborada por Amartya Sen e Martha Nussbaum (2000), que é o conjunto de condições que possibilitam a escolha e o exercício de certo funcionamento.

Capabilidade vem a ser uma oportunidade que difere entre sujeitos. Essa teoria está interligada ao conceito de “fatores de tradução” que vem a ser condições objetivas e/ou subjetivas de alcance das capacidades.

Como exemplo, podemos citar um trabalhador que pode ir ao trabalho de bicicleta, de táxi ou de carro próprio, enquanto outro trabalhador só tem condições de ir de bicicleta mesmo a distância sendo longe e tendo ônibus, considerado o fato de que da sua casa ao trabalho teria que pagar duas conduções.

Neste sentido nos colocamos a refletir o que seria de fato este conceito de capacidades e como o mesmo interfere no dia a dia das pessoas.

O segundo módulo trabalhado foi Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação que teve material didático produzido por Mendonça (2015). Segundo o autor “se deve considerar, como ponto de partida, que o direito à vida digna não pode ser limitado

a uma pequena minoria de pessoas. Ao contrário, é um direito de todos os seres humanos.” Compreendemos assim, como direito básico, a vida. Independente de condição social e que, cabe aos que possuem este conhecimento buscar que este seja validado, assim como nos assegura o Artigo 5º e 6º da constituição federal sobre nossos direitos.

Dentre as discussões debatidas neste módulo, fizeram parte de nossas reflexões os direitos de primeira geração, tendo como referência o valor da liberdade e os direitos de segunda geração, ligados ao valor da igualdade e os direitos de terceira geração, relacionados ao valor de fraternidade. Além disso, também os direitos humanos como forma de fazer valer os direitos construídos e conquistados através da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No módulo III - Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza com material produzido por Lucia Helena Alvarez Leite (2015). A referida autora nos coloca a necessidade de trabalhar a relação entre os tempos, os espaços escolares e as desigualdades sociais. Esse módulo foi o que mais me identifiquei por me ver como um agente da transformação social dentro dos espaços de conhecimento em que atuo. Foram discutidas propostas e reflexões sobre os diversos agentes envolvidos na construção da cultura e da prática escolar que lida, cotidianamente, com a vivência da pobreza, da identidade e da mudança social.

Compreendo a relevância e o aprofundamento do estudo e da discussão dos temas “A escola como espaço de práticas culturais emancipatórias” bem como sobre “Desigualdade social, cultura escolar e movimentos sociais”, pois ambos apontam horizontes para a transformação social.

Por fim o Módulo IV - Pobreza e Currículo: uma complexa articulação, mais um conteúdo do curso escrito por Arroyo (2015). A disciplina tratou de discutir as possíveis articulações entre pobreza

e currículo. Foi enfoque das reflexões presentes nesta disciplina os valores, os saberes e as identidades.

Entre as discussões presentes, as que mais me inquietaram foi a que fez referência sobre “O direito de saber-se pobre”, já que, a partir do estudo dessa temática podemos compreender de modo mais claro a necessidade da autoidentificação para então buscar as mudanças que por ventura fossem necessárias. Em “outro capítulo, tratou-se a respeito das vivências de espaços de pobreza e currículo”. Neste, a discussão concentrava-se na problematização da luta pela inserção de conteúdos que tratem da realidade aproximada a dos educandos. Por fim, neste memorial abordo como vem sendo trabalhado a pobreza nos espaços educativos e nas políticas públicas, iremos aplicar o projeto de intervenção no Coletivo Camarada, no Projeto Nova Vida e Escola Dom Quintino, apresentando o que vem dando certo e onde vem sendo melhorado, analisando os contextos em que irão ser desenvolvidas as ações referentes ao projeto de intervenção de modo a apresentar uma contribuição para a mudança social.

Meu projeto de intervenção surge das vivências socioeducativas praticadas na comunidade do Gesso, em Crato, no Ceará. Como formas de desvisibilização dos estigmas sofridos por meio das violações de direitos na comunidade no curso da sua história.

A proposta foi pensada tendo em vista o poder de influência da imagem, seja ela fotográfica e ou audiovisual, sobre os educandos e sobre a sociedade que possa ter acesso ao material produzido. Como a atividade de reflexão - ação da especialização nos foi proposto pensar uma intervenção num espaço de trabalho onde atuávamos, e desse modo pensei na comunidade na qual atuo com trabalho voluntário e através de um recurso - a fotografia – atividade que tenho familiaridade com o audiovisual.

Tenho por objetivo a utilização do recurso didático do audiovisual (fotografia) bem como da produção colaborativa e coletiva para

desenvisibilização e fortalecimento das resistências comunitárias, ainda no intuito de que o mesmo sirva de ferramenta de estudo e inspiração para atuação de outras pessoas e comunidades.

Acredito no pressuposto de que dando voz, vez e nome as pessoas contando as suas histórias e, mediatizando as mesmas, podemos passar uma outra imagem da comunidade a partir de histórias empoderadoras, como um relato de uma conversa informal que tive certa vez em uma reunião no coletivo camaradas em que debatíamos a possibilidade de um curso de fotografia na comunidade.

Diante disso, pude conseguir e conquistar a empatia dos jovens de lá (até então nosso trabalho envolvia apenas crianças). Alguém da comunidade afirmou que os “jovens teriam interesse pela fotografia, pois sentiam vontade de “ser fotógrafos como Samuel Macedo”, morador da comunidade, fotógrafo e educador social no Projeto Nova vida.

Cheguei ao fim desta especialização com a certeza que a mesma é o início de uma luta social incessante por meio da educação, e que deveremos utilizar variadas ferramentas para a construção do saber como mecanismos para a transformação social.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Modulo Introdutório: Pobreza, Desigualdade e Educação. In: Brasil. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão* – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015^a. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>. Acesso em: 01/07/2017.
- _____. Modulo IV: Pobreza e Currículo: uma complexa articulação. In: Brasil. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão* – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015^a. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>. Acesso em: 22/07/2017.
- COMIM, Flavio; QIZIBASH, Mozzafar; ALKIRE, Sabina. *The capability approach: concepts, measures and applications*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2008.

- DENEULIN, Séverine; NEBEL, Mathias; SAGOVSKY, Nicholas (Ed.). *Transforming unjust structures. The Capability Approach*. Dordrecht (NE): Springer, 2006.
- _____; SHAHANI, Lila (Ed.). *An introduction to the human development and capability approach*. Freedom and Agency. London (UK): Earthscan, 2009.
- MENDOÇA, Erasto Fortes. Módulo II: Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. In: Brasil. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015^a. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>. Acesso em: 22/07/2017.
- ENCONTRO com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá. Direção: Silvio Tendler. Brasil: 2006. 1 documentário (89 min).
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 3. ed. Trad. L. F. de A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Educação e Mudança*. 12^a Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEITE, Lucia Helena Alvarez. Módulo III Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza. In: Brasil. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015^a. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>. Acesso em: 15/07/2017.
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- PANDOFI Dulce; HEYMANN. Luciana. *Um abraço Betinho*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.
- PINZANI, Alessandro ; REGO, Walquíria Leão. Módulo I. Pobreza e Cidadania. In: Brasil. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015^a. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>. Acesso em: 08/07/2017.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Textos Retirados da Internet

- BATISTA, Vanessa Louise. *Mais Cultura nas Escolas contribui para formação integral de estudantes*. Disponível em <https://www.educacao.mg.gov.br/ajuda/story/8064-mais-cultura-nas-escolas-contribui-para-formacao-integral-de-estudantes>, 2016. Acesso em 30/07/2017
- Cabaré*. <http://www.dicionarioinformal.com.br/cabar%C3%A9/> Acesso em: 21/07/2017

Empoderar. Disponível em: <https://www.significados.com.br/empoderar/>
Acesso em: 26/11/2017

RINCON, Sapiência. *Ostentação a Pobreza*. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/rincon-sapiencia/ostentacao-a-pobreza/.2017>. Acesso em: 21/07/2017



O AGENTE DA MUDANÇA

Joaquim Eduardo Bezerra Barbosa¹
Lilianne Moreira Dantas²

Este trabalho consiste do resultado final de um ano de aprendizado no Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) ministrado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). O curso em si foi um desafio muito gratificante, pois trabalho na área do programa Bolsa Família desde que o mesmo foi implantado e esperava a realização de um curso de especialização na área, como havia sido prometido a realização do mesmo. Além disso, atuo em sala de aula com alunos beneficiários do programa, e isso fez com que visse os dois lados da história, de um lado as mães beneficiárias e do outro os alunos, o público alvo, os principais protagonistas deste programa.

O curso me fez refletir sobre vários aspectos da pobreza que até o momento não tinha tido a oportunidade de observar. Tive um olhar mais compreensivo em relação às mães beneficiárias, tive a possibilidade de visitar algumas famílias que vivem em situação de extrema pobreza, para fazer entrevistas a fim de realização de uma atividade do curso, nesse momento percebi o quanto é importante este benefício do governo para milhões de famílias carentes. E este é apenas um pequeno exemplo das experiências vividas durante o

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC)

2 Orientadora do EPDS-UFC, doutoranda em Educação Brasileira (UFC) e Mestre em Educação Brasileira (UFC).

curso. Pude também identificar melhor os possíveis motivos de problemas corriqueiros que vivenciamos em sala de aula, por exemplo, a dificuldade de aprendizagem de alguns alunos, muito comum nas escolas, normalmente devido a uma base educacional mal construída, indisciplina, desrespeitos com os colegas e professores. Percebi que existe uma infinidade de possibilidades de problemas familiares que podem levar os nossos alunos a agirem de forma não esperada. Através deste curso posso agora visualizar de uma forma mais adequada as melhores formas de conduzir os diversos problemas encontrados constantemente em sala de aula.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está dividido em três partes: um memorial, no qual exponho sobre os principais momentos vividos por mim em toda a trajetória de vida, a infância, a adolescência e vida adulta, dando uma maior ênfase no período que cursei a faculdade e posteriormente a minha segunda pós-graduação que configura assunto deste trabalho, no qual explico detalhadamente todas as minhas expectativas e anseios para sua conclusão.

A segunda parte do trabalho é voltada para a sistematização teórica na qual selecionamos uma linha de escrita baseada nos temas estudados durante o curso que foram: 1 Introdução a Pobreza e Cidadania; 2- Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação; 3- Escola: Espaço e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza; 4- Fundamentos de Pobreza e Currículo. No caso da linha de escrita adotada neste trabalho foram norteados em duas temáticas, nos quais se apresenta um breve histórico da questão dos Direitos Humanos, bem como a temática dos Direitos Humanos no Brasil, buscando sempre contextualizar e adaptar com a realidade vivenciada no trabalho local e por fim, fez-se uma abordagem sobre os Direitos Humanos na escola, na busca de apresentar o valor da temática neste espaço institucional.

Na terceira é exposto o Projeto de Intervenção que é voltado para o ensino de Direitos Humanos na escola. A proposta é que o trabalho seja desenvolvido em uma escola da rede pública municipal com a participação de todos os alunos, professores, funcionários, pais de alunos bem como a comunidade da zona rural da escola em que leciono. No projeto buscamos mostrar a importância do conhecimento dos Direitos Humanos e como esse conhecimento poderá auxiliar na formação cidadã dos alunos e na conduta dos mesmos diante de situações de desrespeito, pautando na relação do indivíduo com o outro.

O objetivo deste projeto é propor uma efetivação da discussão sobre a temática Direitos Humanos e Educação na escola em que atuo profissionalmente e com isso buscar um retorno do público-alvo com intuito de amenizar as possíveis discrepâncias sociais existentes na comunidade na qual a escola está inserida. Com isso, viso a formação de cidadãos críticos que possam lutar por seus direitos e que essa luta possa de alguma forma auxiliar o aluno da comunidade onde a escola se localiza a querer buscar um futuro melhor. O primeiro passo para essa busca, acreditamos ser uma educação de qualidade. Esta proposta parte ainda da identificação da não realização da discussão sobre Direitos Humanos como preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998) para o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental, presente no volume 10 – Temas Transversais – Pluralidade Cultural (BRASIL, 1998).

De uma forma geral todo o curso foi bastante proveitoso e nos faz refletir sobre a importância dos Direitos Humanos em nossa sociedade, bem como nos mostra uma visão mais detalhada sobre milhões de pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade e que muitas vezes estão bem próximas da nossa realidade e vivência e mesmo assim não são notadas. A partir desse trabalho temos o cuidado de ter um olhar mais cauteloso para com o próximo, principalmente nosso público com os quais convivemos quase que diariamente e

que muitas vezes vivem uma realidade diferenciada se enquadrando perfeitamente na temática estudada durante o curso.

ASSIM É MINHA HUMILDE VIDA

Escrever um memorial a princípio parece ser uma tarefa fácil, temos a falsa impressão que colocar as nossas vivências no papel é um trabalho bastante trivial, mas quando fui ponderar a respeito percebi que às vezes as nossas lembranças não são muito claras e quando são temos que saber quais são relevantes para serem elencadas em um trabalho tão importante como este de conclusão de curso. Concordo com Soares (1991) ao falar que em nossas lembranças o passado torna-se um presente modificado, e que ao tentar recuperá-lo, apesar do esforço, sempre há uma projeção do presente com as vivências do passado. A nossa trajetória desde a infância é fundamental para a compreensão de quem somos hoje, como nos tornamos quem somos e nossa personalidade e a nossa formação cidadã.

Vida Familiar e escolar

Nasci numa pequena cidade do interior do Ceará chamada Carirí. Toda a minha infância foi vivenciada nesta cidade. Minha família sempre foi pobre, composta por uma irmã mais velha, um irmão, que faleceu bastante cedo com problemas cardíacos, do qual não tenho nenhuma lembrança, eu e uma irmã mais nova. Minha mãe era técnica de enfermagem, hoje aposentada, e meu pai sempre trabalhou na fabricação de calçados, sandálias e cobria sofás para complementar a renda, hoje ele encontra-se afastado por licença médica pelo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pois sofreu dois Acidentes Vasculares Cerebrais - AVC's e teve seus movimentos reduzidos o que o impossibilita de trabalhar.

Meu pai não teve uma educação adequada, nasceu em uma pequena cidade chamada Granjeiro, onde passou praticamente toda a

sua infância e começo da adolescência trabalhando na roça. Estudou apenas até o quarto ano do ensino fundamental. Minha mãe desde os três anos de idade foi adotada por uma família considerada rica em Caririaçu, mas não se interessou muito pelos estudos e só cursou até o Ensino Médio. Eles sempre se preocuparam bastante com os nossos estudos e sempre nos incentivaram a estudar e como consequência todos nós, filhos, conseguimos concluir o Ensino Superior.

Cursei todo o Ensino Fundamental I em escolas da rede pública de Caririaçu. Lembro-me vagamente de um detalhe da creche na qual eu e minha irmã mais nova estudávamos, era em um antigo prédio da minha cidade chamado de Circo Operário, sei apenas que fazia parte da igreja, e essa construção possuía uma parte do piso que era de madeira; lembro-me que tinha certo receio de andar sobre ele, pois ao caminhar havia um barulho estranho e sempre achava que todo aquele piso iria ceder.

Após sair da creche fui para outra escola chamada Plácido Aderaldo Castelo, hoje funciona apenas o Ensino Médio, para fazer a chamada alfabetização, o que corresponde ao nosso atual primeiro ano. Não tenho muitas lembranças daquele ano, mas lembro-me de alguns colegas de sala, da minha professora Madalena e do cheiro impregnante de cigarro que ela exalava.

Um fato que me marcou bastante nesse período foi o quase afogamento da minha irmã mais nova em uma caixa d'água que ficava no quintal da casa que nós morávamos. Minha mãe e meu pai passavam praticamente o dia todo fora de casa, e nós ficávamos com uma cuidadora chamada Marlene que nos deixava brincando no quintal de casa, de portas trancadas, enquanto ia para a casa da frente para ficar conversando com as vizinhas. Uma vez eu e minha irmã começamos a brincar na tampa da caixa d'água no quintal, até que minha irmã caiu dentro da água e eu, desesperado, comecei a chamar por Marlene, pois minha irmã estava boiando, lembro-me

perfeitamente dos cabelos flutuando na água, e gritava muito até que uma vizinha ouviu e foi correndo chamar Marlene.

O restante do Ensino Fundamental I foi feito em uma instituição particular que existia na minha cidade a escola Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), lembro que meus pais não tinham dinheiro para custear três crianças em uma escola particular, mas minha mãe tinha uma irmã que fazia parte do quadro de funcionários do colégio, e com isso tínhamos bolsas escolares. Nossa educação na CNEC foi de qualidade, pois na época era uma escola muito conceituada e possuía os melhores professores da cidade. Um das coisas que lembro bem naquela época eram os eventos, as gincanas que eram muito divertidas e que ainda hoje tenho lembranças dos melhores momentos vividos neste tempo.

Percebo atualmente a importância que foi estudar em um colégio particular, a rigidez dos professores, a preocupação da nossa diretora, vários acontecimentos que na época eu não atribuía tanta importância, mas que hoje como docente da rede pública e pai de dois filhos que fizeram todo o ensino fundamental em rede particular, consigo perceber a diferença significativa entre os dois sistemas de ensino. Salas superlotadas, alunos advindos de famílias totalmente desestruturadas, que não fizeram um bom Ensino Fundamental I, que não sabem ler e não têm um comportamento que favoreça a aprendizagem. Tudo isso infelizmente contribui para que haja essa diferenciação entre os discentes das redes públicas e privadas do nosso município.

Entre meus doze e treze anos, meus pais tiveram que mudar para o município vizinho chamado Juazeiro do Norte, uma cidade maior e mais desenvolvida do que a que morávamos, com isso estudei o Ensino Fundamental II em um município com colégios maiores, totalmente diferente do ambiente com o qual estava acostumado, acho que isso me tornou uma pessoa bastante tímida naquela época. Fiz

a 6^a e 7^a séries numa instituição escolar chamada Grêmio, na qual existia um sistema educacional adotado pelo Governo do Estado chamado Telensino, tal metodologia de ensino foi um choque para mim, pois as aulas eram todas por vídeo e a professora tinha que ser polivalente, pois apesar das aulas serem em vídeos, sempre havia as nossas dúvidas que raramente eram sanadas, uma vez que normalmente a professora dominava uma ou duas disciplinas. Lembro da minha professora predileta a Dona Noberta, que não dominava bem os conteúdos, mas era bastante afetuosa conquistando a mim e aos demais colegas da época.

O Ensino Médio foi feito em uma escola modelo da época chamada Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE), que depois passou a ser reconhecida por Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). Ao terminar o 8^a ano em uma escola do município do Juazeiro do Norte, fiz um teste de seleção para ingressar na ETFCE, passei e comecei a fazer um curso integrado Ensino Médio/ Eletrônica.

O ensino médio dos sonhos

Sempre fui um garoto de família humilde, cujos pais batalhavam bastante para nos dar uma condição de vida razoavelmente boa, longe de possuir luxos ou coisas supérfluas, mas nunca nos faltaram a alimentação e a vestimenta.

Ao sair o resultado da seleção para o CEFET, o clima em nossa casa era de alegria, a impressão era que eu estava entrando em uma universidade. A escola era muito conceituada e senti dificuldade no primeiro semestre, devido à rigidez na qual eram trabalhados os conteúdos. Algo que chamava bastante a atenção era a clientela da escola, só entrava naquela instituição pessoas que realmente tinham o desejo de se dedicar aos estudos.

Durante os anos do Ensino Médio tive meu primeiro contato com a Língua Inglesa. Na escola tinha um curso de inglês ministrado

pelo professor Wilmar e eu sempre gostava de bandas como Nirvana, Led Zeppelin, Pearl Jam e Beatles. Tinha um desejo imenso de saber os significados das letras das músicas, porém naquela época a internet era limitada e não era tão fácil de encontrar como hoje. Matriculei-me no curso que me ajudou bastante a adquirir um nível bem aceitável, tanto que até hoje sempre sou lotado nas escolas que trabalho com a disciplina de inglês. Ainda hoje lembro com carinho das aulas daquele professor e da forma como ele me incentivou a gostar da língua inglesa, tenho o maior prazer de poder escutar e entender as músicas que sempre gostei.

O Ensino Médio no CEFET era mesclado com o ensino técnico no qual nos três primeiros anos víamos praticamente as matérias referentes ao ensino médio normal e no último ano, as disciplinas relacionadas ao Técnico de Eletrônica - no final do curso faríamos um estágio em uma empresa e sairíamos do CEFET com o certificado de Técnico em Eletrônica. No ano final do meu curso comecei a trabalhar na Secretaria de Educação de Caririçu-SME - e como comecei a receber salário, na época um adolescente que não tinha dinheiro para nada, optei por não fazer o estágio necessário para obter a graduação de Técnico e terminei o ensino, mas com o certificado de auxiliar técnico de eletrônica.

Hoje me arrependo de não ter me esforçado um pouco mais para fazer o estágio, acho que foi por acomodação, pois na época daria para eu ter conciliado o estágio e o trabalho. Apesar de ser a melhor escola na qual estudei, no fim do curso já estava querendo tomar outros ares e isso me fez não querer tentar o estágio. Almejava algo mais, desejava muito entrar na universidade, queria mostrar de alguma forma para os meus familiares que eu era capaz de ir mais além.

Ingresso no ensino superior

Ao terminar o Ensino Médio tentei vestibular para Ciências Biológicas duas vezes na Universidade Regional do Cariri (URCA),

entretanto na primeira vez não consegui entrar, mas em 2002 consegui passar no vestibular e isso me deixou muito feliz, pois era um curso que sempre tive vontade de fazer. Paralelo ao curso de Biologia na URCA continuei trabalhando na Secretaria Municipal de Educação – SME - de Caririçu - trabalhava em um programa lançado pelo governo federal da época chamado Renda Mínima que foi o precursor do Bolsa Escola que deu origem ao atual Bolsa Família.

Durante o Ensino Superior minha vida pessoal passou por algumas turbulências, pois minha namorada ficou grávida e resolvemos morar juntos e construir nossa família. Durante esse período foi bastante complicado, pois manter uma casa com um salário muito pequeno não era nada fácil. Tinha um sonho de trabalhar nos laboratórios da URCA, mas infelizmente por irresponsabilidade minha esse sonho não foi realizado, e não tinha como eu trabalhar para manter a família e ser aluno monitor ou bolsista dos laboratórios. Essa escolha foi dolorosa, mas não podia abandonar uma pessoa que estava esperando um filho meu. O romance não deu certo e em menos de dois anos nossa relação terminou, mas como era muito próximo ao meu filho, lutei e consegui a guarda dele. Então agora eu estudava, trabalhava e cuidava do meu filho.

Consegui concluir o Ensino Superior com muitas dificuldades, pois manter um filho era bastante complicado, consumia muito do meu tempo e dinheiro, tinha vezes que eu ia para faculdade que era em outra cidade e não tinha nem dinheiro para comprar um lanche, mas apesar das muitas situações adversas, consegui em 2006 colar grau e pouco tempo depois já estava atuando na área. Em 2010 me especializei em Biologia e Química pela mesma faculdade, enquanto isso continuava trabalhando na SME de Caririçu, com a mesma função, sempre com Bolsa Família.

Em 2006 fiz uma seleção para um concurso temporário para professores do Estado do Ceará, consegui passar, e minha vida como

professor começou literalmente no final deste ano, fui vivenciar a sala de aula e percebi todas as angústias que um professor pode passar em uma sala de aula. Aprendi a conviver com os problemas dos meus alunos, que são, na maioria, carentes, aprendi a ser o amigo, o conselheiro, o “psicólogo” e muitas vezes até mesmo o “pai”.

Meu mundo de trabalho e um choque de realidade

Minha vida de trabalho começou literalmente no ano de 1999, aos 17 anos, naquela época era um adolescente que passava por desejos e anseios os quais necessitava de dinheiro para realizarem-se. A prefeita da minha cidade natal naquele ano era irmã de criação da minha mãe e através disso consegui entrar no mundo do trabalho indicado por ela. Até então, eu sabia que minha família não era rica, que vivíamos no limite financeiro, mas meus pais sempre trabalharam e nos deram condições dignas de sobrevivência, nada luxuoso, mas se esforçavam ao máximo para nos dar o melhor.

Ao iniciar meu trabalho na SME de Caririaçu, trabalhei no setor financeiro, mas logo em seguida comecei a trabalhar em outro setor. No ano de 1997 o Ministério da Educação - MEC começou a idealizar o que seria o Programa Bolsa Escola - que tinha a intenção de aumentar o número de matrículas nas escolas e em 1999 implantou o Programa de Garantia de Renda Mínima, no qual a União repassava para os municípios um apoio financeiro, mas com isso os gestores municipais teriam que implementar ações socioeducativas com as crianças e adolescentes que estavam matriculadas nas escolas. O meu município aderiu ao Renda Mínima e a partir daquele momento comecei a trabalhar diretamente com o programa.

Minha visão de mundo mudou naquele momento, comecei a conhecer realidades que até então só tinha visto na televisão, pessoas carentes em diferentes sentidos. Tínhamos uma equipe de cinco pessoas que trabalhavam diretamente com o Renda Mínima, nossa

função era elaborar as ações socioeducativas, trabalhá-las em todas as escolas do município e mensalmente gerar a folha de pagamento com todos os beneficiários do programa realizando os pagamentos em espécie a todas as famílias.

O trabalho traz mudanças na vida do ser humano, até então não tinha vivido nem visto a pobreza extrema que existia. Em dia de pagamento, elaborávamos as rotas e íamos para a zona rural do nosso município, para mim era uma aventura, pois não conhecia nada desta parte da cidade e ali estava a oportunidade de ver a realidade. Lembro que na época saíamos com cerca de cinquenta a oitenta mil reais dentro de uma caminhonete para fazer os referidos pagamentos, acho que não havia tanto perigo como hoje, mas íamos com tanto dinheiro, sem nenhuma proteção policial ou segurança particular.

Na zona rural foi que me deparei com a realidade, vi que ali existe a pobreza real, mães, pais e filhos todos num mesmo local, esperando a nossa chegada, normalmente era a escola da região, pessoas sujas, descuidadas com a aparência e mal vestidas nos esperando. Nós conseguíamos enxergar nos seus olhos a felicidade e a certeza que iriam ter certa quantia em dinheiro que daria condições mínimas de sobrevivência por alguns dias, pois a realidade era dura e cruel. A grande maioria dos beneficiários eram analfabetos, lembro que eles tinham que assinar a folha de pagamento e quase todos eram obrigados a por a digital, tenho na mente a sensação de pegar com minhas mãos os dedos daquelas pessoas e direcioná-las para o local da assinatura, as mãos ásperas devido aos trabalhos rurais.

A contrapartida do município para que o Programa Garantia de Renda Mínima fosse garantido eram as ações socioeducativas que a SME juntamente com as escolas tinham que desenvolver - ações voltadas para o bem estar social e cultural das crianças e adolescentes atendidas pelo programa.

Identificava-me bastante com as ações, na época, juntamente com toda a equipe elaboramos um projeto de jogos populares, com objetivo de resgatar a cultura das brincadeiras tradicionais e que na época estavam começando a desaparecer. Brincadeiras como pipa, corridas, pião, bila (bolinha de gude), peteca, cantigas de rodas trabalhadas em todas as escolas do município e no mês de agosto durante a tradicional festa de emancipação política da cidade havia uma grande competição na qual os alunos competiam e os campeões de cada categoria tinham uma premiação, que geralmente era em dinheiro, livros e materiais esportivos. Era uma época bem divertida que não existia diferenciação de classe social, naquele momento todos eram iguais, as crianças se divertiam muito, alguns nunca tinham ido até a cidade e para eles era uma oportunidade de conhecer locais e pessoas diferentes das quais eles conviviam diariamente.

Por volta de 2001 o Governo Federal realizou uma unificação dos Programas Federais que existia como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e criou naquele ano o Cadastro Único dos Programas Sociais, com isso, como eu trabalhava com o Programa agora chamado Bolsa Escola fui deslocado temporariamente para a Secretaria de Ação Social do município para a realização do cadastramento de todas as pessoas pobres da cidade. Mais uma vez trabalhei diretamente com a população, agora de uma forma mais direta, já que tinha que cadastrar todos os dados referente à família no sistema. Deparava constantemente com situações complicadas que ainda não tinha visto e vivido, agora tinha a noção exata do que era ser pobre, pois deparava com famílias enormes com mais de dez pessoas e que praticamente não existia renda alguma a não ser o dinheiro do Bolsa Escola, na qual a renda per capita muitas vezes não chegava a vinte ou trinta reais.

Aos poucos fui percebendo que os genitores das famílias contempladas nos programas de transferência de renda eram pessoas que mal tinham alguma instrução, a grande maioria era analfabeta,

aquilo me fazia pensar a importância de se buscar algo mais na educação. Notei naquela época a importância da escola para a minha vida. Ponderava muito sobre a situação daquelas famílias e muitos dos pais tinham a certeza que a única forma de mudarem a realidade era através da educação dos filhos.

Após o cadastro das famílias voltei para o meu local original de trabalho que era a SME da minha cidade e continuei exercendo as minhas funções relacionadas ao Bolsa Escola, pois para o Governo Federal existiam algumas condicionalidades que deveriam ser cumpridas para que as mães cadastradas no programa tivessem direito ao benefício, então a Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação de certa forma agiam de forma a tentar fazer os pais cumprirem as condicionalidades necessárias.

Meu trabalho na SME estava relacionado com o controle da frequência escolar. No final de 2005 o MEC lançou o Projeto Presença que tinha como objetivo principal o controle da frequência escolar através de um sistema online. Agora todas as pessoas das famílias cadastradas tinham um Número de Identificação Social – NIS e através dele tínhamos um maior controle da frequência escolar em todo o município. Atualmente o Projeto Presença é o que vigora em todos os municípios do Brasil, trabalho com esse sistema há mais de dez anos e quando os filhos deixam de cumprir a condicionalidade relacionada à educação, que no caso é a frequência escolar, os pais recebem avisos, bloqueio e até suspensão dos pagamentos. Então atualmente a única condicionalidade cobrada na área da educação é a frequência escolar.

No final de 2006 comecei a trabalhar paralelamente em uma escola estadual do município de Granjeiro, cidade vizinha a Caririaçu, que é uma cidade muito pequena e pacata, e naquela escola comecei a ver uma realidade ainda mais marcante, trabalhava diretamente com centenas de jovens, a maioria carente e beneficiária do Progra-

ma Bolsa Família. Agora podia ver os dois lados - no meu trabalho burocrático em um município via os dados relacionados à frequência escolar e no outro via a realidade dos alunos - os reais motivos pelos quais alguns não frequentavam a escola em determinado dia ou o porquê de abandonarem a escola.

Quando se trabalha diretamente com pessoas, estamos sujeitos a fazer parte da vida delas de alguma forma. Ser professor me deu a oportunidade de conhecer muita gente, entre eles jovens. Sou uma pessoa muito séria e reservada e isso sempre fez com que os meus alunos chegassem até mim com seus problemas e eu tentava de todas as formas aconselhá-los da melhor forma possível, até hoje sou um professor muito querido por todos.

Em 2011 assumi um concurso efetivo no município de Granjeiro e passei a trabalhar na zona rural com o Ensino Fundamental II. Assumi uma escola em um sítio chamado Cana Brava dos Ferreiras, sabia que essa localidade existia, mas nunca tinha frequentado aquela região. Comecei a conhecer a população local, a maioria vivia somente da agricultura e do dinheiro do Bolsa Família.

Em paralelo à minha convivência na cidade de Granjeiro, ainda continuava trabalhando com o Programa Frequência Escolar na cidade vizinha de Caririaçu, uma verdadeira correria entre um município e outro que distam aproximadamente vinte a nove quilômetros. Em Caririaçu o meu trabalho continuava sendo burocrático, atrás de um computador e fazendo visitas às escolas para analisar situações relacionadas aos motivos pelos quais os alunos tinham baixa frequência.

Através desta atuação pude identificar que ao chegarem em uma determinada idade era tendência dos alunos começarem a faltar mais ou acabar abandonando a escola, ouvia relato de professores e diretores escolares de que esses alunos faltosos na maioria eram muito indisciplinados e que somente compareciam à escola devido aos pais, que os obrigavam com medo de perder o benefício.

Antes de trabalhar na cidade de Granjeiro como professor, não tinha essa percepção, hoje vejo o quão complicado é atuar junto aos alunos que não tem motivação para estudar. Ao se tornarem adolescentes boa parte desses alunos que vivem em situação de risco ou de restrições tendem a querer sair da escola por algum motivo, boa parte deles buscam trabalho e viajam para outros estados em busca de emprego. Temos também aqueles alunos totalmente indisciplinados que vão à escola por obrigação, que muitas vezes não compreendem ou consideram as possibilidades futuras atreladas ao estudo, com poucas ou nenhuma perspectiva de futuro.

Anualmente nas escolas temos as avaliações externas, e é comum visitarmos as casas dos nossos alunos com a finalidade de conversar com a família sobre a importância destas avaliações. Durante essas visitas nos deparamos com a dura realidade dos nossos discentes. É comum encontrarmos famílias totalmente desestruturadas, pais alcoólatras, usuários de algum tipo de entorpecentes, filhos e netos morando em casas precárias sem nenhum tipo de saneamento básico ou algum conforto. Quando deparo com isso começo a refletir quais os motivos que levam alguns alunos a terem um comportamento tão inadequado, avalio que de certa forma é um reflexo do que se vive em casa com os pais e familiares e principalmente das restrições financeiras que acabam por interferir nas relações afetivas.

Nós professores, a todo o momento, precisamos acompanhar o desempenho de cada um dos nossos alunos, nessas análises buscamos sempre encontrar respostas que satisfaçam nossa necessidade em descobrir o porquê desses alunos agirem de forma inadequada no âmbito escolar. Muitas vezes queremos encontrar a solução para o problema de todos os nossos alunos, mas para encontrá-las temos que descobrir o que ocasionou determinado problema ou situação.

O que observo bastante em nossa clientela são os desejos e anseios vividos por eles, procuro sempre mostrar o quanto a educação

foi e é importante em minha vida, que através dela conseguimos vencer barreiras que inicialmente parecem ser impossíveis de ser superadas, mas com uma boa instrução torna-se uma realidade bem provável. No sítio em que trabalho a grande maioria dos adultos não conseguiu cursar o Ensino Superior, até mesmo os jovens que terminam o Ensino Médio atualmente são poucos os que conseguem ingressar no Ensino Superior ou por falta de perspectiva de futuro, ou por não reconhecerem a importância deste para uma mudança social, ou até mesmo por terem que garantir sua sobrevivência e de sua família em trabalhos que dificultam sua permanência em uma faculdade.

Ao longo desses seis anos trabalhados na localidade, percebo que essa realidade vem se modificando visto a ampliação das faculdades particulares em nossa região, com vestibulares mais acessíveis do que às das Instituições Federais e Estaduais, com prestações mais baratas se comparadas com as faculdades mais renomadas e ocorrem apenas nos fins de semana. Com isso, nesses últimos anos tenho observado que vários ex-alunos meus que moram na localidade em que trabalho estão cursando faculdades.

Enfim a tão sonhada especialização

Durante todos esses anos de trabalho no Programa Bolsa Família, era comum a cada ano existir um encontro com todos os Coordenadores Municipais responsáveis pelo programa nos municípios. Nesses encontros, além dos coordenadores municipais havia a presença de pessoas responsáveis pelo sistema em Brasília-DF. Sempre nesses encontros demonstrávamos o desejo de fazer um curso voltado para a nossa atuação no trabalho. Durante alguns anos essa ideia foi amadurecendo até que em um encontro realizado em 2015 houve a notícia de que no ano seguinte possivelmente iríamos ter um curso de especialização voltado para o Bolsa Família.

Confesso que fiquei meio incrédulo, pois fazia anos que o assunto era discutido, mas nunca posto em prática. Finalmente no encontro ocorrido em 2016 foi confirmado o nosso curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social - EPDS, fiquei muito feliz com a confirmação principalmente pelo fato de o curso ser ofertado por uma universidade tão conceituada como a Universidade Federal do Ceará – UFC.

Em 2016 finalmente iniciamos a especialização EPDS, um curso bem elaborado e com os conteúdos que acreditava que entendia bastante, mas quando comecei a estudar percebi que a grande maioria dos conceitos vistos estavam de fato presente na realidade dos meus dois trabalhos: por um lado tenho a visão dos beneficiários de Carirí que estou acompanhando pelo Projeto Presença, no qual as mães de jovens vão a minha procura reclamar das faltas dos filhos; e por outro lado sou professor da zona rural da cidade de Granjeiro, tenho contato direto com mais de 200 jovens, e estou diariamente vendo a realidade desses alunos e os reais motivos que os fazem não frequentar a escolar por alguns dias.

No curso aprendi conceitos novos, e que me levaram a refletir sobre como eu poderia fazer uma intervenção nessas famílias. Durante o projeto de ação reflexão de uma das unidades tínhamos que fazer uma entrevista com uma família beneficiária do programa Bolsa Família. Fui até uma escola e solicitei da diretora o endereço de uma família na qual os filhos eram faltosos, e como era um trabalho de equipe, eu e o outro membro fomos até a casa dessa família. Logo ao chegarmos percebemos a situação precária, uma casa bem pequena que tinha apenas três cômodos, a casa era suja e cheirava mal, os pais pareciam ter problemas mentais, o filho de colo se arrastava pelo chão de barro. Na nossa entrevista tínhamos que questionar a respeito da importância do programa Bolsa Família na vida daquelas pessoas e chegamos à conclusão que para muitas pessoas esse benefício é a única fonte de renda e

que são bastante gratos, pois por conta desse dinheiro conseguem ter o mínimo possível para se alimentar.

O curso contribuiu sobre a mudança no olhar que tinha sobre meus alunos, os motivos que podiam fazer que um ou outro aluno não conseguisse aprender os conteúdos vistos em sala de aula. Muitas vezes entramos na sala e percebemos alunos que não têm nenhum interesse nas nossas aulas, outros que são mal educados, grosseiros, desafiadores e indisciplinados. Antes do curso não compreendia bem os motivos que podiam levar um adolescente a agir daquela forma, mas a especialização me ajudou bastante a compreender.

Um problema muito comum em nossa escola é o mau comportamento, a desmotivação e o desinteresse pelos estudos e, como professor, gostaria de fazer algo para tentar mudar essas atitudes e pensamentos, mostrar para eles a importância do conhecimento. A partir disso veio o interesse de elaborar um projeto de intervenção que possa produzir efeitos diretos na vida dos meus alunos, que são jovens e adolescentes que frequentam do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II. Eles vivem uma realidade totalmente diferente de muitas pessoas, passam por dificuldades e limitações, sem muito acesso à informação e me interessa aproveitar meu papel de professor naquele ambiente para discutir sobre temas relacionados aos valores e direitos humanos, bem como à importância de se respeitar e ser respeitado, buscando assim obter reflexos positivos em relação ao comportamento e aprendizagem desses jovens e adolescentes no âmbito escolar.

O curso me trouxe a importância de se ter um olhar diferenciado para situações sociais de vulnerabilidade. Muitas vezes prejudgamos as pessoas sem conhecer suas realidades, o que as fazem agir e pensar de uma ou outra forma. Após o curso procurei me aproximar e entender melhor meus alunos que são considerados problemáticos, e percebi que cada um deles tem um motivo para agir daquela forma,

mas as vivências familiares trazem um reflexo para a escola. Agora tento ir além da minha própria visão, analisando de forma mais racional antes de tomar alguma atitude precipitada e anseio que com o meu projeto de intervenção possa melhorar a convivência e consciência dos meus alunos e dos demais professores, que eles busquem na educação uma forma de mudar as situações vividas atualmente, que compreendam de alguma maneira que a educação pode ser o melhor meio de ascensão para uma vida melhor.

Nunca havia feito um curso na modalidade à distância, e a Plataforma Solar (ambiente virtual de aprendizagem desenvolvido pelo Instituto Virtual UFC, da Universidade Federal do Ceará), é bastante intuitiva e fácil de manusear, uma experiência nova e muito surpreendente, pois a princípio temos a falsa impressão que o curso pode não ser tão bom quanto se fosse presencial, mas em seu decorrer percebi que para podermos acompanhar os estudos, temos realmente que nos dedicar. Contamos com a participação ativa dos tutores que sempre nos auxiliaram quando precisávamos - principalmente na parte final de conclusão dos trabalhos - contamos com a ajuda da orientadora, sempre nos guiando com o intuito de fazermos um trabalho de conclusão de curso a altura da UFC.

Durante esse um ano de curso, estudei vários temas que são vividos diariamente por todos aqueles que fazem parte direta ou indiretamente dos processos educativos da rede pública municipal. Pude compartilhar minhas ideias com pessoas que têm vivências parecidas com a minha, apesar de estarem distantes dos municípios nos quais atuo. Percebi que praticamente todas as pessoas que fazem o curso também têm histórias similares às minhas e as dos meus alunos. O problema da pobreza é uma questão mundial e até então não tinha notado que vivo diariamente essa problemática no trabalho.

O curso EPDS trouxe para minha vida pessoal e profissional uma forma mais aguçada de olhar a vida das pessoas que estão ao

meu redor. Agora busco tratar bem aqueles que vão diariamente a minha procura no trabalho. Consigo ter uma percepção ampliada e reflexiva dos problemas estão afligindo aquelas pessoas, seja na escola ou na Secretaria de Educação onde trabalho diretamente com as mães beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Agora, tenho a certeza que de alguma forma vou conseguir instigar meus alunos a refletirem um pouco mais sobre a importância da educação em suas vidas. Obtive conhecimentos inimagináveis ao longo do curso e não posso ser egoísta ao ponto de não tentar trabalhar com meus discentes este aprendizado. Pretendo ser um agente de mudança da vida deles, tenho esse papel naturalmente ao ser professor, mas após esse período compartilhando e construindo esses conhecimentos específicos, posso trabalhar com propriedade e tentar fazer a mudança almejada na vida desses cidadãos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- SOARES, M. B. *Metamemória-memórias: travessia de uma educadora*. São Paulo: Cortez, 1991. 124 p.

VINTE ANOS DE EDUCAÇÃO

Antônio Marcelo das Neves Bezerra¹
Antônia Silva²

Iniciei minha vida escolar aos 04 anos de idade na rede privada de ensino. Pois, meus pais, apesar de serem de origem humilde e não terem tido a oportunidade de estar muito tempo nos bancos escolares, internalizaram como meta prezar pela qualidade de educação que seus filhos iriam receber. Sou o terceiro de um número de 4 filhos. Aos 12 anos e prestes a cursar a 6ª série do primeiro grau, hoje conhecido como 6º ano do Ensino Fundamental, migrei para a escola pública em um momento de instabilidade financeira vivenciada pelo país, foi esta a solução encontrada por minha família naquele momento.

Inicialmente veio o choque de realidade, prédio sem estrutura, professores sem formação específica, não havia livros didáticos, eu entrava em desespero imaginando que naquele ambiente meus sonhos e anseios profissionais poderiam estar sendo podados. Mas, com o passar do tempo comecei a perceber a grandeza e o horizonte presente na escola pública, a diversidade de pensamentos e as múltiplas possibilidades ali presentes fizeram-me uma nova pessoa que se envolvia com as questões que permeavam o ambiente escolar, diferentemente do estudante tímido e retraído oriundo da unidade de ensino particular.

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

2 Orientadora do EPDS-ufc e Mestre Administração e Controladoria (UFC)

Ao fim do segundo ano, como estudante de instituição pública, por apresentar excelentes resultados e um bom relacionamento com todos os que faziam aquela instituição de ensino, fui indicado para um processo de Menor Aprendiz no Banco do Brasil. Após um extenso processo seletivo, aos 14 anos iniciei minha vida profissional. Durante 03 anos e 10 meses tive que me redobrar entre as atividades escolares e responsabilidades que o emprego me impunha naquele momento. Costumo relatar que tive minha adolescência interrompida pelas obrigações do mercado de trabalho.

Finalizando o processo de menor aprendiz, veio o fim do Ensino Médio e a grande incógnita, o que cursar? Prestei vestibular para Medicina e Direito, assim como quase todos os jovens visando retorno financeiro e não a satisfação pessoal e profissional. Fiquei nos classificáveis para os dois cursos. No meio do ano seguinte, 1996, sem muito compromisso prestei vestibular para Ciências Biológicas na Universidade Regional do Cariri, sendo aprovado. Dando início a minha vida na academia e em consequência minha paixão pelo ato de “ensinar”.

Ao final do I semestre, fui presenteado com o convite para lecionar na rede pública e privada de Juazeiro do Norte, para exato registro, o ano era 1997, ministrei aulas de Ciências na escola particular “Educandário Amigos da Mônica”, hoje “Colégio Medalha”, no turno da manhã para turmas de 4º, 5º, 6º e 7º anos. Já de início, percebi que não me identificava com a realidade da rede privada de ensino, sentia necessidade de contribuir e expandir o conhecimento dos alunos não me limitando a um plano pronto e conteudístico. No turno da tarde, o desafio foi bem maior, tive que trabalhar com a extinta modalidade “Tele ensino”, onde o professor era uma espécie de tutor de todas as disciplinas e recebia uma espécie de guia com os horários em que as aulas seriam ministradas por meio de um aparelho de TV, a série que me foi confiada foi uma 8ª, atualmente 9º ano. Apesar do grande desafio, identifiquei-

me e percebi o quanto era importante o meu papel como educador na vida daqueles jovens, alguns tinham a mesma idade que eu, mas tiveram oportunidades completamente diferentes. A escola era situada na zona rural, o acesso à cidade era difícil, muitos alunos não tinham perspectivas do que fazer após o fim do Ensino Fundamental, portanto além de professor me tornei uma espécie de motivador, confidente e exemplo para aquele pequeno grupo de jovens que precisavam sonhar. Hoje, 20 anos depois, costumo encontrar com alguns deles: professores, comerciantes e de outras profissões que concluíram aquele ciclo educacional e se deixaram levar pelas circunstâncias do cotidiano.

No ano de 1998, participei de um processo seletivo para o SESC (Serviço Social do Comércio) na função de Educador em Saúde, foi uma experiência muito válida e gratificante nessa instituição, pois tive contato com minha outra paixão que é o Trabalho Social com Idosos. Fui o responsável pela implantação deste trabalho no nosso município, e passei a coordenar o “Programa Assistência” que englobava as atividades ligadas à saúde (palestras, campanhas de prevenção à saúde, visitas às empresas e desenvolvendo projetos na busca pela qualidade de vida), combate à pobreza (implantação do programa “Amigos do Prato” que depois tornou-se “Mesa Brasil”) e políticas voltadas à senilidade (Grupos de Convivência, Trabalhos Manuais, Teatro, Coral e Dança).

Ainda fazendo parte do quadro do SESC em 2003, passei a integrar o quadro de professores temporários do Estado do Ceará e fui lotado na Escola de Ensino Médio Governador Adauto Bezerra, com as disciplinas de Biologia e Matemática. No ano seguinte com o desligamento da empresa privada, fundei o Grupo de Convivência Renascer que tem como principal função a socialização de idosos, passando assim a dedicar-me profissionalmente a essas duas causas “educação” e “assistência”.

No ano de 2008, passei a integrar o Grupo de Gestores Escolares da Rede Pública do Estado do Ceará e me tornei Coordenador Escolar da unidade onde já lecionava desde 2003. Meu desafio como educador só aumentou, pois, agora tendo a visão do “outro lado do muro”, pude perceber ainda mais a complexidade do processo de ensino-aprendizagem. A referida instituição onde iniciei meus trabalhos como gestor tem o maior número de alunos do nosso município, oriundo dos mais diversos pontos da nossa cidade trazendo características ímpares, com a missão de fazer com que o processo educacional fosse concretizado em um universo de quase 2.000 alunos, 80 professores, além de funcionários, pais e todos os outros membros que constituem a comunidade escolar era a mola propulsora que alimentava todos os dias esse desafio.

Como citado anteriormente os alunos que faziam parte da unidade de ensino vinham dos mais diversos lugares e traziam costumes e características que precisavam ser respeitadas, outro fato a ser registrado é que segundo dados do Censo Escolar (2014, 2015 e 2016) a clientela da unidade está quase que em sua totalidade classificada em situação de pobreza e mais de 70% dos alunos são beneficiários do Programa Bolsa Família, o que acarreta em um índice bastante alto de vulnerabilidade, pois apesar de nos últimos relatórios anuais ser perceptível a redução no número de abandonos e reprovação, ainda apresenta em sua totalidade números expressivos.

É importante, ainda, relatar que no ano de 2010, na busca de ampliar meus conhecimentos resolvi matricular-me no curso de Psicanálise com ênfase em Educação (Curso de Formação Livre) o que veio a somar e embasar-me em algumas demandas surgidas no processo educacional, pois como psicanalista pude contribuir de forma mais efetiva nas soluções de demandas trazidas por discentes e docentes ao chão da escola.

Em março do ano corrente eis que me apresentam um novo desafio tornar-se Professor Formador da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Juazeiro do Norte. Analisei o perfil do cargo e tomei a decisão de que era o momento de afastar-me da função de Coordenador Escolar e enfrentar um novo desafio educacional proposto, agora como formador.

Nesses 20 anos dedicados à educação e ao processo de formação inicial e continuada dos professores, sempre me intrigou, quando me refiro à formação inicial; é porque acredito que a teoria trabalhada e conversada nos bancos da academia estão distante da realidade da Educação Básica do nosso país, talvez por isso o Ensino Superior tenha hoje como ferramenta que mais se aproxime da realidade chama-se PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), porque os estágios de regência deixam muito a desejar e não dão segurança nem embasamento aos novos professores. Vale salientar que fui supervisor do PIBID/URCA, ocupei este cargo na Licenciatura em Matemática, acompanhando 10 bolsistas que cumpriam carga horária de 6 horas semanais na escola em que era coordenador no período de Agosto de 2010 a Junho de 2013.

Falando em Formação Continuada, vejo uma resistência muito grande por parte dos profissionais de educação em aceitar e continuar os estudos, talvez por cansaço ou por insatisfações, já que estamos tratando de uma categoria que não tem o respeito nem a valorização que merece por nossos governantes, mas este é um assunto que ainda irei debruçar-me e estudar com mais dedicação em produções posteriores.

A Contribuição da especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social

Recebi via e-mail o link do edital do processo de seleção para o referido curso, após breve leitura do mesmo e conhecimento dos critérios para concorrer a uma das vagas, resolvi efetuar a minha

inscrição, fui selecionado e dei início ao estudo proposto participando do encontro presencial que se deu na cidade Fortaleza, na Universidade Federal do Ceará, Campus do PICI. Durante este momento, já foi possível perceber a grandiosidade do projeto e a relevância que ele teria na formação de todos os profissionais ali presentes. A aula inaugural trouxe para nós cursistas temas de suma importância, principalmente neste momento onde nós, os brasileiros, presenciávamos a democracia do nosso país sendo “sangrada” e nos deixando de mãos atadas e reféns de um sistema explorador e estarrecedor.

Com a disponibilidade dos módulos na Plataforma Solar, deparei-me com o tema inicial “Fundamentos de Pobreza, Desigualdade e Educação”. Junto com a proposta comecei a traçar o paralelo do quanto é importante que os educadores tenham conhecimento das questões relativas à pobreza e às desigualdades sociais.

No segundo módulo, intitulado “Introdução à Pobreza e Cidadania”, foi proposto entender a questão da pobreza, das desigualdades sociais enfatizando a necessidade de estudo e dedicação na busca da superação do senso comum. É lançado ao profissional de educação o desafio de contribuir com a quebra do elo de reprodução de pobreza, pois o professor precisa entender que tem nas mãos o poder de construir junto com a comunidade escolar ações que devem desencadear um processo de mudanças significativas na vida das famílias pobres, quando as mesmas se apropriam do conhecimento negam toda forma de preconceito e trabalham focadas nas questões de direitos sociais e de cidadania.

Conhecer e discutir com as famílias os programas de transferência de renda e sua ligação com a educação no propósito de romper com um círculo vicioso da pobreza é um avanço para toda a sociedade. Programas como Bolsa Família devem ser utilizados como ferramenta que nas mãos da população, podem se tornar peças valiosas para promoção e autonomia das famílias em situação de

vulnerabilidade e não deve ser interpretada de forma errônea e marginalizada como é feito por parte da população “elitista” de nosso país.

Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação esse foi o título apresentado a nós no terceiro módulo do curso.

O Brasil enfrenta graves problemas com a pobreza e com a desigualdade e muitos ainda não perceberam que são esses os principais direitos violados em nosso país, até porque o povo, em sua quase totalidade, não conhece os direitos que lhe são pertinentes. Para tanto nos últimos anos, esforços vão sendo aglutinados para dar conta de um direito subjetivo, que é próprio do indivíduo, imanente a ele e não renunciável, “o pleno desenvolvimento da pessoa”, a escola apoiada pela família e pela sociedade deve se fortalecer como alicerce desse direito.

A Constituição Federal do Brasil, 1988, instituiu a mais precisa Carta de Direitos Humanos do nosso país, incluindo a identificação de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Esse fato proporcionou um avanço na perspectiva conceitual e jurídica que envolve os direitos humanos. Cabe frisar que, a situação dos direitos humanos no Brasil é uma empreitada complexa e essencial, principalmente para os que se dedicam à defesa e promoção desses direitos.

Não precisamos ir longe para listarmos uma série de violações aos direitos básicos, se trouxermos para o chão da escola podemos citar como exemplos: o aluno que não vem à escola por falta de transporte escolar ou ainda utiliza um transporte que não oferece nenhum equipamento de segurança; falta de merenda escolar, por irresponsabilidade do fornecedor ou gestores da pasta; privação do direito de ir à escola por questões básicas de saúde que não são resolvidas na Equipe de Saúde da Família por ausência do profissional ou da medicação necessária; falta do livro didático por desvios e utilização de verbas de forma irresponsável e sem a devida fiscalização; equipamentos escolares sucateados, sem sequer condições

básicas de higiene com banheiros interditados, ausência de água tratada, dentre outros.

Nos dois módulos seguintes, tratamos de temas que me despertaram bastante interesse por estarem ligados diretamente ao processo educacional, com a leitura dos textos e participação nos fóruns surgiram vários questionamento e inquietações. Enfatizando um dos pontos que me causou esse processo de reflexão, falo da escola como espaço de transformação e penso que as instituições de ensino cometem diversas falhas, claro que permeadas por vários atores que às vezes sobrepõem o desejo de contribuir dos professores.

Outra pontuação é o tema “pobreza no currículo”, os professores saem da academia sem qualquer preparação para lidar com uma temática tão complexa e vou mais além, muitos dos nossos educadores emergem da pobreza e carregam traumas e bloqueios que nunca foram trabalhados. Vejo então que há muito a ser pensado, estudado e feito para efetivarmos mudanças e transformações significativas.

Enfim é possível observar que o Brasil mesmo já tendo ratificado com as principais convenções internacionais pertinentes aos direitos humanos, ainda está distante em garantir de forma eficaz a efetivação dos mesmos.

Após exposição de todo o conteúdo sugerido pelo curso, podemos salientar o quanto é importante e primordial a participação das escolas no processo de superação das desigualdades. Professores são formadores de opinião e dentro de uma sociedade onde as famílias encontram-se esfaceladas e sem direcionamento. Muitos dos nossos jovens conseguem ver na figura do professor o único molde de inspiração, daí a necessidade das escolas imbuídas desta ferramenta proporem ações transformadoras e libertadoras, onde a educação será usada de forma coerente no processo de crescimento do nosso futuro. É imprescindível que os alunos se percebam pobres e consigam fazer uma linha de investigação que os levem a conhecer os reais

fatores causadores desse contexto em que estão inseridos, é preciso também sensibilizar as famílias para a necessidade da permanência das crianças e jovens na escola, lembrando que é um investimento em longo prazo e que a não continuidade dos estudos pode ser um indicador de permanência na situação de vulnerabilidade.

Encerro esta fase do trabalho com uma citação do Papa Francisco (2013), que nos convida a reflexão sobre a situação desigual que assola o nosso planeta: “O futuro exige de nós uma visão humanista da economia e uma política que realize cada vez mais e melhor a participação das pessoas. Evitando elitismos e erradicando a pobreza, e que a todos sejam asseguradas dignidade, fraternidade e solidariedade: Esta é a vida a seguir”.



APRENDENDO E ENSINANDO: UMA VIDA DE LUTAS MARCADA PELA DIGNIDADE

Francisca Maraline da Silva Rocha¹
Maria Lourdes dos Santos²

Venho de uma família simples, composta de seis membros. Meus pais foram instruídos para o trabalho desde a infância, etapa essa que, no meu entendimento, não foi usufruída e, quiçá, nem mesmo compreendida. Ao falar com minha mãe sobre sua infância, ela sempre enfatiza a importância de seus pais lhe ensinarem a trabalhar desde muito cedo. Quando questionada sobre a importância de brincar, de estudar e de se relacionar, naturalmente, ela, meio que inconscientemente, defende o trabalho como o único responsável pelo desenvolvimento e formação de um “cidadão de bem”, como ela mesma diz.

Relato como este nos mostra que, por muito tempo, as pessoas não receberam o devido cuidado na tenra idade e tampouco puderam usufruir do que a infância proporciona ao seu desenvolvimento até o final da vida. Sendo meus genitores criados e educados por seus pais com essa ideologia, meus pais não concluíram nem mesmo a educação básica no tempo pré-estabelecido pelo Estado. Minha mãe só conseguiu concluir o ensino médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), no ano de 1999, mesmo ano em que iniciei o ensino médio, na mesma escola e turno nos quais ela estudava, no município de Pacoti.

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).
2 Orientador do EPDS-UFC e Doutora em Sociologia (UFC).

Nesse período, pude confirmar a grande mulher que minha mãe sempre foi. Mesmo com três filhos e morando numa comunidade distante 13 quilômetros da escola, com intensas dificuldades, ela persistiu e conseguiu vencer uma etapa tão importante para sua vida e para nossa família.

DAS VITÓRIAS EM FAMÍLIA AOS OBSTÁCULOS VIVENCIADOS

Tenho três irmãos: Cleirton, Thiago e Diego. Todos eles também concluíram o ensino médio. E, como sou a primogênita, pude acompanhar parte da trajetória escolar de cada um. Meu pai nunca foi de nos fazer cobranças, essa tarefa era feita divinamente por minha mãe. Mesmo sendo criada da forma como foi por meus avós, ela sempre priorizou a nossa permanência na escola. Embora com muitas dificuldades e limitações, ela nunca permitiu que faltássemos um dia de aula sem motivo justo. Inúmeras vezes senti sua tristeza em não poder ajudar a mim e a meu irmão Cleirton, que é um ano mais novo que eu, nas atividades da escola. Para sua felicidade, apesar dos obstáculos, não fomos jovens problemáticos, nunca tiramos notas baixas. Isso era motivo de orgulho!

Minha educação básica foi concluída à base de muitas dificuldades. Os problemas financeiros, a luta diária de meus pais para suprir as necessidades básicas de nossa família, os desafios de frequentar uma escola longe de casa, dentre outras realidades, sempre alimentaram o sonho responsável pelo que sou até hoje, pois permanecer na escola para mim era como alimentar diariamente esse sonho. Frequentando a escola, eu sentia que poderia ter melhores condições de vida e, futuramente, ajudar minha família. Na sequência, ingressar em uma universidade, para mim, mais que um sonho, encarei como meta. Sem saber como e nem onde conseguiria alcançá-la, passei a projetar caminhos que me fizessem chegar até a alguma oportunidade que me levasse a ingressar em um curso superior e pudesse concluí-lo

com êxito. Um sonho quase impossível naquela época e distante das condições que minha família podia me oferecer.

Como nem tudo na vida acontece como se planeja, para meu desespero e de minha família, no ano 2000, engravidei, e, no último ano do ensino médio, tive minha primeira filha, a Thamires. Mesmo conseguindo concluir o ensino médio com êxito, sofri muito vendo que meu sonho de ir além parecer terminar ali. Lembrando desta fase, sinto a mesma angústia da época, ao ver que estudar não poderia mais ser uma prioridade para mim. Era de minha responsabilidade, aos dezessete anos, cuidar e aprender a ser mãe de um novo ser. Mesmo com todo sofrimento e decepção, pude contar com apoio irrestrito de minha família, o que facilitou muito a minha árdua missão materna.

Hoje, depois de dezesseis anos, sou ainda mais grata aos meus pais pelo apoio desde aquele momento até agora quando mais precisei de ajuda. Ao imaginar que muitas adolescentes assim como eu engravidam e que, além de abandonar seus sonhos, se veem sozinhas, sem estrutura emocional para uma mudança tão radical em sua vida, sinto-me privilegiada pela família que tenho. Mas a maioria das jovens que engravidam, não recebe o apoio necessário, sendo obrigadas a mudarem de vida, muitas vezes para condições piores daquelas que seus pais têm e lhes oferecem.

Os anos 2000 e 2001 foram para mim os mais desafiadores, porém, aos poucos, as coisas, mesmo com caminhos diferentes dos meus sonhos, seguiam caminhando, embora totalmente diferentes do que havia planejado para meu futuro. Em 2002, com dezoito anos e recém-saída do ensino médio, fui convidada a assumir uma sala de aula de jovens e adultos. Para ser mais precisa, eu teria de assumir a responsabilidade de alfabetizar quinze adultos. Confesso que, inicialmente, o convite foi aceito pelo fato de eu já ter uma filha, que, na época tinha um ano, e eu precisava de um emprego para ajudar nas despesas que uma criança gerava.

Alguns alunos já haviam frequentado a escola há muitos anos, mas sabiam apenas escrever seu nome. Outros rotulavam-se simplesmente analfabetos. No início, perguntava-me apenas o porquê de alguns estarem ali, já que não se permitiam ir além da presença física e não colaboravam com o que lhes era proposto. Em outros, a vontade de aprender, de conhecer coisas novas, e ser realmente independente, ficava evidente na atenção, na assiduidade, no carisma, na dedicação e, principalmente, na doação que as aulas lhes pediam e instigavam.

Na verdade, foram eles que me encorajaram a não desistir, pois, com o tempo e minha insegurança, achava tudo aquilo muito difícil, até impossível. Quando pensava que aqueles senhores e senhoras, alguns com mais de sessenta anos, estavam sob minha responsabilidade de alfabetizá-los, sentia uma angústia e uma imensa vontade de desistir. Afinal de contas, a missão era bem maior, se pensarmos que, para muitos, os sonhos não eram apenas aprender a ler, mas entender mais do mundo em que estão inseridos, “ser gente” como o senhor José Pedro, meu aluno de 50 anos, dizia inúmeras vezes. Mas, por outro lado, era na vontade e na determinação que brilhavam nos olhos de alguns deles que eu me apoiava e encorajava a continuar.

Como encantaria meus alunos ao lhes dizer que precisariam de tudo o que eu estava proposta a ensiná-los, se já tinham uma vida inteira de conquistas: família, filhos e netos? Discursos desse tipo não trariam resultados positivos, mas demonstrar que eu acreditava no que eles podiam fazer muito mais, talvez os fizessem acreditar que valia a pena se propuserem a aprender. Aos poucos fui percebendo que tudo o que eu queria que eles entendessem teria que demonstrar com ações, muitas vezes despreziosas. Essas ações me davam mais resultados positivos do que os discursos que, de tanto serem ouvidos durante a vida, causavam-lhes sono e os deixavam alheios ao conteúdo apresentado nas aulas.

Foi um ano difícil, porém marcante em minha vida. Nesta turma conquistei amigos, pelos quais até hoje tenho imenso carinho e zelo, e sinto que esses sentimentos são recíprocos. Eles ainda me chamam de “minha professorinha”, e me tratam com o mesmo amor com que tratam seus filhos e, em alguns casos, netos.

Ensinando e aprendendo a arte de ensinar

Foi ainda neste ano de 2002 que comecei a perceber fatos para aos quais antes não atentava, talvez pela minha imaturidade pessoal e profissional. Não imaginava, por exemplo, o quanto era gratificante ver alguém alcançando seus objetivos através do meu apoio, por intermédio das minhas contribuições. Era como ensiná-los a andar, pois, muitas vezes, eu precisava antes de qualquer coisa, encorajá-los, tinha que mostrar que eles eram capazes, que eu acreditava em suas conquistas. E, assim, os primeiros avanços foram aparecendo, e da mesma forma que uma criança quando dá os primeiros passos, esses eram meio desengonçados, mas o importante era reconhecer que eles tinham iniciado as suas primeiras lições e estavam avançando, evoluindo.

As letras eram reconhecidas com dificuldades, as pequenas palavras nasciam depois de muita conversa, de muito contato e sacrifício. Mas tudo isso foi superado, e eles conseguiram trilhar caminhos sem muitas curvas, sozinhos. Com exceção de um aluno, que foi comigo até o final, mas que não conseguia ir além do seu próprio nome. Esse me encantava com sua meiguice, determinação e seus avanços foram muitos. Quem mal sabia segurar o lápis estava escrevendo seu próprio nome, e agora sonhando em trocar sua carteira de identidade, para retirar a discriminatória palavra “analfabeto”. Este sonho prova o quanto ele cresceu, o quanto a ajuda mútua e a força de vontade são capazes de fazer na vida de uma pessoa.

Refletir sobre esse período é como assistir a um filme bom, produzido pelos fios da minha memória e reconhecer que só conse-

gui os resultados relatados por meio de muita pesquisa, de muitas leituras, de muitas horas durante a noite e madrugada preparando aulas, buscando novos conhecimentos. A partir de um determinado momento, que não posso precisar, o importante já não era mais mostrar que eu sabia ensinar, mas mostrar para eles (meus alunos) que eram capazes de conseguir, e que “papagaio velho aprende sim a falar” (frase muitas vezes dita por um de meus alunos), desde que se permita a aprender.

Acompanhei esta turma até a 4ª série, atual 5º ano, e os avanços, aprendizagens e cumplicidade só aumentavam entre eu e eles, meus alunos. De acordo com Perrenoud (2002), o professor principiante possui algumas características. Dentre as citadas por ele, minha experiência profissional refletida até aqui mostra-me que eu tinha algumas dessas características. E que a minha formação atual e perfil de eterna aprendiz me fazem ainda ter algumas dessas características:

1. Um principiante está entre duas identidades: está abandonando sua identidade de estudante para adotar a de profissional responsável por suas decisões.
2. O estresse, a angústia, diversos medos e mesmo os momentos de pânico assumem enorme importância, mas eles diminuirão com a experiência e com a confiança.
3. O principiante precisa de muita energia, de muito tempo e de muita concentração para resolver problemas que o profissional experiente soluciona de forma rotineira.
4. Ele passa por um estado de sobrecarga cognitiva devido ao grande número de problemas que tem de enfrentar. Em primeiro momento, conhece a angústia da dispersão, em vez de conhecer a embriaguez do profissional que “joga” com um número crescente de bolas.

5. O iniciante está em um período de transição, oscilando entre os modelos aprendidos durante a formação inicial e as receitas mais pragmáticas que absorve no ambiente profissional.

6. O novo profissional mede a distância entre o que imaginava e o que está vivenciando, sem saber ainda que esse desvio é normal e não tem relação com sua incompetência nem com sua fragilidade pessoal, mas que está ligado à diferença que há entre a prática autônoma e tudo o que já conheceu. (PERRENOUD, 2002, p.18-19)

Em 2006, comecei a ensinar na educação básica, como regente do 3º, 4º e 5º anos, respectivamente. Foi quando recebi a notícia de minha diretora à época que, para continuar ensinando, eu precisaria ao menos estar matriculada em um curso superior. A tristeza foi imediata. Confesso que as minhas lágrimas no momento se dividiam entre o desespero em imaginar-me desempregada, mas também pelos laços afetivos que havia criado com meus alunos da EJA.

Por feliz coincidência, após duas semanas, fiquei sabendo que em Pacoti começariam as inscrições para o vestibular do curso de História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Um curso particular e que aconteceria nos finais de semana. Mais uma vez a luz brilhava no fim do túnel, e eu conseguia enxergá-la. Mesmo sem saber como conseguir pagar as mensalidades que na época custavam R\$ 167,00, eu me inscrevi, e passei em 2º lugar.

Lembro-me da alegria e alívio que senti. Iniciei o curso, continuei lecionando para minha turma, mas comecei a perceber que os sonhos, mesmo se realizando, nos exigem muito, e às vezes financeiramente. Pagar as mensalidades do curso era o maior desafio que eu tinha após o ingresso na universidade. Com todas as despesas pessoais e com as de uma criança, as mensalidades do curso

tornaram-se cada vez mais difíceis de serem pagas. Percebi que entrar na Universidade privada é fácil, difícil é um pobre manter-se nela. Além das mensalidades, eu tinha as despesas de deslocamento até Pacoti, todos os finais de semana, e alimentação durante esses dois dias. Morando na zona rural, na comunidade chamada Bonfim, onde meus pais moram até hoje, tudo se tornava ainda mais difícil.

Enfim, fui até o final do curso (2010), e, mesmo sentindo na pele todo final de semana que ser pobre é além de tudo, ser excluído, frequentava todas as aulas mesmo tendo meu nome tirado da frequência. Não consegui pagar a dívida, e tão pouco participar da festa de conclusão de curso. Todos os dias as dificuldades insistiam em não me deixar esquecer nossa condição social.

O ano de 2010 foi, para mim, de muitas provações, dificuldades e conquistas. Ao ser lotada no 1º ano do ensino fundamental da Escola Maria Vidal Marques, na localidade de Bonfim, zona rural de Pacoti-CE, revivi tudo o que havia acontecido no ano de 2002. Foi neste mesmo ano que, coincidência ou não, fiquei sabendo do vestibular da Universidade Estadual do Ceará (UECE), na modalidade semi-presencial, para o curso de Pedagogia. O antigo sonho de ingressar em uma universidade e agora, conseguir concluir o curso, voltou a fazer meus olhos brilharem e meu coração palpitar fervorosamente.

Sem titubear e nem pensar nas dificuldades, resolvi fazer minha inscrição. Realizei a prova e fui aprovada. Fiquei muito feliz, pois esse seria o primeiro passo para concretizar meu sonho. Iniciei o curso com minha segunda filha nos braços. Maria Flor ainda era uma bebê e tinha que viajar comigo todas as sextas-feiras, de ônibus para Maranguape, para que eu pudesse assistir às aulas que aconteciam às sextas à noite e sábados o dia inteiro. Sempre fiz o possível e até o que, para muitos, seria impossível para não deixar escapar essa oportunidade rara, pois no momento, aquela oportunidade passava a ser também uma prioridade profissional. Em 2013 engravidei do

meu terceiro filho, o Luís Mateus, e as dificuldades triplicaram, mas com o apoio irrestrito do meu marido Levi, que muitas vezes viajava comigo para ficar com as crianças na casa de seus pais, fui mais forte que elas e consegui vencer mais um grande desafio na minha vida. No ano de 2015, consegui realizar o sonho de concluir, de fato e de direito, um curso superior e ter meu importante diploma na mão. Fui motivo de orgulho para minha família e especialmente para minha mãe.

Perrenoud (2002), em seu livro “A Prática Reflexiva no Ofício de Professor”, afirma que para evoluir na profissionalização de seu ofício, os professores teriam de assumir riscos. E assim fiz, assumi os riscos de me tornar uma educadora que ainda almeja ser. As mudanças foram acontecendo e me tornando uma profissional madura, mais consciente de minha missão na vida das crianças que passaram e passarão por mim durante o meu exercício do magistério.

Estudar e pintar a vida de outra cor

Formar-me Pedagoga mudou muito minha forma de ver o mundo. Aprendi que sofremos, hoje, consequências de uma história que não teve nossa participação, mesmo assim, somos responsáveis por ela. Comecei a enxergar que meu papel enquanto educadora ia muito além de ensinar a ler e escrever. Antes disso, era ver e tratar as crianças como seres em construção, que mesmo vindo de realidades distintas e, muitas vezes cruéis, elas mereciam crescer dignamente e com sonhos de transformação de suas realidades. Que elas podem, sim, colorir a vida.

Hoje, revivendo toda minha trajetória educacional, reafirmo para mim mesma que a profissão escolhida por Deus para mim foi e é a atividade que me faz feliz e realizada. Conviver com crianças diversas proporciona-me aprendizagens indescritíveis e fortalecedoras. A minha profissão me ensina, a cada dia, ser uma mãe e uma pessoa melhor e, acima de tudo, mesmo com todas as adversidades,

acreditar que podemos conduzir esse mundo tão perverso para caminhos de paz e de mais humanidade.

Minhas dificuldades me fizeram desde cedo comparar minha vida com a de alguns colegas. Comparações simples, mas que hoje para mim possuem muito significado. Quando criança, não entendia por que ao ir para casa de algumas colegas, em dias da semana eu comia carne, e na minha isso só acontecia aos sábados e domingos. Questionamentos simples como esse mostram-me como o abismo entre as classes sociais é grande, e causa estranhamento nas crianças pelo fato de não entenderem suas condições sociais e, por isso, sofrem. As inferioridades vão sendo desmascaradas naturalmente no cotidiano de crianças e jovens que são submetidos a uma vida de constantes dificuldades.

Um compartilhamento na rede social *Facebook* de uma postagem sobre as inscrições para o curso em Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, através de uma amiga, chamou minha atenção por seu tema. Desde o início, identifiquei-me bastante com o tema, completamente inserido no contexto em que fui criada e vivencio até hoje como expectadora da vida sofrida de muitos alunos. Não pensei duas vezes, inscrevi-me junto com a amiga autora do compartilhamento e torcemos juntas pela aprovação e oportunidade de termos nossa primeira especialização pela Universidade Federal do Ceará e ainda pela possibilidade de compreendermos nosso lugar na sociedade. No entanto, somente eu consegui passar na seleção para ingressar nesse desejado curso.

Ter a oportunidade de refletir com mais propriedade de análise minha condição social e de muitos que fazem parte de minha vida através do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social foi algo único para mim, e, quem sabe, será para os alunos da Escola Rodrigo de Argolo Caracas, através do Projeto de Intervenção que será apresentado mais adiante.

No decorrer das disciplinas do curso, pude retornar aos tempos de infância pobre, e, hoje, reconhecer o quanto minha condição social de outrora era boa em relação a de muitas crianças com as quais convivo nas escolas onde trabalho, levando-me a questionar por que o progresso em outras esferas em nosso país havia chegado, e não conseguiu suprir a carência do que é básico para viver.

Ter a oportunidade de refletir sobre a pobreza me proporcionou, enquanto educadora, enxergar a importância de fazer meus alunos reconhecerem seus lugares na sociedade e, acima de tudo, conscientizar-se de que esses lugares não precisam ser eternos, eles podem e devem ser trocados através do entendimento dos fatores que os levam a ocupá-los.

O primeiro passo para colaborar com esse entendimento é levar para as escolas reflexões que auxiliem na admissão da pobreza e da desigualdade social existentes entre os alunos. Não se pode exigir da criança, ao chegar na escola sem almoço, por exemplo, que chegue ao final do dia com a mesma aprendizagem de um colega que fez todas as refeições até o momento da aula, e não foi obrigado a dividir sua atenção nos conteúdos com a dor que a fome provoca.

Não só em sala de aula, mas em nosso dia a dia, pode-se constatar que as pessoas são involuntariamente forçadas a se adaptarem às condições sociais em que nasceram, ou por algum motivo foram submetidas, sem ao menos entenderem os porquês dessas condições. Esse processo acontece pela necessidade de se adequar aos grupos pré-estabelecidos pela sociedade de acordo com os bens que possuem ou com a capacidade financeira que cada sujeito tem de conquistar algo.

Atualmente, pode-se dividir, grosso modo, a sociedade em duas classes. Aquela classe que vive e a que sobrevive. Essa divisão atrai admiração pelo ter/possuir por aqueles desfavorecidos financeiramente e levam muitos deles a quererem conquistar seus desejos materiais

através de práticas ilícitas, favorecendo, assim, a visão de que o pobre é ladrão ou quer vida fácil. Discursos preconceituosos sobre os pobres são fáceis de serem falados. Chega-se ao ponto de enxergá-los como comuns. Porém, esquece-se que, na maioria das vezes, esses discursos são proclamados por aqueles que favorecem as desigualdades, as injustiças e a pobreza. Inúmeros são os discursos feitos em relação aos que têm condição social inferior. Quem nunca ouviu discursos de falsa piedade pela pobreza alheia, que são finalizados com um quase “amém”? Reconhecer a pobreza e as desigualdades de nada adianta se acreditar que o mundo deve ser composto por ricos e pobres, pelos agraciados pelas oportunidades, e os excluídos delas. Tampouco que, infelizmente, nada se pode fazer para mudar essa situação.

Muitas vezes esses discursos fatalistas vêm dos próprios excluídos, que acreditam que, por terem nascido em famílias menos favorecidas, devem se conformar com suas situações e permanecer ocupando seus lugares de renegados na sociedade. Pois o mundo é e sempre será esse eterno palco de desigualdades, onde os pobres devem permanecer pobres e conformados com sua situação

Percebe-se a passividade do ser humano em se colocar na situação preestabelecida para ele, seja no lugar de desfavorecido, seja em outro contexto. Conformar-se é mais cômodo do que abrir discussão sobre problemas existentes desde que o mundo é mundo. Percebe-se, ainda, que o comodismo acontece de ambos os lados, pelos abastados economicamente por ser favorável assumir o papel de quem está acima das condições de alguém e pelos que sentem na pele a dificuldade de sempre enfrentar as injustiças impostas pelo sistema econômico do país.

As mudanças trazidas pelo Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social

Ao iniciar as leituras da disciplina Fundamentos da Pobreza, Desigualdades e Educação, comecei a enxergar a importância do

saber-se pobre. E mais que isso, da importância de compreender o porquê de seu lugar na sociedade, independente de qual seja. A partir desse entendimento, tento conhecer a situação do sujeito que se encontra do lado oposto, assim como do meu lado.

Em sala de aula, discussões como essas devem estar sempre em pauta, pois é através das reflexões e entendimentos que se torna possível continuar sonhando com novas consciências e além de discursos igualitários, ações que favoreçam a igualdade entre os seres humanos.

A disciplina Introdução a Pobreza e a Cidadania proporcionou uma análise além da ausência de bens materiais que a pobreza proporciona. Evidenciou um problema pouco discutido que é o roubo que a pobreza faz na vida de quem é forçado a desistir de caminhos que levam ao progresso, para permanecer em situação de mísera sobrevivência. Nota-se que a pobreza na vida das pessoas vai além das questões materiais, atinge as perspectivas de vida social e moral que, na sua maioria, perdem a autonomia de pensar na própria vida, e em um futuro melhor.

A pobreza limita o ser humano mais profundamente, a partir do momento que tira dele a possibilidade de sonhar em mudar de vida, qualquer crença em dias melhores. Pode-se assim dizer que as pessoas que vivem em estado de extrema pobreza são castradas e obrigadas a abrir mão de viver, pois apenas sobrevivem.

Dizer que a pobreza afeta a cidadania e a dignidade das pessoas, a princípio assusta, mas, quando nos deparamos com casos de crianças que abandonam a escola, por questões financeiras e por necessidade de trabalhar para ajudar a família, comprova-se que a pobreza se perpetua naturalmente entre as gerações de muitas famílias no Brasil de forma desumana e desleal.

Deixar de estudar causa a falta de instrução, de aprendizagem de habilidades e competências facilitadas pela escola para a prepa-

ração do sujeito para uma qualificação pessoal e profissional. Como conseguir um trabalho digno sem essa qualificação oferecida pelo ambiente escolar? Torna-se mais difícil e perversa a competição entre aqueles que tem acesso à escola e os que são privados dela. E assim, sair da condição de pobreza torna-se cada vez mais difícil e inacreditável. “A exclusão econômica resulta, por sua vez, em uma exclusão social e política, visto que os (as) pobres passam a viver à margem da sociedade, com pouca capacidade de se organizarem para fazer com que suas vozes sejam ouvidas” (REGO e PINZANI, 2015, p. 7).

Afirmações como essa fazem-nos pensar no significado de democracia. Em que tipo de sociedade somos obrigados a viver? Falar de pobreza nos remete à proclamada democracia que insistem em dizer que conquistamos. Oportunamente, pode-se afirmar que a pobreza inibe a democracia a ponto de levar o ser humano a se conformar com injustiças, desrespeito e desigualdades existentes na sociedade atual. Isso torna-se perigoso pelo fato de essa conformidade gerar insensibilidade e incapacidade de nos colocar no lugar do outro, e, pior, nos levar ao ponto de aceitar a desigualdade e a pobreza como condições normais e necessárias para a sociedade.

Estudar a pobreza possibilita a todos uma passagem reflexiva por várias vertentes sociais e na própria vida enquanto cidadãos. Pensar que se nasce em uma sociedade que prega a liberdade como um direito de todos e, constitucionalmente defende que todo e qualquer cidadão tem o direito à vida, tem o direito de ir e vir, dentre outros essenciais direitos, mostra o enorme abismo que existe entre as leis e as práticas. Como dizer que o direito à vida foi e é assegurado a um cidadão que vive todos os dias sem a certeza de que no dia seguinte terá o que comer, onde dormir, se não será morto por falta de proteção? Pode-se dizer que quem não tem o direito de fazer todas as alimentações diárias recomendadas para uma boa saúde física e mental tem direito à vida? É certo afirmar que o direito à vida está

limitado apenas ao ato do nascimento? E como dar sequência a essa vida, sem condições mínimas de sobrevivência? Não estamos sendo egoístas em assegurar um direito apenas pela metade? Nascer em uma condição miserável, antes de ser injusta, é imoral, causa dor e sofrimento tanto naquele que sente na pele a dor da fome, por exemplo, quanto naqueles que assistem a esse sofrimento sem nada poder fazer para mudar essa condição. No meu entendimento, está muito distante de ser uma garantia de direito à vida. Afinal, sobreviver e viver possuem significados bem distintos.

Percebe-se outro grande aspecto a ser atingido pelo massacre da pobreza. Os direitos humanos a todo instante são colocados em questionamentos sobre o que está estampado em suas linhas e o que de fato acontece na realidade de vida da maioria dos seres humanos. Abandonar a escola por questões de sobrevivência nunca será pensado por pessoas que pagam mensalidades absurdas em renomadas escolas privadas, mas, para quem sente fome, é uma hipótese diariamente analisada. Pois chega-se ao ponto de escolher entre viver, no sentido amplo da palavra, no futuro, através das melhorias que podem ser conquistadas pelos estudos, e sobreviver trabalhando para garantir o que é essencial para a vida, uma simples alimentação. Nota-se que viver na corda bamba da injustiça e desigualdade causa aos nossos olhos medo do que este planeta pode se tornar com a desenfreada ganância pelo ter sempre mais. Esse sentimento mesquinho está cegando as pessoas ao ponto de não se sensibilizarem ao verem imagens de pessoas dormindo na rua, sem casa, sem comida. Crianças são submetidas a todo instante a situações deploráveis, e a impunidade torna tudo normal, ao ponto de não ser questionado constitucionalmente que medidas concretas estão sendo tomadas para se garantirem os direitos humanos de todos, sem exceção. Afinal, quem já nasceu em uma situação de vida favorável não tem a mesma necessidade daqueles que são privados de uma alimentação saudável, de um lar, de frequentar a escola etc.

Estudar sobre a educação, a pobreza e a desigualdade social fez-me pensar em situações antes jamais pensadas. Isso me causa tristeza e vergonha! Sim, vergonha em até o momento de entrada nesse curso não ter sido capaz de olhar verdadeiramente para aqueles que vivem ao meu redor em condições de vida piores que a minha, vergonha em apenas dar uma esmola a uma mãe pedinte, na rua, com seu filho nos braços, e nada poder fazer para que aquele ato não continuasse. Hoje, me envergonho de me ver mãos atadas diante de tantas situações de miséria.

Ressalto que é triste pensar que, enquanto estou tendo a oportunidade de fazer um curso de especialização, muitas crianças com potencial cognitivo para um dia ir além dessa conquista, hoje, se veem obrigadas a deixarem a escola precocemente para trabalhar e sobreviver junto com suas famílias. Isso ao mesmo tempo não deixa de ser a assinatura do contrato de conformação com vida de dificuldades e sofrimento que as condições de trabalho para quem é despreparado se submete. É triste sentir vergonha de sonhar com bens materiais, enquanto é sabido que muitos sonham em ter onde dormir todos os dias, em ter a certeza de que no dia seguinte a alimentação de seus filhos estará garantida. Mais triste do que isso tudo é a certeza de que nossa luta pela garantia de nossos direitos, mesmo com as conquistas, não contemplará igualmente a todos.

Pensar no Brasil sonhado por muitos não pode ser possível se não pensarmos em formas de superar a pobreza para amenizar as desigualdades nele existentes. Esse estado de vida, como já foi dito aqui, castra o sujeito da forma mais brutal possível, ao tirar-lhe o direito de planejar sua vida, seu futuro, para sobreviver de forma indigna, trabalhando para saciar apenas a fome de alimento para o corpo físico, atrofiando dia a dia, até matar, a fome de crescimento, de mudança e de prosperidade que todo ser humano tem.

Analisar as desigualdades no Brasil, infelizmente, dá margens para inúmeras pontuações, que vão desde a falta de alimento até a disputa das vagas em universidades públicas entre aqueles que passam a vida inteira estudando nos melhores e mais caros colégios, e aqueles que sobreviveram toda a vida escolar através de desafios diários para a permanência em um local que lhe é garantido por lei, mas que não lhe oferece condições dignas de permanência.

Assim, falar de desigualdade em nosso país chegou a tal ponto que, enquanto a conclusão do ensino médio para muitos não significa mais nada, para outros ainda é um sonho distante, e entrar em uma universidade, uma possibilidade quase impossível. O tempo para o estudo precisa ser dividido ou cedido ao trabalho.

Falar em educação hoje em nosso país é motivo de revolta e desencantamento, pois saber que a educação oferecida pelo governo muitas vezes não prioriza o crescimento integral do sujeito, saber que a diferença entre classes, por exemplo, os distancia muito uns dos outros, e, mesmo com todas as diferenças de formação e qualificação, é preciso disputar lugares acadêmicos com aqueles que tiveram até então a vida inteira dedicada aos estudos, é injusto e desmotivador. Entendo que dessa forma a pobreza vai muito além da falta do que comer, e atinge não somente nosso presente, mas tolhe nosso futuro através das escolhas que somos obrigados a fazer em um presente massacrante.

A escola, dentro desse contexto de extrema desigualdade, é entendida como um grande e misterioso desafio que vai desde o sujeito pobre conseguir se manter dentro dela até conseguir se reconhecer dentro de um sistema que propaga que foi criado para o atender, mas que desconsidera o meio em que esse indivíduo vive e o que deseja para si após ser inserido na educação escolar.

A escola hoje vem sendo forçada a adotar ações técnicas, que se concentram em atender as demandas burocráticas e competitivas,

esquecendo-se ou deixando de lado o protagonista desse espaço de múltiplas aprendizagens, o aluno. Enquanto educadora, acredito que nem tudo está perdido, defendo que ainda chegará o dia em que a escola cumprirá, de fato, seu papel não só educacional, mas também social. Cumprir esses papéis é, antes de tudo, fazer com que a criança, ao entrar em suas dependências, sintam-se acolhida pelos que estão ali e pelo que lhes é oferecido.

É salutar dizer que a criança precisa reconhecer-se importante dentro da escola e consiga visualizar que sem sua presença, aquele espaço não faz sentido. Que tudo o que é pensado e feito dentro dele é voltado para o seu bem-estar e crescimento integral. Porém, só conseguiremos ter essa compreensão se antes começarmos a pensar e a tratar a criança como fruto do meio em que está inserida, reconhecendo suas origens e seu modo de vida como importantes para seu completo desenvolvimento. A escola só conseguirá encantar as crianças que sofrem com a desigualdade se lhes permitir serem, dentro de suas dependências, o que são integralmente. Se lhes forem oferecidas situações de reflexão e reconhecimento de si dentro do espaço e das ações da escola.

Então, a escola precisa garantir que a criança tenha possibilidades não só de conhecer sua posição e função social, mas também até onde ela pode chegar se conseguir vencer as dificuldades impostas por sua condição social. Entendendo que a escola pode e tem condições de estabelecer um trabalho humanizado para a superação das desigualdades, acredita-se que inserindo em seu currículo os temas pobreza e desigualdades sociais, ela facilitará o entendimento do sujeito pobre como tal e, mais que isso, as causas que lhe fazem ocupar esse lugar na sociedade. E, assim, causar nela a inquietação e consciência de que tal condição não é imutável, ela pode ser superada pelo esforço e colaboração de todos que acreditam e apostam na mudança.

Ser educadora nesse contexto de estudos e reflexões sobre a sociedade que me forma, sobre o sistema educacional em que meu trabalho está inserido, e, principalmente sobre o meu público, faz-me querer continuar sonhando que tudo é possível, e que histórias podem ser mudadas através de um trabalho mais humanizado, sensível e integrado. Ter sensibilidade ante a condição de vida dos meus alunos é dedicar cada esforço, exclusivamente, para eles. Isso implica em voltar meu tempo de estudo e trabalho para ações que o permitam ser contagiados pelo bem-estar que o sonhar nos proporciona. Manter acesa essa chama faz-me tão importante quanto manter os pés fincados no chão, e não abrir mão do autoconhecimento para, a partir dele, tentar compreender as questões que me cercam e contribuem para me formar agente participante de um sistema não só educacional enquanto escola, mas político e social.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Módulo Introdutório: Pobreza, Desigualdades e Educação. In: BRASIL. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- PERRENOUD, Philippe. *A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e razão pedagógica*. Artmed Editora. Paris: ESF, 2001.
- REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. Módulo I: Pobreza e Cidadania. In: BRASIL. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01. jun. 2017.



EDUCAÇÃO, POBREZA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO AMBIENTE ESCOLAR

Alyne Lucas de Oliveira¹
Antônia Ieda de Souza Prado²

Esse memorial tem a finalidade de expor parte do meu caminho educacional, salientando as atividades já desenvolvidas, quanto ao trabalho que cumpro atualmente e os meus apontamentos em relação ao curso de especialização em Educação, pobreza e desigualdade social.

Portanto, apresento de forma resumida minha formação, os conhecimentos e as experiências que possuo relacionadas ao curso.

A minha formação acadêmica consiste na Graduação em Serviço Social concluída no ano de 2013, pela Fundação Universidade de Tocantins – UNITINS, uma faculdade a distância que eu afirmo que as mesmas são essenciais, porém às vezes trazem monotonia, a exemplo, tinha momentos que senti muita falta da presença de um professor em sala. Mas nunca deixei de empenhar-me nos estudos. Enfim, ao longo de todo trajeto percorrido, cada matéria e teóricos estudados tiveram sua importância e contribuiu muito para meu desenvolvimento intelectual e profissional e também para tornar o ser humano que sou hoje.

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

2 Orientador do EPDS-UFC e Doutora em Sociologia (UFC).

Porém antes da conclusão da graduação, especificamente no ano de 2011, surgiu o Curso Técnico em Nutrição e Dietética, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, no qual me identifiquei bastante com a grade curricular, pois sempre tive vontade de conhecer mais a respeito da alimentação e nutrição. Assim, fiz a prova, fui selecionada e felizmente consegui associar os dois cursos, concluindo o curso técnico no ano de 2012, antes mesmo da conclusão do ensino superior.

Devido ao curso técnico, em janeiro de 2013, fui contratada para trabalhar na Secretaria Municipal de Educação de Jucás³, cidade que resido, exercendo a função de técnica em nutrição e dietética, momento este que marcou a minha vida, pois esse foi meu primeiro emprego, pelo qual consigo fazer um elo entre as minhas formações, pois mantenho contato com alunos e suas famílias, muitas delas em contexto de vulnerabilidade social, através das visitas técnicas às unidades escolares. Isso permite que eu conheça a cultura alimentar e social de cada localidade, bem como a realidade em que vivem. Assim, posso definir estratégias, junto à equipe da secretaria, de como melhorar o atendimento desses alunos nas escolas. Atualmente, sou coordenadora do Programa de Alimentação Escolar do Município, exercendo assim as mesmas funções de técnica em nutrição e ainda coordenando o quadro técnico do setor de alimentação escolar, no qual é composto além de mim, por nutricionista e auxiliar.

Ao entrar em contato com as famílias, mesmo com todos os programas federais, estaduais e municipais, posso considerar que ainda existem aquelas que vivem em condições precárias de moradia, apesar de felizmente ter energia, água encanada, coleta pública de lixo, banheiro, as mesmas encontram-se em áreas consideradas de risco, próxima a barrancos e insalubres. Além disso, o tamanho da moradia e a quantidade de cômodos não são condizentes com o número de

3 Jucás é um município situado na região centro-sul do estado do Ceará, no Brasil. A distância entre a cidade de Jucás e a cidade de Fortaleza Ceará é de 403 km.

moradores e que na maioria das vezes não tem alimentação digna. E, quando tem alguma refeição, as mesmas são apenas produtos não perecíveis e industrializados (alimentos esses que sozinhos não são suficientes para nutrir), recebidos através de doações e/ou cestas básicas.

No entanto, minha função de coordenadora da alimentação escolar junto a toda equipe responsável pela alimentação escolar, é exatamente de proporcionar a saúde na escola por meio de atividades educativas, de auxiliar no desenvolvimento da alimentação escolar, interagir com os demais profissionais que atuam na escola, como os gestores, professores e as merendeiras, bem como através de outras atividades que são desenvolvidas, como as práticas educativas com os pais, funcionários da escola e os alunos, fazendo uma associação entre a educação, à saúde e a nutrição.

Também acompanhamos a elaboração dos cardápios desde a compra dos alimentos até a sua distribuição aos alunos, favorecendo a cultura local, a história agrícola, a culinária tradicional, assim fortalecendo e valorizando o que é produzido pela agricultura familiar, ou seja, intensificando a economia local do município.

Nos relatos dos pais dos alunos, podemos dizer que a merenda escolar ultrapassa o seu papel de complemento alimentar, como também os limites determinados pela legislação vigente. Ela possibilita abrandar a fome de seus filhos.

Faço parte, como membro titular, do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, do Conselho Municipal de Saúde e do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, e até o ano de 2016 compus também o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, contribuindo assim para a garantia dos direitos humanos, apontando melhores estratégias de implementação dos programas alimentares e sociais, monitorando e fiscalizando a utilização dos recursos públicos destinados a essas áreas e promovendo ações para o bem-estar coletivo.

Contudo, considerando que busco sempre aprimorar meus conhecimentos, e assim poder contribuir com o apoio e a explicação para parte da população que se encontra em situação de fragilização social, ou seja, que precisa de caminhos para superar dificuldades relativas às condições de saúde, alimentação, moradia, educação, segurança, entre outras necessidades, participei da seleção no ano de 2016 do curso de especialização em Educação, pobreza e desigualdade social acreditando assim que todos os conteúdos adquiridos no curso serviriam como base para uma postura profissional capaz de contribuir para uma melhoria no campo educacional e social, o que não foi diferente.

Concluo, afirmando que todas as expectativas foram superadas, pelo fato de estar certa de que a minha aprovação garantiu o meu desenvolvimento pessoal e profissional, haja vista que este curso de especialização apresentou desafios, estudos e análises, mas que se encontram sendo superadas gradativamente, tudo isso proporcionando a mim, condições de desempenhar minhas tarefas e outras ações com novos olhares, novos aprendizados e formas diferentes de fazer.

Diante de vários módulos estudados o que consegui maior assimilação foi o primeiro, que fala sobre os fundamentos de pobreza, desigualdade social e educação, no qual foi nos apresentado um vídeo de Paulo Freire onde pudemos perceber a existência da pobreza no Brasil, e que essa realidade está submetida à possibilidade de intervenção nela, ele nos instiga a refletir nosso posicionamento enquanto seres sociais que convive diariamente com as diversas realidades. Sendo que na minha prática profissional posso relacionar a carência das pessoas e a desigualdade social diretamente à fome, assim podendo perceber de perto que a fome está na maioria dos alunos, que muitas das vezes a alimentação do dia só é garantida dentro da escola.

Se formos ver a fome na visão fatalista, entenderemos que é algo natural e que não pode ser evitada e esta linha de pensamento não deve ser aceita, especialmente no cenário escolar, como situação natural, têm que se averiguarem as causas da falta do alimento, os diversos fatores que contribuem para esse fenômeno: como a estrutura familiar pobre (os salários baixos, o desemprego, a violência, a falta de moradia) que tanto oprimem a nossa sociedade. Partindo para visão reducionista, a fome é a expressão biológica de problemas sociais e políticos.

Destacando-se a alimentação como direito humano e fundamental, podemos sim trabalhar e mudar a realidade. Segundo Paulo Freire: in memoriam. Brasil: TV PUC São Paulo, 1997 toda situação-realidade haverá possibilidade de ser revertida com trabalhos voltados para o combate a tais necessidades, pois a cada ação realizada com o objetivo definido, facilitará a busca por novas oportunidades de mudanças.

Refiro-me à pobreza como uma das manifestações da questão social, e dessa forma como representação direta das relações contemporâneas na sociedade, identificando a questão no meio de relações características de um modelo de desenvolvimento capitalista, de modo excessivo desigual, em que habita acumulação e miséria, onde os pobres são objetos dessas relações, onde é considerado incapaz por suas crenças, seu comportamento social, seu jeito de se expressar, sinais estes de características negativas e desagradáveis que lhes são verificadas por sua situação social e/ou por sua naturalidade.

Assim sendo, a pobreza, sem dúvida não se limita às privações materiais, é uma camada complexa e, portanto, não se define apenas pela não aquisição de bens, mas é uma posição política que se julga pela carência de direitos, de espaços, de conhecimentos, de perspectiva e de confiança. As consequências vorazes das mudanças em seguimento no capitalismo vão provocando suas marcas

sobre a população empobrecida, como: a humilhação no trabalho, o desemprego, os empregos de modo precário e alternado, os que retornaram não contratáveis e dispensáveis, a falta de alimentação suficiente e de conforto, a fragilização da saúde, o incômodo da moradia não estável são marcas que na maioria das vezes revelam os problemas de vida das pessoas que são privadas dos direitos básicos na sociedade, contudo é impossível o enfrentamento das circunstâncias de pobreza sem modificações organizacionais no sistema financeiro emitido.

É fácil apelar para a escola a sua função de qualificar, desde a infância, no domínio de competências que tornem os pobres empregáveis e por aí escorregar para currículos ricos em conhecimentos, ciências, tecnologias para a classe superior e currículos apenas de domínios de habilidades e competências elementares voltados para a empregabilidade para os alunos considerados pobres. Como se somente os pobres devessem trabalhar para ter sua renda, e ainda criticam que, os que recebem renda através de bolsa se tornam mais “preguiçosos”. É incompreensível ver crianças, adolescentes e jovens pobres tratados como sem valores, sem dedicação ao estudo, desobedientes e, até, irritados.

Não podemos entender a pobreza somente como fenômeno passível de ser solucionado pela educação, especificamente pela frequência escolar, pois muitas das vezes pode ser revelada uma visão superficial que oculta às divergências sociais mais relevantes da realidade brasileira. Mas deixando bem claro que esta análise não desmerece ou desqualifica a educação, ao contrário, ela afirma que a educação é via necessária, porém, insuficiente e ineficaz quando posta de forma específica nas políticas de Estado. Afinal, não podemos afirmar que a escolarização, sozinha, tirará e manterá milhões de pessoas fora da pobreza, principalmente se a complexidade do sistema capitalista e suas crises continuarem.

Temos de reconhecer que está na hora de avançarmos no cumprimento da relação entre currículo e variedades sociais, étnicas, raciais, e de gênero. Sendo assim, é de fundamental importância o aprofundamento e reflexões sobre como as escolas e o material didático representam os/as estudantes pobres, suas famílias e comunidades. Atualmente, a escola tem como função principal diante da sociedade, práticas que concretizem os direitos sociais, que possibilitem e ofereçam alternativas para que as pessoas que se encontram privadas do sistema possam ter oportunidade de se restabelecer através de atuações, bem como da luta por todos os direitos sociais e da remissão da cidadania.

Contudo, analisando esse contexto diversificado de representação da pobreza, podemos chegar a uma constatação que políticas e projetos contra a pobreza terão efeitos não abundantes se limitado à distribuição de alimentação, renda e de escolarização, se não forem assistidos de políticas eficientes contra as desigualdades dos considerados diversos.

Nos módulos adiantes estudado, pôde-se mostrar que o Brasil em função de seu histórico de colonização, evolução lenta e subordinação econômica, além dos problemas internos antigos e recentes, possui uma grande quantidade de pessoas vivendo aquém do risco de improdutividade. Assim, por refletir um país subdesenvolvido decorrente, a escassez no Brasil apresenta elevados níveis.

Quando Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani (2017 p. 13), afirmam que: “Aos pobres não se lhes aplica o “direito ao respeito” como um direito civil de cidadania. Os pobres somente são reconhecidos pelo Estado na condição de “assistidos” e nunca como sujeitos dotados de vontade própria”, os autores representam a mais dura verdade do indivíduo pobre numa sociedade altamente preconceituosa, capitalista e de consumo elitista.

No entanto, escapando da análise das novas estruturas institucionais implantadas e observado “dentro” dos programas destinados

aos mais pobres, na sua forma de focalizar e selecionar os que vão ter “direito” a serem usuários identificou ainda na arquitetura de muitos programas, traços de continuidade com aqueles operados antes da mudança constitucional.

A situação dos “incluídos” em alguns programas chega próximo de ser vexatória, vejamos a dos excluídos de tais programas, que em verdade é a maioria. O Brasil não tem uma linha de pobreza oficial, mas utiliza algumas na prática de seus programas antipobreza. Marshall (1999) se referia à cidadania pensando em outra dimensão de análise, dizia que ser cidadão seria sair na rua, sem perceber-se humilhado e sem sentir vergonha.

Os sentimentos de humilhação e desânimo dos carentes (incluídos ou não nos programas) ainda se encontram em abundância na atualidade por diferentes razões. De modo inexplicável ou não, mesmo tendo crescido os recursos em termo de cidadania, depois das vitórias sócio-políticas da redemocratização, continuemos tratando cidadania e desigualdade social como moderado problema de alívio de pobreza.

Posso perceber esses sentimentos de acabrunhamento com o público da alimentação escolar, pois apesar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ser uma política pública de caráter universal e que contribui positivamente para erradicação da fome e para a melhoria da alimentação saudável para os alunos das escolas públicas, sabemos que o valor estipulado⁴ de R\$ 1,07 por dia para cada aluno matriculado em turmas de creches e ensino integral, R\$ 0,53 para alunos de pré-escola, R\$ 0,64 para escolas com alunos indígenas e quilombolas, R\$ 0,36 para alunos do ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos e R\$ 0,53 para alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra

4 FNDE - *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Sobre o PNAE - Conteúdo do Portal do FNDE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>>. Acesso em: 21 de agosto de 2018.

turno, ainda não são suficientes, pois os alunos atendidos na maioria das vezes têm apenas essa refeição durante todo o dia, portanto este programa sozinho dentro da escola ainda não é suficiente para cessar a fome e assim precisamos de outras políticas que o complemente.

Outro problema conceitual relevante nas políticas antipobreza refere-se à crença que a eliminação da pobreza se fará com “políticas de erradicação da pobreza”. O problema é que esta opinião causa divergência entre pobreza e desigualdade e restringe o “fim da pobreza” a eficientes políticas de transição de renda, ou distributivas. Assim o que fica esquecido é que a geratriz da pobreza não foi problematizada e que o ciclo da pobreza permanece ativo, logo se confirma novamente, as necessidades.

Se os padrões de acumulação irrefreáveis e agora globalizados de modo acelerado, que são as matrizes geradoras tanto das crescentes desigualdades nacionais quanto as internacionais (que sob o influxo dos mais bem intencionados acordos de cúpula só fizeram crescer em todos os quadrantes, incluindo o âmbito interno dos países ricos) não for tocado, ainda teremos que lastimar cifras e concepções pobres sobre pobres por um largo tempo.

De fato, a redução da pobreza exige a configuração de um projeto de desenvolvimento nacional capaz de apontar oportunidades de inserção de sujeitos sociais no espaço público para satisfação de suas necessidades e aperfeiçoamento de suas capacidades, o que não ocorre.

Nesse sentido, Yazbek (2008), com base em Teles (1999), lembra que, apesar da nova configuração do SUAS, o usuário da assistência continua sendo o cidadão em negativo, que não é só o destituído de condições materiais e o trabalhador eventual, mas, sobretudo, é um indivíduo visto como dependente, acomodado e passivo em relação à sua própria condição.

O grande desafio prático que nos é imposto está exatamente na convivência conflituosa entre a observância às novas técnicas, rotinas e manifestações das chefias (nas quais estamos todos sendo submetidos), e as necessidades éticas, política e legal de respeitar os acordos com a consolidação da cidadania, da liberdade, da justiça social, dos direitos humanos, do encorajamento à participação política dos beneficiários dos serviços.

Sabemos que a pobreza não é uma situação única de uma região ou de outra, como muitos habitualmente pensam e falam, e sim de todas as cidades do país (principalmente dos grandes centros metropolitanos).

No entanto, é oportuno evidenciar que mesmo com todos os problemas históricos que o Brasil tem enfrentado, aconteceram avanços na área da luta entre a fome e a pobreza no país, o qual serviu de exemplo no mundo, como a redução de vinculados do próprio programa Bolsa Família.

Por outro lado, ainda existem em abundância, pessoas vivendo na linha de pobreza extrema no Brasil, problema que não se resolverá apenas com as vantagens dos programas assistencialistas.

Os fundamentais duelos estão em saber como controlar os problemas principalmente nos espaços da saúde e da educação, pois são áreas que estão engatinhando nos avanços, e no engrandecimento da qualificação profissional e no oferecimento de empregos no país.

A escola como um dos essenciais instrumentos sociais, tem sido encorajada regulamente em associar o conhecimento trabalhado no âmbito escolar com a prática social do aluno, ou seja, suas adversidades e carências.

Dá-se, nessa perspectiva, maior influência ao trabalho com equipes de famílias no ambiente escolar, com a finalidade de encorajar e nortear os mesmos para a sociedade. Assim, devemos respeitar a vida

econômica, social e cultural dos alunos e de toda sua família, para que haja participação de todo o grupo no processo sócio pedagógico.

Portanto, em nível de especialização, posso colaborar dentro das escolas com atividades que validem o avanço de condutas sociais e pedagógicas e que essas práticas proporcionem mudanças na vida das famílias em condições de pobreza e, conseqüentemente, favoreçam condições concretas que assegurem um justo e digno viver determinados socialmente.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R.P.; HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. IPEA: Texto para Discussão n. 800, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MARSHALL, T. H. Cidadania e Classe social. Em *ciudadanía e Case social*. Madrid: Alianza, 1998. Acesso em: 7 set. 2017.
- PAULO Freire: in memoriam. Brasil: TV PUC São Paulo, 1997. (20 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ny20UdRjpoM>>
- REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Módulo I - Pobreza e cidadania. Disponível em: <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo1.pdf>>. Acesso em:



O OLHAR DA GESTÃO

Marisa Muxió dos Santos¹
Alexsandra Maria Vieira Muniz²

Meu nome é Marisa Muxió dos Santos, fortalezense, moradora desde que nasci do bairro Jardim Guanabara, onde resido com meus pais e uma de minhas irmãs.

Venho de uma família tipicamente brasileira, uma mistura de raças. Minha avó paterna que era indígena, da tribo dos Tapebas, em Caucaia, se casou com um vendedor de verduras (cheiro-verde e cebolinha), de onde meu pai, um dos 24 filhos, também aprendeu o ofício e garantiu o sustento de nossa família até hoje. Minha avó materna, sobralense, de cor branca, veio tentar a vida na Capital como doméstica e aqui chegando, casou-se com um negro viajante de Quixadá que trabalhava na Light, companhia inglesa que explorava, na época, o serviço de bonde, ônibus, além de luz e força na Capital. Tiveram 5 filhos, dentre os quais Maria Lúcia, a filha primogênita, que se tornou minha mãe.

Meus pais se casaram em 1969. Com poucos recursos, não tiveram oportunidades de estudo. Desde bem pequenos, meu pai com 08 anos e minha mãe com 13 anos, tiveram que trabalhar para ajudar no sustento da casa. Minha mãe, a Sra Lúcia, trabalhava como operária numa fábrica de castanha e meu pai, o Sr Francisco, verdu-

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

2 Orientador do EPDS-UFC, Doutora em Geografia (UFC) e Professora adjunta da UFC.

reiro, trabalhava num box alugado no Mercado São Sebastião. Com muitas dificuldades, meus pais criaram os sete filhos que tiveram, sendo eu, Marisa, a antepenúltima.

TRAJETÓRIA EDUCACIONAL E PROFISSIONAL

Olhando para minha trajetória acadêmica, desde os primeiros anos de estudo, passei por algumas dificuldades para concluir os estudos. Fiz a alfabetização em uma escolinha no bairro. Na realidade, a escolinha funcionava na casa da proprietária, uma professora aposentada, que adaptou alguns cômodos da casa em duas salas de aula multiseriada. No ano seguinte, ingressei na 1ª série do Ensino Fundamental na Escola de Ensino Fundamental e Médio Dona Hilza Diogo de Oliveira, escola pública da Rede Estadual de ensino, localizada na Avenida I, no Conjunto Nova Assunção. Lá permaneci até a conclusão do Ensino Médio. Durante esse período, vivenciei algumas problemáticas tão presentes notadamente no ensino público, como greve de professores, brigas de gangues, disciplinas que não foram estudadas pela carência ou desinteresse dos professores; falta de material didático e um carente acervo de livros na biblioteca, dentre outras.

Tive momentos muito bons, professores que tiveram a coragem de fazer diferente. Lembro-me de uma dessas professoras, no Ensino Médio, que fez um passeio pelo Rio Ceará em uma de suas aulas de Geografia. Além do passeio de barco (uma aventura), onde a professora chamava nossa atenção aos aspectos geográficos da região, como a fauna, a flora e o clima, também, despertava nosso senso crítico quando nos deu a oportunidade de visitar e entrevistar algumas comunidades que viviam ao longo do Rio. Através desta aula de campo foi possível perceber as diferenças nos costumes de quem mora na cidade e de quem mora às margens dos rios. Foi bastante enriquecedor a aproximação com as dificuldades que essas comunidades enfrentavam para acessar os serviços básicos de saúde e

educação, como escolas, postos de saúde e hospitais. Achei fascinante a experiência vivenciada através da aula de campo. Aprendi na prática o conteúdo estudado em sala de aula. Uma experiência incrível que guardo em minha lembrança. Porém, a direção da escola se mostrou resistente à iniciativa da professora. E aquela aula de campo foi a primeira e também a última realizada na escola (durante o período que cursei o antigo 2º grau, hoje, Ensino Médio).

Almejava ter nível superior, mas a escola não oferecia orientação vocacional e o que mais eu ouvia dos professores era: “Estudem, estudem muito, se querem ser alguém na vida. Ter nível superior é o que realmente conta, não importa o curso escolhido”.

Como meus pais não tinham dinheiro para pagar um curso preparatório, tentava estudar sozinha em casa. Não tinha livros, apenas os que eu estudava na escola. Na época, tínhamos uma pequena venda de frutas em nossa própria casa, onde eu ajudava nas vendas, mas consumia boa parte do meu tempo, dificultando que eu me preparasse para as provas do vestibular. Tentei o vestibular algumas vezes, tanto para a Universidade Estadual do Ceará bem como para a Universidade Federal do Ceará, mas sem êxito.

Dei um tempo nos estudos e fui trabalhar para ajudar no sustento de casa. Sem nenhuma experiência profissional, comecei a trabalhar como vendedora em uma rede de lojas de eletrodomésticos. Depois de um ano, fiquei desempregada, mas logo consegui emprego em uma loja de departamento em um *shopping* no bairro Edson Queiroz. Meses depois, fui demitida, e minha mãe adoeceu, precisando ficar internada. Eu tive que ficar em casa para cuidar das tarefas domésticas. Foram tempos muitos difíceis.

Minha irmã e eu resolvemos fazer um curso técnico. O curso escolhido foi o de Técnico de Enfermagem. Em pouco tempo, comecei a trabalhar como recepcionista/atendente em uma empresa de *Home Care* que prestava serviços na área de saúde.

Na mesma época a Faculdade Integrada do Ceará estava se instalando em Fortaleza e prestei vestibular para o curso de Gestão Hospitalar, achando que os conhecimentos a serem adquiridos seriam utilizados na empresa que eu estava trabalhando, já que estavam precisando de um administrador que tivesse conhecimento na área. Porém, a empresa começou a apresentar sinais de falência, pois não conseguia cumprir as responsabilidades com os fornecedores, as despesas com combustível, locação das ambulâncias, água, luz, telefone e com o pagamento dos funcionários. Como estava pagando para trabalhar, resolvi pedir demissão e meu foco foi estudar para concursos.

Fiz inscrição em todos os concursos que apareceram de nível médio, pois ainda faltavam 2 anos para eu me formar. Seis meses depois, passei no concurso para agente administrativo na Secretaria de Educação vinculada à Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Estava diante de um verdadeiro dilema com a carta de convocação para o serviço público na área da educação, uma vez que havia terminando um curso superior na área da saúde. A necessidade financeira e a estabilidade no serviço público me fizeram aceitar o que parecia mais um grande desafio na minha vida.

O cargo seria para trabalhar na secretaria de uma escola, no bairro Vila Velha que acabara de ser inaugurada. Logo me adaptei as atividades na escola. Pouco tempo depois, a escola participou de um mutirão a fim de cadastrar as famílias em situação de pobreza para o Programa Bolsa Família. Fui convocada para fazer parte da equipe na própria Secretaria de Educação que acompanharia a condicionalidade da educação no Programa.

Nos últimos dez anos, como Coordenadora Municipal do Programa Bolsa Família na Educação em Fortaleza, sou responsável pelo controle e acompanhamento da frequência escolar de alunos beneficiários do referido programa em idade escolar em situação de

pobreza e extrema pobreza do município de Fortaleza. Em consonância, há três anos, como chefe de equipe da Célula de Pesquisa e Dados Educacionais da Secretaria Municipal de Educação, faço parte do grupo técnico que acompanha e subsidia os dados nos sistemas informatizados utilizados, bem como, realiza estudos técnicos que abalizam as tomadas de decisões. Além de capacitar o corpo gestor das unidades escolares.

Para desempenhar melhor as funções inerentes ao cargo atual que exerço, conclui especialização na área de Psicopedagogia Clínica e Institucional (Universidade Estadual do Ceará) e Administração Pública (Faculdade Integrada no Ceará).

O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

Como resultado de uma das muitas reivindicações e apelos dos coordenadores municipais e estaduais para subsidiar nosso trabalho no acompanhamento da condicionalidade da educação no Programa Bolsa Família, o MEC em parceria com as universidades federais no País lançou o curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

Estudar na Universidade Federal do Ceará foi um sonho que se realizou. Para mim, concluir este curso foi uma grande realização acadêmica e pessoal, e principalmente para meus pais, que apesar de terem pouca instrução, sempre incentivaram os filhos a se empenharem nos estudos. O sonho deles é ver todos os filhos formados.

Ressalto a importância para minha formação profissional e pessoal, a experiência como aluna desta Universidade, pois, no meu cotidiano, os conhecimentos adquiridos durante o curso têm sido muito utilizados por mim.

Falando sobre o curso, tive muitas dificuldades em realizar algumas leituras e atividades, pois o curso, em alguns módulos, direcionava-se para os profissionais da educação, especificamente, aos professores. Eu, com minha formação em Gestão, fiquei desorientada e pouco desanimada nas atividades que necessitavam de um olhar de quem leciona. No entanto, minha persistência e a experiência pessoal e profissional me ajudaram a continuar no curso.

Por outro lado, o curso proporcionou o estudo aprofundado de como a pobreza é vista pela sociedade, nos seus diversos grupos e como a educação escolar de qualidade contribui para a superação da pobreza e para a garantia dos direitos humanos. Foi surpreendente saber que a pobreza deve ser entendida e tratada como um processo multifacetado e sendo vista como a negação de escolhas e oportunidades para se ter uma vida digna. Leão Rego & Pinzani (2015, p. 21) afirmam que a pobreza não deve ser considerada apenas pelo viés econômico. Mas, deve-se levar em conta os ‘aspectos éticos, concernentes ao autorrespeito e à autonominação. Sua superação não está ligada apenas ao mérito pessoal do indivíduo. Mas, depende das possibilidades que a sociedade lhe oferece permitindo-lhe desenvolver capacidades e habilidades para sobreviver.

A pobreza tem forte relação com a questão política. Com a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza que tem como objetivo a viabilização do acesso às condições básicas para a melhoria da qualidade de vida da população³, percebemos quão grande é a responsabilidade das políticas públicas em garantir uma vida digna aos que necessitam. No entanto, além do histórico de colonização e desigualdade social, temos a corrupção que agrava ainda mais a situação da pobreza no Brasil. Corroborando com isso, Sodré (2014, apud GUPTA et al., 2002) onde afirmam que a corrupção conduz à pobreza, pois evidências sugerem que altas taxas de crescimento

3 O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi criado através da EC nº 31, 14 de dezembro de 2000, regulamentada pela LC nº 111, de 06 de julho de 2001.

estão associadas a significantes reduções na taxa de pobreza. E o impacto negativo no crescimento provocado pela corrupção conduziria a um nível de pobreza maior.

Outro aspecto estudado no curso envolve a desigualdade social. Vimos que a desigualdade social também se reproduz a partir do sistema educacional. É fundamental preparar os profissionais da educação e de todas as áreas envolvidas em como lidarem e tratarem com os pobres, no intuito de não reproduzirmos a desigualdade social, negando e/ou violando os direitos humanos tão desrespeitados em nossa sociedade. Continuar interpretando a pobreza através de uma visão puramente moralista, segundo Arroyo (2015a, p. 11 e 13), além de trazer consequências na escolarização dos pobres, tem “levado a um empobrecimento da função social da escola, da docência, das políticas públicas e teorias educacionais”.

Além do mais, o direito de saber-se pobre foi o conceito que mais me chamou atenção no curso. Miguel Arroyo coloca que todo cidadão tem o direito aos conhecimentos sobre a produção da pobreza, permitindo” entender os processos sociais, econômicos, políticos, culturais de produção, reprodução e manutenção da pobreza. O autor ainda sugere que a pluralidade de conhecimento produzido sobre a pobreza seja incluída nos currículos de educação básica (ARROYO, 2015b, p. 25). Enxergar-me dentro do tema da pobreza me trouxe muitas inquietações e resistências na assimilação de alguns conteúdos, principalmente, como eu me vejo neste contexto, visto que venho de uma família de baixa renda e convivi toda a minha vida com a pobreza.

O curso aguçou ainda mais meu sentimento de justiça e bem comum. Como trabalho em uma instituição pública, que presta serviço na área da educação, sempre que acompanho e analiso os motivos da baixa frequência dos alunos atendidos nas escolas municipais, pergunto-me o que posso fazer, enquanto parte da instituição que

represento, para reconhecer e/ou garantir os direitos sociais desses alunos oriundos das comunidades pobres, principalmente ao da permanência e conclusão dos estudos.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Módulo Introdutório: Pobreza, Desigualdades e Educação. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 ago. 2017.
- _____. Módulo IV: Pobreza e Currículo: uma complexa articulação. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 set. 2017.
- BARRETO, Mariana (Org.). Sociologia e educação. *Cadernos da Licenciatura*. Nº 1 – fevereiro. Departamento de ciências sociais/ UFC. Fortaleza, 2015.
- BRASIL. *Constituição Federal*. 1988.
- LEÃO REGO, Walquíria; PINZANI, Alessandro. Módulo I: Pobreza e Cidadania. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 ago. 2017.
- SODRÉ, Flavius Raymundo Arruda. *Os Impactos Da Corrupção No Desenvolvimento Humano, Desigualdade De Renda E Pobreza Dos Municípios Brasileiros*. Universidade Federal de Pernambuco, 2014.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. *Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará*. Fortaleza, 2013.

MEMORIAL: UM CAPÍTULO DE MINHA HISTÓRIA

Rubens George Alvino de Souza¹
Lorena Maria Fidélis Ferreira²

A elaboração deste memorial foi, a princípio, uma tarefa acadêmica proposta como parte do trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, mas que se tornou algo bem maior. Ao iniciá-lo, um sentimento de renovação pessoal foi aos poucos tomando conta de mim. As memórias trouxeram uma sensação de pertença ao mundo. Algo que, por vezes, estava em segundo plano em minha vida, veio à tona e me fez perceber que, atualmente, vivo quase automatizado, com atitudes pré-programadas devido, acredito, ao excesso da jornada de trabalho. Pude refletir sobre a essência de estar no mundo, de ser novamente estudante e do valor que determinadas atividades têm em minha vida.

A elaboração deste memorial não foi uma tarefa fácil, pois não o tratei apenas como um relato de fatos, mas como uma análise do meu caminhar como estudante. Escrevê-lo se tornou ainda mais complexo porque algumas lembranças foram apagadas parcial ou totalmente com o tempo, exigindo-me um esforço ainda maior para restaurá-las. Por ser o meu primeiro memorial, a decisão reflexiva por apresentar alguns fatos e deixar outros de lado me encheram de dúvidas e questionamentos, dificultando um pouco a viagem ao meu interior. Todavia, destaco que as memórias narradas aqui moldaram

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).
2 Orientadora do EPDS-UFC e Mestre em Psicologia (UFC).

a minha personalidade e me fizeram ser quem sou, motivo pelo qual, hoje, eu as revisito com outros olhares.

BIOGRAFIA

Nasci na cidade de Pedra Branca, no Ceará, no dia 02 de maio de 1983. Filho mais velho de uma prole de três filhos do casal José Gomes de Souza (Seu Zequinha), e Lucivanda Alvino de Souza (Dona Vanda), católicos convictos e agricultores por natureza.

Moro, até hoje, na mesma cidade em que nasci, em um distrito chamado Mineirolândia, a “Terra da Vaquejada”. Aos 27 anos, casei-me com uma pessoa muito especial para a minha vida, Nairla Maria Cavalcante Azevedo, uma colega de escola que conheci durante o ensino médio. Essa união me faz ser a pessoa mais feliz do mundo, porque, no dia 07 de Junho de 2014, ela e Deus me concederam a benção de ser pai da pequena Isabelle, a coisa mais maravilhosa que me ocorreu em toda a vida.

Aos 6 anos, iniciei meu processo de alfabetização na Escola de Ensino Fundamental e Médio de Mineirolândia, no distrito com o mesmo nome, localizado na cidade de Pedra Branca-CE. Lembrome da dificuldade que tive em ficar naquele local com pessoas com as quais eu nunca havia tido contato e por isso passei por muitas dificuldades de adaptação. Por morar em um sítio, enfrentei alguns obstáculos para chegar à escola e voltar para casa, mas minha mãe esteve comigo todo o tempo necessário para que eu pudesse adaptar-me. A escola era, a meu ver, bem estruturada e tinha excelentes professores.

O dito popular “a instrução é a luz do espírito” permeou minha vida escolar. Eu era sobrinho da então diretora, Tia Célia, a quem eu devo muito. Sempre fui orientado a agir o mais correto possível para não desapontá-la ou a meus pais, que sempre confiaram em mim.

Os amigos que lá fiz durante o meu período de alfabetização, carrego comigo até hoje, alguns fisicamente e outros em memória. Inclusive minha primeira professora, Tia Lúcia, que hoje, aposentada, relembra comigo alguns fatos interessantes, como a dificuldade que tinha para me relacionar.

Não lembro ao certo quando e como me tornei um bom aluno, mas sei que ser sobrinho da diretora, de certa forma, contribuiu para isso. Minha mãe sempre dizia, “esse menino é inteligente, puxou à tia!”. Aquilo, ao mesmo tempo em que me causava um engrandecimento trazia uma responsabilidade que acredito ter contribuído para minha formação. Esta mesma ação de engrandecimento da pessoa, do elogio, é algo que eu procuro praticar com meus alunos, tentando, de alguma forma, fortalecer suas caminhadas.

O meu ingresso no ensino fundamental foi muito confortável, pois contei com profissionais maravilhosos, muito rígidos, mas competentes. Percebo hoje que os métodos de ensino praticados, naquela época, eram de certa forma excludentes e muito tradicionais. Os alunos tinham que se adaptar à escola, não havia espaço para reflexões ou mesmo readequações.

O ensino da tabuada era algo fascinante para mim. Adorava quando a professora nos chamava à frente para perguntar a tabuada. Meus familiares sempre reconheceram em mim esse “dom” com os números, algo que talvez tenha fortalecido esse contato.

Nesse relato, quero ressaltar uma de minhas professoras, a “Dona Vanda” que, tenho certeza, marcou a todos que por ela passou. Rígida, mas que acreditava no potencial de todos, sempre procurava ajudar quem precisava, algo que fugia um pouco aos métodos dos demais. Hoje, ela se encontra no céu, ao lado de Deus. Não consigo descrever aqui o meu sentimento por ela, mas é como diz o dito popular “A gratidão é a memória do coração”.

Os colegas de classe dos tempos de alfabetização permaneceram quase todos na etapa do ensino fundamental e as amizades se intensificaram; outros foram aparecendo e fazendo melhorar ainda mais o convívio escolar. O contato com quase todos ainda é frequente. No entanto, um deles, que já se encontra com Deus, deixou-nos muitas saudades. Ele era aquele agregador, aquele que preparava e organizava tudo, aquele a quem todos gostavam. Apesar do sofrimento que a morte dele nos causou, recordar das suas atitudes, faz-me muito feliz! Obrigado, Helion Júnior!

O ensino fundamental II iniciou e com ele uma nova forma de ensino, as teleaulas. Os professores não mais eram “os professores”, eles eram apenas orientadores. Demorei muito para me acostumar com isso, visto que os “verdadeiros professores” eram os da televisão. A mudança foi radical, mas nós tínhamos que nos adequar e foi o que fizemos.

Os professores/orientadores seguiam as normas da escola, sempre muito rígidos e conteudistas, mas algo os diferenciava, suas personalidades. Alguns eram extremamente carrascos. Parecia-me, na época, que gostavam de reprovar e por isso muitos de nós procurávamos evitar as turmas que eles lecionavam.

Minha mãe colocou-me para estudar com a professora mais temida da escola, a que tinha a fama de reprovar, de mandar muitos alunos para a temida “sala da diretora”, mas ao contrário do que eu previa, essa professora foi um divisor de águas em minha vida. Ela era a melhor professora de matemática da cidade e eu o mais apaixonado por matemática da escola. Foi um casamento perfeito. Obrigado, Dona Fátima!

Quero aqui deixar registrado o meu agradecimento a um professor/orientador da 8ª série que me marcou e, tenho certeza, marcou a todos que com ele conviveu, professor Teodósio. Um ser iluminado, sempre disposto a ajudar, a dar um algo a mais de si em prol de seus

alunos. Foi com ele que tirei a única nota abaixo da média da minha vida escolar e por ironia do destino foi em matemática.

Lembro que, quando ele foi me entregar a prova, ele tinha um olhar cauteloso e me disse que queria conversar comigo em particular, em outra hora. No final da aula, suas palavras me trouxeram o alívio para um problema com o qual eu jamais havia convivido, a nota baixa. Ele me disse que confiava em mim e sabia que aquele resultado não me representava e que eu teria uma nova oportunidade, pois ele sabia que eu era capaz de alcançar um melhor resultado. Aquelas palavras me fizeram ter uma vida nova. No outro dia, refiz a prova e o brilho nos olhos dele me ajudou a ser quem eu sou até hoje. Muito obrigado, Teodósio!

O ensino médio foi uma fase ainda mais marcante. Comecei a estudar no período noturno, pois o curso só existia neste horário e alguns hábitos e amigos, que eu acreditava que conviveriam para sempre comigo, começaram a se distanciar.

Alguns amigos e eu fomos convidados a estudar em um colégio particular da cidade. Teríamos bolsa de estudos por conta de nossas notas e, teoricamente, uma “melhor educação”. Alguns de meus amigos aceitaram o convite. Foi uma fase muito difícil devido à separação daqueles que conviveram conosco por 10 anos. Eu não aceitei e não sei dizer ao certo o porquê, nem mesmo se isso foi melhor ou pior para mim, mas acredito que os amigos, que permaneceram na nossa escola, tiveram forte influência sobre minha decisão.

O ensino médio começou a ficar mais difícil a partir de uma decisão que tomei: queria trabalhar para ajudar nas despesas familiares. Comecei então a trabalhar o dia inteiro, inclusive a noite, após sair da escola. Isso acabou, de certa forma, atrapalhando-me, pois eu chegava à escola muito cansado e desanimado, mas não poderia desapontar meus pais.

O ingresso no ensino superior foi direcionado por minha tia Célia. Prestei vestibular e iniciei o curso de Letras, no prédio onde eu estudei toda a minha vida. Não era o que eu queria na época, mas foi o que fui orientado a fazer. Acredito firmemente que foi algo divino, pois foi a partir desse contato com a universidade que meus sonhos começaram a se realizar.

No início, enfrentei muitas dificuldades, sobretudo com o próprio curso, afinal era “Letras” e não Matemática. Além disso, é claro, tinha a questão financeira. Demorei um pouco, mas comecei a me acostumar com o curso e, pouco a pouco, fui me identificando. Procurei nas fórmulas da gramática uma relação com a matemática e assim fui me familiarizando. Com relação à parte financeira, quero aqui fazer um agradecimento aos meus pais, pois fizeram de tudo para que eu pudesse hoje estar aqui escrevendo para mais um trabalho de término de curso. Eles sempre foram meus heróis.

Sempre tive algum destaque em matemática, mesmo cursando letras, e por isso alguns professores de matemática do ensino médio, frequentemente, me chamavam para substituí-los por ocasião de uma necessidade. Não tinha dificuldade com o conteúdo e minha prática sempre agradou a todos.

Minha graduação não foi, a meu ver, uma passagem que me trouxe muitas experiências exitosas com relação aos conteúdos curriculares, mas ela sempre foi um espaço para a reflexão sobre as práticas pedagógicas e didáticas de um bom educador. Fez-me compreender que existe algo além da transmissão do conhecimento, que é a postura de um verdadeiro professor.

Após passar em um concurso, por felicidade do destino, comecei a trabalhar na escola a qual eu havia estudado toda a minha vida e também cursado a minha graduação. Escola esta que trabalho até hoje.

O PRIMEIRO CONTATO COM O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO, O EPDS

A temática do curso causou em mim muita curiosidade. Algo novo no meio acadêmico, pelo menos para mim, e eu precisava dele participar, pois sempre tive muitas dúvidas e, até mesmo, preconceitos com relação aos benefícios sociais e a população, economicamente, imersa em situações de privação financeira.

Durante a aula inaugural, muitas questões começaram a ser esclarecidas. Dois pontos centrais do curso, pelo menos na minha visão, foram colocados em discussão: a ideia de que “pobre é pobre porque quer” e que o programa social Bolsa Família, do governo federal, é um componente singular para tornar a população mais acomodada, quando não, preguiçosa. Quero aqui afirmar que tinha uma visão muito negativa com relação a essas duas temáticas. Percebo hoje que meus conceitos se davam por pura ignorância.

Na aula inaugural, um dos palestrantes nos afirmou que não era o Programa Bolsa Família (PBS) que deixava a população mais acomodada. Afinal, quem iria se acomodar com uma renda tão baixa? Isso era apenas uma ideia propagada por algumas pessoas que não estão de acordo com o Programa. Ele afirmava que, na verdade, o Programa traz em si a possibilidade de um mínimo de dignidade para seus beneficiários.

Ele traz, por vezes, o direito de uma empregada doméstica dizer não a um salário mensal de 100,00 para trabalhar 25 dias por mês, assim como o direito de um homem do campo se recusar a trabalhar o dia inteiro para ganhar 10,00 reais. Situações reais por mim reconhecidas no interior cearense. Isso provocou em mim uma reflexão sobre minhas atitudes, palavras e omissões com relação a essas pessoas. Nunca havia concebido o PBS como uma garantia de direitos, sobretudo, morais e constitucionais.

A partir da aula inaugural, o Programa Bolsa Família deixou de ser um simples repasse de recurso e alcançou um patamar de princípio de cidadania. A minha visão com relação àqueles que sobrevivem com o mínimo de recursos econômicos mudou radicalmente.

A minha reação diante de tantas informações novas e esclarecedoras foi de pura perplexidade. Ver ali meus conceitos sendo superados poderia ser algo constrangedor, mas ao contrário, foi algo engrandecedor. Perceber que estava errado e que minha visão deveria ser mudada, trouxe-me uma sensação de renovação. Compreendi também que eu poderia, a partir daquele curso, ajudar a desmascarar algumas facetas impostas por aqueles que se beneficiam de muitas verdades distorcidas.

A primeira reação que tive, após a minha chegada à casa, foi perguntar a minha mãe o quão importante foi o Bolsa Família para ela, e eis a resposta: - Se não fosse ele, eu não tinha como pagar os materiais escolares de seu irmão. Aquilo e, posteriormente, as entrevistas realizadas com as mães que atendiam as condicionalidades do Programa me fizeram compreender ainda mais a importância do benefício como um programa social de distribuição de renda e dignidade.

Fui criado e orientado a pensar que nós escolhemos nosso destino e, portanto, quem não tinha um bom emprego ou uma vida confortável foi porque no passado não fez por onde isso acontecer. Tinha essa ideia de que a culpa pela pobreza era do próprio pobre que não fazia nada para mudar sua situação. Acreditava que aqueles que detêm certo padrão econômico, um determinado poder aquisitivo, que triunfaram na vida, estavam apenas sendo recompensados pelos seus esforços, em contrapartida, aqueles que não alcançaram esse padrão econômico não estavam fazendo algo para conquistá-lo e eram, por isso, necessitados do apoio econômico, político, moral e cultural daqueles que receberam a graça da vitória. Cada palavra

ali colocada, cada depoimento me trazia uma sensação de que eu era um completo ignorante com relação ao assunto.

A desigualdade social e conseqüentemente a pobreza se configuram como uma questão muito complexa, que não tem uma relação única com as decisões daqueles que com elas convivem. Esta relação se mantém por gerações e ainda, a meu ver, se manterá, porque existe uma proposital e induzida manobra realizada por aqueles que dominam a economia e conseqüentemente o poder. Eles precisam que a estrutura permaneça imutável e por isso barram muitas ações que combatem essa disparidade. Ricos precisam de pobres para se manter ricos. É o que podemos chamar de interdependência ou poder da dominação.

A desigualdade social e a pobreza no Brasil não é algo acidental, mas produzida por um conjunto de relações expressas, por exemplo, nas arbitrariedades governamentais que excluem a população de decisões políticas significativas ao convívio social. Algo que se percebe naturalmente, nos últimos anos, mas que ocorre desde que esse país se constituiu. Essa relação expressa, portanto, os interesses de uma parte da sociedade e não da maioria, como acredito que seria o ato mais justo e democrático. Vale ressaltar aqui que a desigualdade é concebida erroneamente, por muitos, como algo absolutamente inato, natural, normal, sem conexão com as relações de produção no convívio em sociedade, o que aliena a população quanto às resistências e lutas por igualdade de direitos.

ALGUMAS REFLEXÕES

O curso, através de suas atividades, fóruns e portfólios, nos despertou para a necessidade de uma postura crítica e revolucionária diante dos eventos arbitrários que vêm ocorrendo em nosso país. Provocou em nós o desejo de assumir uma posição mais atuante em meio a tanta inércia observada entre profissionais da Educação. Iden-

tificamos que há uma relativa perda da capacidade de indignar-se e por isso aceitamos com certo comodismo tudo o que nos é colocado.

“É preciso resgatar os excluídos”, essa frase de Freire (2004, p. 23) traz à tona a necessidade de um olhar menos preconceituoso e mais abrangente da situação do outro. “É preciso sonhar”, essa outra ideia freiriana (2000, p 84), além de nos lembrar da necessidade de sonhar por dias melhores, instiga-nos a lutar por eles e por melhores condições de vida para a sociedade.

É notória a urgência de um despertar que vai além do despertar tecnológico, uma ação que inspire a luta, a marcha contra os “cabrestos” impostos pela sociedade, contra a “castração” dos sonhos, contra a proibição do conhecimento. Uma luta em favor da emancipação política e da efetivação dos direitos humanos no cotidiano.

Há tempos que os pobres, exatamente por serem pobres, têm dificuldade de ter voz, ou seja, formular, organizar e expressar suas necessidades, transformando-as em demandas por justiça. Dessa forma, passa a imperar o silêncio no âmbito estatal. Por não serem ouvidos, não são respeitados. Georg Simmel (1906 *apud* LEÃO REGO; PINZANI, 2015) afirmava que os pobres somente conseguiam serem reconhecidos pelo Estado na condição de assistidos e nunca como sujeitos dotados de vontade própria.

Paradoxalmente, Leão Rego e Pinzani (2015) discorrem que, ao longo da história brasileira, é justamente o direito à assistência que mais excita a formação de preconceitos e violências simbólicas infligidas aos pobres. Naturalizou-se, institucionalmente, a formação de estereótipos contra essas pessoas.

Entretanto, convém mencionar que só existe cidadania quando existem condições para exercê-la. Um aspecto importante às condições de exercício da cidadania se refere à submissão dos indivíduos ao ordenamento civil e jurídico do Estado. Dessa forma, os cidadãos são iguais em direitos e deveres, e por isso devem ser respeitados

coletivamente e em suas individualidades. Assim, ninguém deve nem pode ser tratado com indiferença por ser pobre.

Jovens estudantes da minha comunidade de Pedra Branca-CE vivenciam difíceis condições para o exercício da cidadania, principalmente, no que se refere às condições socioeconômicas de suas famílias. Muitas crianças e os adolescentes dessa localidade têm os direitos básicos garantidos, na teoria, não só pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, mas pela própria Constituição Federal. Porém, na prática, os direitos são contrariados, negados, principalmente, pela opressão econômica que esses jovens e suas famílias sofrem. Estas optam em encaminhar seus filhos/filhas para o trabalho infante/juvenil em detrimento ao tempo escolar por questão de sobrevivência. Essa realidade impacta negativamente não apenas no rendimento ou no abano escolar, mas no desenvolvimento físico e psicológico dessas crianças e adolescentes, uma vez que as condições de trabalho são inapropriadas. A alimentação, o esforço físico, as pressões psicológicas acabam incidindo diretamente no projeto de vida desses sujeitos.

No Brasil, a pobreza é vista, muitas vezes, como algo associado à violência, ao consumo de drogas, a furtos e a diversos outros problemas ou contravenções. E essa visão também se destaca na realidade das crianças e jovens de Pedra Branca-CE: deficiência e/ou negligência de acompanhamento familiar, situações de maus tratos, abandono, falta de afetividade e descaso fomentam o envolvimento dessa juventude com o consumo, o tráfico de drogas e o universo da prostituição. Esses caminhos levam, invariavelmente, à privação de liberdade e à desvalorização social.

Partindo do princípio de que as ações citadas ocorrem em qualquer esfera social, é possível pensar que a pobreza em si não é a principal causa dessa falta de moral ou quebra de conduta. É plausível pensar então que não é a classe social que determina a

cultura e a moral de um povo. Portanto, não é a moral ou uma escola moralizante que as pessoas que vivem na linha de pobreza precisam, mas sim de um conhecimento que as possibilite atuar no meio social de forma ativa e preparada (ARROYO, 2015).

A realidade nos aponta que, para que jovens de entornos desfavorecidos, como os da minha comunidade, enfrentem a exclusão social ou ao menos a minimizem, é necessário uma boa preparação estudantil, para que assim transformem, de forma positiva, suas realidades. É preciso pensar a educação formal – a Escola – como fator determinante para essa transformação.

Ao longo da história, lutas sociais vêm sendo travadas em busca da transformação da sociedade, impulsionando políticas públicas mais democráticas e a construção de uma escola pública mais comprometida com a realidade social. No entanto, o sistema educacional ainda tem um longo caminho a percorrer para alcançar um despertar político e social.

Desse modo, há a necessidade de sonhar um sonho coletivo, onde se busque não apenas a melhora da qualidade de vida de alguns, mas se perpetue a vivência da melhoria da maioria, quando não de todos, buscando sempre a diminuição da desigualdade e da exclusão social.

Finalizo esta reflexão e este memorial citando um provérbio popular que diz que “o pior cego é aquele que não quer ver”. Este faz referência às tendências daqueles que acreditam que muitos não querem enxergar aquilo que a vida oferece. Acredito hoje que o provérbio poderia ser modificado para “o pior cego é aquele que não pode ver”, ilustrando uma linha de pensamento que propõe que o pior é querer enxergar e não lhe ser dada essa condição ou esse direito.

Assim como são ineficientes óculos para aqueles que não conseguem enxergar, tampouco bons conselhos ou lições de moral serão suficientes para que os mais pobres alcancem suas realizações

peçoais e profissionais. Em uma analogia superficial, o cego quer enxergar ou, pelo menos, quer ter condições para ter mais qualidade de vida, dentro de suas limitações; quem vive na pobreza quer sair dessa condição, mas ambos sabem que para que isso ocorra, muito há de ser feito.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Módulo introdutório: pobreza, desigualdades e educação. In: Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- FREIRE. Paulo *Pedagogia da tolerância*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 23 – 89. (Parte 1)
- _____. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.
- LEÃO REGO, Walquíria; PINZANI, Alessandro. Módulo I: Pobreza e cidadania. In: Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2015. Disponível em <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

